

PUCRS

ESCOLA DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

VANESSA DE OLIVEIRA PEREIRA

**AS REPERCUSSÕES DO DESEMPREGO NAS IDENTIDADES PROFISSIONAIS DE  
ASSISTENTE SOCIAL**

Porto Alegre

2021

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul

## **Ficha Catalográfica**

P436r Pereira, Vanessa de Oliveira

As repercussões do desemprego nas identidades profissionais de assistente social / Vanessa de Oliveira Pereira. – 2021.

183 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Gleny Terezinha Duro Guimarães.

1. Identidade profissional. 2. Desemprego. 3. Serviço Social. I. Guimarães, Gleny Terezinha Duro. II. Título.

VANESSA DE OLIVEIRA PEREIRA

**AS REPERCUSSÕES DO DESEMPREGO NAS IDENTIDADES PROFISSIONAIS DE  
ASSISTENTE SOCIAL**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.

Área de Concentração: Serviço Social, Políticas e Processos Sociais

Linha de Pesquisa: Serviço Social, Trabalho e Processos Sociais

Orientador: Profa. Dra. Gleny Terezinha Duro Guimarães

Porto Alegre

2021

VANESSA DE OLIVEIRA PEREIRA

**AS REPERCUSSÕES DO DESEMPREGO NAS IDENTIDADES PROFISSIONAIS DE  
ASSISTENTE SOCIAL**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.

Aprovada em: \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2021.

Banca Examinadora:

---

Profa. Dra. Gleny Terezinha Duro Guimarães – Orientadora

---

Profa. Dra. Beatriz Gershenson – PUCRS

---

Prof. Dr. Reinaldo Nobre Pontes – UFPA

*Aos/às profissionais de Serviço Social que  
vivenciam o desemprego e que são  
invisibilizados/as por ele. Àqueles/as que amam a  
profissão e que, mesmo impossibilitados/as de  
atuar, se entendem como assistentes sociais.  
Estudamos para viabilizar direitos, enquanto  
direitos são tirados de nós.*

Para fins de atendimento ao disposto na Portaria nº 206, de 4 de setembro de 2018, afirmo que o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 (This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001).

## AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, meu Pai nunca ausente. Nunca me desamparou e caminhou comigo até o alcance deste novo desafio e sei que estará presente em muitos outros que ainda virão.

Ao Diogo, meu marido, melhor amigo e melhor companheiro. Meu investidor e patrocinador desde a graduação. Jamais esquecerei do *netbook* que ganhei de você para que pudesse escrever o TCC. Obrigada pela paciência, pelo apoio e por acreditar em mim, mesmo quando nem eu acredito. Obrigada pela casa cheirosa e pela comida quentinha, pela acolhida toda semana que voltava de Porto Alegre para casa.

Agradeço à minha mãe, Nádía, pelas suas orações, pelo consolo. Por ter me dado tudo o que estava a seu alcance. Você não pode concluir sua graduação, mas fez de tudo para que eu pudesse terminar a minha com tranquilidade, e hoje estou aqui. Essa vitória é mais sua do que minha.

Aos meus amigos, que alegraram meus dias quando estava desanimada e cansada. Um agradecimento especial para a Sandra, que me acolheu em Porto Alegre quando precisei de um abrigo.

Gostaria de agradecer à minha turma e adjacentes, pelo companheirismo, solidariedade, não teve espaço para disputa de egos. Sou grata pela Alene, pelo Marlon, pela Andréa, pelo Pedro, pelo Claudiomiro, pela Cássia, pela Marina, pela Andressa, pela Cleide, por essas pessoas lindas na minha vida. Vocês contribuíram muito para meu processo, seja nos debates, seja nos lamentos e desabafos (regados a pastel no Pé de Manga), seja compartilhando ideias, lendo meu projeto, testando meus instrumentos, entre tantas outras coisas. De todo coração, os maiores aprendizados que levo são a empatia e a amizade. Conhecê-los foi um acalento aos dias mais difíceis, o que me sustentou ao longo dessa breve caminhada, porém, tão intensa.

À Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre, pois o que foi uma despreziosa tarde de exame do processo seletivo se transformou em uma caminhada cheia de aprendizado em um local que me forneceu uma estrutura de excelência para isso. Um agradecimento aos/às professores que me ajudaram nesse retorno teórico à profissão, e pela paciência com uma aluna que nunca havia tido contato com a área da pesquisa. Infelizmente, a graduação não me oportunizou essa experiência.

À Profa. Dra. Gleny Guimarães, minha orientadora, por suportar meus desesperos, minhas inseguranças, minhas reflexões algumas vezes esquizofrênicas e me ajudar a moldá-las. Especialmente por me acolher em momentos de fragilidade e me incentivar quando

desacreditei de minha capacidade de concluir este trabalho. Obrigada por agregar e me auxiliar nas minhas deficiências.

À profa. Dra. Simone Sobral Sampaio, por ter integrado a banca de qualificação e dado seus apontamentos sobre o trabalho. Gostaria de agradecer, também, à composição da banca de defesa: à profa. Dra. Beatriz Gershenson (minha professora querida e instigadora) por, tão generosamente, ter contribuído durante e após a banca de qualificação e agora na defesa; e ao prof. Dr. Reinaldo Nobre Pontes, por prontamente aceitar cooperar com meu processo de formação e com esta pesquisa. A escolha da banca não foi por acaso, se deu pela admiração aos profissionais que se aventuram a ampliar seus horizontes e estimulam isso em seus discentes.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior – Brasil (CAPES), pelo apoio financeiro muito necessário tanto para minha pesquisa, quanto para a continuidade da pesquisa brasileira, e aqui dou ênfase à pesquisa na área das humanidades.

Às participantes da pesquisa, pela confiança, pela disponibilidade, pelo auxílio e pela coragem de tocar em um assunto tão caro e delicado.

Foram muitos os responsáveis por eu estar aqui hoje e ter concluído esta etapa da minha vida. Longe de querer ter alguma pretensão ou querer parecer arrogante, agradeço a mim também, por ter me desafiado, por ter tido força ao decidir participar da seleção e dar seguimento a um sonho, que de tanto desejar, acabou me travando. Sei que ainda tenho muito a melhorar, mas que bom que eu não desisti e confiei mais em mim.



## RESUMO

A presente pesquisa versa sobre como os óbices provocados pelo mercado de trabalho – insuficiente em oportunidades e condições dignas de trabalho, inserção e permanência nos espaços ocupacionais com qualidade – podem impactar nas identidades profissionais de assistentes sociais. Compreendendo a identidade de uma profissão, a partir da teoria *bourdeusiana*, como um *habitus* interiorizado inicialmente a partir do campo social universitário, ou seja, no período da formação acadêmica e continuado através da prática, do exercício da profissão. Dessa forma, chega-se ao seguinte problema de pesquisa: Como o desemprego afeta as identidades profissionais de trabalhadores/as que possuem formação em nível superior em Serviço Social, considerando o exercício do trabalho profissional como parte fundamental dessa identidade? Como objetivo geral, busca-se analisar os impactos da não inserção no mercado de trabalho sobre as identidades profissionais de assistentes sociais. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, fundamentada, teoricamente, no método materialista histórico-dialético. É realizada uma pesquisa de campo, utilizando-se como instrumento um questionário *online* (para caracterização dos sujeitos da pesquisa), somado à técnica da bola de neve para abordagem e seleção dos sujeitos da pesquisa. Assim, o universo da pesquisa são bacharéis em Serviço Social e assistentes sociais desempregadas que se formaram e residem no Município de Santa Maria/RS, sendo a amostra composta por 4 participantes, através de uma entrevista semiestruturada. Para a análise dos dados, utiliza-se a análise de conteúdo, tendo como categoria final “identidade”. A partir dessa análise compreende-se que a questão da identidade profissional do Serviço Social perpassa diversos fatores, relacionados à herança da sua gênese no Brasil; ao processo de formação; à autoimagem vista pelas próprias agentes; ao exercício da profissão; e seus rebatimentos na vida cotidiana, bem sua relação com o coletivo profissional. Vê-se também que a questão do trabalho adentra o significado emitido por aquele que vive o desemprego; as particularidades do mercado de trabalho da profissão; as expectativas e o sofrimento do não-trabalho involuntário. Conclui-se que a identidade profissional é multiforme e a questão recorrente é que o tipo de *habitus* profissional é proveniente da formação acadêmico-profissional. Por fim, de fato, o não-trabalho, a não atuação impacta sobre a saúde mental de assistentes sociais e promove, gradativamente, um maior afastamento do universo profissional, incidindo, em alguma medida, sobre a sua identidade profissional. Contudo, cabe dizer que esse não é um fator limitante à identidade, uma vez que o contato com uma profissão – sobretudo, se, em algum momento, já

tiver atuado enquanto assistente social – pode deixar marcas sobre a identidade pessoal do indivíduo e acabar se manifestando em sua vida cotidiana.

**Palavras-chave:** Identidade profissional. Desemprego. Serviço Social.

## RESUMEN

Esta disertación trata de cómo los obstáculos causados por el mercado laboral – insuficientes en oportunidades y condiciones de trabajo decentes, inserción y permanencia en espacios ocupacionales de calidad – pueden afectar a las identidades profesionales de los trabajadores sociales. Entendiendo la identidad de una profesión, por la *teoría bourdeusiana*, como un *habitus* interiorizado inicialmente del ámbito social universitario, es decir, en el período de formación académica y seguido por la práctica, el ejercicio de la profesión. Así, se llega al siguiente problema de investigación: ¿Cómo afecta el desempleo a las identidades profesionales de los trabajadores que tienen educación superior en el Trabajo Social, considerando el ejercicio del trabajo profesional como parte fundamental de esta identidad? Como objetivo general, busca analizar los impactos de la no inserción en el Mercado Laboral en las identidades profesionales de los trabajadores sociales. Se trata de una investigación cualitativa, basada, teóricamente, en el método materialista histórico-dialéctico. Esta disertación llevó a cabo una investigación de campo, utilizando como herramienta un cuestionario en línea (para la caracterización de los sujetos de investigación), añadido a la técnica de bola de nieve para el enfoque y selección de los sujetos de investigación. Así, el universo de la investigación fue el graduado en Trabajo Social y trabajadores sociales desempleados que formaron y residieron en el municipio de Santa María/RS, y la muestra consistió en 4 participantes, en los que se realizó una entrevista semiestructurada. Para el análisis de datos, se utilizó el análisis de contenido, con la identidad como categoría final. A partir de este análisis se entiende que el tema de la identidad profesional del Trabajo Social impregna varios factores, relacionados: la herencia de su génesis en Brasil; el proceso de formación; a la autoimagen vista por los propios agentes; el ejercicio de la profesión; y sus rebajas en la vida cotidiana, así como su relación con el colectivo profesional. También se ve que la cuestión del trabajo se cuestiona: el significado emitido por el que vive el desempleo; las particularidades del mercado laboral de la profesión; las expectativas y el sufrimiento del trabajo no involuntario. Se concluye que la identidad profesional es multiforme y la pregunta recurrente es que el tipo de *habitus* profesional proviene de la formación académico-profesional. Por último, de hecho, el no trabajo, el no rendimiento afecta la salud mental de los trabajadores sociales y promueve gradualmente un mayor distanciamiento del universo profesional, centrándose en cierta medida en su identidad profesional. Sin embargo, vale la pena decir que esto no es un factor limitante a la identidad, ya que el contacto con una profesión – especialmente si, en algún momento, ya ha trabajado como

trabajador social – puede dejar marcas en la identidad personal del individuo, y terminar manifestándose en su vida diaria.

**Palabras clave:** Identidad profesional. Desempleo. Trabajos Sociales.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fluxograma 1 – Esquematização da estrutura metodológica da dissertação.....	23
Figura 1 – Localização do Município de Santa Maria/RS.....	27
Fluxograma 2 – Esquema da categoria final identidade.....	36
Gráfico 1 – Tempo levado para ingressar no Mercado de Trabalho do Serviço Social após a formação.....	42
Gráfico 2 – Tempo de afastamento do Serviço Social.....	42
Fluxograma 3 – Os componentes da <i>doxa</i> do Serviço Social enquanto campo.....	70
Figura 2 – Aproximação e distanciamento dos projetos curriculares à autoimagem profissional.....	80
Fluxograma 4 – O processo de produção de mercadorias e de circulação de capital.....	84
Gráfico 3 – Escolaridade dos desalentos.....	106
Fluxograma 5 – Elementos da identidade formal do Serviço Social.....	117

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Tipos de desemprego.....	22
Quadro 2 – Situação e condição da formação.....	38
Quadro 3 – Condição de trabalho atual.....	39
Quadro 4 – Particularidades da experiência profissional.....	41
Quadro 5 – Processo de seleção e execução das entrevistas.....	43
Quadro 6 – Identificação das entrevistadas.....	44
Quadro 7 – Distribuição das categorias de análise.....	116
Quadro 8 – Distribuição da categoria intermediária: formação profissional.....	118
Quadro 9 – Distribuição da categoria intermediária: identidades profissionais.....	126
Quadro 10 – Distribuição da categoria intermediária: mundo do trabalho.....	139

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Indicação de experiência no Serviço Social.....	39
Tabela 2 – Acompanhamento da movimentação do emprego formal: Assistente Social.....	113
Tabela 3 – Conceitos do ENADE 2018: Serviço Social.....	122

## LISTA DE SIGLAS

ABAS – Associação Brasileira de Assistentes Sociais

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

ABESS – Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social

AC – Análise de Conteúdo

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CFAS – Conselho Federal de Assistentes Sociais

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNS – Conselho Nacional de Saúde

CONEP – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

CRAS – Conselho Regional de Assistentes Sociais

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

CRESSRS – Conselho Regional de Serviço Social do Rio Grande do Sul

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

EAD – Educação à Distância

ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

ENESSO – Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social

FIES – Financiamento Estudantil

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IES – Instituto de Educação Superior

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

MEC – Ministério de Educação

NUCRESS – Núcleo do Conselho Regional de Serviço Social

PPGSS – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul



PROUNI – Programa Universidade para todos

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SIPESQ – Sistema de Pesquisa da PUCRS

SM – Salário-mínimo

UFAS – Unidades de Formação Acadêmica

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

TEDE/PUCRS – Biblioteca Digital de Dissertações e Teses do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS

TCLE – Termo de Conhecimento Livre e Esclarecido

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>19</b>
1.1	ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	29
1.1.1	<b>O processo e os caminhos da análise de dados.....</b>	<b>33</b>
1.1.2	<b>Caracterização dos sujeitos participantes da pesquisa.....</b>	<b>37</b>
1.1.3	Aspectos éticos.....	44
1.2	DA DISPOSIÇÃO DOS CAPÍTULOS.....	45
<b>2</b>	<b>DA CONCEITUAÇÃO DE IDENTIDADE À IDENTIDADE PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL.....</b>	<b>47</b>
2.1	A IDENTIDADE NAS CONCEPÇÕES DAS CIÊNCIAS SOCIAIS: DA ESTABILIDADE À FRAGMENTAÇÃO.....	48
2.2	A IDENTIDADE PROFISSIONAL ENQUANTO UM <i>HABITUS</i> PROFISSIONAL.....	55
2.3	A TRAJETÓRIA DA IDENTIDADE PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL...	62
2.3.1	<b>A identidade profissional do Serviço Social enquanto <i>habitus</i>: do projeto profissional vigente às tensões permeadas na profissão.....</b>	<b>66</b>
<b>3</b>	<b>TRABALHO, AS REFRAÇÕES NEOLIBERAIS NO DESEMPREGO E MERCADO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL.....</b>	<b>82</b>
3.1	TRABALHO E ALIENAÇÃO NO CAPITAL: AS PRIMEIRAS REPERCUSSÕES NA SUBJETIVIDADE DA CLASSE TRABALHADORA.....	82
3.2	NEOLIBERALISMO: A RAZÃO NEOLIBERAL E OS MODOS REQUINTADOS DE CAPTAÇÃO DA SUBJETIVIDADE DA CLASSE TRABALHADORA.....	89
3.3	O DESEMPREGO ENQUANTO QUESTÃO SOCIAL: DO SURGIMENTO NA FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO BRASIL À SUA ATUALIDADE.....	97
3.3.1	<b>As particularidades da questão social no contexto sócio-histórico brasileiro.....</b>	<b>98</b>
3.3.2	<b>Neoliberalismo e reestruturação produtiva no Brasil: desemprego enquanto expressão da questão social.....</b>	<b>100</b>
3.4	O SURGIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL COMO PROFISSÃO No BRASIL E AS CONDIÇÕES ATUAIS DE SEU MERCADO DE TRABALHO.....	108
<b>4</b>	<b>PERCURSO EMPÍRICO: UMA ANÁLISE SOBRE AS PERCEPÇÕES DE IDENTIDADE E O MUNDO DO TRABALHO.....</b>	<b>116</b>

4.1 FORMAÇÃO PROFISSIONAL: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE.....	117
4.2 AS IDENTIDADES PROFISSIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL PELAS SUAS AGENTES.....	126
4.3 O MUNDO DO TRABALHO E AS ASSISTENTES SOCIAIS.....	139
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>153</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>158</b>
<b>APÊNDICE A – Quadro de Levantamento do BDTD.....</b>	<b>169</b>
<b>APÊNDICE B – Roteiro do Questionário <i>Online</i>.....</b>	<b>171</b>
<b>APÊNDICE C – Roteiro do Formulário de Entrevista Remota.....</b>	<b>173</b>
<b>APÊNDICE D – Modelo de Registro de Consentimento para Estudos <i>Online</i>.....</b>	<b>174</b>
<b>APÊNDICE E – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....</b>	<b>176</b>
<b>ANEXO A – Lista de IES Credenciadas pelo MEC.....</b>	<b>178</b>
<b>ANEXO B – Documento de Aprovação da Comissão Científica.....</b>	<b>179</b>
<b>ANEXO C – Documento de Aprovação pelo Comitê de Ética.....</b>	<b>180</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação é fruto do atendimento ao requisito de formação em nível de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e vincula-se à linha de pesquisa “Serviço Social, Trabalho e Processos Sociais” pertencente à área de concentração “Serviço Social, Políticas e Processos Sociais”. Versa sobre como os óbices provocados pelo mercado de trabalho – insuficiente em oportunidades e condições dignas de trabalho, inserção e permanência nos espaços ocupacionais com qualidade – podem impactar nas identidades profissionais de assistentes sociais. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que utiliza como base teórica, e como método, o materialismo histórico-dialético. Quanto à **delimitação do tema de pesquisa**: As repercussões do desemprego nas identidades profissionais de assistentes sociais da cidade de Santa Maria, localizada na região central do Rio Grande do Sul.

Parte-se do princípio de que a identidade profissional se constitui na formação acadêmico-profissional, ou seja, durante a graduação e na educação permanente; no entanto, tem no exercício profissional a sua constante afirmação e fortalecimento. Considera-se que é nesse momento, a partir da compreensão da noção de *habitus* da teoria de Pierre Bourdieu (1983) – enquanto um conhecimento adquirido, um sistema de disposições que orientam as ações dos/as agentes –, que essa identidade, enquanto um *habitus* introduzido pelo/a agente, torna esse agente social, assistente social.

O sociólogo marxista Burawoy (2010) trouxe em seu livro uma proposta de diálogo entre a teoria marxista e a teoria bourdieusiana, reconhecendo as diferenças existentes entre Bourdieu e os teóricos mais expressivos do marxismo; porém, promovendo as aproximações. Sobre essas, necessárias, interlocuções e abertura dos/as marxistas – e aqui enquadram-se os/as pesquisadores/as do Serviço Social, considerando ser a linha teórica que, hoje, sustenta e orienta a profissão – Braga (2010) aponta:

[...] se desejamos transformar o mundo em um sentido igualitário e emancipatório, o marxismo, conforme esse projeto, é uma ferramenta indispensável. Isso não significa, contudo, que todo elemento presente no marxismo tal como ele existe na atualidade seja sustentável. Se o marxismo aspira a ser uma teoria social científica, ele deve ser continuamente testado e aperfeiçoado. De acordo com essa elaboração, construir o marxismo significa, ao mesmo tempo, reconstruí-lo continuamente. Ou seja, o marxismo não deve ser tratado como uma doutrina, um corpo de crenças estabelecido em definitivo. (BRAGA, 2010, p. 7).

Dessa forma, a escolha pela teoria bourdieusiana para tratar sobre a identidade, ou as identidades profissionais do Serviço Social, é uma escolha consciente da riqueza que a expansão do diálogo pode contribuir para a literatura profissional. Reconhecendo suas categorias (campo social, capital cultural, *habitus*, entre outros) como importantes instrumentos para a compreensão e análise da constituição e processo de construção da identidade de um assistente social de forma mais minuciosa.

Para o debate da identidade do Serviço Social é importante se ter em mente a sua multiplicidade de manifestações, ainda que haja uma identidade formalizada e hegemônica. Os/as profissionais da área, seja no período de formação acadêmica, seja no exercício efetivo da profissão, são dotados de uma dualidade, tanto da novidade que chega quanto do que já lhe é antigo, assim como a existência da alteridade na troca com o outro (MARTINELLI, 1995). Identidade é movimento dinâmico, é relação, é pluralidade. Portanto, nesta dissertação, ao se falar sobre a identidade do Serviço Social, será compreendida nesse contexto plural, em suas mais variadas facetas e expressões que os/as assistentes sociais apresentam. Sinalizando quando se estiver, diretamente, referindo à autoimagem profissional (na sua identidade formal). Como bem destacado por Martinelli (1995), ao debater sobre as pesquisas referentes à identidade:

[...] é imperioso reconhecer que o enfrentamento da questão da identidade, como campo fecundo onde pulsam diversidades, alteridade, tempo, movimento é vital se queremos que o Serviço Social assuma a plenitude de suas potencialidades e cumpra sua vocação como uma, entre outras práticas sociais, direcionada para o processo de transformação social das realidades. (MARTINELLI, 1995, p. 140).

A identidade profissional não pode ser pensada fora do seu contexto sócio-histórico. Por essa razão, o pensamento do materialismo histórico-dialético vem somar no processo de construção e caracterização da identidade do assistente social. A identidade de uma profissão é mutável e não é uniforme, e deve ser pensada “[...] como uma categoria política e sócio-histórica que se constrói na trama das relações sociais, no espaço social mais amplo da luta de classes e das contradições que a engendram e são por ela engendradas” (MARTINELLI, 2011, p. 17). Portanto, ela não pode ser vista de fora, separada das transformações do capitalismo e da luta entre a classe dominante e a classe dominada. As contradições que a permeiam são observáveis, por exemplo: pela ironia de ser classe trabalhadora e ter como usuários corriqueiros a classe trabalhadora e intervir para garantia de direitos, e quando, também, vê-se tendo eles negados; e por ter como objeto de trabalho as expressões da questão social e ser diretamente afetado por suas mazelas, como o próprio desemprego.

Desde as Diretrizes Gerais do Curso de Graduação ao envolvimento no corpo estudantil, do processo de formação à inserção no mercado de trabalho – escasso de ofertas para a atuação profissional –, o/a agora assistente social<sup>1</sup> sai “constituído/a” da sua identidade profissional. Constituído/a é posto entre aspas visto que a identidade pressupõe construção, pressupõe constância, não é algo estanque. Por essa razão, o exercício se torna parte fundamental no processo de construção continuada da identidade de um profissional.

No capitalismo, a subsistência do/a trabalhador/a se dá por meio da compra e da venda da sua força (seja ela intelectual e/ou manual), de forma assalariada, através da instituição do emprego. E a ausência do emprego, a condição de desemprego, é um fenômeno que começa a ganhar notoriedade no final do século XIX. Em seus escritos, Marx (2017) já destacava que existência de uma mão de obra disponível, sem emprego, é um componente vital ao sistema capitalista, promovendo o aumento do lucro através da coordenação dos salários:

A acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua. (MARX, 2017, p. 857).

O desemprego pode ser definido de diversas formas, representando o momento histórico do capitalismo e, usualmente, as visões e interesses de determinadas forças sociais (OSHIRO; MARQUES, 2016). As mais variadas conceituações são utilizadas para medir<sup>2</sup> e “agir” sobre tal fenômeno, e quanto mais oculta e ampla, mais esconde as reais mazelas e desigualdades da organização do trabalho na sociedade capitalista. Realidade cada vez mais agravada e que afeta os/as assistentes sociais em seu mercado de trabalho. Pela sua ampliação, será utilizada a definição de desemprego utilizada na metodologia da Pesquisa Emprego e Desemprego do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, [1985?]), no qual pessoas desempregadas são aquelas “[...] que se encontram numa situação involuntária de não-trabalho, por falta de oportunidades de trabalho ou que exercem um trabalho irregular/ocasional, com desejo de mudança” (DIEESE, [1985?]). Considerando a

---

<sup>1</sup> Ou Bacharel em Serviço Social, caso ainda não tenha se registrado no Conselho Regional responsável pela fiscalização dos profissionais em exercício.

<sup>2</sup> Internacionalmente, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) é a instituição responsável por auferir, analisar e acompanhar o desemprego. No Brasil, como as mais significativas, tem-se as seguintes entidades: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Para o monitoramento do emprego e o mercado de trabalho nacional: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

heterogeneidade do desemprego, esse pode se manifestar de três formas, conforme o Quadro 1 abaixo.

Quadro 1 – Tipos de desemprego

<b>Desemprego aberto</b>	Pessoas sem trabalho nos sete últimos dias e com procura de trabalho efetiva nos 30 dias anteriores à entrevista.
<b>Desemprego oculto pelo trabalho precário</b>	Pessoas que realizaram, nos últimos 30 dias, algum trabalho casual de auto ocupação (atividades remuneradas eventuais e instáveis) ou trabalho não remunerado de ajuda a negócios de parentes e que procuraram substituir esse trabalho nos 30 dias anteriores à entrevista, por meio de providências concretas para obter um emprego assalariado ou um trabalho regular de auto ocupação. Incluem-se também pessoas que, não tendo procurado trabalho nesse período, o fizeram, sem êxito, até 12 meses atrás, por pelo menos 15 dias.
<b>Desemprego oculto pelo desalento</b>	Pessoas sem trabalho e com disponibilidade e necessidade de trabalhar no momento da pesquisa, porém sem procura efetiva de trabalho por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas que apresentaram procura de trabalho, por pelo menos 15 dias, nos últimos 12 meses.

Fonte: DIEESE ([1985?]).

Isso posto, a proposta é responder ao seguinte **problema** de pesquisa: Como o desemprego afeta as identidades profissionais de trabalhadores/as que possuem formação em nível superior em Serviço Social, considerando o exercício do trabalho profissional como parte fundamental dessa identidade? Chegando à seguinte intitulação: As repercussões do desemprego no processo de construção das identidades profissionais de assistentes sociais. Como **objetivo geral**, pretendeu-se: analisar os impactos da não inserção no Mercado de Trabalho sobre as identidades profissionais de assistentes sociais. E como **objetivos específicos**: 1. compreender no que consiste a identidade formal do Serviço Social e suas múltiplas manifestações; 2. averiguar quais as repercussões do desemprego na subjetividade e nos *habitus* profissionais, enquanto uma identidade profissional interiorizada, de assistentes sociais. Que foram melhor aprofundados através das seguintes **questões norteadoras**: 1.1 Quais os elementos caracterizantes da identidade formal/autoimagem profissional e as múltiplas identidades existentes no campo do Serviço Social?; 1.2 Como ocorre o processo de formação e incorporação das identidades profissionais do Serviço Social e como elas são percebidas e expressadas pelos/as assistentes sociais?; 2.1 Como se apresenta o Mundo do Trabalho no Brasil e seus reflexos no Mercado de Trabalho do Serviço Social?; 2.2 De que forma o não exercício da profissão e o desemprego são sentidos por assistentes sociais em relação com as identidades profissionais? Esse esqueleto da pesquisa é facilitado pelo esquema apresentado no Fluxograma 1.

Fluxograma 1 – Esquematização da estrutura metodológica da dissertação



Fonte: A autora (2020).

Um estudo voltado para o tema possibilita um olhar da profissão para si, trazendo para o estudo teórico da identidade profissional do Serviço Social a colaboração de outras ciências, na ampliação do debate. O entendimento de sua identidade no seu processo acadêmico e muitas vezes no abrupto rompimento das expectativas construídas no decorrer da academia em razão da impossibilidade de exercitar o trabalho profissional, em muitos casos, dado o desemprego estrutural, mostra a relevância do presente estudo. Estudos voltados para o interior da profissão são cada vez mais necessários, para o autoconhecimento profissional e sua valorização e devem ser alvo de investigação da academia.

São poucas as produções recentes que têm o Serviço Social como objeto central de suas pesquisas, podendo sugerir uma armadilha: a incorporação,



pelos próprios pesquisadores de uma imagem social subalternizada da profissão, redundando numa relação envergonhada com o Serviço Social, não assumida enquanto tal, e encoberta na busca de temas considerados de maior relevo acadêmico e social como objeto das investigações. (IAMAMOTO, 2015, p. 244).

Soma-se ao tema apresentado a relação das transformações no mundo do trabalho e suas implicações diretas e indiretas à identidade profissional, e até mesmo à saúde psíquica dos trabalhadores. Tem-se urgência em identificar seus impactos em uma área que, cada vez mais, vem formando novos/as profissionais, considerando as facilitações de uma formação à distância (crescente em ofertas e busca por interessados), um contrário aumento desproporcional aos postos de trabalho disponíveis. Iamamoto (2015) – após uma profunda análise do Ensino Universitário e da própria formação acadêmico-profissional do Serviço Social na primeira década do século XXI –, já havia alertado a categoria, ao afirmar que:

O crescimento exponencial do contingente profissional, a curto prazo, traz sérias implicações para o exercício e para as relações de trabalho por meio das quais ele se realiza. Pode-se antever *um crescimento acelerado do desemprego nessa área*, pois dificilmente a oferta de postos de trabalho poderá acompanhar, no mesmo ritmo, o crescimento do contingente profissional, pressionando o piso salarial, a precarização das condições de trabalho, aumentando a insegurança do trabalho e o desemprego. A hipótese é que o crescimento do contingente profissional, pressionando o *piso salarial*, a *precarização das condições de trabalho* e *aumentando a insegurança do trabalho*. A hipótese que se pode aventar é que o crescimento do contingente profissional, ao tempo em que eleva a lucratividade nos negócios educacionais – um curso barato, voltado predominantemente ao público feminino – poderá desdobrar-se na criação de um exército assistencial de reserva. (IAMAMOTO, 2015, p. 440, grifo da autora).

Essa é a atual realidade da profissão: o aumento desenfreado de vagas para o curso de Serviço Social e a diminuição dos postos de trabalho na área, afetada pela retração de direitos do trabalhador e flexibilização das relações de trabalho reforçada na Reforma Trabalhista, Lei nº 13.467/2017 (BRASIL, 2017). Esse cenário é agravado pela persistente ausência do piso salarial e o desrespeito à Lei das 30 horas<sup>3</sup>. Mais uma vez, em meio a um contexto que exige um despertar, analisar-se e olhar-se no espelho, diante das constantes modificações da sociedade e das suas implicações à profissão, contribui para o crescimento, enriquecimento e

<sup>3</sup> A Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010, é uma lei complementar à Lei de regulamentação da profissão, Lei 8.662, de 7 de junho de 1993 (BRASIL, 1993a), que trata sobre o período de duração semanal do trabalho de assistente social com o asseguramento da não redução do salário. Essa foi uma conquista da categoria; no entanto, frágil, visto ter maior efetividade somente na iniciativa privada.

fortalecimento da própria categoria profissional. É, então, de grande valor, à categoria profissional, compreender as implicações do desemprego (sem desconsiderar os demais entraves) e da não atuação involuntária às profissionais, além do quanto essa situação pode ou não rebater sobre a identidade profissional.

A fim de identificar produções da Pós-Graduação *Stricto Sensu* a respeito da temática proposta por este estudo, realizou-se uma consulta ao portal de buscas Banco Digital Brasileiro de Teses e Dissertações<sup>4</sup> (BDTD, [2019]). Como marco temporal, foram delimitadas as produções realizadas entre os anos de 2010 a 2019, abarcando um período de 10 anos. Considerando as categorias analíticas da pesquisa, foram utilizadas como palavras-chave “identidade profissional” e “serviço social”<sup>5</sup>. Após diversas tentativas, verificou-se que esse seria o melhor conjunto de termos, já que o cerne deste estudo permeia o aprofundamento da investigação sobre a identidade profissional do Serviço Social, e não qualquer identidade. Poderia ter sido utilizado, como escolha, o termo “desemprego”, que não foi utilizado como palavra-chave pela primazia à abrangência do levantamento.

A pesquisa inicial partiu do aparecimento do conjunto de palavras-chave em todos os campos de informações ofertadas pelo BDTD, onde se obteve como resultado um total de 275 documentos. Partindo desse primeiro momento, foram selecionados, como forma prioritária, os trabalhos que permeassem o tema da identidade profissional. Ou seja, foram incluídos somente aqueles no qual o tema identidade profissional, como uma questão trabalhada no decorrer da pesquisa. Para isso analisou-se o título, as palavras-chave e o resumo. A partir dos resultados das buscas e da seleção baseada no crivo já apontado, foram elencados 14<sup>6</sup> estudos (5,09% dos

---

<sup>4</sup> O BDTD trata-se de um importante sistema – do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) – que abriga e concentra teses e dissertações de instituições brasileiras de ensino e pesquisa que podem ser consultadas por quaisquer interessados.

<sup>5</sup> Pensou-se em inserir uma outra dupla similar de termos “identidade profissional” e “assistente social”. No entanto, diante dos 47 resultados encontrados, verificou-se que todos também apareciam no conjunto escolhido. Da mesma forma, se tivesse sido optado pelo uso da palavra “identidade”, ao invés de “identidade profissional”, percebeu-se que, dentro dos critérios de relevância (como o assunto e o período), não foram encontradas diferenças.

<sup>6</sup> A fim de proporcionar maior validação ao levantamento, foi realizada uma pesquisa na própria Biblioteca Digital de Dissertações e Teses do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS (TEDE-PUC/RS) para verificar os trabalhos realizados pelos alunos da instituição. Utilizando como palavra-chave “identidade profissional” (filtradas pelo assunto), dentro do período de 2010 a 2019, auferiu-se um total de 41 resultados dentro de 229 defesas realizadas nos anos apontados. Como seleção final, obedecendo aos mesmos critérios, selecionaram-se 3 trabalhos (duas dissertações e uma tese), sendo os títulos: *Serviço Social no Ministério Público: um mundo a desvendar e identidade(s) a construir*; *Formação profissional e identidade no serviço social: um olhar através do estágio* e *A imagem e identidade profissional do assistente social expressas no cotidiano: um estudo a partir da demanda de trabalho na alta complexidade em saúde*. Todos já haviam sido incluídos no levantamento da BDTD.

275), incluídos em um quadro contendo as seguintes informações: o título; o autor; a profissão de origem do autor; o orientador; os sujeitos da pesquisa; a instituição e o programa de pós-graduação pertencente; o tipo de pesquisa, ou seja, o método adotado; os instrumentos; o tipo de documento (dissertação ou tese) e o ano. O quadro pode ser verificado no Apêndice A da dissertação.

Ao analisar os estudos, percebeu-se que 57% dos trabalhos *stricto sensu* se destina a tratar da identidade profissional correlacionada a um espaço sócio-ocupacional específico – como o campo sociojurídico, a saúde, a consultoria e a assessoria, entre outros –, associando o tema a questões de representação social, imagem e prática profissional, abordando os dilemas enfrentados pelos profissionais nesses espaços no que diz respeito a como a profissão é vista e de que forma é demandada. Os estudos sobre a identidade profissional também são usualmente trabalhados sob a perspectiva da formação profissional (graduação) e do estágio (obrigatório ou não obrigatório), vistos como etapas fundamentais na construção da identidade do/a assistente social, sendo 28% as pesquisas com esse direcionamento. Apenas 14% dos estudos contemplam, diretamente, a relação das condições de trabalho com a identidade profissional. Ressalta-se que apenas um estudo foi realizado em Programa de Pós-graduação fora da área, no caso, História, e quanto ao tipo, dentre as catorze, somente uma tese de Doutorado.

Após esse breve levantamento, é possível afirmar a relevância para a comunidade científica do estudo proposto por esta dissertação, já que só 14 dos 275 resultados, no período de 10 anos, se preocuparam em pesquisar sobre a identidade profissional e, nesses casos, nenhum se debruça a relacioná-la à questão do desemprego – circunstância que afeta quaisquer profissões –, ou, principalmente, à impossibilidade do exercício profissional por ausência de postos suficientes de trabalho.

Quanto às particularidades do município de Santa Maria, situado na Região Central do Rio Grande do Sul, possui por característica ser um polo referencial no Ensino Superior no centro do Estado, abrigando, assim, muitos/as estudantes em seu período de formação. A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) é a Instituição de Ensino Superior (IES) de maior destaque para a região; contudo, o curso de Serviço Social foi inaugurado somente em 2010. O primeiro curso era oferecido pela Universidade Franciscana – UFN, antiga Unifra, curso presencial, uma instituição comunitária, privada, que encerrou sua última turma no ano de 2019, após decisão institucional, sintoma do crescimento vertiginoso das instituições de educação à distância que chegaram a Santa Maria, que, hoje, são 15 das 17 instituições credenciadas pelo Ministério da Educação (MEC) para ofertarem o curso de Graduação em Serviço Social, ainda que nem todas estejam em funcionamento. Além dessa característica municipal, trata-se de uma

cidade que recebe muitos militares, com a Base Aérea e o segundo local com maior contingente de militares do Exército. Rememorando o caráter estudantil, a cidade é um espaço onde diversas pessoas transitam. A realidade encontrada é essa. Diversos/as assistentes sociais chegando em Santa Maria, com “diferentes” formações, somados a muitos/as estudantes de Serviço Social se formando e pouca oferta de emprego.

Cidade de colonização portuguesa e espanhola, Santa Maria foi um distrito criado em 1837, inicialmente com o nome de Santa Maria da Boca do Monte. Conforme os dados do IBGE (2020b), Santa Maria possui uma população estimada em 283.677 habitantes, com 145,98 hab./km<sup>2</sup>, com um PIB per capita de 27.785,51, em 2015, e um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,784<sup>7</sup>, em 2010, ocupando a 41<sup>a</sup> posição no ranking brasileiro (ÍNDICE..., 2013). O maior índice da faixa etária está concentrado entre a população jovem-jovem adulta, de 15 a 29 anos, em 2010. E em 2018, com 29% em situação de ocupação – baixo se for pensada a população em idade de trabalhar (a partir de 14 anos) e a faixa etária da população santa-mariense –, sendo o salário médio mensal dos/as trabalhadores/as formais 3,3 salários-mínimos, considerando o salário-mínimo, naquele ano, R\$ 954,00 (IBGE, 2020b).

Figura 1 – Localização do município de Santa Maria/RS



Fonte: Wikipédia (2006).

No que tange à motivação da pesquisadora, a escolha do tema nasceu da intenção em aprofundar os conhecimentos a respeito da construção da identidade no âmbito profissional, elemento instigado pela participação da pesquisadora no Projeto de Extensão *Teoria Social e*

<sup>7</sup> A faixa para cálculo do IDHM é entre 0 e 1, considerando três dimensões em sua fórmula: a longevidade, a educação e a renda (ÍNDICE..., 2013). O município está situado em uma faixa considerada alta, de 0,700 – 0,799.

*as Categorias Trabalho e Profissão nas Obras de Autores Clássicos e Contemporâneos*, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), e, sobretudo, a identidade profissional de assistentes sociais. Não somente baseado em seu rompimento com o conservadorismo e seu compromisso com o projeto ético-político manifesto em seu Código de Ética, nas Diretrizes da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), de 1996, e em toda sua construção histórico-crítica. Mas também no entendimento da identidade de assistente social em meio ao contexto atual e, sobretudo, em meio ao constante desafio imposto pelo desemprego e pela condição de classe trabalhadora afetada diretamente pela ausência de postos de trabalho. Esta dissertação é realizada por uma assistente social, instigada a compreender os impactos da retração do mercado de trabalho na própria categoria, que, em alguns momentos, parece esquecer que deve se enxergar para além de uma categoria profissional, mas sim, como integrante da classe trabalhadora.

Quem aqui escreve teve uma trajetória a ser considerada pelo/a leitor/a que percorrerá as linhas dessa dissertação. Por detrás das justificativas pessoais para a escolha do tema de pesquisa, que conheceu o desemprego pós-graduação e os desafios da busca pela primeira oportunidade em concretizar o ciclo formativo, assumindo, assim, formalmente, a identidade de assistente social. Conheceu (consciente e inconscientemente) as incertezas, os sentimentos, os questionamentos, as dores e as contradições das quais serão apresentadas pelas participantes da pesquisa. Há uma profissional que passou pelo ensino presencial privado, uma “prounista”, que se deslocou (por motivos pessoais) do Estado natural para um novo Estado logo após a formação, era então, um começo duplo.

Profissional essa que transitou entre espaços de trabalho distintos (assistência social, previdência, socioambiental e, agora, a pesquisa acadêmica), em muitas ocasiões, experimentando o isolamento de uma profissão que toma para si um compromisso não somente ético, mas político. Enfrentando os conflitos da correlação de forças, da mediação entre a identidade formal da profissão e a identidade solicitada por diferentes agentes (a instituição empregadora, os/as usuários/as) entre outras. Encerrando o processo do Mestrado, o desemprego vem assombrar mais uma vez àquela que renunciou a um posto de trabalho para a realização de um sonho acadêmico. Esta é a conexão que se mostra entre a pesquisadora e seu problema de estudo.

## 1.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para a composição da dissertação, tornou-se necessária a realização de algumas escolhas no que se refere ao método, ao emprego de técnicas, entre outros pormenores, como se verá a seguir. Método e metodologia não são sinônimos. O método corresponde à forma pela qual a ideia inicial se transforma em conhecimento. Minayo (1994) compreende metodologia como “[...] o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade” (MINAYO, 1994, p. 16), isto é, “como” para se alcançar o fim desejado e, ao longo deste tópico, o caminho escolhido será acompanhado.

Em primeiro lugar, quanto ao método, foi escolhido o materialismo histórico-dialético. Tal método consiste em entender a realidade como existente em forma de movimento, de contradições, de negação de novas sínteses, trabalhando com totalizações temporárias, nele “[...] é a estrutura e a dinâmica do objeto que comandam os procedimentos do pesquisador” (PAULO NETTO, 2011, p. 53). Propõe o *modo de investigação* como forma prévia à exposição do objeto investigado, apropriando-se e analisando, minuciosamente, esse objeto de estudo (MARX, 2017, p. 128). É um método que não separa a teoria da prática, as articula, e, melhor colocando:

No processo dialético de conhecimento da realidade, o que importa fundamentalmente não é a crítica pela crítica, o conhecimento pelo conhecimento, mas a crítica e o conhecimento crítico para uma prática que altere e transforme a realidade anterior no plano do conhecimento e no plano histórico-social. (FRIGOTTO, 2000, p. 81).

Para além, o método materialismo histórico-dialético se utiliza das seguintes categorias indissociáveis (explicativas da realidade): totalidade, historicidade, contradição e mediação. A totalidade tem uma conotação ampla, não sendo, tão somente, um todo constituído por pequenas partes, mas composta por totalidades com complexidades em menores proporções (PAULO NETTO, 2011). A historicidade, no método, representa a sua procura “[...] no interior mesmo do objeto pesquisado, tomando-o como componente do processo histórico, e não apenas como resultado” (PONTES, 2016, p. 77). As sociedades, sejam elas de quaisquer naturezas (enfatiza-se, aqui, a sociedade capitalista), são totalidades em constante movimento, durante seu processo de produção e reprodução, resultantes da contradição existente entre as totalidades menores que compõem essa sociedade. Ao final, tem-se a sua mediação, a mediação dessas pequenas totalidades complexas, das relações dinâmicas que ocorrem no interior e entre estas (PONTES, 2016). O materialismo histórico-dialético não é um método estruturado em regras e etapas pré-

determinadas, como uma receita a ser seguida. Melhor ainda, é um olhar, uma perspectiva crítica e questionadora do movimento real, de onde o/a pesquisador/a parte para o objeto a ser investigado.

Partindo dessa orientação teórica, para uma maior profundidade no estudo, esta pesquisa é de abordagem qualitativa de tipo exploratório. A pesquisa qualitativa preocupa-se em investigar questões da realidade social que não podem ser quantificadas, dando maior relevância e profundidade para o mundo dos significados, dos valores e motivações encontradas nos sujeitos ou nas relações sociais, isto é, nas ações humanas (MINAYO, 2010). Ademais, um estudo exploratório proporciona que o/a pesquisador/a tenha um contato aprofundado com o problema a ser pesquisado oportunizando uma maior experiência (TRIVIÑOS, 1987).

A pesquisa qualitativa possui alguns pressupostos a serem considerados por pesquisadores que desejam fazer uso desta abordagem, são eles: o reconhecimento que os sujeitos são singulares, demandando ao/à pesquisador/a conhecer o sujeito da pesquisa; o reconhecimento da necessidade de conhecer e compreender a experiência social do sujeito, nas suas vivências; e o reconhecimento de que ao conhecer essa experiência social (seu modo de vida), deve saber elaborá-la. (MARTINELLI, 2012, p. 24-25). Por esses pressupostos, a pesquisa qualitativa foi a escolha mais coerente, visto a proposta ser estudar a repercussão do desemprego sobre a identidade profissional de sujeitos afastados de sua área principal, o Serviço Social.

No que se refere às técnicas de pesquisa e instrumentos adotados para a coleta de dados, foram utilizadas fontes primárias com o objetivo do contato direto com os envolvidos no problema inicialmente apresentado, no intuito de reforçar o conteúdo bibliográfico e aproximando a teoria da prática; assim, embasando com maior propriedade a realidade que envolve os sujeitos pesquisados. O universo da pesquisa corresponde ao Estado do Rio Grande do Sul e, a amostra, o Município de Santa Maria/RS, selecionado por amostra por conveniência. A amostra por conveniência é um tipo de amostragem na qual “[...] o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo” (GIL, 2008, p. 94). Como critério de inclusão consta: município de médio porte, cidade universitária referência para a região central do Rio Grande do Sul.

Em específico à área do Serviço Social, com relação à situação atual de Santa Maria: início da oferta do curso de Serviço Social à distância a partir do ano de 2007; dois anos após a instituição da educação à distância como modalidade educacional reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC); inclusão do curso presencial de Serviço Social na Universidade Federal de Santa Maria por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das

Universidades Federais<sup>8</sup> (REUNI), em 2010; e o encerramento das atividades do primeiro curso presencial de Serviço Social a ser ofertado no Município, pela Universidade Franciscana, IES comunitária, que disponibilizou o curso entre 2000 e 2019. Assim, a cidade que atende os critérios elencados dentro do Rio Grande do Sul é Santa Maria.

Com um *corpus* de 4 sujeitos, bacharéis ou assistentes sociais, pressupondo: interesse do sujeito em participar da pesquisa; formados/as e residentes em Santa Maria/RS no momento da pesquisa, com ao menos um ano de formação; interesse em atuar na área; e a condição de desemprego<sup>9</sup>. A amostragem eleita foi a intencional, onde os sujeitos foram selecionados a partir de um questionário *online* aplicado e com a indicação de sujeitos que atendessem aos critérios de inclusão na pesquisa pelos/as próprios entrevistados/as, consiste na técnica bola de neve. Conforme Vinuto (2014), a técnica

[...] mostra-se como um processo de permanente coleta de informações, que procura tirar proveito das redes sociais dos entrevistados identificados para fornecer ao pesquisador com um conjunto cada vez maior de contatos potenciais, sendo que o processo pode ser finalizado a partir do critério de ponto de saturação. (VINUTO, 2014, p. 204).

Assim, os sujeitos a serem estudados utilizam sua rede de contatos para recomendar outros potenciais participantes para a pesquisa, atendendo aos critérios de inclusão propostos. Como relatado, para caracterização e auxílio na seleção dos/as entrevistados/as, foi realizado um questionário *online* (APÊNDICE B), com questões fechadas e abertas, com assistentes sociais (e/ou bacharéis) que se formaram em Santa Maria/RS para a seleção dos sujeitos-alvos da pesquisa. O acesso aos/às profissionais se deu por meio de um convite de participação às IES credenciadas a ofertarem o curso de Serviço Social em Santa Maria/RS. Segundo informações do MEC, são 17 atualmente. Dessas, duas (2) são presencias e 15 de modalidade à distância, sendo duas (2) semipresenciais e 13 100% *online*, na qual os alunos comparecem à unidade apenas para realização de avaliações. A planilha disponibilizada pelo MEC<sup>10</sup> pode ser

<sup>8</sup> Trata-se de um programa de medidas do governo para a expansão e crescimento das Universidades Públicas, para acesso e permanência à Educação Superior, tendo sido iniciado em 2003 no território nacional (REUNI, 2010).

<sup>9</sup> Ainda que os/as pesquisadores/as bolsistas sejam considerados profissionais em situação de desemprego ou desalento, optou-se por não os incluir como público desta pesquisa, por entender que estão em exercício da profissão na área da pesquisa e em uma manutenção ativa de sua identidade profissional, através do contato direto com o Serviço Social e o seu coletivo.

<sup>10</sup> O e-MEC é um site específico do MEC, que conforme informações do site “[...] foi criado para fazer a tramitação eletrônica dos processos de regulamentação. Pela internet, as instituições de educação superior fazem o credenciamento e o recredenciamento, buscam autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos” (EMEC, 2020).



conferida pelo ANEXO A. O único critério de participação foi possuírem estudantes formados/as na Unidade. Somente 07 (sete) das 17 IES atendiam ao devido critério<sup>11</sup> e foram formalmente convidadas a participarem da pesquisa, para o fornecimento dos contatos dos estudantes egressos, sendo prestadas todas as informações necessárias. No entanto, somente duas concordaram em participarem e viabilizarem os *e-mails* dos estudantes egressos, assinando os documentos exigidos pelo Comitê de Ética, a Cartas de Conhecimento e de Anuência. As demais, ou justificaram a negativa pela inviabilidade contratual de divulgarem informações dos estudantes, ou não deram retorno.

O questionário passou por um período de testagem com quatro colegas de profissão. Através das sugestões dadas foram realizados os ajustes necessários para um melhor desempenho. A aplicação foi feita por meio da plataforma de pesquisa *online* disponível pelo *Google Forms*, um recuso da *Google* que permite a criação e gerenciamento de pesquisas. Ao todo, foram enviados 252 convites de participação, somente 164 chegaram ao destino (sem falhas no envio). Das 164, foram obtidas 15 devoluções (9%), sendo uma (1) recusa e 14 respostas. As respostas serão trabalhadas no próximo subtópico.

Para a segunda etapa da pesquisa de campo, foi realizada a entrevista individual semiestruturada como instrumento de coleta das informações, com o intuito de absorver de uma forma melhor os conhecimentos e o pensamento de cada um dos sujeitos entrevistados. Esse tipo de entrevista “[...] ao mesmo tempo que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação” (TRIVIÑOS, 1987, p. 146). O formulário (APÊNDICE C) contém questões abertas, proporcionando um espaço mais livre para o entrevistado.

Antes da aplicação foi realizada uma entrevista piloto com uma bacharel em Serviço Social em conformidade com os critérios elencados. Visto não ter sido necessária a alteração do instrumento, os dados da entrevista piloto foram aproveitados. Devido à pandemia de Covid-19 que assola o país, a entrevista se deu por meio *online*, na plataforma *Google Meet*, preservando, assim, a saúde das participantes. As entrevistas foram gravadas (áudio e imagem), para auxílio na transcrição, com o asseguramento de que todas as informações fossem absorvidas.

---

<sup>11</sup> Das 11 IES impossibilitadas de participarem: 01 recentemente havia cancelado o polo no Município e não foi possível a coleta de informações (IES 100% *online*); 03 ainda não possuíam estudantes formados/as (IES semipresencial e 100% *online*); 03 não oferecem o curso de Serviço Social, ainda que credenciados (IES 100% *online*); e 04 não souberam informar se havia ou não estudantes formados/as pelo polo em específico (IES 100% *online*).

Por fim, foram utilizadas fontes secundárias, que nada mais são do que consultas a dados já existentes. Primeiramente, em um referencial bibliográfico, textos escritos já produzidos, que auxiliaram na sustentação teórica e aproximação com o conteúdo necessário na interpretação para a produção de novos dados, através de leis, decretos, artigos, documentos e produções acadêmicas em geral. Foram utilizados conceitos e teorias da sociologia do trabalho para o entendimento de identidade e identidade profissional em meio à globalização e ao avanço desenfreado do neoliberalismo e do que sua cultura proporciona.

### **1.1.1 O processo e os caminhos da análise de dados**

Neste estudo, a análise de conteúdo foi a escolhida para a representação dos dados obtidos por meio das entrevistas (material verbal). Esse tipo de análise orientou a forma de interpretação e reflexão dos dados primários na teorização e compreensão da realidade social apresentada. A análise de conteúdo

[...] constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum. (MORAES, 1999, p. 8).

Trata-se de um conjunto de técnicas de análise das diferentes formas de comunicação, de fonte verbal ou não verbal. No entanto, sabe-se que existem inúmeras vertentes para a execução da análise de conteúdo. Para este estudo, o autor escolhido como base foi Roque Moraes, visto sua defesa marcante do uso da análise de conteúdo para estudos com abordagem qualitativa. Segundo Moraes (1999), partindo da abordagem qualitativa, a análise de conteúdo possui uma série de pressupostos que auxiliam na captação do sentido simbólico do texto, que nem sempre se apresenta de forma explícita e nem de modo único quanto ao significado. Por fim, essa escolha tem o intuito de proporcionar confiabilidade e validade ao estudo em andamento.

A análise de conteúdo apresenta mais de uma modalidade que pode ser adotada conforme as necessidades do/a pesquisador/a, são elas: “Análise Lexical”, “Análise de Expressão”, “Análise de Relações”, “Análise de Avaliação” ou “Representacional”, “Análise Temática” e “Análise de Enunciação”. Cada uma serve a um objetivo específico, exigindo técnicas e passos particulares. A análise de conteúdo também cataloga seis questões básicas que orientam a análise, conforme o seu objetivo: “quem fala?”; “para dizer o quê?”; “a quem?”; “de

que modo?"; "com que finalidade?"; e "com que resultados?". Esse estudo se dirigiu a responder à pergunta "para dizer o quê?" sobre a mensagem obtida por meio das entrevistas, ou seja, direcionada "[...] para as características da mensagem propriamente dita, seu valor informacional, as palavras, argumentos e idéias nela expressos" (MORAES, 1999, p. 13). Assim, esta pesquisa optou pelo uso da técnica "Análise Temática".

Fazer uma análise temática consiste em descobrir os *núcleos de sentido* que compõem uma comunicação, cuja *presença* ou *frequência* signifiquem alguma coisa para o objeto analítico visado. [...] Para uma análise de significados a presença de determinados temas denota estruturas de relevância, valores de referência e modelo de comportamento presentes ou subjacentes no discurso. (MINAYO, 2010, p. 316, grifo da autora).

Moraes (1999) elencou cinco etapas<sup>12</sup> que constituem a análise de conteúdo, especialmente sob os moldes da análise temática, em casos de pesquisas de abordagem qualitativa: "preparação das informações", "unitarização", "categorização", "descrição" e "interpretação". Dessa forma, a "preparação" se deu após a coleta das informações, por meio das entrevistas, tendo sido realizada a transcrição das entrevistas e uma leitura flutuante para identificação das informações caracterizadas como mais relevantes e representativas ao atendimento dos objetivos e questões norteadoras<sup>13</sup> desta pesquisa.

Após a leitura flutuante, iniciou-se a "codificação" das entrevistas, onde as entrevistadas foram identificadas por meio de um código formado por uma sigla e um número, SJT (sujeito) e o número correspondente à ordem na qual ocorreram as entrevistas. No texto, cada linha foi enumerada, para fins de organização. A codificação é um recurso útil, já que quem analisa necessita recorrer frequentemente ao material, possibilitando maior facilidade no processo de análise.

O passo seguinte foi a "unitarização". Por meio da releitura do material foram elencadas as unidades de análise. "Também denominada 'unidade de registro' ou 'unidade de significado', a unidade de análise é o elemento unitário de conteúdo a ser submetido posteriormente à

<sup>12</sup> Outros autores, como Minayo (2010) em seu livro *O desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*, elencam três etapas em específico para a modalidade de Análise Temática: pré-análise; exploração do material; e tratamento dos dados obtidos e interpretação.

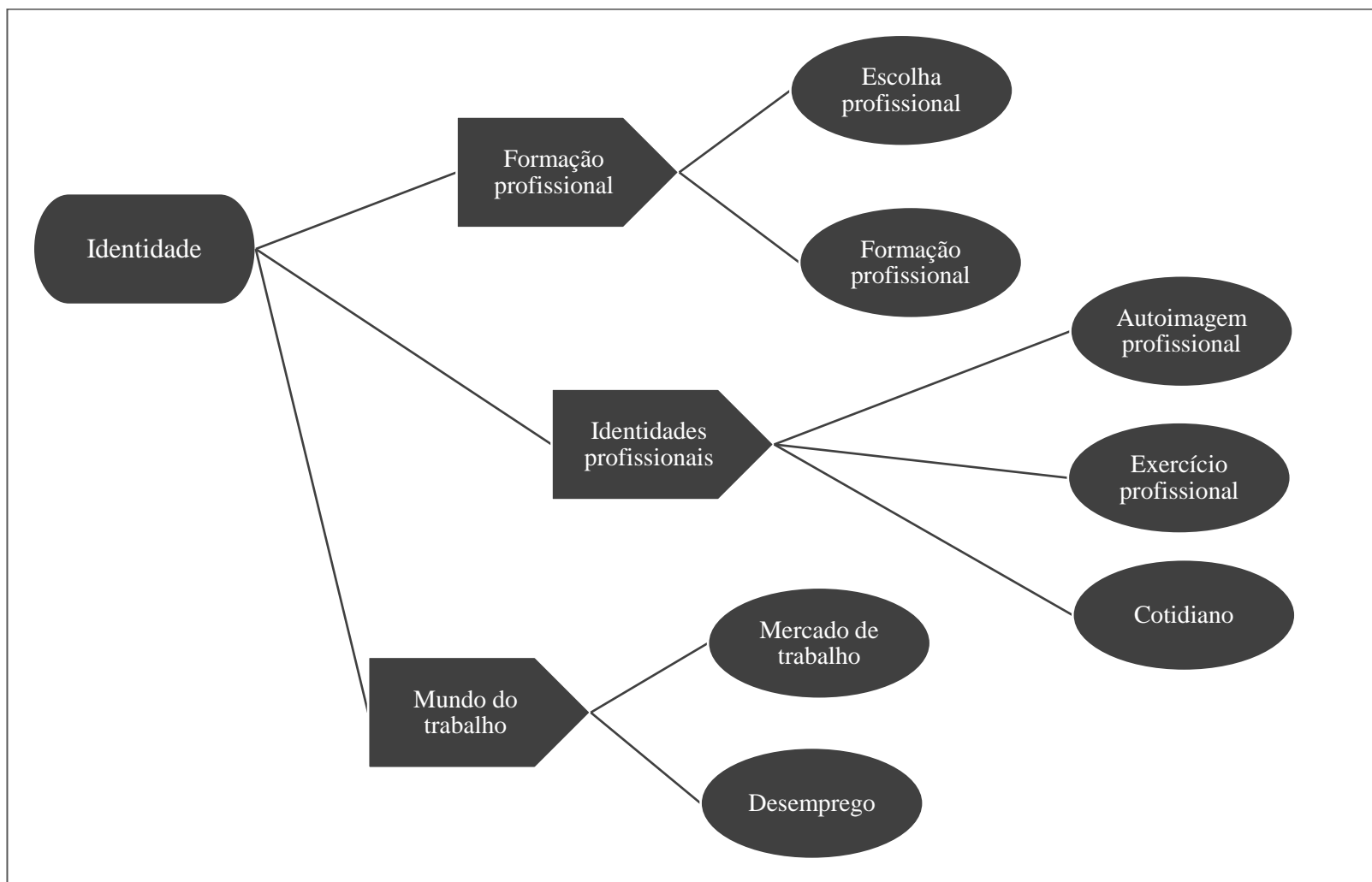
<sup>13</sup> Usualmente, em pesquisas qualitativas, são utilizadas questões de pesquisa (ou questões norteadoras) no lugar de hipóteses, que estão mais relacionadas a pesquisas de cunho quantitativo. Questão de pesquisa "[...] representa o que o investigador deseja esclarecer [...] A Questão de Pesquisa deve reunir algumas condições que permitem não ter dúvida alguma sobre o que ela significa: precisão, clareza, objetividade etc., e deve servir aos propósitos manifestos e latentes da pesquisa. A Questão de Pesquisa parte das idéias colocadas na formulação do problema e dos objetivos da investigação" (TRIVIÑOS, 1987, p. 107).

classificação” (MORAES, 1999, p. 16). Essas podem ser definidas por meio de palavras, frases ou tema. Para esta análise, a escolha adotada foram unidades de análise por meio de frases. Em seguida, foram definidas unidades de contexto, que serviram de referência às unidades de análise. Ainda que a unidade de análise deva ter um significado completo, acaba por perder significado durante o processo e a unidade de contexto auxilia na preservação desse significado completo.

Como próximo passo, realizou-se a “categorização”, que diz respeito à etapa de agrupamento/classificação dos dados coletados conforme o que há de semelhante entre eles, segundo critérios pré-estabelecidos (MORAES, 1999), os quais, nesse caso, foram associados ao tema, isto é, à categorização temática. Para este estudo, em específico, a abordagem partiu do cunho dedutivo-verificatório, onde foi eleita como categoria final a **identidade**. Todavia, este estudo esteve comprometido a não se limitar somente ao conteúdo manifestado por meio das entrevistas, mas também ao seu conteúdo latente, buscando a identificação dos significados implícitos.

A fim de dar conta do conteúdo latente adotaram-se categorias empíricas para as categorias de nível inicial, bem como para as de nível intermediário. Com relação à escolha das categorias prezou-se pelo atendimento aos critérios de validade, exaustividade, homogeneidade, exclusividade e objetividade (MORAES, 1999) em todos os seus níveis. O Fluxograma 2 abaixo, dispõe a categoria final, as intermediárias e as iniciais, respectivamente.

Fluxograma 2 – Esquema da categoria final identidade



Fonte: A autora (2020).

Ao final, iniciou-se a “descrição” e a “interpretação”, quarta e quinta etapas, respectivamente. Na descrição, tratando-se de uma pesquisa qualitativa, os resultados obtidos foram transformados em um texto-síntese conforme a categoria final (incluindo nela as categorias intermediárias e iniciais), no qual foram descritos os significados expressos nas unidades de análise através das citações diretas. Tendo sido feita a descrição, partiu-se para a interpretação, parte fundamental de uma pesquisa de vertente qualitativa, na qual “[...] o faz não só sobre conteúdos manifestos pelos autores, como também sobre os latentes, sejam eles ocultados consciente ou inconscientemente pelos autores” (MORAES, 1999, p. 24-25). O resultado do processo de análise, manifestado na interpretação, poderá ser conferido no Capítulo 4 desta dissertação.

### **1.1.2 Caracterização dos sujeitos participantes da pesquisa**

Nesta subdivisão, será apresentada uma caracterização geral dos sujeitos que responderam ao questionário *online* (provenientes do contato com as IES participantes e pela bola de neve). Como informado, um convite foi enviado aos *e-mails* cedidos pelas IES para que respondessem ao questionário através da plataforma *Google Forms*. O período de coleta correspondeu ao mês de maio de 2020 e foi obtido um retorno de 15 pessoas, sendo que uma delas se negou a prestar as informações. Os resultados a serem apresentados compõem as respostas dadas pelos/as 14 somado às três assistentes sociais que participaram por meio da entrevista piloto e da bola de neve. Assim, a caracterização se baseia em 17 respostas. Iniciou-se identificando a alta parcela do gênero feminino das respondentes, sendo 16 mulheres<sup>14</sup> e somente um (1) homem.

O Quadro 2 abaixo apresenta um panorama da formação das participantes do questionário. Conforme os dados, tem-se uma maioria de profissionais formadas na modalidade presencial, sendo 14 (catorze)<sup>15</sup> formadas pelo presencial e 3 (três) pela EAD, com a distinção de que duas cursaram o semipresencial. O número de presenciais é expressivo pelo fato de a IES que forneceu o maior número de contatos ser presencial, uma presencial privada. Essa última especificidade, sistema público ou privado, é significativo, pois obteve-se o contato de apenas uma (1) pessoa que se formou pela Educação Superior pública. Um outro dado diz

<sup>14</sup> Por essa razão, quando possível, procurou-se utilizar o gênero feminino durante a escrita, respeitando também as colocações e estilos dos autores utilizados.

<sup>15</sup> Visto o quantitativo da amostra ser um número pequeno, optou-se pelo uso de números absolutos durante a caracterização, não dando, assim, a ideia de afirmações generalizadas.

respeito ao ano de formação. O tempo de formação vai de um ano até quinze anos, sendo a maior média entre dois e sete anos. A maioria possui somente a graduação em Serviço Social, com 10 (dez) pessoas; 3 (três) com especialização *lato sensu*; e 2 (duas) em nível de mestrado *stricto sensu*, 2 (duas) possuem uma outra graduação além do Serviço Social. Percebe-se que poucos são aqueles que procuram ou possuem oportunidades de aumentarem seu nível de formação, dentro ou não da área do Serviço Social.

Quadro 2 – Situação e condição da formação:

Modalidade	Tipo de IES	Ano de formação	Nível de Formação
Presencial	Privada	2019	Especialização
Presencial	Privada	2012	Mestrado
Presencial	Privada	2011	Graduação
Presencial	Privada	2010	Graduação
Presencial	Privada	2017	Graduação
Presencial	Privada	2011	Graduação
Presencial	Privada	2013	Mestrado
Presencial	Privada	2017	Graduação
Presencial	Privada	2004	Especialização
Presencial	Privada	2016	Graduação
À distância – 100% online	Privada	2014	Graduação
Presencial	Privada	2017	Graduação
Presencial	Privada	2009	Outra graduação
Presencial	Pública	2018	Outra graduação
À distância – semipresencial	Privada	2018	Graduação
À distância – semipresencial	Privada	2018	Graduação
Presencial	Privada	2012	Especialização

Fonte: A autora (2020).

A respeito da atual situação de trabalho das participantes, 6 (seis) estão empregadas como celetistas; 3 (três) declaram ser servidoras públicas concursadas; 2 (duas) são empregadas por meio de contrato temporário; 1 (uma) autônoma; e, por fim, destaca-se que 6 (seis) declararam estar em situação de desemprego, com 2 (duas) delas exercendo um trabalho informal, e 2 (duas) em desalento<sup>16</sup> (tipo de desempregado). Uma das participantes foi incluída em duas alternativas por trabalhar em dois espaços diferentes, como assistente social, com regimes de contratação distintos, em um como servidora e em outro como celetista. Tais informações podem ser conferidas no Quadro 3.

<sup>16</sup> Apresentam-se, como alternativa, durante o questionário, as novas manifestações das relações de trabalho, como o trabalho intermitente; porém, não houve nenhum caso do tipo.

Quadro 3 – Condição de trabalho atual

Situação de trabalho	Função/área
Desempregado (ou trabalho informal)	Vendedora online de roupas
Desempregado (ou trabalho informal)	-
Empregado formal – contrato temporário	Assistente social
Empregado formal – CLT	Assistente social
Desempregado (ou trabalho informal)	-
Empregado formal – CLT	Líder de Setor Supermercado atacadista
Autônomo	Comerciante
Empregado formal – CLT	Auxiliar de disciplina
Emprego formal – servidor público / Empregado formal – CLT	Assistente Social
Empregado formal – CLT	Assistente Social
Emprego formal – servidor público	Técnica setor habitação – Assistente Social
Empregado formal – contrato temporário	Secretaria de Assistência social
Empregado formal – CLT	Assistente Social
Emprego formal – servidor público	Aposentado
Desalento (ou desemprego oculto pelo desalento)	-
Desalento (ou desemprego oculto pelo desalento)	-
Desempregado (ou trabalho informal)	Administradora em posto de gasolina

Fonte: A autora (2020).

Quanto à experiência profissional, 9 (nove) possuem experiência na área e 8 (oito) não possuem. Pode-se afirmar que quase a metade dos participantes não possuem qualquer experiência no campo do Serviço Social, como pode ser verificado na Tabela 1.

Tabela 1 – Indicação de experiência no Serviço Social

Experiência no Serviço Social	Número
Sim	9
Não	8

Fonte: A autora (2020).

Partindo das nove (9) profissionais que atuam ou já atuaram como assistente social, foram levantadas as particularidades dessa experiência profissional. As características dessa atuação perpassam a natureza de instituição; a cidade onde ocorreu o trabalho; o vínculo empregatício; a área; o tempo/duração; a carga horária semanal; e o salário ou remuneração.

A partir das informações contidas no Quadro 4, pode-se ter uma pequena dimensão de como ocorre o mercado de trabalho do Serviço Social, em específico no Rio Grande do Sul, e as experiências vivenciadas pelas profissionais (sendo esse o seu emprego atual ou não). Primeiramente, deve-se lembrar que uma das participantes trabalha em dois locais diferentes. Quanto à natureza: cinco (5) em instituições públicas; duas (2) em entidades filantrópicas; três



(3) em instituições privadas. Sobre a cidade, apenas cinco (5) exerceram/exercem sua profissão em Santa Maria/RS. Considerando que todas as profissionais se formaram em Santa Maria/RS, pouco mais que a metade encontrou espaço no mercado de trabalho do município, as demais encontraram oportunidades em outros municípios do Estado. O vínculo empregatício varia entre duas (2) servidoras, quatro (4) com carteira assinada, três (3) com contrato temporário, e uma (1) terceirizada, sendo a instituição de origem uma cooperativa<sup>17</sup>. Ainda que um dos casos de temporário seja enquanto residente, ressalta-se que nas cinco (5) instituições públicas, tem-se três (3) temporárias. Os casos de contratos temporários por processo seletivo simplificado podem ser provenientes de uma necessidade emergencial e momentânea, como também pode estar relacionado com a estratégia de cunho financeiro, em não estabilizar o profissional. A rotatividade de profissionais é prejudicial para a criação de vínculos e para a segurança passada a usuários/as dos serviços públicos.

O contexto trazido vem confirmar a associação do Serviço Social à Política de Assistência Social. Das oito (8) profissionais, seis (6) trabalham na Assistência Social; duas (2) na Saúde; uma (1) na Educação e uma (1) no setor empresarial. Sendo que a profissional que atua em dois locais, trabalha na Assistência Social e na Saúde. No que concerne ao tempo de experiência, duas (2) profissionais estão entre 9 e 10 anos no mesmo espaço de trabalho e nos dois casos são celetistas. Em seguida, das mais antigas, três (3) possuem experiência de 4 anos na profissão, sendo uma servidora e a outra a residente que agora não está atuando. O período de residência multiprofissional na Saúde é de 24 meses (2 anos). Pode-se interpretar que a profissional exerceu duas residências seguidas. Mais que uma especialização na área da Saúde, em Santa Maria/RS a residência acaba por aparecer como uma forma de inserção no mercado de trabalho, obtendo uma renda, ainda que temporária.

Sobre a carga horária semanal, metade exerceu/exerce a profissão dentro das 30 horas determinadas pela lei de duração do trabalho de assistente social, três (4) trabalham/trabalharam no regime de 40 horas, uma (1) teve sua experiência no regime de 60 horas semanais – trata-se da residência que, por ser uma especialização, une o tempo de teoria ao tempo de prática. A

---

<sup>17</sup> As cooperativas são sociedades de pessoas que contribuem, mutuamente, com bens e serviços de atividade econômica, não visando ao lucro, possuindo natureza jurídica própria. Possui lei própria, Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo. A respeito do/a trabalhador/a cooperado/a, conforme o art. 442 da CLT (BRASIL, 1943), que trata do contrato individual de trabalho, em seu parágrafo único, afirma: “Qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviços daquela.”

profissional que aglutina dois trabalhos também possui uma jornada de 60 horas semanais, uma com 40 horas e outra com 20 horas em municípios diferentes (com uma distância de 37,7 Km).

Enfim, tem-se o salário ou remuneração recebida. Levando em conta o salário-mínimo correspondente ao período de experiência, uma (1) informou que recebia de 1 a 2 salários-mínimos, quatro (4) recebem de 2 a 3 salários-mínimos, duas (2) recebia de 3 a 4 salários-mínimos, uma (1) recebe de 4 a 5 salários-mínimos e uma (1) – aquela que acumula dois trabalhos – recebe acima de 5 salários-mínimos. Se for utilizado o valor atual do salário-mínimo de R\$ 1.045,00, poucas são as profissionais que recebem/recebiam um valor acima de R\$ 3.135,00 (3 SM), sendo aquelas com as maiores jornadas de trabalho, demonstrando assim a desvalorização da profissão no mercado de trabalho. Como já dito, somente seis permanecem atuando nos espaços ocupacionais informados. Dessa forma, das 17 respondentes, somente 6 (seis) trabalham como assistentes sociais.

Quadro 4 – Particularidades da experiência profissional

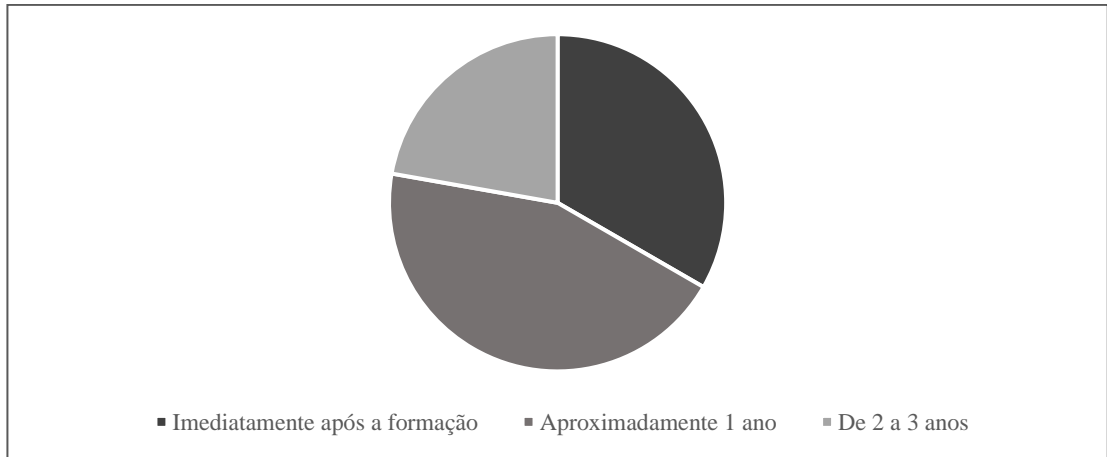
<b>Natureza da Instituição</b>	<b>Cidade</b>	<b>Vínculo</b>	<b>Área</b>	<b>Duração</b>	<b>C.H.</b>	<b>Salário</b>	<b>Trabalho Atual</b>
Pública	Santa Maria/RS	Temporário/ Residente	Saúde	4 anos	60h	03 a 04 SM	Não
Pública	Seberi/RS	Temporário	Assistência Social	5 meses	30h	02 a 03 SM	Sim
Entidade Filantrópica	Santa Maria/RS	Carteira assinada	Educação	9 anos	30h	02 a 03 SM	Sim
Pública	Santa Maria/RS	Temporário	Assistência Social	1 ano e meio	30h	01 a 02 SM	Não
Pública/ Privada	Agudo/RS Nova Palma/RS	Servidora / Carteira assinada	Assistência Social/ Saúde	2 anos (em ambos)	40h/ 20h	Acima de 05 SM	Sim
Entidade Filantrópica	Jaguari/RS	Carteira assinada	Assistência Social	2 anos	40h	02 a 03 SM	Sim
Pública	Quaraí/RS	Servidora	Assistência Social	4 anos	30h	02 a 03 SM	Sim
Privada	Santa Maria/RS	Carteira assinada	Assistência Social	10 anos	40h	04 a 05 SM	Sim
Privada	Santa Maria/RS	Terceirizada (cooperativa)	Assessoria e Consultoria empresarial	4 anos	40h	03 a 04 SM	Não

Fonte: A autora (2020).

O Gráfico 1 aponta o tempo que as nove (9) profissionais levaram para ingressar no mercado de trabalho como assistentes sociais após a formação. Das nove (9), 3 (três) conseguiram ingressar no mercado de trabalho como assistentes sociais imediatamente após a

formação. São 2 (duas) aquelas que levaram aproximadamente um ano, e 2 (duas) as que ingressaram entre dois a três anos após a conclusão do curso.

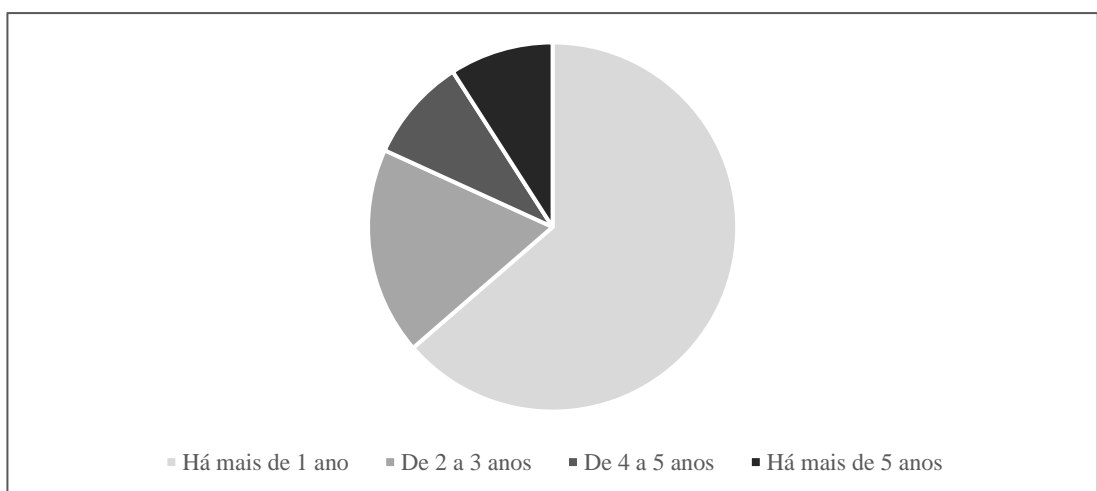
Gráfico 1 – Tempo levado para ingressar no mercado de trabalho do Serviço Social após a formação



Fonte: A autora (2020).

São 11 as profissionais afastadas da área. O Gráfico 2 marca o tempo de afastamento do Serviço Social. Tem-se que, das 11 assistentes sociais que estão afastadas, trabalhando em outra área, ou desempregada, 7 (sete) estão sem exercer a profissão há mais de um ano; 2 (duas) de 2 a 3 anos; 1 (uma) de 4 a 5 anos – sendo essa a única que não tem mais interesse em atuar na área, mesmo já tendo exercido a profissão, alega ter se frustrado – e 1 (uma) há mais de 5 anos.

Gráfico 2 – Tempo de afastamento do Serviço Social



Fonte: A autora (2020).

Assim, através desses dados, pode-se afirmar que o mercado de trabalho do Serviço Social é disputado, uma vez que um pouco mais que a metade das participantes nunca conseguiu

atuar na área e mais duas (sem considerar a profissional que não tem intenção em voltar a atuar como assistente social) que possuem experiência; porém, não conseguiram retornar ao mercado. Quando dentro, corre-se o risco de ser um profissional temporário, ou com uma carga horária que não corresponde às 30 horas, ou com um salário não condizente com profissão, tendo que aglutinar dois espaços de trabalho para complementação da renda.

A partir do questionário *online*, foram selecionados os sujeitos passivos de participarem da entrevista, com base nos critérios já apontados, sobretudo, condição de desemprego e interesse em ainda exercer a profissão. Além do questionário, foi utilizada a técnica de bola de neve para acessar as demais entrevistadas. No Quadro 5, apontam-se os caminhos percorridos para acessar as participantes da pesquisa: SJT1; SJT2; SJT3 e SJT4. Uma entrevista piloto foi realizada a fim de testar o formulário. Como não foi necessário fazer alterações significativas (somente a inclusão de uma questão) e a entrevistada atendia a todos os critérios, foi possível o seu aproveitamento.

Quadro 5 – Processo de seleção e execução das entrevistas

<b>Codificação</b>	<b>Coleta das participantes das entrevistadas</b>
<b>SJT1</b>	Entrevista Piloto
<b>SJT2</b>	Questionário <i>Online</i>
<b>SJT3</b>	Bola de Neve
<b>SJT4</b>	Bola de Neve

Fonte: A autora (2020).

Aqui será especificado o perfil parcial das participantes da entrevista *online*, a partir do questionário e das questões estruturadas do formulário de entrevista. Conforme pode ser visualizado no Quadro 6, algumas características podem ser destacadas a partir das particularidades das entrevistadas.

Em primeiro lugar, todas as participantes são do gênero feminino, reforçando a representação majoritária das mulheres no Serviço Social, característica presente desde a gênese da profissão. Sobre a naturalidade, três (3) das assistentes sociais são naturais de Santa Maria/RS apenas uma (1) de outro Estado, Rio de Janeiro/RJ. Essa última migrou para Santa Maria para outros fins, que não educacionais. Quanto à raça/etnia, três (3) se identificaram como brancas e uma (1) como parda. Nas demais identificações, possuem idade entre 31 e 53 anos, duas (2) casadas e duas (2) solteiras e, com relação à religião, duas (2) se declararam católicas – frisando não serem praticantes, isto é, com uma participação ativa –, uma (1) evangélica e uma (1) sem qualquer religião. O cristianismo, além de se apresentar nos

primórdios da profissão, é uma religião (com suas ramificações) de grande manifestação na história e na atualidade do país.

No âmbito formativo, três (3) possuem de um a dois anos de formação, e uma (1) oito anos. Duas (2) cursaram na modalidade semipresencial (EAD) e duas (2) no presencial, e todas graduadas pela Educação privada. Sobre o nível de formação, somente uma assistente social possui especialização (Residência) para além da graduação, sendo essa a única com experiência na área (durante a residência e em outros espaços sócio-ocupacionais).

Quadro 6 – Identificação das entrevistadas

	<b>SJT1</b>	<b>SJT2</b>	<b>SJT3</b>	<b>SJT4</b>
<b>Gênero</b>	Feminino	Feminino	Feminino	Feminino
<b>Naturalidade</b>	Rio de Janeiro/RJ	Santa Maria/RS	Santa Maria/RS	Santa Maria/RS
<b>Raça/Etnia</b>	Parda	Branca	Branca	Branca
<b>Idade</b>	31	53	42	31
<b>Estado civil</b>	Casada	Casada	Solteira	Solteira
<b>Religião</b>	Evangélica	Católica não praticante	Católica não praticante	Sem religião
<b>Ano de Formação</b>	2018	2017	2018	2012
<b>Modalidade</b>	Semipresencial	Presencial	Semipresencial	Presencial
<b>Tipo de IES</b>	Privado	Privado	Privado	Privado
<b>Nível de Formação</b>	Graduação	Graduação	Graduação	Especialização/ Residência

Fonte: A autora (2020).

Ressalta-se que, no período de realização de entrevistas, o Brasil foi afetado pela pandemia de Covid-19 e mudanças na forma de aplicação foram necessárias para a segurança das participantes e da entrevistadora. A entrevista de modo remoto representou um desafio ao ter que lidar com as plataformas de reuniões *online*. Exigiu uma flexibilidade, um preparo maior nos materiais e condições de entrevista (material audiovisual). Por essa razão, além da gravação de áudio, houve a gravação em vídeo. Essa foi uma saída para a preservação das informações verbais e não verbais que acontecem durante uma entrevista.

### 1.1.3 Aspectos éticos

Um dos itens primordiais a serem destacados quanto ao aspecto ético é o sigilo profissional. Esse requisito foi garantido às participantes da pesquisa, tanto na execução do

questionário quanto na aplicação da entrevista. Respondendo, dessa forma, ao Código de Ética<sup>18</sup> que regulamenta o exercício do Serviço Social e ao Código de Ética<sup>19</sup> que orienta a realização de pesquisas com seres humanos do Ministério da Saúde. No questionário foram encaminhados o Registro de Consentimento para Estudos *online* (APÊNDICE D) para aceite e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE E). Para além, a dissertação (enquanto projeto de pesquisa) foi cadastrada no Sistema de Pesquisa da PUCRS – SIPESQ (ANEXO B) e aprovada pela Comissão Científica da Escola de Humanidades. Posteriormente, cadastrada na Plataforma Brasil e apreciada pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEP da PUCRS (ANEXO C), sendo o número do parecer 4.015.938. Para além, no decorrer da entrevista, preocupou-se com o respeito das vontades e necessidades das entrevistadas, zelando, da mesma forma, pela transparência nas informações prestadas.

Quanto à devolução dos resultados desta pesquisa, após a defesa e ajustes finais, ocorrerá da seguinte forma: para a comunidade acadêmica, divulgação em eventos correspondentes à área e publicação de trabalhos acadêmicos para colaboração com os/as demais colegas pesquisadores; aos sujeitos pesquisados, protagonistas da investigação, a devolução ocorrerá em uma reunião do NUCRESS Centro – para a qual todas as participantes da pesquisa serão convidadas – na socialização dos resultados e debate a respeito de uma temática tão cara à categoria profissional.

## 1.2 DA DISPOSIÇÃO DOS CAPÍTULOS

Tendo sido articulado esse contato inicial com a pesquisa, para o atendimento dos objetivos e das questões norteadoras, a dissertação estará dividida em quatro capítulos, incluindo o capítulo de introdução. No Capítulo 2 serão abordadas as concepções de identidade e a identidade profissional do Serviço Social, trazendo a literatura própria sobre o tema e as contribuições da teoria bourdieusiana na relação entre o *habitus* e a identidade profissional.

---

<sup>18</sup> O Código de Ética, em seu artigo 5º, cita como um dos deveres dos/as assistentes sociais, no que se refere às relações com os/as usuários/as (entendendo como usuários/as, nesse caso, os sujeitos pesquisados), “[...] devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos/às usuários/as, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses” (BRASIL, 1993b).

<sup>19</sup> Apresentado pela Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Ministério da Saúde, traz as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

No Capítulo 3, a proposta será tratar sobre o conceito marxista de trabalho<sup>20</sup> e suas alterações no sistema capitalista de produção. Também serão debatidos: a nova racionalidade neoliberal, que traz (impõe) um novo modo de ser à sociedade e à classe trabalhadora; bem como a análise do desemprego como manifestação da questão social e a situação mercadológica do Serviço Social. Após os capítulos teóricos que fundamentam a pesquisa, seguir-se-á para o Capítulo 4, que corresponderá aos achados que emergiram da etapa empírica, na teorização com base na informações coletadas com assistentes sociais em situação de desemprego na cidade de Santa Maria/RS.

Ao final, apresentam-se as considerações finais, baseadas no caminho teórico traçado, bem como a análise e interpretação dos dados empíricos. Essas consistem na compreensão e afirmação da complexidade do tema escolhido, em que a própria definição de uma identidade ao Serviço Social se apresentou como desafio. Perpassa uma série de elementos a serem considerados: a gênese da profissão, a imagem social, a formação acadêmico-profissional, o mercado de trabalho, o exercício profissional e a sua autoimagem. Por fim, de fato, o não-trabalho, a não atuação impacta sobre a saúde mental de assistentes sociais e promove, gradativamente, um maior afastamento do universo profissional, incidindo, em alguma medida, sobre a sua identidade profissional. Entretanto, percebe-se que esse fator é mais latente nas profissionais que nunca atuaram enquanto assistente social; quando há a experiência profissional, essa proporciona uma maior proximidade e autoafirmação quanto à profissão escolhida, ainda que no desemprego. Ou seja, o não-trabalho não é um fator limitante à identidade, uma vez que o contato com uma profissão pode deixar marcas sobre a identidade pessoal do indivíduo e acabar se manifestando em sua vida cotidiana; no entanto, ela é um elemento impactante para a validação e autorreconhecimento do “ser assistente social”.

---

<sup>20</sup> Reforça-se que, no que tange à conceituação de trabalho, assim como a metodologia desta dissertação, alicerça-se na teoria marxista. O que se traz de novo, de enriquecimento para a autoanálise do Serviço Social, é a teoria bourdieusiana no estudo da identidade, através das principais categorias do autor.

## 2 DA CONCEITUAÇÃO DE IDENTIDADE À IDENTIDADE PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

Inicia-se este tópico ressaltando a importância de apreender os conceitos de identidade, visto o tema proposto pela pesquisa, antes de adentrar-se nas particularidades da identidade profissional do Serviço Social brasileiro. A identidade é um assunto complexo e não há um conceito estanque. Na literatura e na academia são vários os caminhos para se compreender e conceituar identidade, são várias as áreas que se propuseram e se propõem a compreender no que consiste a identidade e podem ser citadas aqui a filosofia, a psicologia e a sociologia. E, até mesmo dentro de cada uma delas, existem vertentes de pensamento distintas.

Essa é uma temática que persiste atualmente. Discute-se sobre identidade cultural, sobre identidade de gênero, sobre identidade de classe, de raça e etnia, entre outras formas de perceber identidade. A identidade é ordinariamente ligada ao reconhecimento; afinal, é o nome popular do documento oficial que indica a origem de uma pessoa (nacionalidade, naturalidade, filiação), e que o legitima como um ser “único”. O dicionário da língua portuguesa, além de reconhecer como uma das definições de identidade o “documento”, a “cédula”, elenca outras séries de possibilidades geralmente aceitas e utilizadas no dia a dia da população. Ele define identidade como “[...] estado de semelhança absoluta e completa entre dois elementos com as mesmas características principais; série de características próprias de uma pessoa ou coisa por meio das quais podemos distingui-las” (MICHAELIS, 2020), entre outros. A palavra deriva do latim nos termos *identitas* significando “a mesma coisa” e *idem*, no sentido de “o mesmo”. E nisso se baseia o senso comum, a concepção popular, entendendo a “[...] identidade do sujeito como algo que o caracterize enquanto tal, distinguindo-o e o tornando semelhante a determinado grupo” (STEFANI; SALVAGNI, 2011, p. 22).

Como dito, a identidade é alvo de estudos de diferentes campos, podendo até ser considerada interdisciplinar, onde cada esfera da ciência humana tem um subsídio a oferecer. A exemplo, na filosofia, “[...] a noção de identidade nasce juntamente com a ideia de ser, ou de coisa, uma das primeiras noções que as pessoas adquirem na vida e no relacionamento social” (MAIA, 2008, p. 31). Na filosofia há diferentes abordagens a serem adotadas. Pode-se compreender a identidade através de um viés cartesiano onde o “eu” é destacado do mundo, das relações com os outros e com a história. Outras duas formas são analisar a identidade através: de um enfoque pragmático, oposta à anterior, uma vez que entende a identidade por meio de uma dialética entre o mesmo (o “eu”) e o outro, levando em conta o tempo e o espaço; do aspecto semântico na relação entre o sujeito que fala e o seu discurso (STEFANI; SALVAGNI,



2011). Sob a perspectiva da linguagem, a filosofia da linguagem proporcionou um entendimento da identidade ao observar a comunicação e o uso do signo linguístico, e a existência da subjetividade que provém da linguagem. A linguagem é a expressão da identidade, e isso perpassa por pronomes e verbos, a exemplo, pronomes que identificam o sujeito “eu” e a alteridade; o outro (como partícipe da constituição de si), “tu”; a noção de espaço e tempo nos pronomes demonstrativos, trazendo a ideia de proximidade e distanciamento a alguém ou a algo (MAIA, 2008).

São inúmeras as possibilidades de se abordar o tema; todavia, este trabalho não se propõe a mergulhar em todas as conceituações da categoria identidade. Para um maior aprofundamento, prezando pela qualidade no processo criativo e crítico da escrita, escolhas se tornam exigências a quem pesquisa. E a escolha aqui feita foi trazer a contribuição de autores da sociologia para nos servir de base teórica na reflexão sobre identidade e, por fim, a própria identidade profissional do Assistente Social.

Neste capítulo, primeiramente, a proposta é perpassar por algumas percepções e estudos sobre a identidade, através da compreensão do homem, enquanto gênero, até a identidade de classe, em uma visão da teoria marxista, abordando os autores que se preocuparam em estudar as modificações do entendimento sobre a identidade social, culminando nas transformações provocadas pela globalização, que se manifestam na modernidade tardia, como nomeou Hall (2006), assim como a perspectiva de identidade abordada por Dubar (2009, 2005), visando à interlocução com a noção de *habitus* em Bourdieu (1983, 1989, 2007a, 2007b, 2007c, 2008) e seu quadro analítico e conceitual, para dar sustentação ao autor escolhido a fim de se pensar a identidade profissional do Serviço Social na atualidade.

Posteriormente, partir-se-á para o aprofundamento da identidade profissional do Serviço Social. Primeiro, partindo-se das principais obras na área do Serviço Social, para, então, compreender a identidade profissional do Assistente Social a partir da teoria bourdieusiana, relacionando-a a um *habitus* profissional, promovendo um parâmetro que possa auxiliar na análise dos dados empíricos a serem abordados no capítulo empírico.

## 2.1 A IDENTIDADE NAS CONCEPÇÕES DAS CIÊNCIAS SOCIAIS: DA ESTABILIDADE À FRAGMENTAÇÃO

A identidade não foi objeto de estudo na teoria marxiana. Contudo, percebe-se nos autores marxistas o uso e aproximação entre a noção de identidade à noção de consciência, de consciência de classe, e uma consciência livre, no sentido de libertação do estranhamento, e

reaproximação do indivíduo ao seu gênero, só possível com a superação do capital. Isso se identifica nos estudos de Lessa (2004) e Bogo (2010) e até mesmo de Martinelli (2011)<sup>21</sup>, autora pioneira sobre a identidade do Serviço Social.

Lessa (2004) traz uma discussão atual sobre identidade e individuação, em uma sociedade baseada na mercadoria, onde o individualismo é solitário e isolado. Em suas contribuições, partindo da contemporaneidade, alinha-se às discussões sobre o homem genérico de Marx e às repercussões da propriedade privada, da mercadoria e da força de trabalho como mercadoria sobre esse homem genérico e sobre a forma individual como vêm sendo construídas as identidades, separadas de sua humanidade. Logo, admite a historicidade do ser humano e atrela a crescente interdependência dos sujeitos à divisão social do trabalho, uma vez que tudo está interligado na vida cotidiana, na qual um produz para que outro consuma, e vice-versa. Nas palavras do autor, “[...] somos, hoje, para além de um gênero biológico, um gênero socialmente construído: a história de cada indivíduo, de cada nacionalidade, de cada continente é cotidianamente partícipe da história universal do gênero humano” (LESSA, 2004, p. 148). Nessa concepção, nós somos paralelamente únicos e genéricos. No entanto, a alienação (já trabalhada anteriormente) – e a relação entre os seres sociais reduzida às trocas mercantis – é o elemento crucial para o problema da construção da identidade, pois causa o isolamento entre os seres. Um isolamento provocado por uma sociedade dividida em classes, onde, cada vez mais, um não se reconhece no outro, incluídos enquanto seres humanos, perde-se, assim, a humanidade. A identidade sofre uma marca negativa, já que no contexto de uma sociedade capitalista as necessidades não atendidas são constantemente reafirmadas (LESSA, 2004).

É justamente essa noção de mercado e de propriedade privada que vai trazer graves consequências à identidade do ser humano, sobretudo a força de trabalho transformada em mercadoria. A força de trabalho, que “[...] é ao mesmo tempo expressão das características individuais (força, inteligência, habilidade, traços de personalidade como ser mais ou menos paciente, mais ou menos irrequieto, etc.) e do estágio de desenvolvimento das forças produtivas” (LESSA, 2004, p. 151), ao ser posta como mercadoria fez com que todas as relações estivessem baseadas no dinheiro, na lucratividade, no interesse. O ser humano passa a ser coisa, empobrecendo a sua identidade. Cada vez mais isolados – conscientes ou não –, mais alienados ao próprio gênero, perde-se até mesmo o sentido da vida.

---

<sup>21</sup> Suas contribuições serão abordadas no item 2.3 – A trajetória da identidade profissional do Serviço Social.

Ainda dentro da perspectiva marxista, a identidade de classe é o foco central em uma das produções de Ademar Bogo (2010), *Identidade e Luta de Classes*. Para Bogo (2010), independentemente se individual ou coletiva, a identidade faz parte do movimento dialético, porque “[...] o ser humano, desde o nascimento é um constante vir a ser” (BOGO, 2010, p. 117). O que se mostra evidente é a relação da identidade com a dialética, sobre a perspectiva do oposto, do contrário, das contradições existentes, como dito pelo autor. “É verdade que a identidade no seu específico sempre se contrapõe a outra identidade que é o seu oposto, porém com contradições antagônicas e não antagônicas” (BOGO, 2010, p.28). Ele eleva essa oposição para o campo econômico manifesto na divisão de classes, na polarização entre o proletariado e a burguesia. O sistema capitalista e a existência da exploração de uma classe sobre a outra traz repercussões sobre a identidade do sujeito, faz da classe trabalhadora seres “[...] submetidos ao capital que lhes impõem características na identidade de subordinação e de alienação” (BOGO, 2010, p. 43).

Considerando o ser humano como esse “constante vir a ser”, o autor traz um novo viés para o entendimento da identidade, o da “identidade reconstruída”, ou seja, onde o ser humano, individual ou coletivamente, pode interferir e alterar a direção da história, alterando por consequência a sua história. Assim sendo, “[...] a identidade de classe se forma quando há reações concretas de lutas para não aceitar passivamente aquilo que está estabelecido por força da classe dominante” (BOGO, 2010, p. 118). Mas – pensando em identidade de classe e na superação de uma sociedade dividida entre classes –, para que ela seja constituída requer dois momentos, que o autor chama de “identidade consciente” e “autoconsciência”. Onde o primeiro solicita a compreensão da realidade vivida e o segundo a identificação do que se quer enquanto classe, pois não se deve apenas resistir, para não enfraquecer, deve-se ter em mente um projeto, a identidade de classe deve ser uma identidade de projeto<sup>22</sup>. E a organização dessa classe é que impedirá a fragmentação e o isolamento dos sujeitos, tão promovidos pela globalização, no intuito de recobrar a identidade única e genérica do ser humano.

A sociedade dividida em classes não é uma característica exclusiva ao sistema capitalista, porém, é na sociedade burguesa que ganha destaque. O lugar que as pessoas ocupam na estrutura da sociedade é a classe social, e, conforme a teoria marxiana, na sociedade capitalista, existem duas classes, a dos que detêm os meios de produção (burguesia) e os que

---

<sup>22</sup> Mais sobre esse conceito será visto quando se tratar sobre a perspectiva de identidade elaborada por Castells (2018).

não detêm (proletariado)<sup>23</sup>. Tem-se que a classe burguesa, por meio do poder econômico-político explora o proletariado. A consciência de classe viria através do reconhecimento dessa exploração a partir do explorado, na identificação enquanto classe subordinada. A identidade é um aspecto complexo, e diverso, da vida humana, no qual se torna um desafio à teoria marxista dialogá-la com o conceito de classe e consciência de classe. A classe é, dentro dessa perspectiva, de certa maneira, padronizada, ao contrário da identidade que é múltipla e ao mesmo tempo particular, por esta razão, o estudo da identidade a partir somente deste olhar pode se tornar limitado.

Uma preocupação, que tem sido ao mesmo tempo um ponto de convergência, vem tomando conta de sociólogos que buscaram tratar da questão da identidade. Essa preocupação pode aparecer através de diversas nomenclaturas, como “modernidade tardia” – em Stuart Hall (2006) –, e “sociedade em rede” – em Manuel Castells (2018), entre outras. Todas para identificar o momento de intensificação da modernidade, como uma nova fase resultante do mundo globalizado, onde se perde a noção de espaço e tempo, tudo se torna flexível, perde-se a referência e desarticula-se aquilo que se tinha como fixo, como as próprias relações trabalhistas e o intercâmbio de culturas. Sob essa reflexão da identidade e sua relação com a globalização dessa nova fase da modernidade, serão abordadas, a seguir, as percepções trazidas pelos sociólogos Manuel Castells (2018) e Stuart Hall (2012; 2006).

Castells (2018) ressalta constantemente que a partir da perspectiva sociológica, ainda que haja divergência no meio, a identidade é construída. Com base no autor, entende-se que ela difere do entendimento de papéis, já que esses últimos ordenam funções, enquanto identidade organiza significados. Significados estes advindos de “[...] um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o/os qual/quais prevalece/prevalecem sobre outras fontes de significado” (CASTELLS, 2018, p. 54), onde, por vezes, as identidades podem ser múltiplas. O sociólogo, em sua obra *O Poder da Identidade*, vai se preocupar em trabalhar a identidade coletiva ao invés da identidade individual; para esse fim, pensando na normativa de que a identidade é construída, elenca três formas que originam a construção de identidades, considerando que ela está sempre permeada por relações de poder: a “identidade legitimadora”, a “identidade de resistência” e a “identidade de projeto” (CASTELLS, 2018).

A “identidade legitimadora” está lidada à expansão e racionalização das instituições dominantes da sociedade sobre os atores sociais; já a “identidade de resistência” é aquela ligada

---

<sup>23</sup> A teoria marxista sobre a estruturação da sociedade capitalista é aprofundada no capítulo 3 – Trabalho, as refrações neoliberais no desemprego e mercado de trabalho do Serviço Social – desta dissertação.

aos atores sociais que se encontram em uma situação de estigmatizados, rejeitados em relação à dominação existente, buscando sua sobrevivência, que poderia ser exemplificados com os povos indígenas; e, por último, a “identidade de projeto” é aquela na qual os atores sociais ultrapassam a posição (redefinindo-a) de resistência a fim de provocar uma transformação na sociedade e em sua estrutura. O próprio autor utiliza o feminismo como um exemplo desse tipo de construção de identidades. Na esfera social, essas identidades são cíclicas; ora estão em posição de resistência que passam a se tornar de projeto e, em um dado momento, podem vir a alcançar o *status* de identidade legitimadora (CASTELLS, 2018).

Hall (2012) vai reconhecer a complexidade que envolve o estudo de identidades, pois afirma ser um conceito pouco compreendido pelas ciências sociais. Justamente por essa escassez quanto ao estudo sobre a identidade que, ao conceituá-la, faz uso de termos da psicanálise. A partir disso trabalha a formação da identidade sob a perspectiva do reconhecimento, ou identificação – como um processo de articulação entre o eu e o outro –, e da diferença (*différence*). Conforme Hall (2012), atualmente as identidades

[...] têm a ver não tanto com as questões “quem nós somos” ou “de onde nós viemos”, mas muito mais com as questões “quem nós podemos nos tornar”, “como nós temos sido representados” e “como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios” (HALL, 2012, p. 109, grifo do autor).

Vai resgatar a teoria de velhas e novas identidades, onde as novas identidades estariam fragmentando o indivíduo moderno e essa fragmentação sustentaria a ideia de uma possível<sup>24</sup> crise das identidades. A crise das identidades consiste em um duplo deslocamento e descentramento dos indivíduos, tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos (HALL, 2006). O sujeito moderno perde a estabilidade e o sentido de integralidade. Passa a se olhar, o ser humano e sua identidade, não somente pela questão de classe, mas também pelo seu gênero, raça, sexualidade, etnia, religião e nacionalidade. A globalização, vista na modernidade tardia, seria a responsável por transformar as paisagens culturais, fragmentando e interferindo diretamente nas identidades pessoais e na perda de sua estabilidade. Isso demonstra a necessidade constante de adaptação desses sujeitos, e suas identidades, à contínua transformação promovida pela globalização.

Conforme o autor (HALL, 2006), o entendimento de identidade, no campo das ciências sociais, passou por três momentos que são distintos entre si: “a identidade do iluminismo”, “o

---

<sup>24</sup> Possível, pois seu trabalho estaria voltado justamente para verificar a existência ou não dessas crises.

sujeito sociológico” e o “sujeito pós-moderno”. O primeiro era uma concepção mais individualista do ser, que seria centrado e dotado de consciência e razão; sua existência permanecia a mesma do nascimento à morte. No segundo, o sujeito era visto como interativo, que se formava através do diálogo com o outro, uma interação entre o “eu” e a sociedade na qual fizesse parte, apesar de manter a sua essência inicial. Essa representava a identidade unificada, a identidade estável. A última, que retrata a crise das identidades:

É definido historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em momentos diferentes [...] à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e combinante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente. (HALL, 2006, p. 13).

Por fim, como último autor escolhido nessa aproximação com o conceito de identidade, Claude Dubar (2005; 2009) tem grande relevância, especialmente por ser aquele que dedicará seus trabalhos a estudar a identidade no viés das profissões, tão relevante a este tema. No momento partir-se-á do princípio, sobre sua visão de identidade. Dubar (2005) admitia a complexidade em se tratar sobre o tema, dentro da concepção sociológica e partia do princípio de que a identidade é construída, como um processo de atribuição e incorporação. Assim, abraça conceitos propostos por Goffman, ao adotar o entendimento de “identidade social virtual” e “identidade social real”, independentes entre si: o primeiro com relação à “[...] atribuição da identidade pelas instituições e pelos agentes que estão em interação direta com os indivíduos” (DUBAR, 2005, p. 139); o outro trata-se da incorporação, bem como se entende, a interiorização na identidade para si. Todavia, nesse trajeto de atribuição e incorporação pode haver divergências em seu processo, que exige uma negociação identitária e a adoção de estratégias onde o indivíduo pode tentar ajustar a identidade para si para a identidade para o “outro” (transação objetiva) ou o contrário, assimilar a identidade para o outro à sua própria (transação subjetiva).

Sob a mesma linha de raciocínio, Dubar (2005, 2009) elenca duas abordagens para o processo de construção da identidade: “abordagem comunitária” e “abordagem societária”. A primeira diz respeito ao espaço, sob o aspecto relacional, como grupos de pertença, a identidade para o outro; e o segundo diz respeito ao tempo, ao aspecto biográfico, na identidade para si. Para além, determina modos de identificação conforme esses aspectos (biográfico e relacional): cultural, indica o pertencimento a um “grupo local e à cultura herdada” (DUBAR, 2009, p. 15), predominante em comunidades tradicionais; estatutário, “[...] define-se através de «categorias

*de identificação» nas diversas esferas da vida social” (DUBAR, 2009, p. 15, grifo do autor), o “eu” que possui papéis; si próprio reflexivo, de uma consciência reflexiva, “[...] é a face do Eu que cada um deseja ver reconhecida pelos «Outros significativos» que pertencem à sua comunidade de projecto” (DUBAR, 2009, p. 15-16, grifo do autor); e o si narrativo, “[...] esta história que cada um conta a si próprio sobre aquilo que ele é” (DUBAR, 2009, p. 16).*

Assim como os autores anteriores, Dubar (2009) vai afirmar a existência de uma crise das identidades, proveniente da própria crise da modernidade (nessa nova modernidade) que trouxe mudanças significativas nas relações familiares, no entendimento de gênero, no mundo do trabalho e emprego, no entendimento da democracia, entre outras esferas. E tem a intenção de arrolar tais crises à crise existencial da subjetividade dos sujeitos, conectando as crises sociais às crises econômicas.

Podemos também tomar as duas crises (econômica e social) por um outro prisma e fazer delas manifestações dum processo mais global – que provocaria, em determinados momentos do seu desenvolvimento, quer «rupturas» nos grandes equilíbrios econômicos, quer «fracturas» dum tipo de vínculo social antes largamente dominante. Pode-se também chamar «antropológica» a este tipo de crise que afecta, ao mesmo tempo, os comportamentos econômicos, as relações sociais e as subjectividades individuais. (DUBAR, 2009, p. 15, grifo do autor).

Cabe ressaltar que, ao trabalhar com identidade, Dubar (2009) considerou três teorias que compreendia serem insuficientes (ainda que significativos) para conceitualizar o que chamava de “formas identitárias” (biográfica e relacional), sendo elas:

[...] três grandes processos históricos susceptíveis de modificar em profundidade os processos de identificação: aquele a que Norbert Elias chama o processo de civilização, e que remete para uma noção muito abstracta de identidade «Nós-Eu» e para a hipótese de passagem das formas colectivas (domínio do Nós) a formas individualizadas (domínio do Eu) de identificação; aquela a que Max Weber chama processo de racionalização e que diz respeito à relação histórica entre duas grandes formas de relações sociais e dois grandes tipos de socialização que serão tema central deste capítulo: a relação comunitária e a relação societária; finalmente, a de Marx e Engels defendendo o processo de libertação como processo revolucionário de reversão da dominação dum classe sobre outra e como transição das sociedades comunitárias pré-capitalistas a sociedades comunistas pós-capitalistas. (DUBAR, 2009, p. 20, grifo do autor).

Ainda que divergente da teoria marxista, Dubar (2009) não se absteve em considerar os determinantes econômicos e suas influências na construção da identidade; porém, questionava a existência de uma identidade de classe, uma identidade revolucionária, que culminaria no

comunismo, como identidade única, visto as divergências internas dos próprios movimentos que se levantaram ao longo da história.

Ao longo deste tópico foram apresentadas diferentes formas de se olhar a identidade, passou-se da ideia do gênero humano e as implicações do capitalismo sobre o homem através da alienação, e, ainda na ideia de identidade sob a ótica dialética e a necessidade de, através de uma identidade de classe, superar a própria divisão de classe. Foram vistos os tipos de identidade existentes, desde o iluminismo até uma nova modernidade, que vem trazendo profundas marcas no processo de construção de identidade, uma identidade fragmentada, uma identidade em crise. De alguma maneira, todas elas estão correlacionadas no entendimento de que a identidade é um processo de construção, seja ela pessoal, seja ela coletiva. As propostas de identidade apresentadas servirão de apoio para a percepção da identidade profissional do Serviço Social, onde o Assistente Social é pertencente à classe trabalhadora; porém, também está suscetível às mutações do capital, vistas na globalização, que ecoam sobre a identificação da profissão. No entanto, os autores, trazidos neste tópico foram utilizados para dar um panorama a respeito do tema da identidade, não sendo, nenhum deles, a base teórica “central” adotada nesta dissertação.

## 2.2 A IDENTIDADE PROFISSIONAL ENQUANTO UM *HABITUS* PROFISSIONAL

O tema identidade profissional não é um assunto frequente nos estudos do campo das ciências sociais, como mencionado por Hall (2006) e, quando abordado pelo Serviço Social, acaba sendo direcionado muitas vezes para o campo de trabalho, como visto no levantamento do BDTD. Isso se dá pela própria complexidade do assunto identidade, sua abrangência e diversidade de caminhos de compreensão. O mesmo ocorre quando se adentra no campo da identidade profissional.

Pierre Bourdieu (1983; 1989; 2007a; 2007b; 2007c; 2008) não foi um sociólogo que se dedicou a estudar a identidade profissional; contudo, suas conceituações principais, como a noção de “*habitus*”, o conceito de “campo” e o conceito de “capital”, vêm sendo bastante utilizadas para os estudos relacionados ao tema. Devido à sua proximidade com a educação, como um campo onde novos *habitus* vão sendo constituídos, estudiosos da área utilizam seus conceitos para compreender a identidade profissional do professorado<sup>25</sup>. Seu quadro analítico é

---

<sup>25</sup> Como no trabalho de Reis e Fernandes (2016), intitulado *Educação infantil e formação de professores a partir dos conceitos de capital cultural e habitus em Bourdieu*.



rico para se entender o Serviço Social, sua estrutura, seus conflitos internos e seu *modus operandi*, que conformam sua identidade.

Seu pensamento, reflexão e construção teórica sobre a interação do ser humano (para ele agente social) e a sociedade parece ser promissor para o atendimento à proposta deste trabalho, desde a compreensão da identidade profissional do Serviço Social até as consequências da não atuação (involuntária) para essa identidade. Para além dos conceitos que dão formatação ao quadro analítico de sua sociologia relacional, propõe uma teoria da prática que vem se manifestar através do que denomina “praxiologia”.

A “praxiologia”, enquanto forma de conhecimento proposta pelo autor, tem por objeto “[...] não somente o sistema de relações objetivas que o modo de conhecimento objetivista constrói, mas também as relações dialéticas entre essas estruturas objetivas e as disposições estruturadas nas quais elas se atualizam e que tendem a reproduzi-las” (BOURDIEU, 1983, p. 47). É, então, um processo de ao mesmo tempo interiorizar o exterior e exteriorizar o interior. O conhecimento praxiológico é uma versão da junção entre o objetivismo (hermenêutica estruturalista) e a fenomenologia (interacionista), pois não anula nenhum dos conhecimentos propostos, mas os adequa. Essa é a base da sua contribuição teórica, na forma como analisa a relação entre o indivíduo e a sociedade.

A partir da teoria bourdieusiana, quanto à sua aglutinação entre uma teoria objetivista e uma teoria subjetivista, para se entender o mundo social é necessário trazer à tona os conceitos-chave “campo”, “*habitus*” e “capital”, que estão interligados. Enquanto um agente social (e não sujeito, pois o autor preza a ação dos indivíduos em detrimento de estar apenas “sujeito” às condições externas), o indivíduo está localizado, não apenas em um espaço físico, mas em um espaço social. Trata-se de uma estrutura social objetiva, um espaço de distinção e diferenciação, que compõe uma infinidade de campos sociais que podem orientar e determinar as representações e as práticas de tais agentes, independentemente de sua consciência. Assim, ele “[...] é construído de tal modo que os agentes ou os grupos são aí distribuídos em função de sua posição nas distribuições estatísticas de acordo com os *dois princípios de diferenciação* [...] o capital econômico e o capital cultural.” (BOURDIEU, 2008, p. 19, grifo do autor). Tais capitais em jogo podem variar conforme o contexto.

No que se refere à noção de campo, os campos sociais são microcosmos independentes inerentes ao mundo social, substituindo a ideia de sociedade, “é constituída por um conjunto de microcosmos sociais dotados de autonomia relativa, com lógicas e possibilidades próprias, específicas, com interesses e disputas irredutíveis ao funcionamento de outros campos.” (CATANI, 2011, p. 192). Possuem, além dessa autonomia relativa, essa lógica própria, cada

campo (enquanto um espaço social global) é, de modo simultâneo, um “campo de forças” e um “campo de lutas”. Um “campo de forças”, visto ser uma necessidade imposta aos agentes que nela estão envolvidos, e um “campo de lutas”, por ser um local onde os agentes, de acordo com suas posições na estrutura desse campo, se enfrentam, ora para perpetuar, ora para modificar essa estrutura (BOURDIEU, 2008).

Tem-se que o campo possui atributos que aparecem em todos os campos sociais, ainda que com conformações diferenciadas. Todo campo possui agentes dotados de um mesmo *habitus*, inicialmente “[...] entendido como esquemas de percepção, apropriação e ação que é experimentado e posto em prática, tendo em vista que as conjunturas de um campo o estimulam” (SETTON, 2002, p. 63). Possui, também, uma estrutura, uma *doxa* – correspondendo àquilo que é a crença que está em conformidade aos agentes integrantes, o senso comum –, e um *nomos*, enquanto as leis que regem o seu funcionamento, que delimitam as regras do jogo na disputa pela dominação desse campo (THIRY-CHERQUES, 2006).

O campo é permeado pelo conflito, na disputa entre os agentes pelo seu domínio, ou para manter a hegemonia e a autoridade sob o capital específico ao campo, ou para a sua transformação. Esse capital é distribuído de forma desigual, gerando, por consequência, dominantes e dominados. O domínio é exercido por meio da violência simbólica, é a imposição da cultura dominante, legitimada pela *doxa*, não percebida e aceita pelos dominados, “[...] doce e mascarada, se exerce com a cumplicidade daquele que a sofre, das suas vítimas” (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 37). Tal domínio ocorre, também, pela posição social dos agentes:

A posição de um determinado agente no espaço social pode assim ser definida pela posição que ele ocupa nos diferentes campos, quer dizer, na distribuição dos poderes que actuam em cada um deles, seja, sobretudo, o capital económico nas suas diferentes espécies –, o capital cultural e o capital social também o capital simbólico. (BOURDIEU, 1989, p. 134).

Todo o campo é dotado de um capital específico em disputa. O capital corresponde, partindo da citação, não a uma limitação puramente econômica, mas a uma representação, de um conjunto de predicados, uma espécie de arma utilizada no jogo de interesses e na definição da posição e da dominação dentro de um campo conforme o quantitativo desse capital adquirido.

O capital, por conseguinte, repousa sobre o reconhecimento de uma competência que, para além dos efeitos que ela produz e parcialmente, mediante os seus próprios efeitos, confere autoridade e contribui para definir tanto as regras do jogo, como também as suas regularidades, as leis segundo

as quais vão se distribuir os lucros nesse jogo, as leis que autenticam ou não o que é importante para escrever sobre tal tema, e, assim por diante. (RODRIGUES, 2019, p. 62).

Existem diversos tipos de capital; no entanto, dá-se ênfase aos mais abordados por Bourdieu (1989; 2007a; 2007c), sendo eles o “capital econômico”, o “capital social”, o “capital cultural” e o “capital simbólico”. O capital está atrelado a poder e a um conjunto de atributos, ativos, recursos, para além dos bens econômicos que proporcionam mobilidade, entrada em um determinado campo, encontram-se inter-relacionados. Das formas de capital abordadas pelo autor: o “capital econômico” é o conjunto dos bens materiais, econômicos; o “capital social” diz respeito ao aspecto relacional, aos contatos entre os agentes, isto é “[...] o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento [...]” (BOURDIEU, 2007c, p. 67); o “capital simbólico” é “geralmente chamado de prestígio, reputação, fama etc., que é a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital” (BOURDIEU, 1989, p. 134-135); e o “capital cultural” é sinônimo de educação, de conhecimento, de propriedades intelectuais usualmente herdadas pela família, e advindas através das instituições educacionais. Conforme Bourdieu (2007a), existem três formas de capital cultural:

- **o estado incorporado:** corresponde ao que está ligado ao corpo, à incorporação, o capital cultural enquanto parte integrante do agente, como um *habitus*. Como propriedade trabalhada, investida e adquirida de forma pessoal;
- **o estado objetivo:** está relacionado ao capital cultural incorporado, enquanto a propriedade de bens materiais culturais. No entanto, tais bens só podem ser devidamente apreciados tendo o capital cultural anterior;
- **o estado institucionalizado:** é o reconhecimento institucional, na certificação, por meio do diploma, na legitimação da competência cultural àquele que o porta. Esse tipo de capital cultural pode ser convertido em capital econômico quando o seu valor é negociado no mercado de trabalho. O contrário também pode ocorrer, com o investimento econômico em capital cultural, o que pode até mesmo gerar o *boom* de diplomados.

Outro conceito relevante da teoria bourdieusiana, estritamente conectada às anteriores, é o da noção de *habitus*, e aqui considera-se o conceito-chave para o entendimento de identidade profissional e por ser uma ferramenta de análise dessa identidade de assistentes sociais. O termo, em Bourdieu (1989), deriva da noção aristotélica de *hexis*; porém, seu intuito era de se

contrapor ao estruturalismo e à noção de inconsciência que transformava o agente em passivo da estrutura, assim, intentava “[...] sair da filosofia da consciência sem anular o agente na sua verdade de operador prático de construções de objeto” (BOURDIEU, 1989, p. 62). Esse agente enquanto ser humano que age, que é agente de ação. Optou, assim, pelo termo *habitus* por expressar a ideia de um conhecimento que é adquirido (BOURDIEU, 1989).

Assim, *habitus* é definido “[...] como sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (BOURDIEU, 2007b, p. 191). São disposições que guiam os agentes sociais em suas ações e ocorrem durante os processos de socialização, em diferentes espaços (como a família, a escola, a profissão), ao longo da vida. Por assim dizer, ele é modificável durante essa trajetória, ainda que tenha um cunho durável. O sociólogo faz uma mediação entre o indivíduo e a sociedade, procurando dar conta do macrocosmo e do microcosmo, considerando que a ação e reflexão dos indivíduos, seus esquemas de percepção e seu conhecimento são interiorizados pelas condições materiais de existência, internalizados pela objetividade.

O princípio unificador e gerador de todas as práticas, e em particular, destas orientações comumente descritas como “escolhas” da “vocação”, e muitas vezes consideradas efeitos da “tomada de consciência”, não é outra coisa senão o *habitus*, sistema de disposições inconscientes que constitui o produto da interiorização das estruturas objetivas e que, enquanto lugar geométrico dos determinismos objetivos e de uma determinação do futuro objetivo e das esperanças subjetivas tende a produzir práticas e, por esta via, carreiras objetivamente ajustadas às estruturas objetivas. (BOURDIEU, 2007b, p. 201-202, grifo do autor).

*Habitus* tem um caráter histórico e sua grafia se propõe a indicar uma ideia de algo que é incorporado, a ação dos agentes são produto de um *modus operandi* do qual ele produz e reproduz um sistema sem ter consciência (BOURDIEU, 1983). Assim, aquilo que se pode acreditar que são nossas escolhas, na realidade são produtos de nossa história, de nossa trajetória, da mesma forma com relação a grupos, as escolhas são resultado de experiências vivenciadas. Vai então da escolha profissional às escolhas realizadas pela própria profissão em sua trajetória, seus princípios, seu objetivo, entre outros percursos traçados na caminhada profissional e na caminhada da própria profissão. Em suma, a partir do quadro analítico, e da proposta da teoria da prática bourdieusiana, tem-se que:

O esquema que leva à análise empírica é sistêmico. Deriva do princípio de que a dinâmica social se dá no interior de um /campo/, um segmento do social,

cujos /agentes/, indivíduos e grupos têm /disposições/ específicas, a que ele denomina /habitus/. O campo é delimitado pelos valores ou formas de /capital/ que lhe dão sustentação. A dinâmica social no interior de cada campo é regida pelas lutas em que os agentes procuram manter ou alterar as relações de força e a distribuição das formas de capital específico. Nessas lutas são levadas a efeito /estratégias/ não-conscientes, que se fundam no /habitus/ individual e dos grupos em conflito. Os determinantes das condutas individual e coletiva são as /posições/ particulares de todo /agente/ na estrutura de relações. De forma que, em cada campo, o /habitus/, socialmente constituído por embates entre indivíduos e grupos, determina as posições e o conjunto de posições determina o /habitus/. (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 31, grifo do autor).

Como já abordado, o campo social é onde as “[...] posições dos agentes se encontram a priori fixadas” (ORTIZ, 1983, p. 19). É um espaço onde se manifestam as relações de poder, onde se contrapõem interesses distintos dos agentes, é onde se encontram duas extremidades opostas, os dominantes e os dominados. No polo dominante encontram-se aqueles que pretendem fazer a manutenção, o capital social legítimo, e no dos dominados, aqueles que buscam confrontar e questionar essa hegemonia<sup>26</sup>. Desde a gênese do Serviço Social brasileiro, em seu processo de profissionalização e na escolha de um projeto profissional, tem-se um espaço de disputa. Portanto, o Serviço Social, enquanto profissão, é um campo social, e “[...] os objetos de disputa e interesses específicos de um campo são irredutíveis aos de outros campos e não são percebidos senão pelos agentes dotados do *habitus* correspondente” (REIS; FERNANDES, 2016, p. 195), neste caso, os/as assistentes sociais. Como se dá então, o *habitus* profissional no campo social da profissão, no campo social que é o Serviço Social? A partir da noção de *habitus*, pensando no coletivo,

[...] a identidade dos membros de uma profissão resulta diretamente da realidade profissional, isto é, das condições estruturais a que estão submetidos todos os agentes profissionais e da relação dialética entre estes agentes e estas estruturas. (MENEGETTI, 2009, p. 75).

Na formação acadêmica esse *habitus* profissional é incorporado (não podendo esquecer do *habitus* primário e da trajetória de cada indivíduo inserido nesse novo campo), na relação

---

<sup>26</sup> Na teoria gramsciana, “hegemonia” é uma categoria que trata das classes, no qual em uma sociedade dividida entre classes, a classe prevalecente é “dirigente” em relação aos seus pares e “dominante” quanto à classe de oposição, assim, para a manutenção de seu poder, ou seja, de sua hegemonia, deve-se haver o somatório entre “direção” mais “domínio” (COSPITO, 2017). É na sociedade civil que a luta pela hegemonia ocorre. Este é um conceito que exprime e fundamenta toda a rica obra gramsciana. Usualmente, no Serviço Social, o termo vem sendo utilizado para o tratamento das relações profissionais, para compreensão da organização interna das profissões, sobretudo, no próprio Serviço Social.

com os demais profissionais e na prática (na atuação). Para pensar a ideia de identidade profissional através da noção de um *habitus* profissional, deve-se ter em mente

[...] o *habitus* como sistema subjetivo, mas não individual de estruturas interiorizadas, esquemas de percepções, de concepção e de ação, que são comuns a todos os membros do mesmo grupo e da mesma classe e constituem a condição de toda objetivação e de toda percepção, fundamos então a concepção objetiva das práticas e a unicidade da visão do mundo sobre a impessoalidade e a substituibilidade perfeita das práticas e das visões singulares. (BOURDIEU, 1983, p. 79-80).

Pensando nos estudos apresentados no tópico anterior sobre a identidade na modernidade, sobre a sua fragmentação e individualização, Setton (2002), ao abordar a teoria do *habitus* na tentativa de adequá-la à realidade contemporânea, traz uma proposta intimamente ligada a essa quebra de modelos fixos ao indivíduo em uma sociedade moderna. A fim de dar conta dessa questão, levanta a ideia de um “*habitus* híbrido” ao agente, compreendendo essa sociedade diversificada sem um modelo de referência único.

Considero ser esta a realidade do mundo contemporâneo. Creio poder pensar o *habitus* do indivíduo moderno sendo forjado pela interação de distintos ambientes, em uma configuração longe de oferecer padrões de conduta fechados. Assim abre-se a possibilidade de pensar o surgimento de um outro sujeito social, abre-se espaço para se pensar a constituição da identidade social do indivíduo moderno a partir de um *habitus* híbrido, construído não apenas como expressão de um sentido prático incorporado e posto em prática de maneira “automática”, mas uma memória em ação e construção. (SETTON, 2002, p. 66, grifo nosso).

Toda essa fragmentação, esse *habitus* multifacetado, pode vir a recair também sobre um *habitus* profissional, para além do próprio quadro de disputa de forças intrínseco a um campo profissional. Tendo em conta essa compreensão, o levantamento sobre os estudos de identidade, e o quadro analítico-conceitual da teoria bourdieusiana, a identidade profissional pode ser pensada a partir do entendimento de *habitus* profissional, na análise do campo profissional, do entendimento das forças em disputa sob o capital específico, identificando sua *doxa*, seu *nomos*, sua estrutura, os discursos e interesses em confronto que desafiam a hegemonia.

Acrescenta-se que a identidade profissional não pode ser pensada fora do contexto, o ponto da história onde está localizada muito interfere no que se pode considerar como a identidade profissional do Serviço Social, não somente o momento presente, mas o seu passado, e, pode-se acrescentar, a sua projeção. As condições sociais, o mercado de trabalho e suas demandas, o momento e as emergências históricas, como interferências “externas” à profissão,

bem como a formação profissional, a sua organização e legislações regulamentares, seus valores, atribuições e competências:

[...] a identidade dos profissionais nunca pode ser estudada em si mesma, como se fosse independente, autônoma, porque há uma série de condições objetivas relacionadas à profissão (mercado de trabalho, organização profissional, legislação, autonomia etc.) que, em última instância, condicionam a identidade de seus membros. (MENEGETTI, 2009, p. 47).

É essa a questão que se pretende compreender aqui, quando o desemprego, que provoca o afastamento do profissional de Serviço Social de seu exercício efetivo, traz repercussões para a identidade profissional de assistente social. E será analisado a partir do empírico, tão caro a Bourdieu e sua “praxiologia”, por meio da noção da *habitus*, do *habitus* profissional, do “campo” e do “capital” para entender a identidade profissional e as implicações provenientes do desemprego. Far-se-á o trabalho investigativo de perceber se a identidade profissional – que é construída inicialmente na profissão, onde o/a estudante deixa o senso comum para se tornar um/a profissional –, já que se mistura a identidade própria do sujeito, verdadeiramente se manifesta em seu cotidiano e em seus valores de vida (considerando como exemplo, os princípios fundamentais da profissão) mesmo distante da atividade em si.

### 2.3 A TRAJETÓRIA DA IDENTIDADE PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

No que diz respeito aos estudos sobre o tema identidade profissional do Serviço Social, a literatura acadêmica da área é pequena se for possível comparar com tantos estudos relacionados às políticas sociais com as quais a profissão trabalha, verificados pelo levantamento dos trabalhos realizados nos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* na introdução desta dissertação. Por essa razão, quando se pensa nessa temática, dois nomes se destacam, as professoras e pesquisadoras Maria Lúcia Martinelli (2011) – que ainda hoje mantém como linha de estudo a identidade profissional –, e Raquel Gentili (2012). Ambas são referências por seus trabalhos reconhecidos e relevantes no meio acadêmico a quem se destina a estudar sobre a identidade da profissão. A primeira, com seu livro *Serviço Social: identidade e alienação*, publicado pela primeira vez no ano de 1989. A segunda, com o livro *Representações e Práticas: identidade e processo de trabalho no Serviço Social*, fruto da sua tese de doutorado, com a primeira publicação em 1998, quase uma década após o livro de Martinelli.

O Serviço Social, desde sua constituição (no mundo e no Brasil), aparece atrelado a uma ferramenta de reprodução e manutenção das relações de produção e das relações sociais capitalistas. Marcado em seu início pela iniciativa católica que tão cedo se associou ao Estado – que identificou a oportunidade de utilizá-lo no combate às mazelas da questão social (no aspecto mais reducionista), percebidas com o aumento do pauperismo –, a profissão inicia com uma “cara”, com uma missão e com uma ideologia. Profissional, esse, que, no seu início, pregava preceitos religiosos de caridade e contribuía para a continuidade de uma sociedade dividida em classes, pautada, sobretudo, por um pensamento conservador. Estava vinculada aos desejos e anseios da Igreja, do Estado e da sociedade burguesa (no aspecto formativo e na atuação), trabalhando, desde sempre, com as políticas públicas que eram respostas (remediadoras) da mobilização e organização do proletariado.

Assim, conforme o mote defendido por Martinelli (2011), a profissão surge com uma identidade atribuída pela classe dominante desse sistema, ou seja, não tinha sua origem legitimada pela população a quem destinava sua intervenção. Era atribuída por essa tríade, pela classe burguesa, pela Igreja e pelo Estado. A “[...] sua identidade era aquela atribuída pela sociedade burguesa constituída: uma estratégia de controle social e de difusão do modo capitalista de pensar” (MARTINELLI, 2011, p.118). O Serviço Social, então, é uma criação do capitalismo e que, em sua constituição, estava a serviço desse sistema. A autora trabalha com essa noção de identidade atribuída e identidade construída, que está interligada diretamente à concepção de presença e ausência de consciência (respectivamente) e de uma consciência de classe. O que explica o termo alienação no título de seu livro: “[...] a alienação presente na sociedade capitalista, tendo encontrado a base social necessária, penetrou na consciência dos agentes profissionais, constituindo sério obstáculo para que pudessem estruturar sua consciência política, sua consciência social” (MARTINELLI, 2011, p. 128). Prega que a identidade atribuída pela classe dominante poderia ser, então, classificada como uma não identidade, visto a sua total alienação e na sua ação alienadora com relação aos sujeitos-alvo de seu trabalho interventivo.

Esse cenário viria mudar, considerando o caráter transformativo e não estagnado da história (no qual o Serviço Social não está e nunca esteve destacado), a partir do momento em que deram início às indagações sobre esse pensamento conservador. Muito embora esse assunto necessite de um maior aprofundamento, por agora basta compreender que a reversão dessa não identidade começou com os ensaios de uma consciência coletiva de fundo crítico (a respeito da contradição entre capital e trabalho), num rompimento com a alienação profissional, culminado pelo Movimento de Reconceituação.



À medida, porém, que os “agentes críticos” conseguiram libertar-se dos tentáculos da alienação, iniciou-se uma verdadeira odisseia, ao longo da qual negavam aquilo que tomaram historicamente por válido e real, superando a certeza sensível da representação imediata. Tornando-se críticos de sua prática e da sua identidade à qual estava referenciada, adquiriram condições de refletir, procurando desvendar as tramas do real, para poder compreendê-lo, conhecendo a sua estrutura, captando a sua essência. (MARTINELLI, 2011, p. 139-140, grifo da autora).

Desse ponto em diante, o Serviço Social passaria de uma identidade atribuída para uma identidade construída, com uma aproximação evidente com as classes mais populares/dominadas. Apesar das muitas contribuições da autora, seu trabalho tem uma localização histórica e termina sua análise antes dos últimos marcos legais da profissão, onde o Serviço Social reconheceria essa nova identidade, que passaria a ser hegemônica – ou, nos termos de Castells (2018), uma identidade legitimada –, no seu compromisso com a superação do Estado capitalista e em direção a um novo projeto societário.

Gentili (1997; 2012) adota uma perspectiva diferente para a análise da identidade profissional do Serviço Social, mesmo tendo em sua introdução afirmado sobre o apoio de Martinelli (2011) para seu entendimento de identidade. Sua base de análise parte do processo de trabalho de assistente social, de sua prática, que acabaria por ser o núcleo da identidade do Serviço Social. Direciona a investigação da identidade da área como

[...] um processo que se verifica a partir de pressupostos que consideram tanto as exigências e as habilidades pessoais requeridas para o exercício profissional (o que fazem), quanto aos elementos sociopolíticos estruturantes dos significados sociais (o que são); assim como os sentidos subjetivos mobilizados pela profissão (como se sentem). (GENTILLI, 1997, p. 129).

“O que fazem”, “o que são” e “como se sentem” seriam partes integrantes que permitiriam aos sujeitos se reconhecerem enquanto assistentes sociais. Para além, a identidade resultaria da reunião de três elementos: o “núcleo identitário”, o próprio processo; as “referências representacionais” (da consciência da profissão, ou seja, seu viés político, ideológico e teórico); e os “sentimentos” relacionados à identidade profissional, um elemento subjetivo (GENTILLI, 2012). Quanto ao processo de trabalho, significaria tudo o que abarcasse o fazer profissional – como métodos, técnicas escolhidas, as diretrizes adotadas – e as representações seriam o “como fazer” a interpretação e ação geral (aquela reconhecida por toda área) e a particularidade de cada profissional, o que acabaria por envolver seus sentimentos pela profissão. Considera-se, assim, a pluralidade e heterogeneidade de identidades do Serviço Social e/ou diferentes formas de representação. Mesmo com uma identidade hegemônica e

basilar, nem qualquer que seja o caso, essas divergências estariam muitas vezes submetidas ao mercado de trabalho, suas dificuldades e demandas (GENTILLI, 2012).

A autora ainda complementa sobre uma questão interna à profissão quanto à identidade, a questão de interlocução com os aspectos formais e os aspectos informais, que seriam os discursos das entidades reconhecidas e que normatizam a profissão instruindo o “dever ser” da profissão e as formações discursivas, relacionadas às contingências e às possibilidades reais, somada às particularidades dos campos de atuação (ou seja, a prática). Dessa maneira, identifica que o problema da identidade profissional seria o distanciamento, a partir de sua pesquisa empírica, entre as interpretações sobre o “ser assistente social” da teoria e da prática, o que se evidenciavam durante o exercício da profissão.

Alguns pontos sobre os trabalhos das autoras acima devem ser sinalizados. Martinelli (2011), ao retratar a identidade inicial do Serviço Social como uma identidade atribuída, acaba por desconsiderar o próprio perfil dos/as primeiros/as atuantes na área. Foi uma profissão que nasceu do contexto religioso e da classe burguesa; portanto, poder-se-ia entender que a identidade da profissão era uma identidade consonante com a ideologia burguesa e conservadora<sup>27</sup>, pois pertenciam a essa mesma classe. Quer dizer, não estavam inertes a uma identidade atribuída. Se, em um primeiro momento, essa identidade era “atribuída” pela ordem burguesa, em seguida foi absorvida pelas assistentes sociais, racionalizando seu papel imbuído, imprimindo o aspecto da caridade confessional, especializando-se, profissionalizando-se, ou seja, tornando essa identidade como “própria” (MONTAÑO, 2009).

Conforme sua expansão para outras camadas da sociedade e o contato com outras teorias, a identidade foi sofrendo sua mutação em direção à classe trabalhadora, muito também por sua profissionalização e inclusão nas relações de trabalho. Então, parece arriscado, ainda que seja com base na ideia de alienação, afirmar uma não identidade aos primórdios da profissão, ao menos no caso do Brasil. Meneghetti (2009) sustenta a seguinte crítica, na qual se pode reforçar o coro: afirma que “[...] a análise da identidade profissional não se esgota na análise histórica da profissão” (MENEGHETTI, 2009, p. 108). Lembrando que a análise histórica é parte fundamental, porém é parca. Como o autor explana, existem outros elementos a serem considerados para identificar, analisar e compreender uma identidade profissional que não pode ser resumida a um aspecto político-ideológico. Bem como, mesmo que este trabalho

---

<sup>27</sup> Nas obras contemporâneas da literatura do Serviço Social, parte-se do entendimento de “conservadorismo” a partir do olhar de hoje ao passado. Assim, deve-se sempre ter o cuidado de evidenciar que algo é conservador quando visto com a lente do pensamento atual, o que não significa, necessariamente, que os posicionamentos e as ideias defendidas não fossem progressistas e críticas em seu contexto histórico.

considere a importância da prática para o processo contínuo de construção da identidade, não pode se restringir a esse único aspecto, como no caso de Gentili (1997; 2012).

Levando em conta as pontuações dadas a respeito das contribuições das autoras no estudo da identidade profissional do Serviço Social, quanto às suas limitações, seguir-se-á com o uso da teoria bourdieusiana para compreender essa identidade. Não se está, aqui, desconsiderando tais aportes, serão usados quando o momento for oportuno. Ainda que haja crítica, é inegável a necessidade de compreender a identidade como um processo histórico em movimento e não estanque, a partir de Martinelli (2011), assim como da identificação das múltiplas representações que se fazem na prática, como proposto por Gentili (1997; 2012). No entanto, dentro da dificuldade existente em se definir e analisar uma identidade profissional, acredita-se que a noção de *habitus*, junto a outras categorias pertencentes à referida teoria, proporcione uma melhor compreensão e suporte teórico.

### **2.3.1 A identidade profissional do Serviço Social enquanto *habitus*: do projeto profissional vigente às tensões permeadas na profissão**

Para a compreensão da identidade profissional de Assistente Social, foi necessário passar pelas mais diversas teorizações quanto ao conceito de identidade e sua mutação e fragmentação no mundo moderno e altamente individualizado. Percebeu-se sua complexidade e, até mesmo, sua divergência entre os estudiosos sobre o tema da identidade. Dentro da literatura interna, encontram-se algumas limitações às investigações sobre a identidade do Serviço Social. Dessa forma, para apoiar esse estudo, o quadro conceitual-analítico da teoria bourdieusiana pareceu ser a mais promissora. Promissora por superar uma visão puramente subjetivista ou puramente objetivista, correlacionando, assim, ambos os aspectos para tratar da relação entre os indivíduos (agentes sociais) com a sociedade.

Ademais, a identidade de uma profissão, neste caso, a do Serviço Social, está intimamente ligada à realidade social, às condições do real-concreto que agem como determinantes; contudo, sem desconsiderar a gerência dos próprios profissionais. O que se torna fundamental dentre toda a revisão bibliográfica construída sobre a identidade em si (servindo para a leitura da identidade profissional) é tratar do tema ultrapassando a noção do que é idêntico e permanente para a sua apreensão enquanto movimento, multiplicidade (MARTINELLI, 1995). Tendo posto tais afirmações, far-se-á uso da hipótese construída por Meneghetti (2009), ao propor uma forma de análise das identidades profissionais:

[...] as condições estruturais que cercam a profissão e o exercício profissional produzem um *habitus* específico, um *habitus* profissional, enquanto princípio gerador e unificador a partir do qual se engendram práticas, a educação profissional acadêmica pode produzir um *habitus* especificamente profissional, ou seja, um sistema de disposições partilhado por todos os membros da profissão e através do qual se engendram as práticas e as representações tipicamente profissionais. (MENEGETTI, 2009, p. 119-120, grifo do autor).

Um longo caminho foi percorrido para a manifestação desse *habitus* profissional, para a identidade do Serviço Social. A profissão constituiu-se a partir de condições pré-determinadas, relacionando-se, desde sua gênese, à função de executor de políticas públicas, como produto e reproduzidor da ordem do capital. Ainda que não tenha surgido como uma continuidade às formas de ajuda, tinha em seu corpo profissional um *habitus* específico de cunho caritativo e religioso. A partir da década de 1970, um processo de transformação mais evidente emerge de uma categoria que passa a questionar sua funcionalidade, seus fundamentos, sua identidade, aproximando-se e reclamando para si uma teoria social crítica, e assumindo seu compromisso com as classes populares. O chamado Movimento de Reconceitualização simbolizou a busca dos profissionais em sobrepujar o pensamento conservador e tradicional, “vazio” de criticidade.

Paulo Netto (2005), que nomeia o período “renovação” e o classifica em três momentos expressivos: a “modernização conservadora”, acontecendo entre 1965 e 1975; a “reatualização do conservadorismo”, entre 1975 e 1979; e a “intenção de ruptura”, entre 1979 e 1985, dando base para o vigente “modo de ser” do Serviço Social. Tais representações estavam presentes de modo simultâneo, o que ocorria era a hegemonia de um deles durante esse processo de renovação. A vertente da “intenção de ruptura” que visou “[...] romper com o tradicionalismo no plano teórico-metodológico, no plano da concepção e da intervenção profissionais e no plano da formação [...]” (PAULO NETTO, 2005, p. 263), aproximando seus valores e princípios à tradição marxista.

Além do trabalho de Meneghetti (2009), na sua dissertação de mestrado, onde analisa o Serviço Social como profissão, e abre esse convite à leitura da identidade profissional da profissão enquanto um *habitus* profissional, um outro que se destaca em consonância a essa proposta, a tese de Rodrigues (2019). É um trabalho recente, que objetivou “[...] analisar o processo de reprodução da autoimagem do Serviço Social brasileiro” (RODRIGUES, 2019, p. 28), onde utilizou como base para considerar a autoimagem da profissão o estatuto profissional, enquanto a *doxa* do Serviço Social: a Lei de Regulamentação, o Código de Ética e as Diretrizes Curriculares. Chegando à conclusão de que a *doxa* do Serviço Social representa uma visão

legitimada e de dominância que promove a sua reprodução, sendo ela, também, a autoimagem formal da profissão. Tal autoimagem é estabelecida pela formação acadêmico-profissional na produção do *habitus* profissional correspondente. Para além, afirma que essa autoimagem é reproduzida através de uma violência simbólica interna ao campo do Serviço Social na manutenção de uma visão dominante e no abafamento dos discursos contrapostos (RODRIGUES, 2019).

Uma autora de extrema relevância que se utilizou de uma análise bourdieusiana para compreender o trabalho social, sobretudo o Serviço Social francês, na década de 1980, foi a historiadora francesa e socióloga Jeannine Verdès-Leroux<sup>28</sup> (1986). É quase impossível tratar sobre o tema da identidade pelo viés do *habitus* sem mencionar sua obra. A autora identificava no *habitus* de assistente social uma militância católica, originalmente advinda da classe burguesa, o que facilitava sua adesão à ideologia dominante, com uma apolítica neutralidade, uma recusa à teorização e um posicionamento de autoridade em relação ao que se chamava de “cliente”, a classe operária. Sinalizava tanto o trabalho social no geral, quanto o Serviço Social francês como aparelhos da violência simbólica e do controle, proporcionando a naturalização da ordem de dominação vigente, impedindo qualquer tentativa de mudança (VERDÈS-LEROUX, 1986). Muitas das questões levantadas pela autora sobre o Serviço Social francês, da sua gênese, conformação, *habitus* e a intervenção social, foram posteriormente debatidos pela literatura do Serviço Social brasileiro, à sua forma, sendo elas:

[...] a conformação da imagem subalterna dos assistentes sociais; o seu perfil feminino; a ligação das pioneiras do serviço social com a doutrina social da Igreja; a avaliação do caráter indeterminado da prática profissional; as transformações do discurso da profissão frente às mudanças da conjuntura histórica etc. (MARTINS, 2016, p. 518).

Seguindo os passos e sugestões deixadas por Meneghetti (2009) e Rodrigues (2019) assume-se o risco na autoanálise profissional a partir de um autor não usual às produções literárias do Serviço Social. Não se desconsidera os conflitos de ideias presentes entre a teoria escolhida e o marxismo, sobretudo quando se fala de classe; porém, o foco aqui é ater-se às contribuições que a noção de *habitus*, campo e capital podem fornecer para a forma como a autoimagem do Serviço Social, a sua identidade profissional, está conformada, o *habitus* profissional produzido através da formação e, posteriormente, como os resultados das disputas

---

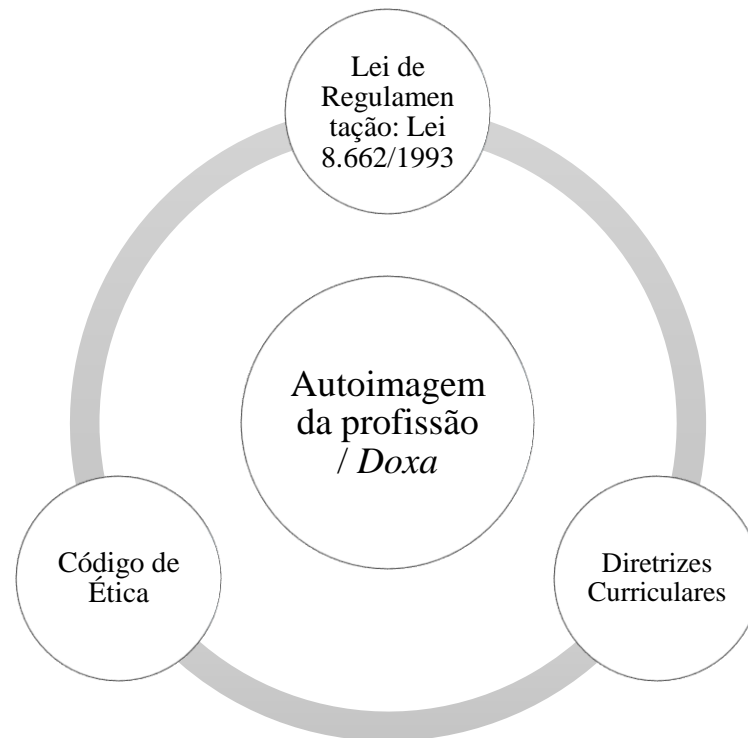
<sup>28</sup> Autora essa que foi retomada por Ludson Martins em seu texto *O pensamento de Jeannine Verdès-Leroux e Serviço Social: um resgate crítico*, no qual faz uma análise crítica das contribuições de Jeannine ao estudar o trabalho social e o Serviço Social (MARTINS, 2016).

existentes no campo social, as interferências externas e a conformação do mercado de trabalho provocam no *habitus* profissional de assistentes sociais desempregados/as. Deve-se acrescentar ainda o que já foi tratado no capítulo introdutório desta dissertação, para além de identidade profissional, o entendimento de identidades profissionais. No qual, ainda que haja uma autoimagem formal à profissão, existem inúmeras manifestações e expressões de identidades em uma mesma profissão.

Hoje, as manifestações da identidade profissional perpassam a sua trajetória histórica, ainda que ela represente a negação (sem o esquecimento) das práticas do passado. Essas manifestações estão fixadas no seu corpo regulamentador<sup>29</sup>, a Lei nº 8.662/1993 (BRASIL, 1993a), o Código de Ética, instituído pela Resolução nº 273/93 (BRASIL, 1993b) e as Diretrizes Curriculares (ABEPSS e MEC) propostas pela Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social/ABESS (agora, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social/ABEPSS). Tem nessa legislação uma carta magna que define a profissão, seus princípios fundamentais e seu Código de Ética direcionado por um novo projeto ético-político contrastante à sua gênese, concordando assim com o mesmo embasamento utilizado por Rodrigues (2019). A autoimagem da profissão, percebida em sua *doxa*, em seu *nomos*, nos elementos de um campo social, do campo Serviço Social é representada por esse tripé legitimado e hegemônico. O Fluxograma 2 abaixo ilustra a correlação entre esse corpo que define o que é consenso à profissão, onde as diretrizes curriculares são os mecanismos para a inculcação do *habitus* profissional.

---

<sup>29</sup> Para compreensão atual da identidade profissional, parte-se da Legislação Regulamentadora de 1993, como marco do projeto profissional hegemônico do Serviço Social.

Fluxograma 3 – Os componentes da *doxa* do Serviço Social enquanto campo

Fonte: A autora (2020).

A Lei nº 8.662/93 (BRASIL, 1993a), como parte da *doxa* do Serviço Social, é o estatuto jurídico da profissão do assistente social, compondo os critérios para o exercício profissional, instituindo as competências e atribuições privativas ao Serviço Social, as atribuições do conjunto CFESS/CRESS, bem como outras providências. É um marco regulatório que, apesar de apontar aquilo que é específico à profissão e aquilo que profissionais da área estão aptos a realizar, são nebulosos quando se trata desses mesmos quesitos, ao abordar sobre o que é atribuição privativa (ação exclusiva) e o que é competência (o que é da capacidade técnica), sendo curiosa a necessidade de fazer tais distinções. Principalmente na primeira, pois destaca funções privativas quando “matéria de”, “pesquisa em” Serviço Social, como, por exemplo, o art. 4º: “[...] realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a **matéria de Serviço Social**” (BRASIL, 1993a, s.p., grifo nosso).

Em virtude disso, o CFESS criou uma cartilha, intitulada *Atribuições Privativas do/a Assistente Social em Questão* (CFESS, 2012)<sup>30</sup>, para auxiliar nessas questões a fim de fortalecer e consolidar a identidade da profissão no esclarecimento do regulamento. Não foi a primeira e nem a última vez que o conjunto necessitou criar materiais de apoio para reforçar e elucidar

<sup>30</sup> Com sua primeira edição em 2002, quase 10 anos após a publicação da referida Lei.

sobre do que se trata a profissão e o que lhe compete ou não nos mais distintos espaços sócio-ocupacionais. Uma característica que demonstra a sua fragilidade quanto à identidade da profissão nos espaços de trabalho diante das correlações de forças existentes e a dificuldade em manter firme a autoimagem da profissão, não recaindo em uma identidade institucional.

Como segundo elemento, o Código de Ética profissional elenca os direitos e deveres da profissão; determina a dinâmica entre os profissionais e as instituições empregadoras, os usuários e os demais profissionais com os quais se relaciona durante seu fazer profissional, entre outras deliberações. É o documento que expressa a visão de mundo da profissão, uma visão legitimada e hegemônica; portanto, um componente crucial para o entendimento da autoimagem do Serviço Social. A constituição de um código de conduta ética, em especial no caso do Serviço Social, se apoiou em “[...] pensar a ética como pressuposto teórico-político que remete ao enfrentamento das contradições postas à profissão, a partir de uma visão crítica, e fundamentada teoricamente, das derivações ético-políticas do agir profissional” (BRASIL, 1993b, s.p.). Ressalta-se, para apreensão da identidade profissional, os 11 princípios fundamentais:

I. Reconhecimento da **liberdade** como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; II. Defesa intransigente dos **direitos humanos** e recusa do arbítrio e do autoritarismo; III. Ampliação e consolidação da **cidadania**, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; IV. Defesa do aprofundamento da **democracia**, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; V. Posicionamento em favor da **equidade e justiça social**, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o **respeito à diversidade**, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; VII. Garantia do **pluralismo**, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma **nova ordem societária**, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as; X. Compromisso com a **qualidade** dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (BRASIL, 1993b, s.p., grifo nosso).



Uma das particularidades da profissão é que seu projeto profissional, firmado em seus regimentos, demonstra uma preocupação para além da proteção dos/as profissionais; afirma seu caráter ético-político no compromisso com a coletividade, com a transformação da sociedade; ultrapassa os aspectos internos à profissão, como demarcados pelos vocábulos destacados. Um código profissional envolve não somente indicações normativas à conduta profissional relacionadas à moral e ao que se define enquanto direito e dever, mas, também, a ideologia da profissão, o direcionamento político, a sua base teórica (RODRIGUES, 2019).

Confirmando seu adensamento teórico de viés marxista ao adotar a premissa da transformação social, para além do aspecto interventivo inerente ao Serviço Social, “[...] os filósofos só *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; do que se trata é de *transformá-lo*” (MARX; ENGELS, 1998, p. 103, grifo dos autores). Por essa razão, o projeto que é ético e, ao mesmo tempo, político, é definidor dessa nova identidade.

E os princípios éticos, ao impregnarem o exercício cotidiano, indicam um *novo modo de operar o trabalho profissional*, estabelecendo balizas para a sua condução nas condições e relações de trabalho em que é exercido e nas expressões coletivas da categoria profissional na sociedade. Aquela efetivação condensa e materializa a firme recusa à ilegitimidade ilusória do tecnicismo. (IAMAMOTO, 2015, p. 226, grifo da autora).

Três dimensões foram eleitas como imperativas e essenciais ao direcionamento da profissão, ao seu modo de ser, e que são indissociáveis: a teórico-metodológica, a técnico-operativa e a ético-política. A primeira trata-se do arcabouço teórico utilizado pela profissão na compreensão da realidade sócio-histórica na qual se insere (a teoria social crítica) e a capacidade de articulação entre essa teoria e a metodologia no fazer profissional. No tocante à dimensão técnico-operativa, Guerra (2012) destaca que “[...] é a forma de aparecer da profissão, pela qual é conhecida e reconhecida. Dela emana a imagem social da profissão e sua autoimagem” (GUERRA, 2012, p. 40); são seus instrumentos e técnicas. E, finalmente, a dimensão ético-política, que tem relação com o projeto profissional, sendo uma “[...] antecipação ideal da *finalidade* que se pretende alcançar, com a invocação dos *valores* que a legitimam e a escolha dos *meios* para lográ-lo” (PAULO NETTO, 2009, p. 142, grifo do autor). Todas essas dimensões estão consonantes a um novo projeto societário, favorável às massas populares, à classe trabalhadora, do qual o Serviço Social também é parte.

[...] este projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da *liberdade* como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre as alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a

emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, *este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero*. A partir destas opções que o fundamentam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional. (PAULO NETTO, 2009, p. 155, grifo do autor).

Um código profissional, enquanto expressão do projeto de uma profissão – nesse caso, também um projeto societário – deve estar impresso em seus profissionais, incorporado, a autoimagem da profissão manifestada como um *habitus*. Um *habitus* como “[...] mediação universalizante que faz com que as práticas sem razão explícita e sem intenção significativa de um agente singular sejam, no entanto, ‘sensatas’, ‘razoáveis’ e objetivamente orquestradas” (BOURDIEU, 1983, p. 73). O *habitus* pertencente a um grupo permite que a prática aconteça, em conformidade, ainda que não haja uma constante interação. A educação, o processo formativo acadêmico-profissional, aqui ocorrido no contexto da Educação Superior, é onde esse *habitus* será construído. É no campo universitário que o *habitus* será reestruturado, um novo *habitus*, nesse caso, o profissional, será incorporado.

O *habitus* adquirido na família está no princípio da estruturação das experiências escolares (e em particular, da recepção e da assimilação da mensagem propriamente pedagógica), o *habitus* transformado pela ação escolar, ela mesma diversificada, estando por sua vez no princípio da estruturação de todas as experiências ulteriores (por exemplo, da recepção e da assimilação das mensagens produzidas e difundidas pela indústria cultural ou das experiências profissionais) e assim por diante, de reestruturação em reestruturação. (BOURDIEU, 1983, p. 80).

Assim, tem-se as diretrizes curriculares como terceiro elemento do estatuto legal do Serviço Social. Demarca-se aqui que a proposta de uma diretriz geral construída pela ABESS/ABEPSS (1996), que objetivava responder ao novo projeto profissional corporificado na Lei de Regulamentação e no Código de Ética através de um projeto de formação profissional correspondente, foi desmantelada pelo empobrecimento das Diretrizes Curriculares formuladas pelo MEC (BRASIL, 2002). Segundo Iamamoto (2015), “[...] a proposta original sofreu *uma forte descaracterização no que se refere à divisão social da formação profissional, aos conhecimentos e habilidades preconizados e considerados essenciais ao desempenho do assistente social*” (IAMAMOTO, 2015, p. 445, grifo da autora). As IES usualmente vêm adotando a versão colocada pelo MEC que compromete a cariz teórico-crítica do Serviço Social. Essa é uma questão cara e preocupante quanto à identidade profissional, dado que é na

academia, durante a formação, que as bases da identidade do assistente social vão se formando, lugar onde um novo *habitus* vai sendo interiorizado, incorporado, e o indivíduo vai se tornando assistente social. E parte fundamental da incorporação da cultura e direcionamento profissional fica comprometida ao não se ter a garantia de que esse aporte seja visto pelos assistentes sociais em formação. Na relação entre campos sociais distintos, o campo do Serviço Social e o campo da Educação tem-se que:

[...] se a configuração do projeto profissional na dinâmica interna de seu próprio campo profissional foi (e é) considerado dominante, já não se pode assinalar o mesmo quanto à defesa desse projeto, mediante a formulação das Diretrizes Curriculares, na sua relação com outro campo, e nesse caso o campo do poder no âmbito educacional. (RODRIGUES, 2019, p. 186).

Conforme demonstrado por Rodrigues (2019), o projeto acadêmico idealizado pela ABEPSS era a proposta condizente com a formação de um *habitus* profissional em consonância com a autoimagem da profissão. No entanto, a interferência externa – materializada na violência física e simbólica do Estado (dentro do campo educacional) – alterou as diretrizes, de modo a se aproximar com os interesses dominantes em um *habitus* profissional flexibilizado. A ideia é transmutada para a formação de um profissional puramente executor, sem qualquer capacidade crítica. Impõe-se a imagem social externa à autoimagem edificada pela própria profissão. Ao proporcionar Diretrizes Curriculares “mais abrangentes”, abertas à interpretação, dá-se margem para a construção de diferentes tipos de *habitus* profissionais dentro de uma mesma profissão, muitas vezes contrapostos ou com uma visão distorcida do projeto ético-político.

Há outras questões que perpassam a identidade do Serviço Social, as quais não serão aprofundadas aqui, mas são discussões, por vezes, divergentes, ainda que haja uma hegemonia decisória. A exemplo, o objeto profissional do Serviço Social são as expressões da questão social, visto o surgimento da profissão estar diretamente ligado a elas; é um assunto hegemônico, porém, não unânime<sup>31</sup>. Existem outras discussões, como o debate ainda não superado da oposição entre teoria e prática<sup>32</sup>, circunstância que deve ser ultrapassada; e, também, a cientificidade ou não do Serviço Social. Sobre esse último, sendo ou não uma ciência, Iamamoto (2015) e Mota (2013) destacam a relevância do conhecimento científico

<sup>31</sup> Como não é, diretamente, objeto de estudo desta dissertação, não se adentrará nessas variadas interpretações sobre o objeto de trabalho do Serviço Social. Pontua-se, tão somente, para reforçar a heterogeneidade de pensamentos dentro da profissão, ainda que sob uma mesma vertente.

<sup>32</sup> Da mesma forma que o trato sobre o objeto de trabalho, não se aprofundará o debate a respeito da teoria *versus* prática. Esse é um assunto mais recorrente no Capítulo 4, a partir das análises da pesquisa de campo.

produzido pela categoria, a formação de uma tradição intelectual de cunho crítico, que redefiniu “[...] a sua representação intelectual e social até então caracterizada, prioritariamente, pelo exercício profissional, no qual a dimensão interventiva tinha primazia sobre o estatuto intelectual e teórico da profissão” (MOTA, 2013, p. 18), e sua produção acadêmica sendo constantemente utilizada pelo Serviço Social de países da América Latina.

Como já citado, esse projeto e essa identidade não podem ser vistos como algo homogêneo e diferentes projetos profissionais estão constantemente se confrontando, tensionando suas forças, que são elementos importantes ao seu próprio crescimento, lembrando que a construção da identidade é cíclica e dialética. O Serviço Social é marcado por mutações em sua identidade profissional ao longo da história brasileira, estando sempre associado ao capitalismo, ou ao tentar abraçá-lo (ainda que o sistema traga malefícios aos profissionais, que são classe trabalhadora) ou ao tentar superá-lo. Em vista disso, para que se tenha um norte, ressalta-se a importância do aporte formal da profissão, os órgãos reguladores, as diretrizes, as legislações. Sem eles a profissão “[...] perderia identidade (mesmo na diferença), coerência (mesmo na heterogeneidade), unidade (mesmo na diversidade) e sentido de ser” (MONTAÑO, 2009, p. 207).

O Serviço Social é (como afirmado), conforme a teoria bourdieusiana, um campo social de disputas, um campo de forças e lutas. São as mais variadas tensões, provenientes das demandas dos usuários, da funcionalidade da profissão ao capital, do aumento da questão social, das disputas internas do projeto profissional que acabam por “[...] fornecer, continuamente, o combustível para recorrentes crises de ‘identidade’ profissional do Serviço Social” (PAULO NETTO, 1996, p. 100). É interessante pensar que, ao longo de 80 anos, a profissão e, por consequência, a sua identidade, passou por constantes transformações e essas tensões sempre se fizeram presente, elementos imutáveis que refletem e fazem parte dessa identidade. Se for considerado, para fins de identidade, o projeto profissional (afirmado pelo Código de Ética) como o principal componente que determina e manifesta a identidade do Serviço Social, o fato de terem sido construídos cinco<sup>33</sup> códigos faz pensar a fragilidade e a inconstância de tais

---

<sup>33</sup> Tendo sido o primeiro Código de Ética Profissional do Assistente Social elaborado pela Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS) no ano de 1947. Em 1965, um novo Código é criado a partir da formação do CFAS. As demais foram constituídas nos anos de 1975, 1986 e 1993. Os Códigos de 1965 e 1975 foram decorrentes da vertente modernização conservadora e da reatualização do conservadorismo, respectivamente. Os códigos de 1986 e 1993 são fruto da intenção de ruptura, na construção e consolidação de um novo projeto profissional (BORGES, 2014). Visto se tratar de uma discussão mais atual, não se abordará cada código.

projetos. Isso provoca marcas na identidade do Serviço Social, através de um projeto profissional que está, constantemente, em disputa.

A exemplo, tem-se no interior da profissão duas visões, por vezes complementares, em que ambas confrontam o *modus operandi* atual da profissão. O “Serviço Social Clínico”, uma aproximação às práticas terapêuticas, de cunho moralizador em um retorno à “[...] profissionalização da ‘ajuda’ que, com aportes teóricos da psicanálise, por exemplo, pode ofertar as condições para que os sujeitos, individualmente, superem sua situação de sofrimento e infortúnio” (ALVES KELLER, 2019, p. 159). O “Serviço Social Libertário”, para fins de conhecimento, tem na sua representação as “[...] 23 Teses pela Reforma do Serviço Social Brasileiro” (OLIVEIRA, 2017), escrita pelo professor e assistente social Edson Oliveira, uma proposta de retorno a práticas já abandonadas pelo Serviço Social, baseada em uma má interpretação da defesa do pluralismo. Ambos demonstram a presença constante de projetos profissionais de cunho conservador.

O velho conservadorismo mostra sua face maquiada, apresentando-se como novidade tanto na sociedade como na profissão. E desafia aqueles que o recusam a dispor de clareza teórica e estratégia política, apoiadas em um criterioso trabalho de pesquisa sobre as novas expressões da *questão social*, as condições e relações de trabalho do assistente social, de modo a avançar na qualificação do seu exercício e no enraizamento do projeto profissional no cotidiano da vida profissional. (IAMAMOTO, 2015, p. 232, grifo da autora).

No tocante ao jogo de interesses, das disputas existentes em um campo social, os agentes em um campo buscam impor sua visão conforme sua posição na estrutura desse campo, no intuito de mudá-lo ou mantê-lo. A autoimagem atual da profissão ocorre através da dominação que se dá não por uma coerção direta, mas como um efeito indireto (BOURDIEU, 2008). Os dominados são partícipes desse poder simbólico, uma vez que, consensualmente, porém, não conscientemente, permitem a sua construção e seu domínio. Ainda com todo esse contexto de disputa, o *habitus profissional* intenta uma homogeneidade, uma homogeneidade que, na teoria bourdieusiana, é diversa, existindo uma relação de homologia. Cada agente possui um sistema de disposições individuais que imprime uma singularidade; há um estilo comum aos membros de um mesmo grupo, mas também há um estilo próprio proveniente da trajetória social singular a cada agente.

Para explicar a diversidade na homogeneidade que caracteriza os *habitus* singulares dos diferentes membros de uma mesma classe e que reflete a diversidade na homogeneidade característica das condições sociais de produção desses *habitus*, basta perceber a relação fundamental de *homologia*

que se estabelece entre os *habitus* dos membros de um mesmo grupo ou de uma mesma classe enquanto eles são o produto da interiorização das mesmas estruturas fundamentais: e dizer que, para falar numa linguagem leibniziana, a visão do mundo de um grupo ou de uma classe supõe tanto a *homologia* das visões de mundo correlativa da identidade dos esquemas de percepção quanto as diferenças sistemáticas separando as visões de mundo singulares, tomadas a partir de pontos de vista singulares e, no entanto, concertados. (BOURDIEU, 1983, p. 80).

A ausência de uma homogeneidade – ao que Gentili (2012) denominou identidades pelas suas diversas representações na prática – na identidade profissional pode ser justificada também pela influência da dinâmica social e pelos/as autores/as de maior referência que exercem um poder simbólico (PAULO NETTO, 2009, 2005, 1996; IAMAMOTO, 2015, 2014; entre outros) para a formação, para a prática e que discorrem sobre a própria profissão. São autores/as ainda em atividade, o que mostra o quão recente ainda é a construção de seus pensamentos, assim como é recente a formatação do Serviço Social que se tem. Para assim dizer, ratifica-se que, em um curto espaço de tempo, se forem consideradas como comparação profissões e ciências mais consolidadas, o cerne da profissão de assistente social passou por constantes mutações desde a década de 30 até a atualidade. Isso tem muito a dizer sobre nossa identidade inquietante e, ao mesmo, o quanto ela caminha junto às mudanças que vão ocorrendo na sociedade capitalista. Mesmo com as mudanças, enquanto um componente intrínseco à identidade, a identidade “pertencente ao passado” da profissão sempre reaparece como disfarçada de algo novo, disputando o espaço e a hegemonia da profissão. Por essa razão, pode-se reafirmar aqui, a partir da teoria bourdieusiana, o Serviço Social enquanto um campo social em disputa.

Outro fator que reflete na identidade do Serviço Social é o fato de participar da divisão sociotécnica do trabalho, onde vende sua força de trabalho em troca de um salário, provocando uma relativa autonomia por estar submetido à lógica capitalista. A categoria, através da sua organização, alcança alguns direitos para si, como a conquista da carga horária delimitada em 30 horas semanais (reconhecendo a salvaguarda da saúde mental desse trabalhador) sem redução de salário, através da Lei nº 12.317/2010 (BRASIL, 2010). No entanto, ainda não possui um piso salarial. Essa era uma luta da categoria profissional para proporcionar melhores condições de trabalho para assistentes sociais. Antes de sua aprovação, o coletivo CFESS/CRESS defendia a diminuição da carga horária semanal baseado nas seguintes justificativas: equiparação com outros profissionais da saúde; a dupla jornada de trabalho, visto a maior parte de assistentes sociais serem do gênero feminino; pelos altos índices de estresse e fadiga mental, provenientes do espaço de trabalho, entre outras (CFESS, 2010). Por mais que

existam conquistas, por ser classe trabalhadora, está à mercê das constantes transformações do mundo e do direito do trabalho, provenientes do neoliberalismo.

Essa dinâmica de flexibilização/precarização atinge também o trabalho do assistente social, nos diferentes espaços institucionais em que se realiza, pela insegurança do emprego, precárias formas de contratação, intensificação do trabalho, aviltamento dos salários, pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, ausência de políticas de capacitação profissional, entre outros. (RAICHELIS, 2011, p. 422).

Como salientado, a predominância feminina no corpo profissional do Serviço Social é algo a ser considerado ao tratarmos sobre a identidade e uma profissão. É uma característica que se manifesta desde a sua gênese e se perpetua até os dias atuais, como representado pelas duas etapas metodológicas desta dissertação, a aplicação dos questionários e a realização das entrevistas. Sendo historicamente feminina, as primeiras assistentes sociais, vinculadas à igreja e à ordem burguesa, imprimiram ao Serviço Social valores, visão de mundo, requisitos e características (naquele período) relacionadas às mulheres, como o cuidado, com o caráter educativo (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014). Inserida na divisão sociotécnica do trabalho, a profissão também representou a inserção da mulher no mercado de trabalho, mas trouxe consigo a desigualdade e subalternidade no qual a mulher é relegada quando comprada a profissões ditas masculinas, sendo reflexo da sociedade e luta permanente à categoria.

O Serviço Social não é visto, portanto, como uma profissão que toma decisões, que participa “produtivamente” na divisão do trabalho, que participa na definição dos objetivos gerais das políticas sociais ou no seu desenho com autonomia para definir os recursos a empregar, os benefícios da sua ação, que possui um conhecimento teórico-universal sobre o social (apesar de que diversos Assistentes Sociais sim atuem nestes níveis). Pelo contrário, o Serviço Social é em geral identificado, em concordância com o papel que as sociedades “patriarcais” atribuem às mulheres, como uma profissão que executa as decisões dos outros (os “políticos”) que conhece a realidade social por meio dos olhares dos outros (os “cientistas sociais”) e que assiste às populações carentes, mas como auxiliar de outros profissionais (médicos, advogados etc). (MONTAÑO, 2009, p.101).

Tendo sido feito esse percurso, evidencia-se quão múltipla é a temática do trabalho e as possíveis identidades profissionais do Serviço Social. Toda e qualquer profissão carregará consigo sua própria história e particularidade, que não podem ser desconsideradas ao se estudar sobre sua imagem social e sua autoimagem. Sobretudo, quando se percebe que, mesmo que

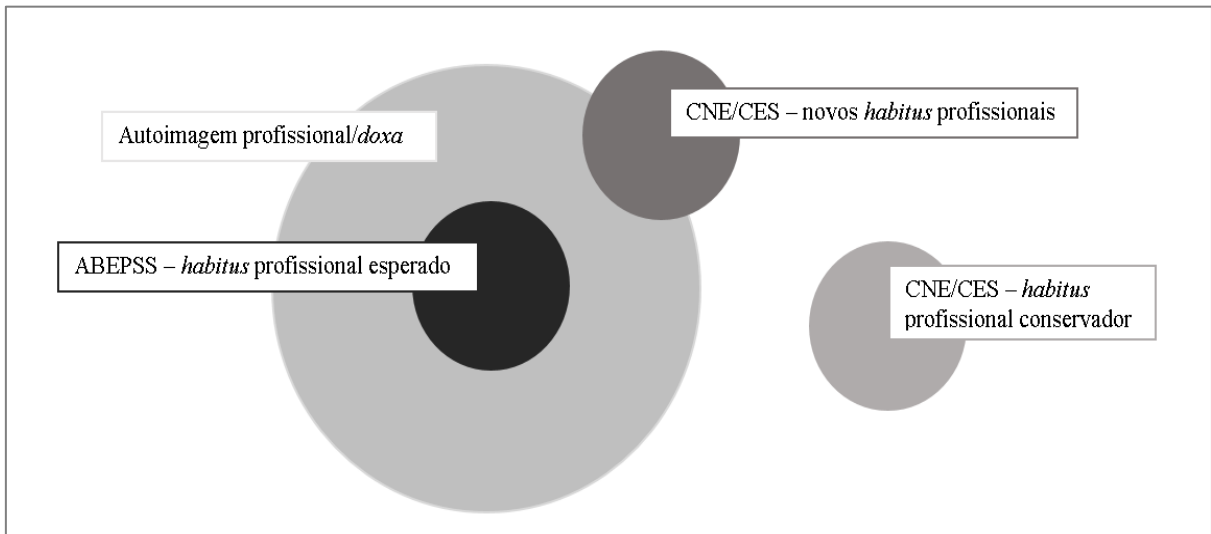
exista uma identidade formal à profissão, a sua autoimagem elencada e representada pela *doxa* (o tripé já debatido), existem identidades paralelas, *habitus* profissionais múltiplos formados pela junção entre a experiência pregressa à academia e à própria ausência de uma diretriz curricular centralizada à autoimagem que cria inúmeros tipos de formações acadêmico-profissionais, várias concepções de Serviço Social, assim, variados/as assistentes sociais.

Para a reprodução do discurso vigente do campo do Serviço Social, é preciso que a *doxa* construída e seu *habitus* profissional se realizem no processo formativo, no campo universitário (RODRIGUES, 2019). Se esse não é estável, como assim o foi visto, abre espaço para que discursos dos dominados e, também, as influências externas ganhem força. Assim, não se poderia afirmar que a *doxa* e o *habitus* profissional hegemônico (a identidade da profissão/sua autoimagem) não foi devidamente inculcado em agentes da profissão, mas sim que um outro *habitus* foi adquirido e manifesto em suas práticas. Deve-se ainda levar em conta que o *habitus*, ainda que em um campo social, “[...] é o produto da experiência biográfica individual, da experiência histórica coletiva e da interação entre essas experiências” (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 34). Ou seja, deve-se considerar as experiências pregressas ao ingresso ao campo do Serviço Social.

Existe então um *habitus* legitimado, mas não quer dizer que esse seja o único, pois os/as dominados/as em um campo estão sempre questionando e buscando alterar o discurso dominante. Essa disputa do capital específico ao Serviço Social, como sendo uma característica natural na teoria bourdieusiana, permite depreender que não se pode dizer que exista um *habitus* ou um discurso defina assistentes sociais como mais ou menos corretos, ou com uma identidade mais ou menos enfraquecida, apenas mais ou menos aproximada à ordem hegemônica. A ilustração abaixo, Figura 2, aponta, como um exemplo, que o direcionamento dado pela ABEPSS, através de suas Diretrizes Curriculares, tente a produzir um *habitus* condizente à autoimagem da profissão e que as Diretrizes do CNE/CES abriam margem para novas interpretações e novas identidades construídas em assistentes sociais, uns mais aproximados e uns mais distanciados, como no caso do “novo” conservadorismo. Cabe salientar que, não necessariamente, um *habitus* distanciado à ortodoxia e ao *modus operandi* formal estejam completamente destoados dos princípios fundamentais da profissão (igualdade, democracia, uma nova ordem societária, entre outros), apenas que, por vezes, discordem dos caminhos teóricos e ideológicos escolhidos e para alcançá-los.



Figura 2– Aproximação e distanciamento dos projetos curriculares à autoimagem profissional



Fonte: A autora (2020).

Como resultado de tudo o que foi debatido neste tópico, além de se basear na historicidade da profissão para compreender a sua identidade atual, será dada a devida importância à sua identidade de classe, ao tripé regulatório e o que é o comum (*doxa*) ao Serviço Social, enfatizando os princípios fundamentais, vistos no Código de Ética, como expressão do projeto ético-político hegemônico da profissão, as disputas internas, bem como o que o mercado de trabalho impõe a essa profissão. Está atrelado ao seu caráter interventivo, propositivo e investigativo (não em um sentido policaiesco) para a transformação e superação da sociedade atual. Assim como a linguagem própria da profissão (a exemplo da opção pela palavra usuário ao invés de cliente), no que diz respeito ao uso de termos e do teor impresso no discurso. Tais elementos são os que conformam a múltipla identidade profissional de assistente social. Lembrando que, no campo universitário, durante a formação profissional é que essas identidades, esses *habitus* profissionais, são constituídos, no qual é o momento em que o/a agente social toma conhecimento da *doxa* do Serviço Social, nos seus demais elementos (Legislações, Código de Ética).

Salienta-se, ainda, mesmo que Gentili (1997, 2012) tenha direcionado a identidade à prática, algumas de suas interpretações podem e devem ser consideradas para este estudo, como, por exemplo, a questão das representações (mesmo que sem a atuação) e o sentimento que o/a profissional tem sobre sua profissão, aspectos subjetivos de grande valia quando se fala de identidade, seja ela de tipo individual ou coletiva. Conforme a autora:

Por intermédio dos mecanismos do *processo de identificação* com os elementos da realidade social presentes na ocupação profissional, os

indivíduos encontram caminhos para expressão e realização de desejos, possibilidades de discursos, de atitudes, de comportamentos e de emoções que se projetam nas simbolizações codificadas socialmente no seu interior (sentimentos de solidariedade social, identificação com a população usuária dos serviços, desejos de operar mudanças na vida social, desejos de justiça social etc.). (GENTILLI, 1997, p. 134, grifo da autora).

Vista então a ausência da prática, busca-se identificar o quanto dessa identidade formal, obtida durante a formação (portanto, destaca-se a importância da teoria) e processo de identificação, se misturou à identidade individual dos sujeitos a serem entrevistados, o quanto ela se tornou um *habitus*. Até mesmo quais as identidades paralelas à autoimagem da profissão surgem, conseqüentemente, que tipo de *habitus* é esse. Para Bourdieu (1983, p. 45), a prática “[...] poderia ser definida como o resultado do aparecimento de um *habitus*, sinal incorporado de uma trajetória social, capaz de opor uma inércia maior ou menor às forças sociais, e de um campo social funcionando”, atentando ainda para a estrutura que dá as condições para a produção desse *habitus*, assim como para o seu exercício, ou seja, com a conjuntura que particulariza tal estrutura.

Destarte, a prática de um *habitus* profissional, em nosso caso, de uma identidade, poderia emergir no dia a dia, para além do exercício efetivo da profissão, levando em conta a conjuntura onde se insere. Não se pode, então, resumir o *habitus* à prática enquanto inserção em espaços sócio-ocupacionais, se, de fato, um *habitus* foi produzido (e, de fato, verificar-se-á qual *habitus*). Ele se manifestará em qualquer ação inconsciente ao que foi introjetado nos agentes. O discurso, a visão de mundo inerente à profissão, a ação esperada, são assimiladas a ponto de provocar o *habitus* enquanto uma *mimese*, uma imitação, uma cópia fidedigna à autoimagem do Serviço Social? Talvez não tal como o último, pois esse é um desafio posto a assistentes sociais em exercício profissional. Pode-se inferir, em razão disso, que nada impede de se averiguar esse *habitus* em profissionais em situação de desemprego.

### **3 TRABALHO, AS REFRAÇÕES NEOLIBERAIS NO DESEMPREGO E MERCADO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL**

Este capítulo intenta apresentar a concepção marxista de trabalho, uma vez que é uma categoria que perpassa toda a dissertação, tanto visto pela perspectiva de formação e aprimoramento dos seres sociais, como trabalho consciente, quanto trabalhado na sociedade capitalista. Um trabalho estranhado pelo indivíduo que, sobre tal modo de produção, desumaniza-se. O segundo subtópico, dá continuidade às formas de captura da subjetividade humana dentro da racionalidade neoliberal, dá-se ênfase para as contradições e o caráter destrutivo, assim como, suas consequências ao indivíduo e à coletividade, no rompimento de laços de solidariedade.

Dando sequência, trabalha-se o desemprego como uma das expressões da questão social – sendo essas objeto de trabalho do Serviço Social –, e se tornam essenciais, por rebaterem na classe trabalhadora e, por consequência, na categoria profissional. Portanto, o subtópico subsequente busca compreender a questão social para além do clichê capital *versus* trabalho. Situando, para além, o contexto de formação sócio-histórica brasileira para a análise das particularidades da inserção do capitalismo, do perfil da classe trabalhadora e da questão social no país. Acrescenta-se a discussão do desemprego como expressão da questão social apoiada e intensificada pelo período iniciado na década de 90, com a instauração da ideologia neoliberal, nos constantes boicotes à proteção social do trabalho e o cenário atual do desemprego no país. Ao final, apresenta-se a real situação do mercado de trabalho do Serviço Social, considerando a importância do mercado de trabalho, tanto quando se fala da urgência/surgimento da profissão, bem como as consequências dessa nova formatação, em particular para a identidade do Serviço Social, sobretudo a lacuna deixada, numa profissão essencialmente interventiva, ao furtar do/a trabalhador/a um espaço ocupacional.

#### **3.1 TRABALHO E ALIENAÇÃO NO CAPITAL: AS PRIMEIRAS REPERCUSSÕES NA SUBJETIVIDADE DA CLASSE TRABALHADORA**

Ao se falar sobre trabalho torna essencial definir e compreender o que se entende por esse termo. Hoje, ao se pensar trabalho, imediatamente é associado a uma atividade exercida para um fim, que usualmente implica o recebimento de um pagamento em troca. No entanto, esse imaginário tem um contexto e um histórico que empobrece uma categoria tão importante para a compreensão da sociabilidade humana.

Em Marx, o trabalho – e sua qualificação – tem uma centralidade primordial em toda a sua obra. Para ele, está intrinsecamente ligado à relação do homem com a natureza, onde esse “[...] por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (MARX, 2017, p. 326). O homem, assim, de início, opera e domina a natureza a fim de atender as necessidades inerentes à manutenção de sua vida. Contudo, não se resume a somente isso, ao modificar essa natureza, propicia a sua própria modificação. Ou seja, para além da alteração dita material, a partir desse processo, transforma-se, não sendo mais o mesmo, já que absorveu novas habilidades e novos conhecimentos inexistentes anteriormente. Uma das características primordiais, que difere o homem dos animais, é a sua capacidade de projeção (teleologia), e Marx (2017), em sua exemplificação clássica, afirma:

Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o melhor arquiteto da pior abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. (MARX, 2017, p. 327).

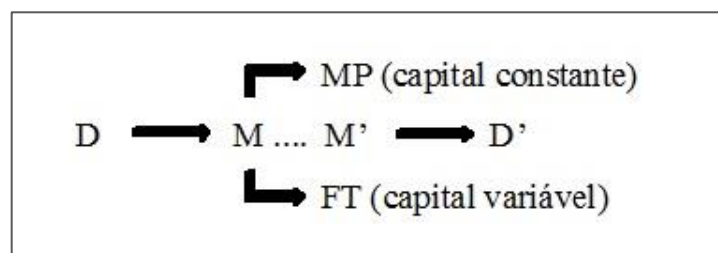
Resumidamente, trabalho consiste, então, na transformação prévia do meio em que se vive para atender algum fim, onde – concomitante à modificação da natureza, na geração constante de novas demandas – o homem, como ser social, modifica a si próprio, isto é, humaniza-se. Dessa forma, nas palavras de Lessa (1999, p. 23), “[...] a história jamais se repete”. Ela envolve a necessidade do entendimento da dimensão abstrata e da dimensão concreta do trabalho; a primeira correspondendo ao uso do intelecto, da força física e capacidade produtiva humana; e, a segunda, à produção de valores de uso, produtos destinados a atender uma necessidade específica.

Com o advento da acumulação, o trabalho – como item fundante da sociabilidade humana, na produção e reprodução do ser social – torna-se mercadoria (a partir de seu assalariamento), objetivando a confecção de novas mercadorias, agora rentáveis. “Desfigurando o seu sentido primeiro, de criação de coisas úteis, o trabalho se torna meio e não ‘primeira necessidade’ de realização humana” (ANTUNES, 2005, p. 69, grifo do autor), na criação de coisas úteis visando ao valor de troca (lucro), com a produção de um valor de uso, onde nele esteja contida a matéria-prima, os meios de produção e a força de trabalho.

Para obtenção do lucro, a produção e circulação de mercadorias é complexificada no sistema capitalista. Em sua forma simples, uma mercadoria inicial é vendida para obtenção de dinheiro que será utilizado para a compra de uma outra mercadoria a qual satisfaça uma dada

necessidade. Na circulação mercantil capitalista, o capitalista utiliza o seu dinheiro para obter mercadorias, sendo vendidas por um dinheiro mais valorado que o gasto no início do processo. Se antes o intuito era vender para comprar, agora é comprar para vender (MARX, 2017). No entanto, esse ainda não é o lucro, é um valor acrescido. O lucro acontece dentro da circulação derivada do processo de produção de mercadorias. A nova fórmula (que está sintetizada no Fluxograma 3) expressa: 1º o capitalista utiliza o dinheiro (**D**) para compra de meios de produção/mercadorias (**M**) – meios de produção, **MP**, como capital constante (que não se altera) e força de trabalho (**FT**), como capital variável (que na produção cria valor excedente); 2º durante o processo produtivo acrescenta valor a uma nova mercadoria (**M'**), com valor proveniente da força de trabalho; 3º por fim, essa mercadoria é vendida e o capitalista adquire um dinheiro acrescido de mais valor (**D'**), de lucro (MARX, 2017).

Fluxograma 4 – O processo de produção de mercadorias e de circulação de capital



Fonte: A autora (2020), com base em Paulo Netto; Braz (2012).

A sociedade capitalista é uma sociedade salarial, na qual a força de trabalho, enquanto mercadoria partícipe do processo de produção de uma mercadoria, recebe um valor pela venda de seu trabalho ao capitalista. “[...] o *valor da força de trabalho é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzir os bens que permitem a sua manutenção (ou reprodução)*” (PAULO NETTO; BRAZ, 2012, p. 113, grifo dos autores). Bens que atendam às necessidades tanto biológicas quanto de caráter social. A força de trabalho é uma mercadoria diferenciada, pois, através de seu trabalho, do seu valor de uso, é criado esse valor passivo de ser trocado, um valor acrescido, o lucro, por meio da valoração acrescentada durante o processo de trabalho.

No período correspondente à jornada de trabalho tem-se que a força de trabalho, a classe trabalhadora, “[...] produz *mais* valor que aquele necessário à sua produção / reprodução, valor esse expresso no salário; assim, mesmo pagando o valor da força de trabalho, o capitalista extrai da jornada de trabalho do trabalhador um excedente (a mais-valia, fonte do seu lucro)” (PAULO NETTO; BRAZ, 2012, p. 114, grifo dos autores). É dessa relação de apropriação do mais valor

que deriva a relação de exploração inerente ao modo de produção capitalista. Cabe ressaltar ainda que, no intuito de ter o maior aproveitamento e, por consequência, mais lucro, o capitalista usualmente paga um salário inferior ao suprimento das necessidades básicas dos/as trabalhadores/as, procurando diminuir seu salário ou aumentar a jornada de trabalho (o tempo), ou intensificar o trabalho durante essa jornada.

Aqui há que se trazer mais elementos sobre a distinta natureza do trabalho, sendo eles: concreto ou abstrato e trabalho produtivo e improdutivo. Para a determinação salarial (o preço dado à força de trabalho) o entendimento de trabalho concreto e abstrato é primordial; ambos são encontrados na produção de mercadorias. O primeiro é o trabalho que cria valores de uso e o trabalho abstrato representa o valor de troca, na comparação do trabalho dispendido para a produção das mercadorias (PAULO NETTO; BRAZ, 2012). A natureza produtiva ou improdutivo, sob a ótica do capitalismo, diz respeito à criação direta de valor passível de ser adquirido pelo/a capitalista, criando mais valor. Diferentemente, o trabalho improdutivo assim o é “[...] quando cria bens úteis, valores de uso, e não está voltado diretamente para a produção de valores de troca, ainda que seja necessário para que esta se realize” (ANTUNES, 2018, p. 46). Contudo, ainda que o trabalho produtivo seja aquele que cria valor apropriado pelo/a capitalista, o trabalho improdutivo pode participar indiretamente da produção de mais valor:

Um engenheiro, um professor, um artista, um **assistente social** ou um sociólogo podem ser empregados pelo capital para a produção de mais-valia, o que não os torna menos dependentes da transformação da natureza para que possam levar adiante a reprodução de suas atividades como parte da divisão do trabalho. A dependência ontológica das outras atividades humanas para com o trabalho que produz “o conteúdo material da riqueza” se mantém intocada no capitalismo, sem o trabalho as outras atividades não poderiam sequer ser imaginadas. (LESSA, 2001, p. 124, grifo nosso).

Em suma, a partir de Marx (2017), pode-se entender que o sistema capitalista de produção, em sua forma basilar, pressupõe ao/a capitalista a compra (no mercado) da matéria-prima, do meio de trabalho e da força de trabalho (formalizado por meio de um salário). No processo de transformação da matéria-prima e do meio de produção, cria-se valor ao gerar um novo produto, dentro de um tempo socialmente necessário para a atividade-fim. Ao capital adiantado o/a capitalista deseja acrescentar mais valor, onde faz com que o/a trabalhador/a intensifique sua força produtiva, para além do necessário à sua subsistência, a fim de proporcionar valor acrescido. O capitalista investe dinheiro na compra de mercadorias (entendendo a força de trabalho como mercadoria) para receber, ao final, na venda do produto, um dinheiro acrescido, um mais valor. Ratificando, em uma sociedade capitalista, o homem

vende sua força de trabalho àquele detentor da matéria-prima e dos meios de produção. Esse mesmo homem torna-se mercadoria e, sua força, parte do produto final. Como colocado por Marx:

Como processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, o processo de trabalho revela dois fenômenos característicos. O trabalhador labora sobre o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. [...] Em segundo lugar, porém, o produto é propriedade do capitalista, não do produtor direto, do trabalhador. (MARX, 2017, p. 336).

Assim, longe do processo de acumulação, da exploração do homem sobre o homem, o trabalho é consciente, é atividade vital consciente, uma vez que o homem não é limitado pela satisfação de suas necessidades, mas exprime sua vontade na interação com a natureza de maneira conscienciosa, tornando-se ser genérico (MARX, 2008). No entanto, sob os moldes de uma sociedade capitalista, onde o indivíduo vende sua força de trabalho como uma mercadoria (valor de troca) ao detentor dos meios de produção, ao/à capitalista, o trabalho se revela de forma alienada.

Este fato nada mais exprime, se não: o objeto (*Gegenstand*) que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um *ser estranho*, como um *poder independente* do produtor. O produto do trabalho é um trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisal (*sachlich*), é a *objetivação* (*Vergegenständlichung*) do trabalho. A efetivação (*Verwirklichung*) do trabalho é sua objetivação. Essa efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como *desefetivação* (*Entwirklichung*) do trabalhador, a objetivação como *perda do objeto* e *servidão ao objeto*, a apropriação como *estranhamento* (*Entfremdung*), como *alienação* (*Entäusserung*). (MARX, 2008, p. 80, grifo do autor).

Assim, essa “desefetivação” do trabalho imprime perda, onde o trabalhador “[...] se *desrealiza*, se *desefetiva* e se *estranha* no processo de trabalho” (ANTUNES, 2018, p. 96, grifo do autor). Marx (2008), em seus escritos, utiliza-se, usualmente, da palavra alienação. “[...] as palavras equivalentes, no idioma alemão, significam tanto separação quanto estranhamento” (BINS, 1985, p. 76). Em dado momento, o próprio Marx (2008) faz uso do termo estranhamento para passar o mesmo sentido empregado à alienação. Dessa forma, este estudo optará por se apropriar em momentos de um e em outros do outro, sem implicar mudança de significado, respeitando as obras e a carga conceitual contida na teoria da alienação criada pelo autor.

Para Marx (2008), é a propriedade privada que fundamenta o trabalho estranhado, da externalização do trabalho com relação ao homem, pelo que, simultaneamente, é produto e meio

do trabalho exteriorizado. É um ciclo, propriedade privada como forma criadora da alienação, da separação do ser humano do fruto da transformação da natureza, e como produto dessa forma de trabalho, através do processo produtivo capitalista, uma vez que o que se produz não pertence a quem produziu, é propriedade privada de outrem. Traz, por efeito, a divisão da sociedade em classes, entre as que detêm os meios de produção e as que não detêm. A partir dessa análise da subordinação do trabalho ao capital, o autor elenca quatro manifestações de alienação/estranhamento, proporcionando um melhor esclarecimento das consequências ao/à trabalhador/a.

Em primeiro, tem-se o estranhamento do/a produtor/a com relação ao/à produto/a, ou seja, do/a trabalhador/a com o objeto produzido. Segundo sua teoria, o objeto se torna “[...] como um *poder independente* ao produtor. O produto do trabalho se fixou num objeto, se fez coisa (*sachlich*), é a objetivação (*Vergegensständlichung*) do trabalho” (MARX, 2008, p. 80). O produto da obra não tem por fim o valor de uso, mas o valor de troca. O/a trabalhador/a perde seu objeto, onde foi aplicada toda a sua energia, parte de si que será apropriada por outro ser; portanto, o objeto sujeita o/a trabalhador/a. Desta forma:

Se o fruto do trabalho for aproveitado por quem o produziu, o ciclo se fecha e o trabalhador reintegra à sua vida aquilo que havia exteriorizado. [...] Suponhamos que concluído o processo de exteriorização de si na matéria, quando o trabalhador for utilizar o objeto que produziu, alguém toma esse objeto e o leva, aquela parte da vida do trabalhador que foi investida se perde. (BINS, 1985, p. 77-78).

Se o objeto se torna estranho ao/à trabalhador/a, de mesmo modo o ato de produzi-lo causa a alienação. Nesse modelo de produção, o/a trabalhador/a não participa do processo decisório da atividade produtiva. “[...] em seu trabalho, nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua *physis* e arruína o seu espírito” (MARX, 2008, p. 82). O próprio ato de trabalhar, de transformar a natureza, é um ato estranho; perde, então, o controle de seu processo de produção, não se identificando nela.

O terceiro estranhamento advém do/a produtor/a com relação a si mesmo; estranha sua própria essência, a do ser-genérico. Estranha o caráter genérico do homem, “[...] a atividade consciente livre é o caráter genérico do homem” (MARX, 2008, p. 84); e é a sua atividade vital sendo subordinada à sua aspiração e consciência que o diferencia dos animais. O/a trabalhador/a não se reconhece no seu próprio gênero (ser humano), porque “[...] o trabalho estranhado inverte a relação a tal ponto que o homem, precisamente, porque é um ser consciente, faz da sua



atividade vital, da sua essência, apenas um meio para sua existência” (MARX, 2008, p. 85). Aquilo que tinha capacidade de humanizá-lo, de transformá-lo, o desumaniza.

Por fim, a última manifestação da alienação, do trabalho estranhado, se dá sob a mesma lógica da elencada anteriormente, no estranhamento do homem com relação ao seu semelhante, do/a produtor/a com os/as demais produtores. Dá-se a continuidade do não reconhecimento do indivíduo genérico sobre a essência humana. O/a produtor/a estranha tanto o/a outro/a produtor/a quanto estranha o trabalho e o fruto do trabalho de outro/a (MARX, 2008). Ademais, “[...] as pessoas que são intercomplementares, na sociedade alienadas tornam-se opositoras, exploradas e exploradoras” (BINS, 1985, p. 78).

O Serviço Social, enquanto profissão, acaba por fazer parte da engrenagem da produção, no sentido (inicialmente dado pelo próprio capitalismo, como será visto no subcapítulo 3.4) da manutenção dessa sociedade regida pelo modo de produção capitalista e a ideologia que a sustenta. Ainda que seja um trabalho improdutivo, o/a assistente social passa pelo processo de alienação, uma vez que é parte integrante da classe trabalhadora, a classe que vive do trabalho, sendo afetada por todas as mazelas inerentes ao sistema capitalista.

Tem-se então que, com o capitalismo (que aparece após a derrocada da sociedade feudal) surge a propriedade privada dos meios de produção, vista até mesmo como um direito, e a apropriação da produção excedente externada como mais valor. Esse novo modelo de sociedade provocou graves repercussões sobre o homem enquanto gênero, sobre a natureza do ser social, efetivando relações sociais através de um raciocínio mercadológico e exploratório. Afetando os indivíduos em sua essência e em sua coletividade, enxergando o/a próximo/a como inimigo, o ser humano enquanto algoz da humanidade. “Se ele se relaciona com sua própria atividade como uma [atividade] não-livre, então ele se relaciona com ela como a atividade a serviço de, sob o domínio, a violência e o jugo de um outro homem” (MARX, 2008, p. 87).

Pode-se concluir, então, que é dessa forma que, mesmo no capitalismo mais rudimentar, as interferências na subjetividade dos indivíduos se iniciam. E se iniciam em direção à rejeição do trabalho pelo/a trabalhador/a, do ser humano por aquilo que o faz humano. Alienação, como um todo, é uma das consequências atreladas ao modo de produção capitalista (assim como a sua própria ideologia e racionalidade), outras manifestações provenientes da contradição entre o capital e o trabalho, como o desemprego.

### 3.2 NEOLIBERALISMO: A RAZÃO NEOLIBERAL E OS MODOS REQUINTADOS DE CAPTAÇÃO DA SUBJETIVIDADE DA CLASSE TRABALHADORA

O trabalho no capitalismo foi sofrendo mutações ao longo dos séculos; as alterações das formas produtivas e da ideologia, que dão sustentação ao sistema, promoveram o aprimoramento da alienação da classe trabalhadora. O capitalismo trouxe um novo capítulo para a história da humanidade, da substituição da produção artesã, do ofício repassado de geração em geração, para a manufatura. A sofisticação de instrumentos e a criação de maquinários foi exigindo a adaptação do aparato sociojurídico e ideológico.

No entanto, uma estrutura econômica, como o sistema de produção capitalista, necessita de bases de sustentação que deem legitimidade e respaldo para a sua continuidade e aceitação da sociedade. A doutrina liberal aparece, então, como a superestrutura, de caráter ideológico, que permitiu a consolidação da classe dominante sobre a dominada. Essa ideologia teve seu surgimento no século XVIII e consolidação na metade do século XIX. Tratava-se, em suma, da afirmação da existência de uma lei natural econômica. “O direito natural, a liberdade de comércio, a propriedade privada, as virtudes do equilíbrio do mercado são certamente alguns dos dogmas do pensamento liberal dominante em meados do século XIX” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 37), que é entendido como liberalismo clássico.

Para Adam Smith, o homem é egoísta. Busca sempre o proveito próprio em cada ato e em cada troca, o resultado, entretanto, não seria “guerra de todos contra todos”, como dizia Hobbes, nem o caos, mas o equilíbrio e a satisfação generalizada. Buscando cada um o seu interesse, no conjunto da “mão invisível”, atenderia o interesse de todos. Para isso, era necessária a espontaneidade, a liberdade de ação econômica. (BINS, 1985, p. 52, grifo do autor).

Adam Smith é considerado o fundador da escola clássica liberal, havendo destaque também para outros pensadores, como David Ricardo e Malthus, entre outros. Ainda que não existisse uma concordância absoluta entre os pensadores, era possível definir alguns fundamentos essenciais ao liberalismo (HUBERMAN, 1980, p. 211), como o direito fundamental ao homem de ter propriedade privada e, quanto ao papel do Estado, a ele cabia a incumbência de proteger esse direito e não intervir nas relações comerciais. Do liberalismo *laissez-faire*, diga-se liberalismo tradicional, emergiu a autorregulação do mercado, a livre concorrência, a defesa das liberdades individuais (sempre vinculadas à propriedade) e um

Estado mínimo. Ao indivíduo, então, cabia a responsabilização pelo seu próprio destino, sucesso e fracasso.

Volte-se ao modo de produção capitalista. Esse, ao determinar o ato de produção, determina também a reprodução das relações sociais, que é representada por essa cena de compra e venda de mercadorias (produtos e o próprio trabalho) que, como visto no capítulo anterior, acarreta a divisão de sociedade em classes. A classe trabalhadora, contendo como propriedade privada apenas sua força vital de trabalho, vê-se levada a vender sua força de trabalho ao capitalista. Pode se dizer que “[...] desenvolvendo-se na reprodução ampliada, ou seja, a acumulação, é evidente que, na relação capital/trabalho a condição dos portadores da mercadoria força de trabalho torna-se progressivamente mais vulnerabilizada” (PAULO NETTO; BRAZ, 2012, p. 150). Não à toa que as expressões da questão social – como a pobreza e a acumulação da riqueza nas mãos de uma pequena parcela da humanidade – surgem dessa contradição entre capital e trabalho.

Durante o processo de urbanização/industrialização, o grande capital procura adequar as relações produtivas sempre no intuito de estimular maior produtividade de aumento do mais valor. Avançando para o século XX, o modo de operacionalização da produção industrial se baseou no fordismo e no taylorismo que abarcava as demandas da alta industrialização, especialmente a automobilística. Antunes (2018) retrata as características da produção taylorista como uma divisão social do trabalho (mais evidenciada) entre o trabalho intelectual (conduzido por engenheiros) e trabalho manual (os operários, comparados até mesmo com os animais treinados).

Conforme o autor (ANTUNES, 2018), o fordismo, do criador Henry Ford, se caracterizou pela aglutinação da concepção de engenharia laboral de Taylor com a produção de tipo seriada, uma linha de produção automatizada para atender ao consumo em massa, com extremo controle do tempo. Esse contexto, para a subjetividade da classe trabalhadora, foi permeado pelo reforço do estranhamento, uma vez que o produtor se via, efetivamente, separado do produto e da decisão sobre como produzir, no aumento da coisificação. O trabalho parcelado e munido cada vez mais da introjeção do trabalho morto, sobrepondo-se ao trabalho vivo, tornava o/a trabalhador/a parte das engrenagens da fábrica, na “[...] desantropomorfização do trabalho” (ANTUNES, 2018, p. 102).

A reestruturação produtiva do capital no século XX foi marcada pelas inovações fordistas-tayloristas que alteraram a morfologia da produção em vários setores da indústria e dos serviços. No campo organizacional da grande indústria, fordismo e taylorismo tornaram-se “mitos mobilizadores” do

processo de racionalização do trabalho capitalista. A introdução de novos “modelos produtivos” foi lenta, desigual e combinada. A produção em massa (ou o fordismo) altera de modo significativo a vida social, transfigurando as condições de produção (e de reprodução) social da civilização humana, atingindo de forma diferenciada países e regiões, setores e empresas da indústria ou de serviços. O que surge, hoje, como novo complexo de reestruturação produtiva, como momento predominante é o Toyotismo, é mais um elemento compositivo do longo processo de racionalização do trabalho vivo que teve origem com o fordismo-taylorismo. (ALVES, 2011, p. 34, grifo do autor).

Ao que tudo indica, ser incorporado como uma peça na máquina, representando a total perda do controle sobre o processo de criação de valores (que no capitalismo objetiva a sua mutação para mais valor) já poderia significar o ápice da subordinação do trabalho ao capital; porém, o capitalismo cria novas armadilhas para alimentar seu poder, prejudicando ainda mais as forças produtivas através do toyotismo somatizado a uma reformulação do liberalismo, o neoliberalismo.

O neoliberalismo surge como uma crítica e reavaliação do liberalismo por economistas alemães, austríacos e norte-americanos, após as crises econômicas inerentes à adoção do pensamento liberal clássico. Diferentemente do liberalismo clássico, “[...] na visão neoliberal, empregando mais uma vez a sua linguagem edulcorante, o Estado deve fomentar o livre mercado combatendo todos os entraves que se apresentem ao seu desenvolvimento, pois vem a ser a herança mais valiosa da época moderna” (PRADO, 2009, p. 171). Assim, não se opunha à intervenção do Estado. Evidentemente, essa intervenção seria para a viabilização do crescimento do capital, afastando-se da promoção de direitos sociais e do pleno emprego agenciada pelo keynesianismo<sup>34</sup>.

O neoliberalismo é [...] uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. (HARVEY, 2008, p. 12).

---

<sup>34</sup> O keynesianismo foi uma alternativa adotada pelo capitalismo para superação de sua crise ocorrida na década de 1930. Nele, como estratégia para a manutenção do sistema capitalista, o Estado passou a ser um agente ativo na organização econômica a fim de garantir o pleno emprego e o controle inflacionário, administrando a economia para a recuperação da crise e retorno dos ganhos do capital. “O Keynesianismo marcou o fim da crença liberal numa economia equilibrada apenas pela oferta e procura. Economistas, governantes e alguns empresários convenceram-se que o capitalismo não poderia sobreviver sem a intervenção estatal e sem o planejamento econômico” (BINS, 1985, p. 59).

Acompanhado pelos preceitos neoliberais, o toyotismo aparece como uma nova organização produtiva; nasce o modelo de “empresa enxuta”, de estruturação produtiva mais flexível. A representação do toyotismo trouxe para o mundo do trabalho, associada à informatização e alto nível tecnológico: desarticulação da classe trabalhadora, por meio de estratégias geográficas (trabalho em casa, ou deslocalização produtiva); incentivo à terceirização; adoção de metas e a noção de qualidade total; eliminação de postos de trabalho, com o crescimento do desemprego estrutural, entre outros.

No livro *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*, Antunes (2005) enumera uma série de efeitos da acumulação capitalista flexibilizada e mundial, como: a redução significativa do proletariado fabril estabilizado; incremento do novo proletariado, com novas relações de trabalho, subcontratações, terceirizações; ampliação dos/as assalariados/as médios e de serviços; supressão dos/as idosos/as e dos/as jovens do mercado de trabalho; trabalho infantil, notadamente em países subordinados de baixa industrialização; e aumento do trabalho feminino, o que poderia ser algo positivo, se não houvesse a questão discriminatória da desproporção salarial se comparado aos homens.

Uma análise mais cuidadosa acerca do trabalho taylorista-fordista pode acrescentar certas nuances: se ele era predominantemente maquinal, parcelar, especializado, fragmentado e prescrito, contraditoriamente assumia uma versão mais contratualista, relativamente regularizada e provida de direitos, resultado de lutas históricas da classe trabalhadora ao longo de vários séculos. Era, portanto, uma variante de trabalho fetichizado, mas regulamentado. (ANTUNES, 2018, p. 101).

Essa nova realidade vem seguida por ataques à organização trabalhadora e a direitos trabalhistas já conquistados, a partir da desregulamentação, da precarização das relações e condições de trabalho. Há autores pós-modernos que afirmam a descentralização da categoria trabalho, bem como refutam a potencialidade emancipadora do trabalho, fora da lógica do capital. Antunes (2006), no *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*, deteve-se a questionar tais vertentes, recusando de modo incisivo, mas afirmando a mudança expressiva no universo de trabalhadores adensando em obras futuras uma nova morfologia do trabalho. Para melhor classificá-la, usualmente faz uso do termo classe-que-vive-do-trabalho, visto que

[...] a classe trabalhadora, portanto, é composta – e isso é decisivo hoje – da totalidade dos trabalhadores assalariados, em todas as suas distintas modalidades de inserção no mundo do trabalho, incluindo aqueles

subempregados, na informalidade e desempregados. (ANTUNES, 2018, p. 91).

Foi com a insuficiência, crise<sup>35</sup> e esgotamento do modelo keynesiano e a ameaça das alternativas ideológicas à uma sociedade guiada pelo capitalismo, como o socialismo, que o neoliberalismo encontrou espaço para aflorar. Dardot e Laval (2016), na produção teórica *A Nova Razão do Mundo: Ensaio Sobre a Sociedade Neoliberal*, (com sua primeira publicação em 2009), fazem, com maestria, uma análise e reflexão sobre o nascimento, desenvolvimento e ascensão do neoliberalismo, doutrina que permitiu tais efeitos a partir de elementos que não só fortaleceram a classe dominante, como também deram uma nova tonalidade e uma certa sofisticação ao estranhamento já elaborado por Marx (2008). Segundo os autores (DARDOT; LAVAL, 2016), o neoliberalismo ultrapassa a noção de ideologia ou até de uma teoria econômico-social, tornando-se uma razão absorvida pelos indivíduos, tendo uma racionalidade própria, um discurso próprio, um modo de ser, não somente de fazer. Como determinam, uma razão-mundo coerente com um contexto de alta concorrência, não somente entre empresas, mas entre os próprios homens e mulheres.

Dardot e Laval (2016) trazem concepções similares ao que autores da sua época já tratavam a respeito do neoliberalismo, do toyotismo e da forma como o/a trabalhador/a é chamado a domar a si e ao outro. O que há de inovador na obra é a maneira como deixam em evidência a imersão na sociedade dada por essa nova razão-mundo trazida pelo neoliberalismo, em todos os aspectos da vida, em todas os setores, tudo opera conforme essa racionalidade. Principalmente, ao apontarem o erro comum de análise da gênese do Neoliberalismo, “[...] como se fosse ao mesmo tempo uma ideologia e uma política econômica diretamente inspirada nessa ideologia”; para eles, “[...] o que está em jogo é nada mais, nada menos a forma de nossa existência, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 14-16), para além do que se resume em um novo modo de produção.

Desta forma, “[...] o neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o

---

<sup>35</sup> O keynesianismo (ou Estado de bem-estar social), como qualquer outra base econômico-social pertencente ao capitalismo, não se fez livre das crises que surgiram no decorrer de seu “desenvolvimento”, já que a crise é inerente ao capital. Harvey (2011) conclui, ao analisar as diversas crises pelo qual o sistema capitalista passou, que “[...] as crises financeiras servem para racionalizar as irracionalidades do capitalismo. Geralmente levam a reconfigurações, novos modelos de desenvolvimento, novos campos de investimento e novas formas de poder de classe” (HARVEY, 2011, p.18).

princípio universal da concorrência” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17). Todas as instituições, todas as organizações convergem para essa racionalidade; o Estado passa a ser moldado pelas mesmas regras, o mercado concorrencial passa a basilar o setor público. Para além, cabe a ele, por meio da pressão, “[...] intervir na economia e na sociedade diretamente pela legislação e indiretamente para gerir e vigiar a população, a fim de orientar os interesses e as ações na direção mais adequada para assegurar ‘a maior felicidade para o maior número de pessoas’” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 293, grifo dos autores). O *merchandising* do neoliberalismo é a “felicidade”; porém, fetichizada e encaixotada no entendimento de “homem empresarial”. “O homem benthamiano era o homem calculador do mercado e o homem produtivo das organizações industriais. O homem neoliberal é o homem competitivo, inteiramente imerso na competição mundial” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 321).

Do sujeito ao Estado, passando pela empresa, um mesmo discurso permite articular uma definição do homem pela maneira como ele quer ser “bem-sucedido”, assim como pelo modo como deve ser “guiado”, “estimulado”, “formado”, “empoderado” (*empowered*) para cumprir seus “objetivos”. Em outras palavras, a racionalidade neoliberal produz o sujeito de que necessita ordenando os meios de governa-lo, para que ele se conduza realmente como uma entidade em competição e que, por isso, deve maximizar seus resultados [...]. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 328, grifo dos autores).

Nessa onda neoliberal, nessa nova racionalidade que subjuga sutilmente a classe trabalhadora, onde Dardot e Laval (2016) interpretaram como “homem empresarial”, alguns autores, como Ricardo Antunes (2006; 2018) e Giovanni Alves (2011), utilizaram outros termos. Ambos atrelam diretamente à reestruturação produtiva, ao toyotismo. Antunes (2006, p. 99) fala de um “envolvimento manipulatório”, de um “envolvimento participativo” (ANTUNES, 2018, p. 103), no chamamento ao abarcamento qualitativo dos trabalhadores e das trabalhadoras, na cortina de fumaça travestida de “queremos ouvir sua opinião”, “vista a camisa da empresa”, troca do termo trabalhador por colaborador, na intensa expropriação do intelecto do trabalhador e estranhamento interiorizado. Assinala o adoecimento psíquico (e físico também) como efeito dessa realidade imposta aos/às trabalhadores/as que aparecem cada vez mais como depressão, culminando por vezes em suicídio, que é “[...] a expressão radicalizada da deterioração das condições de trabalho sobre a vigência da gestão flexível” (ANTUNES, 2018, p. 144).

Alves (2011) dedicou um livro – *Trabalho e Subjetividade* – para apreender as transformações no mundo do trabalho, bem como identificar emersão do que chama de “captura” da subjetividade da classe trabalhadora, pela lógica do capital, em meio ao que

entende ser a Quarta Revolução Tecnológica. A palavra “captura” foi elencada para simbolizar o que afirma ser “[...] uma operação de produção de consentimento ou unidade orgânica entre pensamento e ação que não se desenvolve de modo perene, sem resistências e lutas cotidianas” (ALVES, 2011, p. 114). Utiliza as aspas para indicar o caráter contraditório de captação e resistência. Por meio da “captura” manipula-se a consciência dos indivíduos na intenção de moldá-los conforme a concepção de mundo favorável à perpetuação da exploração do capital sobre o trabalho, alargando-se para uma vida sem sentido, uma vida cheia de consumo, do tempo, roubando o desenvolvimento real de potencialidades e do desenvolvimento do próprio gênero humano. Alega que:

O que se coloca não é apenas a constituição de uma disciplina ou autodisciplina, mas de “atitudes pró-ativas” de comportamento capazes de significar a participação ativa da inteligência, da fantasia e da iniciativa do trabalho (o que não era exigido no fordismo-taylorismo). Por isso, a “captura” da subjetividade do toyotismo é “qualitativamente diferente” da “captura” da subjetividade adotada pelo fordismo-taylorismo. O olhar do “inspetor interior” que perscruta a subjetividade do trabalho vivo é mais envolvente e mais manipulatória porque penetra no âmago das instâncias da pré-consciência e do inconsciente. (ALVES, 2011, p. 117, grifo do autor).

Seja qual for a nomenclatura utilizada, ou qualquer que seja a base teórica utilizada, tais autores desocultam uma racionalidade que, além de manter a sociedade dividida entre quem detém a propriedade dos meios de produção e quem só detém a sua força de trabalho, perpetua nessa polarização a autodestruição da humanidade. Comportamento esse que se intensifica com o neoliberalismo, pois avançou as barreiras da subjetividade do indivíduo. Hoje, essa racionalidade se encontra internalizada na arte, na espiritualidade, em todos os campos da vida.

Em especial, um outro autor que traz fortes contribuições para a compreensão dessa racionalidade neoliberal é Pierre Bourdieu (1998). Durante grande parte de sua carreira acadêmica ateu-se a desenvolver sua própria teoria de análise da sociedade, da sociologia reflexiva – como apresentado no capítulo anterior –, do estudo e desvelamento da dominação através da teoria da violência simbólica, tendo um comprometimento político e público mais tradicional, academicista, distanciado do povo (BURAWOY, 2010). Todavia, nos últimos anos pregressos ao seu falecimento, adotou um engajamento político pessoalizado, mais associado aos/às agentes comuns. Essa guinada foi fruto da chegada do neoliberalismo na França, com a derrocada das políticas do *welfare state*, temeroso pela lógica da globalização neoliberal e pelo cerceamento intelectual que essa ordem estava provocando. Sua luta social pode ser averiguada na série de ensaios de cunho político compilados no livro “*Contrafogos: Táticas para Enfrentar*



a *Invasão Neoliberal* (BOURDIEU, 1998), quando manifestou sua defesa aos/às imigrantes, aos/às desempregados/as, e à autonomia intelectual, num forte posicionamento contra o neoliberalismo, buscando se aproximar do/a leitor/a comum (WACQUANT, 2002).

Bourdieu (1998), no conjunto de seus escritos, compreendia o neoliberalismo como uma utopia perigosa a ser denunciada, referenciando-o inúmeras vezes como “flagelo neoliberal”, entendido enquanto um discurso. O neoliberalismo apresenta-se como algo inevitável, inequívoco, travestido como novo, mas que esconde o conservadorismo. Sinalizou, expressivamente, as mudanças no Mundo do Trabalho, alicerçadas na individualização, no autocontrole, na responsabilização, identificando:

[...] o retorno ao indivíduo é também o que permite “acusar a vítima”, única responsável por sua infelicidade, e lhe pregar a “auto-ajuda”, tudo isso sob o pretexto da necessidade incansavelmente reiterada de diminuir os encargos da empresa. (BOURDIEU, 1998, p. 11).

Considerava-o uma espécie de darwinismo moral, no culto ao “vencedor”, no qual sua lógica muda e distorce o mundo real em prol do seu favorecimento, do enaltecimento de sua visão. Criticando as ações para a validação da utopia neoliberal como uma teoria econômica a ser convertida como verdade absoluta, não passando de mera ficção, abstração (negação da realidade econômica e social); porém, como um discurso forte por, no jogo do mundo social, ter as forças necessárias para dar condições ideais para a concretização desta “teoria” (BOURDIEU, 1998). Ações como da academia, do Estado e da mídia. No apregoamento dessa “teoria” que favorece a dominação econômica e cultural daqueles que representa, os/as capitalistas, impondo por meio da inculcação, doutrinação e naturalização do pensamento, da *doxa* dominante.

Os autores trazidos deram elementos para afirmar que, mais que uma nova roupagem do liberalismo, o neoliberalismo intenta (e o faz) ser uma teoria, uma razão social introjetada na população, em sua subjetividade, em sua identidade, fragmentando-a (HALL, 2006). Uma cultura individualizadora, um “programa de destruição metódica dos coletivos” (BOURDIEU, 1998, p. 82) de formatação dos indivíduos conforme seu funcionamento e seus interesses. Lógica essa que culpabiliza desempregados, corrompe a subjetividade, e se apresenta no retorno à manifestação conservadora do Serviço Social. Nas próximas linhas, debater-se-á o desemprego enquanto uma expressão da questão social – sendo objeto de atuação do Serviço Social e sombra que alcança seus/suas profissionais – que, com o advento do neoliberalismo e a reestruturação produtiva, passa a ter índices e características demasiadamente agravadas.

### 3.3 O DESEMPREGO ENQUANTO QUESTÃO SOCIAL: DO SURGIMENTO NA FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO BRASIL À SUA ATUALIDADE

A questão social<sup>36</sup> surge no contexto de exploração do homem sobre o homem. Pereira (2001), em seu levantamento etimológico do termo, traz, separadamente, “questão” como associada à indagação ou até mesmo ao conflito (elucidando seu caráter problematizador) e “social” como adjetivo (qualificação do termo), e, quando unidas, se direcionam ao sentido da “[...] existência de relações conflituosas entre portadores de interesses opostos ou antagônicos” (PEREIRA, 2001, p. 59). A representação desse antagonismo em uma sociedade aos moldes do capital se manifesta com as personas (enquanto personagens: o/a trabalhador/a e o/a capitalista) do/a trabalhador/a e do/a capitalista, em posições sociais discrepantes; por conseguinte, a autora ressalta que “[...] os atores dominados conseguem impor-se como forças políticas estratégicas e problematizar efetivamente necessidades e demandas, obtendo ganhos sociais relativos” (PEREIRA, 2001, p. 59).

Tendo dito isso, mais que o caráter econômico dessa contradição entre capital e trabalho nos efeitos que a acumulação provoca sobre a classe trabalhadora – sem desconsiderá-lo, porém, sem cair em uma armadilha reducionista do entendimento de questão social –, evidencia-se o seu caráter político, na disputa entre projetos societários opostos. No qual, ainda que o/a trabalhador/a esteja em condições desfavoráveis na sociedade, a relação não se mostra pacífica, sem a presença de confrontos e conquistas. Os/as trabalhadores/as transformam, então, de forma problematizadora, necessidades consequentes do capitalismo em questão social, e, por isso, se apresentam como ameaça ao capital e sua uniformidade enquanto hegemonia.

Historicamente falando, questão social não é um termo explicitamente adotado nas obras marxianas. A expressão tem seu aparecimento em meados do século XIX, na Europa, em contexto da 1ª Revolução Industrial, quando o capitalismo se afasta de suas roupagens iniciais e começa a se consolidar na sociedade ocidental, trazendo consigo o pauperismo. Nesse período, “[...] a pobreza crescia na razão em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas” (PAULO NETTO, 2001, p. 42), pois tinha em sua gênese a derivação “[...] do caráter

---

<sup>36</sup> Conforme já apontado por Paulo Netto (2001), a categoria questão social não é uniforme em definição e conceito dentro da academia. Para tanto, este trabalho procurou se basear no entendimento da expressão dentro das fundamentações trazidas por autores do Serviço Social, como o próprio José Paulo Netto (2001), Marilda Villela Yamamoto (2001) e Amazoneida P. P. Potyara (2001), que traçam uma discussão aprofundada sobre questão social em seus artigos publicados na Revista Temporalis em 2001, em sua 2ª edição.

coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como seus frutos” (IAMAMOTO, 2015, p.156). A questão social, então, sempre esteve diretamente ligada à pobreza, ainda que, inicialmente, não fosse compreendida dessa forma. Todavia, não se resumia no aspecto pobreza, uma vez que as camadas pauperizadas não se acomodaram e se direcionaram a ruir a lógica burguesa.

Como aponta Iamamoto (2001), “[...] a questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado” (IAMAMOTO, 2001, p. 17). No entanto, no rol de disputas antagônicas das classes sociais a centralidade da relação capital e trabalho invadiu a esfera pública e tornou o Estado parte componente, onde, através de pressões, são reconhecidos e viabilizados direitos, assim como, dubiamente, o Estado se coloca como mantenedor da coesão da ideologia dominante.

### **3.3.1 As particularidades da questão social no contexto sócio-histórico brasileiro**

Discorrer sobre questão social requisita ir além do conceito; exige a análise e investigação do contexto em que ela aparece, entendendo que, dependendo do meio, do tempo e do espaço, ela pode vir a se manifestar com especificidades distintas, porém, sempre mantendo a raiz comum proveniente de uma sociedade capitalista. Dito isso, cabe aqui trazer a formação sócio-histórica do Brasil, ainda que de modo conciso, e o surgimento da questão social no país. Iamamoto (2015) e Santos (2012), em seus respectivos livros *O Serviço Social em tempo de capital fetiche* e *Questão social: particularidades no Brasil*, se preocuparam em relatar de forma minuciosa as particularidades da questão social no Brasil e este estudo recorrerá às autoras.

A existência histórico-concreta dos modos de produção ocorre no âmbito das diferentes formações sociais existentes. Para tanto, se conectando com a dimensão ontológico-social, deve-se ter em mente “[...] a necessidade de problematizar as categorias ‘modo de produção’ e ‘formação social’ para evitar as simplificações e reduções por vezes trazidas pela tradição marxista, de uma leitura mecânico/evolutiva” (SANTOS, 2012, p. 49, grifo da autora). Sendo “modo de produção” aquele correspondente a tudo que se refere à organização da vida material (aspectos, tanto econômicos, como para além deles) e “formação social” a dimensão histórico-concreta em que se realiza o modo de produção.

Reafirmando o que já foi trabalhado em momento anterior, tais categorias requerem a mediação uma da outra para o melhor entendimento das relações sociais. Dessa forma, também para Santos (2012), as categorias capital e trabalho, e a exploração do primeiro pelo segundo, são insuficientes para elucidar as demais características da questão social. Partindo desses esclarecimentos, o Brasil possui até hoje características do período colonial, que se manifestam no próprio capitalismo brasileiro, e, por consequência, em suas relações sociais. A introdução do Brasil no cenário capitalista deu-se no atendimento contínuo às necessidades impostas pela Metrópole (Portugal); sendo fonte de matéria-prima, passou a assumir o papel de exportador, ora de pau-brasil, ora de minério, ora de produtos agrícolas. Como colônia de exploração, o Brasil nunca teve um projeto de nação e, com a escassez da força de trabalho, adotou o vigor a escravidão e o tráfico dos povos escravizados.

O Brasil manteve, e sustenta até hoje, forte característica agrícola, com a grande concentração de terras prioritárias a produtos de exportação, com agricultura de subsistência em segundo plano. Esses elementos formaram a classe capitalista brasileira, os proprietários de latifúndios, e a classe trabalhadora, após a abolição, composta por imigrantes, e a disponível, porém não absorvida, recente mão de obra liberta da escravidão. Em toda a sua história, a burguesia brasileira se distanciou da burguesia clássica, na ausência de caráter revolucionário, todas as transformações ocorridas na sociedade partiram do alto, na ausência da participação popular.

“O ‘moderno’ se constrói por meio do ‘arcaico’” (IAMAMOTO, 2015, p. 128, grifo da autora), é essa frase que vai perpetuar toda a formação social e histórica do Brasil e seu trato com a questão social. Pois o capitalismo no Brasil, segundo Santos (2012), apresentou algumas especificidades, como o seu caráter conservador, no que se refere à modernização, sempre atendendo às demandas internas, e, ainda, com o processo de industrialização pesada. “O desenvolvimento capitalista brasileiro [...] continuou limitado por mecanismos protecionistas à tecnologia por parte dos países cêntricos” (SANTOS, 2012, p. 101), na permanência à dependência do capital comercial. Outras questões estão relacionadas à “revolução passiva”, como estratégia de incorporação das massas populares, na antecipação de qualquer movimento das classes subalternas, e o papel fundamental do Estado no estabelecimento do capitalismo, como principal agente econômico e político e sustentador do ideário liberal.

Assim, visitando as características básicas da formação social e histórica do Brasil, a questão social no Brasil foi (e ainda é) invisibilizada, criminalizada (tratada como caso de polícia) – muito relacionada às classes ditas perigosas, herdeiros da escravidão, que deveriam ser tratadas com repressão – e naturalizada, atrelada diretamente à pobreza e seu atendimento

através da filantropia (o nascimento do Serviço Social está diretamente associado ao tratamento focalizado e *culpabilizador* da questão social). E, na realidade, como expressa Iamamoto (2015), esses enfrentamentos à questão social vêm sendo retomados na atualidade, ou seja, não se está tão distante das ações adotadas no passado.

Em suma, como particularidades da questão social no Brasil, tem-se toda a construção da sociedade capitalista, classes dominantes e classes dominadas, com suas raízes advindas de um país colonizado, escravocrata, dependente, latifundiário e conservador, antidemocrático (relacionado ao momento histórico dos 20 anos de ditadura militar) e oferecedor de uma cidadania regulada. Com a superexploração da força de trabalho intensificada a partir da busca, atrasada, pela modernização e industrialização, e no entendimento de cidadania regulada, cidadania subordinada – sobretudo a partir da Revolução de 30, no qual “[...] a cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei” (SANTOS, 1979, p. 75). O Estado – em todos os seus modelos, da Monarquia à República Federativa – contribui para sua reprodução do sistema capitalista e suas contradições, sendo, ao mesmo tempo, campo de disputas dos interesses dessas classes opostas. São todos esses aspectos que qualificam a questão social no Brasil.

O desenvolvimento capitalista produz compulsoriamente, a “questão social” – diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”; esta não é uma seqüela adjetiva e transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A “questão social” é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo. (PAULO NETTO, 2001, p. 45, grifo do autor).

Assim, os diferentes momentos vivenciados pelo capitalismo e seu “avanço” (se essa palavra pode ser utilizada) geram outras formatações da questão social; no entanto, a raiz, a origem dela, permanece a mesma. E dentro dessas manifestações persistentes, independente do estágio no qual o capitalismo esteja, encontra-se o desemprego.

### **3.3.2 Neoliberalismo e reestruturação produtiva no Brasil: desemprego enquanto expressão da questão social**

O desemprego vem se apresentar, ao longo da formatação do trabalho, sobre a aparência capitalista, como a ausência do ato da venda e da compra da força de trabalho, ou seja, a

exclusão do ser humano das relações de trabalho capitalistas. Para Santos (2012), ele se apresenta como “[...] sinônimo de várias outras expressões do ‘não trabalho’ articuladas a partir da pobreza (vagabundagem, doenças, prostituição, invalidez etc.) e das respostas a elas conferidas pelos mecanismos público e privados de caridade/repressão” (SANTOS, 2012, p. 172, grifo da autora).

O desemprego serve ao capital à medida que permite um ambiente de terror em não estar empregado e com acesso às condições mínimas de sobrevivência, submetendo a classe trabalhadora a aceitar as condições impostas pelo capital, a fim de não ser inserido no exército industrial de reserva. E esse mesmo desemprego é característica estrutural da constituição da questão social brasileira, já que, em todo o decorrer histórico, as lutas para melhores condições de vida, as concessões e retrações do Estado perpassaram pelo emprego, pela instabilidade e pelo não emprego. Deve-se estar atento ainda que

[...] se considerarmos o desemprego aberto, a crescente tendência à informalidade e, principalmente, à elevação das taxas de rotatividade do trabalho, tendem a “mascarar” esses índices pela flexibilidade estrutural e precariedade da estrutura de ocupações do regime de trabalho no Brasil. (SANTOS, 2012, p. 174, grifo da autora).

Por essa razão que se deve compreender o desemprego como uma manifestação da questão social, especialmente no Brasil. Ainda que já se tenha debatido o neoliberalismo no tópico anterior, cabe fazer uma retomada dos componentes do capitalismo e de suas particularidades no neoliberalismo, e, também, quanto ao aspecto da reestruturação produtiva, para evidenciar o desemprego e a inserção do trabalho informal no país. Como já fora dito, o capitalismo tem por natureza a expansão de sua ideologia (seu modo de ser) e sua forma operacional para a potencialização e facilitação da extração de mais valor (lucro), seu desenvolvimento econômico. Tendo como expressão a Revolução Industrial (meados do século XVIII), na Inglaterra, e, como característica, “[...] a existência de grandes máquinas dotadas de força motriz própria, independentemente de quem as opera: a concentração dessas máquinas em grandes unidades industriais por matérias-primas e insumos; a operação desses complexos por grandes contingentes de trabalhadores” (GERAB; ROSSI, 1997, p. 15), produção que antes era feita por manufaturas.

Já no início do século XX, o capitalismo vivia sob os moldes taylorista/fordista, um grande salto histórico e tecnológico quanto ao padrão de produção. O modelo trata-se de um:

[...] padrão produtivo capitalista desenvolvido ao longo do século XX e que se fundamentou basicamente na produção em massa, em unidades produtivas concentradas e verticalizadas, com um controle rígido dos tempos e dos movimentos, desenvolvidos pelo proletariado coletivo e de massa, sobre forte despotismo e controle fabril. (ANTUNES, 2006, p. 191).

Como estratégia de reestruturação, após a 2ª Guerra Mundial entra em cena o *Welfare State* (Estado de Bem-Estar Social), junção do ideário fordista/keynesiano, como “[...] um dos principais pilares de sustentação institucional daquela fase expansiva do capitalismo, ao integrar à sua dinâmica econômica parte das demandas operárias por melhores condições de vida e trabalho” (MOTA, 2010, p. 56). Representando, assim, um Estado intervencionista que regulava as relações de trabalho e se aproximava dos direitos sociais. Entretanto, esse formato foi se desmanchando para responder como consequência e como resposta à crise que o capitalismo passava em meados dos anos de 1970, significando, dessa forma, o desmonte dos direitos sociais, incluindo os trabalhistas e uma nova ordem de produção que alimentasse os anseios de ampliação dos lucros. Todavia, é por meio da crise que

[...] o capital se recicla, reorganizando suas estratégias de produção e reprodução social. [...] As crises expressam um desequilíbrio entre produção e o consumo, comprometendo a realização do capital, ou seja, a transformação da mais-valia em lucro (MOTA, 2010, p. 53).

Logo, a crise na verdade não impede o crescimento do capitalismo, nem o elimina; contudo, possibilita sua reprodução (manutenção) e sua sofisticação. Como estratégia a essa crise de superprodução e subconsumo, o capitalismo se reestruturou para que seu ciclo de produção/circulação/lucro fosse recuperado, o que afetou o mundo do trabalho, mais precisamente os/as trabalhadores/as (ANTUNES, 2006). A sustentação desse novo modelo de produção deu-se por meio do pensamento neoliberal. Como já dito, o neoliberalismo passou a ditar o ideário e o programa a serem implementados pelos países capitalistas, inicialmente no centro e logo depois nos países subordinados, complementando reestruturação produtiva, privatização acelerada, enxugamento do Estado, políticas fiscais e monetárias, sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital, como o Fundo Monetário Internacional (ANTUNES, 2006).

Se, antes, o modelo de produção, em num contexto de *Welfare State*, era fordista, agora, com o neoliberalismo, o que mais se aproxima de suas concepções e necessidades como resposta à crise é o toyotismo. Esse novo sistema de produção é constituído de características como acumulação flexível; o princípio da qualidade total (da produção); aumento dos/as

trabalhadores/as excedentes (desempregados/as); relações de trabalho flexibilizadas; produção por demanda, e não mais por massa, e diversificada; o menor tempo possível para a produção; avanço tecnológico notável substituindo cada vez mais o trabalho vivo (homem), pelo trabalho morto (as máquinas)

[...] evidenciam uma nítida redução do proletariado fabril, industrial, manual, [...], quer em decorrência do quadro recessivo, quer em função da automação, da robótica, da microeletrônica, gerando uma monumental taxa de desemprego estrutural. (ANTUNES, 2006, p. 52).

Se, para a burguesia – classe dominante em relação ao proletariado/trabalhadores/as – o neoliberalismo representa um retorno ao equilíbrio econômico e ideológico – na defesa dos princípios da economia de mercado (liberdade na condução do mercado e suas esferas como doutrina), e regulação mínima do Estado –, para os/as trabalhadores/as significa desemprego, precarização das formas de trabalho e salário, e erosão dos sistemas de proteção social (MOTA; AMARAL, 2008, p. 30).

Toma-se por agora mais especificamente o Brasil dentro das alterações proporcionadas pela reestruturação produtiva. Mota (2010) faz um panorama do período anterior à reestruturação produtiva no país:

Diferente da trajetória que determinou o Welfare, o desenvolvimentismo (entre os anos 40 e 70) no Brasil foi resultado de um processo de modernização conservadora que consolidou a industrialização e o crescimento econômico, mas que não redistribuiu os resultados dessa expansão com a maioria da população trabalhadora. Merece destaque, portanto, ser ressaltada a inexistência da experiência welfareana no Brasil apesar da criação de algumas políticas de proteção social, instituídas a partir dos anos 40, mas somente redefinidas nos anos 80, quando se instituem as bases formais e legais que poderia ser um Estado de Bem-Estar Social, na Constituição de 1988. (MOTA, 2010, p. 57).

Após o período desenvolvimentista já apontado, os brasileiros experimentaram na década seguinte um período de crise do acúmulo da dívida externa (adquirida para a industrialização no país e para que seu crescimento econômico fosse possível) e o processo gradual de redemocratização, tendo vivido cerca de duas décadas em regime militar e, finalmente, em 1988, a nova Constituição Federal construída com a participação da sociedade civil. Entendendo sua representação como avanço para os movimentos sociais que buscavam uma nova sociedade brasileira mais justa, com direitos universais, iguais e equitativos,



garantidos pelo Estado, para todos/as os/as cidadãos/ãs pertencentes a ela. A autora, ainda em seu raciocínio, afirma:

[...] a integração social do Brasil à ordem econômica mundial, nos anos iniciais da década de 90 (governos fernandinos, Collor e FHC), sob os imperativos do capital financeiro e do neoliberalismo, responsáveis pela redefinição das estratégias de acumulação e pela reforma do Estado. Na prática, isso se traduz em medidas de ajuste econômico e retração das políticas públicas de proteção social, numa conjuntura de crescimento da pobreza, do desemprego e do enfraquecimento do movimento sindical, neutralizando, em grande medida, os avanços e conquistas sociais alcançadas pelas classes trabalhadoras nos anos 80. (MOTA, 2010, p. 58).

A classe trabalhadora brasileira – bem como as dos países centrais e dos países periféricos, que também sofreram com a ofensiva neoliberal – torna-se vítima das privatizações das empresas estatais, da retração dos serviços sociais e da infraestrutura (saúde, previdência, saneamento, educação, entre outros bem essenciais para a reprodução humana) e todas as mazelas condizentes com as propostas do neoliberalismo introduzidas no Brasil na década de 90, proporcionando o aumento do desemprego e do pauperismo. Os governos petistas pareciam ser um respiro a essa invasão neoliberal iniciada nos anos 90, com a valorização de políticas de cunho social; porém, foi tão somente uma forma alternativa social-liberal, que deu prosseguimento às políticas econômicas anteriores. A legislação trabalhista continuou sofrendo ataques, com reforma sindical, mudanças no acesso ao seguro-desemprego, como exemplo (ANTUNES, 2018). Mesmo com aumento dos postos de trabalho, a precarização continuou.

O cenário de mudanças trazidas com reestruturação produtiva prossegue em repercutir continuamente nos formatos das relações de trabalho e se agrava a partir do governo Temer, tendo sua maior expressão a recente Reforma Trabalhista, com a Lei nº 13.467/2017 (BRASIL, 2017), que, mais uma vez, enxugou direitos já conquistados pela classe trabalhadora, alterando a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT (BRASIL, 1943), o que prova (por grande ironia) que direitos na realidade nunca estão definitivamente garantidos. Ocorreu uma verdadeira reformulação dos direitos trabalhistas na proteção do/a trabalhador/a, uma vez que a Lei promoveu a alteração em 201 pontos da CLT, relacionados em sua maioria à terceirização, à contribuição sindical, o dito acordado sobre o legislado, férias, às relações contratuais (no aumento da flexibilização).

Na perspectiva neoliberal há a defesa de reformas trabalhistas e no sistema de proteção social, com a finalidade de eliminar ou reduzir a rigidez da regulação do trabalho e flexibilizá-la. Com isto, haveria maior estímulo à criação de

empregos e de condições para adaptar normas e regras trabalhistas às transformações econômicas e produtivas no contexto da globalização. (KREIN, 2012, s.p.).

No neoliberalismo mantém-se a teoria neoclássica onde o trabalho é visto como uma mercadoria como outra qualquer. Assim, o salário é resultado da demanda e da oferta no mercado, um salário alto faz aparecer o desemprego, o contrário tende a aumentar a demanda por trabalhadores/as e, dessa forma, o desemprego seria uma condição voluntária, de concordância ou não com a remuneração oferecida (KREIN, 2012). Porém, na realidade, a existência do exército de reserva dos/as desempregados/as é parte da sustentação da ordem econômica neoliberal (BOURDIEU, 1998). Por essa razão, a desregulamentação das relações de trabalho se faz tão necessárias à sua sobrevivência, camufladas pela ideia de liberdade, de autonomia.

O aumento de espaços ocupacionais não significa oportunidades, estabilidade e condições dignas de trabalho. O aumento da flexibilização, da terceirização, junto à interpretação abrangente quanto à ocupação<sup>37</sup> do IBGE pode causar a falsa sensação de melhorias em um primeiro momento. Um ano após a Reforma, a expectativa de geração de empregos não foi atendida, conforme a reportagem da Revista Veja (FUTEMA, 2018), a queda do número de desempregados/as foi mínima. Em contrapartida, houve o aumento de contratos temporários, intermitentes e terceirizados, enfraquecimento da organização sindical e diminuição dos casos trabalhistas ajuizados (muito incentivado pela ausência de isonomia e poder de barganha dos/as empregados/as submetidos/as ao “acordado sobre o legislado”). Em suma, o que se teve foi o aumento do emprego informal, desprotegido

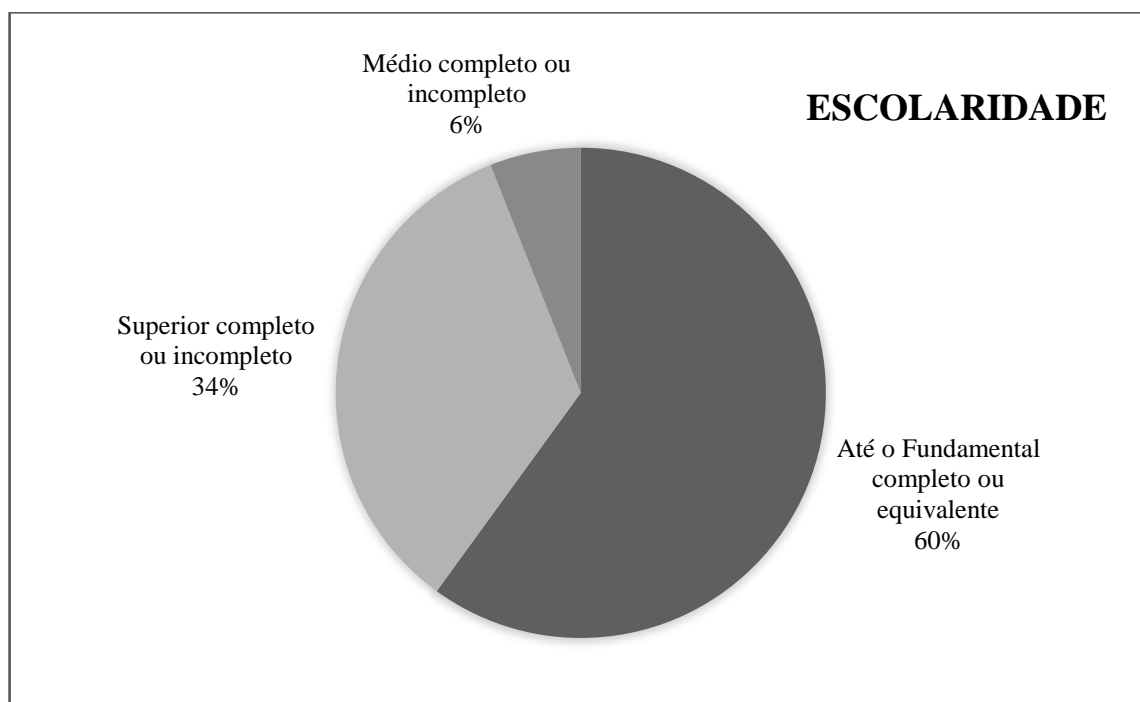
A reforma trabalhista não gerou os empregos que seus defensores prometiam. A comparação dos últimos dados disponíveis da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), mostra que houve um aumento da informalidade de 2017 para 2018. O total de trabalhadores por conta própria no trimestre encerrado em setembro era de 23,5 milhões de pessoas, um aumento de 2,55% em relação a igual período de 2017. Isso significa que 585 mil pessoas passaram a trabalhar por conta própria, sem as garantias que o emprego com carteira assinada oferece, como contribuição patronal para a Previdência, depósito do FGTS, férias e 13º salário. (FUTEMA, 2018, s.p.).

---

<sup>37</sup> Pessoas que, em idade de trabalhar (acima de 14 anos), desistiram de procurar trabalho na semana da pesquisa. Os/as desempregados/as, conforme o IBGE, são aqueles que, em idade de trabalhar, ainda que não trabalhando, estão disponíveis e permanecem em busca de um emprego (IBGE, 2007).

Uma matéria do IBGE com base na PNAD contínua do 3º trimestre de 2018 apontava a preocupação quanto à precarização do mercado de trabalho no aumento de pessoas em situação de informalidade e no subemprego, fora as pessoas em desocupação (IBGE, 2018). A reportagem indica que 38,2 milhões de trabalhadores/as são informais, representando 41,2% do total de ocupados/as. Quanto aos/às desalentados/as, esses são 4,77 milhões, a grande parte tratando-se de pretos/as e pardos/as, e possuindo até o Ensino Fundamental completo ou equivalente. Contudo, chama atenção também o dado de 34% possuírem o Ensino Superior completo ou incompleto (como pode ser verificado no Gráfico 7). Como bem salientado por Bourdieu (1998), esse exército de reserva não se limita à baixa qualificação, visto a superprodução de diplomados/as, reforçando ao/à trabalhador/a a ideia de não insubstituibilidade e, pode-se dizer aqui, a desistência na busca por um trabalho.

Gráfico 3 – Escolaridade dos desalentos



Fonte: IBGE (2018).

A realidade é cada vez mais preocupante, sobretudo com o acometimento da pandemia do coronavírus, que atingiu o Brasil em 2020 e segue trazendo consequências para a mortalidade da população e a vulnerabilidade social no âmbito da manutenção das necessidades básicas. Durante o distanciamento social (medida indispensável para barrar a proliferação dos casos) muitas pessoas foram demitidas, resultando no aumento da solicitação do seguro-desemprego, chegando a 6,784 milhões em 2020. Se comparado a 2019, tem-se um aumento de

1,9%. Hoje, conforme os dados do 3º trimestre de 2020 do IBGE, através da PNAD Contínua, tem-se 14,1 milhões de desempregados/as (desocupados/as), numa taxa de desemprego de 13,1% e 5,9 milhões de desalentados/as (IBGE, 2020a), 23,68% a mais do que no ano anterior.

Independentemente da crise provocada pela pandemia, há que se compreender a lógica do mercado de trabalho no neoliberalismo e na reestruturação produtiva. Nesse sistema, as palavras de ordem no mercado de trabalho são empregabilidade e empreendedorismo. A empregabilidade é parte da ideologia da reestruturação produtiva, do espírito do toyotismo, que vem exigir do/a trabalhador/a habilidades tanto cognitivas quanto comportamentais (ALVES, 2007), isso se confirma quando, na construção de um currículo, usualmente, apresenta-se o perfil interrelacional: comunicativa, facilidade no trabalho em equipe. Relacionada à formação profissional como um investimento pessoal para se manter enquanto uma mercadoria interessante ao mercado de trabalho:

[...] educação ou a aquisição (consumo) de novos saberes, competências e credenciais apenas habilitam o indivíduo para a competição num mercado de trabalho cada vez mais restrito, não garantindo, portanto, sua integração sistêmica plena (e permanente) à vida moderna. (ALVES, 2007, p. 252).

Como consequência, o insucesso do/a trabalhador/a desempregado/a passa a ser individualizado/a; a não inserção se torna culpa do/a trabalhador/a que não se empenhou em sua empregabilidade. O empreendedorismo é mais uma dessa racionalidade neoliberal da produtividade, do “homem-empresarial” (DARDOT; LAVAL, 2016). Todavia, trata-se de uma estratégia para ocultar a insuficiência do mercado de trabalho, desobrigando o mercado de absorver a classe trabalhadora. A regra passa a ser “[...] a vida é *business*.” (ALVES, 2007, p. 169) O empreendedorismo – que em muitas ocasiões, disfarça a informalidade – é constantemente, no governo atual, de Bolsonaro, no qual sua “proposta de governo” (um *Power Point*) já apontava, a respeito do Ensino Superior, o estímulo do ensino do empreendedorismo para que o/a estudante saia “[...] da faculdade pensando em como transformar o conhecimento obtido em produtos, negócios, riqueza e oportunidades” (BOLSONARO, 2018, s.p.). Esse é o contexto no qual o Serviço Social está submetido, não somente no âmbito das condições de inserção no mercado de trabalho, quanto na introjeção da lógica neoliberal em seus/suas agentes.

### 3.4 O SURGIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL COMO PROFISSÃO NO BRASIL E AS CONDIÇÕES ATUAIS DE SEU MERCADO DE TRABALHO

O surgimento do Serviço Social no Brasil está intimamente ligado à preocupação do capitalismo e do Estado com a questão social, com as expressões sociais, tratadas enquanto problemas sociais. Sua profissionalização no Brasil foi um tema de interesse da literatura própria a partir da década de 1970; no entanto, seus estudos se deram afastados da sociologia das profissões<sup>38</sup>. E foi uma escolha consciente de alguns/algumas autores/as (os hegemonicamente, aceitos pelo corpo profissional), ao traçar uma forma própria de analisar a natureza e a gênese da profissão Serviço Social. Tal conduta tem sua justificação pelo fato de que

[...] o processo de profissionalização obedece a condicionantes históricas, inteligíveis apenas à luz da compreensão da sociedade que as erige. Não priorizar e enunciar esse vetor faz surgir uma análise presa a categorizações e aos efeitos do fenômeno, que não atenta para muitas de suas causas e determinações principais. Daí que as investigações contemporâneas sobre o estatuto do serviço social caminhem num horizonte tão diferente daquele da teoria das profissões. (MARTINS, 2015, p. 68).

O entendimento de gênese e natureza da profissão não é uma discussão uniforme na academia, Montaño (2009) elencou duas teses antagônicas que se propuseram a debater sobre o tema. São elas: a “perspectiva endogenista”, como um olhar a partir de si mesmo; e a “perspectiva histórico-crítica”, que entendia o surgimento da profissão como obra de um momento específico do capitalismo, no qual as repostas necessárias ao acirramento da questão social passam a ser dadas pelo Estado.

A primeira perspectiva associa a gênese da profissão ora aos primórdios da ajuda desde a Idade Média, ora ao Serviço Social tradicional, até, e inclusive, o movimento de reconceituação. É uma perspectiva que ignora o contexto sócio-histórico, entendendo-o apenas como um pano de fundo ao processo de profissionalização, desconsiderando, também, o papel exercido pela profissão na sociedade burguesa. Os autores que a defendem, remetiam a profissionalização como continuidade de formas de ajuda anteriores. Na segunda,

---

<sup>38</sup> O surgimento da teoria das profissões está atrelado à sociedade moderna e à complexificação e requinte da industrialização, tendo se tornado um campo específico de estudo, a sociologia das profissões. São várias as linhas e teorias existentes nesse ramo da sociologia, do pensamento funcionalista, vanguarda no estudo das profissões, àquele que defende o fim da profissionalização (DUBAR, 2005; CARDOSO, 2005).

diferentemente da perspectiva anterior, a emergência se deu pelas “[...] lutas de classes em torno de projetos de sociedade antagônicos, na etapa monopolista do capitalismo, se apresenta aqui como marco explícito do surgimento do Serviço Social” (MONTAÑO, 2009, p. 38). Não relacionavam a profissionalização como uma nova forma de ajuda; porém, compreendiam que havia semelhanças à filantropia, visto serem as mesmas pessoas que praticavam ações filantrópicas ao se tornarem assistentes sociais por meio da legitimação do Estado (enquanto regulador).

Dentre os autores<sup>39</sup> de maior representação da perspectiva histórico-crítica, tem-se Paulo Netto (1996), com a publicação de seu livro *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*, em 1992. Para o autor, a emergência do Serviço Social está ligada a condições sócio-históricas definidas, sendo elas a entrada do capitalismo de caráter monopolista e o trato das refrações da questão social pelo Estado através da implementação de políticas públicas (PAULO NETTO, 1996). Na sua constituição, a profissão tem um caráter de executor das políticas públicas para o atendimento à população vulnerável; é dessa forma que se insere na divisão sociotécnica do trabalho, servindo para a reprodução do *status quo* da sociedade capitalista, na conformação da classe trabalhadora (diminuindo o conflito entre as classes).

O caminho da profissionalização do Serviço Social é, na verdade, o processo pelo qual seus agentes – *ainda que desenvolvendo uma auto-representação e um discurso centrados na autonomia dos seus valores e da sua vontade* – se inserem em atividades interventivas cuja dinâmica, organização, recursos e objetivos são determinados para além do seu controle. Essa inserção [...] marca a profissionalização: precisamente quando passa a desempenhar papéis que lhes são alocados por organismos e instâncias alheios às matrizes originais das protoformas do Serviço Social é que seus agentes se profissionalizam. [...] Em síntese: é com esse giro que o Serviço Social se constitui como profissão, inserindo-se no *mercado de trabalho*, com todas as consequências daí derivadas (principalmente com o seu agente tornando-se *vendedor* da sua força de trabalho). (PAULO NETTO, 1996, p. 68-69, grifo do autor).

É importante ressaltar que o Serviço Social só se constitui enquanto profissão visto uma condição específica de existência, o capitalismo em si, pois a profissão surge a partir de uma emergência, a atuação do Estado sobre as mazelas da questão social, atendendo a uma função

---

<sup>39</sup> Como outros representantes dessa perspectiva tem-se Vivente de Paula Faleiros (1993), Maria Lúcia Martinelli (2011) – que será abordada no subtópico subsequente –, e Marilda Villela Iamamoto e Raul de Carvalho (2014). Ressalta-se aqui, a relevante produção de Iamamoto e Carvalho (2014), *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação, histórico-metodológica*, na qual fazem um levantamento detalhado do processo de profissionalização do Serviço Social, reportando a sua funcionalidade à ordem do capital, sendo produto e reproduzidor das relações sociais da sociedade capitalista.

posta pelo sistema vigente. Tal profissão não seria possível em uma sociedade diferente da estrutura posta pelo capitalismo (PAULO NETTO, 1996). Assim, em sua particularidade, não é profissão apenas por cumprir determinadas regras que lhe possibilite ser chamada de profissão; “[...] sistema de saber, proteção legal, metodologias de intervenção, instrumentos e técnicas não criam a profissionalidade de qualquer ofício, apenas a expressam e atualizam” (MARTINS, 2015, p. 76-77).

A formação do Serviço Social, com as primeiras escolas criadas pela Igreja Católica, só tem espaço justamente pela constituição de um mercado de trabalho viabilizado pelo Estado, no qual o/a assistente social surge como executor/a das políticas públicas (IAMAMOTO, CARVALHO, 2014). Daí se inicia o primeiro saber correspondente à profissão. No decorrer das décadas (sobretudo 40 e 50), os cursos se expandem e surgem as primeiras legislações que regulamentam o Serviço Social, caracterizando-o como profissão, “[...] com natureza técnico-científica e sujeita à autorregulação por membros da própria categoria, uma vez que são criados o CFAS (Conselho Federal de Assistentes Sociais) e os CRAS (Conselhos Regionais de Assistentes Sociais)” (FELIPPE, 2015, p. 16), que posteriormente se tornam o conjunto CFESS/CRESS, respectivamente.

O longo percurso traçado pelo Serviço Social brasileiro – da sua gênese, sua profissionalização, de suas transformações internas até a sua atual conformação – materializa-se na sua regulamentação, que o legitima enquanto profissão; no seu código de conduta (hoje, mais que isso, um projeto ético-político); no corpo protetor e fiscalizador (conjunto CFESS/CRESS); domínio de um conhecimento próprio à profissão (assumidamente de viés marxista); um mercado de trabalho; e um objeto de trabalho, as expressões da questão social.

Cabe destacar uma ambiguidade existente dentro da profissionalização em um sistema capitalista de produção, pois, ao mesmo tempo em que pode contribuir para a reprodução do capitalismo através da sua qualificação, é uma classe que busca resistir à dominação do capital através do controle e da autonomia, indo em direção às suas aspirações materiais e ideológicas (CARDOSO, 2005). No entanto, a onda neoliberal vem afetar a profissão e seu mercado de trabalho, através das demandas impostas, do desemprego estrutural e da, já trabalhada, noção de “homem empresarial”.

O Serviço Social, em sua constituição, foi chamado a atender uma necessidade mercadológica, atenuar as expressões da questão social, e como visto ao longo dos capítulos, sua identidade formal foi se alterando para além de ser uma ferramenta de manutenção da ordem do capital. Hoje, pretendendo-se superá-lo. Contudo, a lógica neoliberal produtivista ainda causa impactos no interior da profissão, na identidade solicitada ao/às assistentes sociais,

permeando desde a formação inicial ao exercício efetivo (quando esse é possível). Não somente em termos objetivos, o que é esperado do/a profissional, mas em termos subjetivos de docilização da classe dominada. Como em toda profissão, o mercado de trabalho é parte fundamental ao Serviço Social. Então, como sua organização vem afetando seus/suas agentes? Por que alunos/as formandos crescem exponencialmente, enquanto os postos de trabalho não são suficientes para abraçar novos/as e, já veteranos/as, profissionais?

Ainda que seja considerada uma profissão liberal, o/a assistente social tem seu exercício executado na esfera das relações tradicionais de trabalho, através do âmbito estatutário e do emprego formal no setor privado. Assim, vê-se afetado pelas constantes alterações realizadas na esfera da proteção da classe trabalhadora e das relações contratuais (que afetam também o sistema público e seu quadro efetivo e permanente de servidores). As reformas adotadas pelo Estado brasileiro, de cunho neoliberal, especialmente na seara trabalhista, impactam de duas formas: os usuários dos serviços atendidos e o próprio mercado de trabalho do Serviço Social. No primeiro, causando um aumento das demandas dos serviços sociais, visto a crescente insegurança no labor, da diminuição de direitos sociais e do desemprego. No segundo, a própria categoria é atingida por esse estado mínimo de direitos, que transfere suas responsabilidades para o Terceiro Setor, espaço crescente em ofertas ao Serviço Social, contudo, sob a nova formatação promovida pela Reforma Trabalhista. O que se apresenta ao/à profissional é:

[...] o desemprego em larga escala, a redução de postos formais de trabalho, polivalência e multifuncionalidade no trabalho, aumento da terceirização e do empreendedorismo, a desregulamentação dos direitos trabalhistas e de valorização do capital, em detrimento dos direitos trabalhistas. (SOUZA *et. al.*, 2018, p. 12).

A fim de proporcionar dados para estudos sobre o perfil profissional do Serviço Social, assim como para futuros aprofundamentos em pesquisas a respeito da identidade profissional, o conjunto CFESS/CRESS realizou uma pesquisa, em 2004, com relatório divulgado no ano de 2005 (CFESS, 2005a) intitulado *Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional*". No relatório encontram-se informações a respeito do perfil geral, das relações de trabalho, assim como sobre conhecimento da legislação e a participação política de assistentes sociais em atividade. Quanto à relação de trabalho, que aqui interessa:

[...] verifica-se que prevalece na categoria o estabelecimento de um vínculo empregatício, embora a ausência de vínculos apareça em segundo lugar, o que é um indicador de não-inserção no mercado de trabalho na área do Serviço Social. Dentre as(os) assistentes sociais inseridas(os) no mercado de trabalho



da área do Serviço Social, prevalecem as(os) que trabalham na mesma cidade em que residem. A pesquisa confirma a **tendência histórica de inserção do Serviço Social em instituições de natureza pública estatal**, seguidas pelas instituições privadas, que empregam mais as(os) assistentes sociais do que as do Terceiro Setor. **O principal tipo de vínculo empregatício das(os) assistentes sociais é o estatutário, no entanto esse índice é menor do que o relativo às instituições públicas.** Conclui-se, portanto, que nem todas(os) as(os) profissionais que atuam na esfera pública mantêm vínculos efetivos/estatutários. Nas relações de trabalho das(os) assistentes sociais, **prevalece a carga horária de 40 horas semanais de trabalho**, seguida pela de 30 horas; as cargas horárias inferiores a 30 horas não são significativas; a carga de mais de 40 horas ocupa o terceiro lugar. As horas de trabalho das(os) assistentes sociais são remuneradas com a seguinte ordem de incidência de salários: **4 a 6 salários-mínimos (SM)**<sup>40</sup>, 7 a 9 SM, mais de 9 SM e até 3 SM. (CFESS, 2005a, p. 52-53, grifo nosso).

Passados mais de 15 anos de sua execução, têm-se algumas características distintas se comparadas às informações coletadas no Questionário *Online* visto no capítulo introdutório a esta dissertação. Das participantes da primeira etapa, que tiveram/têm experiência profissional, eram, em sua maioria, celetistas, e, em segundo, com o vínculo estatutário; porém, apresentando a mesma tendência da terceirização nas instituições públicas ou contratos temporários – somente, metade exercendo dentro das 30 horas e, com remuneração, sem sua maioria com menos de 4 SM, demonstrando a desvalorização salarial da profissão, que não acompanhou, proporcionalmente, os ajustes do SM nacional.

Infelizmente, a pesquisa não manteve uma periodicidade, o que seria um recurso fundamental para o acompanhamento da realidade da profissão, fortalecendo os estudos na área. Tal levantamento, bem como sua expansão para as condições mercadológicas num geral (não se limitando aos profissionais na ativa), poderia contribuir para a prospecção da profissão, sua leitura e embasamento na luta pela ampliação dos espaços sócio-ocupacionais, bem como por sua qualidade em condições de trabalho. No momento, tem-se em andamento a pesquisa interinstitucional *Perfil, Formação e Trabalho dos/as Assistentes Sociais no Estado do Rio Grande do Sul*, uma parceria entre a UFRGS, a PUCRS e o CRESSRS. A pesquisa visa “[...] envolver no processo censitário o maior número possível de assistentes sociais para desvendar a configuração do perfil, formação e trabalho da categoria” (CRESSRS, 2019, p. 3), e, assim, “[...] delinear desafios e estratégias profissionais para atuação das entidades político-organizativas da categoria e das Unidades de Formação Acadêmica (UFAS), com vistas a contribuir para o fortalecimento do Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social”

---

<sup>40</sup> Valor de referência: R\$ 240,00.

(CRESSRS, 2019, p. 3). Essa é uma iniciativa necessária; contudo, ainda não há dados divulgados.

Em oportunidades anteriores, averiguou-se a desvalorização da profissão que ainda não conquistou o importante Piso Salarial e ainda luta para o respeito à Lei das 30 horas. A exemplo, um levantamento propiciado pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, constatou que a média salarial de assistentes sociais em Santa Maria/RS, no ano de 2019, foi de R\$ 2.115,08, um pouco mais que dois SM (R\$ 954,00 naquele ano). A remuneração é um assunto em voga na profissão. Um novo Projeto de Lei, nº 2 693, de 2020 (BRASIL, 2020), propõe alterar a Lei nº 8.662/1993 (Lei de Regulamentação da Profissão) para a instituição do piso salarial no valor de R\$ 7.315,00 (sete mil, trezentos e quinze reais), respeitando a jornada de trabalho de 30 horas. O valor estipulado pela PL é baseado no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do IBGE, e se encontra em tramitação no Plenário do Senado Federal. Essa é uma luta constante da profissão.

O levantamento do CAGED também destaca o índice de admissão e de desligamento de um profissional no setor privado, calculando o saldo efetivo, podendo ser positivo ou negativo; positivo quando há um maior número de admissões em comparação ao número de demissões. Como verificável na Tabela 2, o saldo positivo, de 1 (no ano de 2019) e 17 (em dez anos) é irrisório se for pensado o crescimento exponencial do número de cursos e vagas devido ao surgimento do EAD, como bem abordado por Iamamoto (2015). Percebe-se que, mesmo com o saldo positivo de 1, ainda não é o suficiente para balancear a oferta e a demanda por profissionais de Serviço Social.

Tabela 2 – Acompanhamento da movimentação do emprego formal: Assistente Social

<b>Perfil do Município</b>				
Município: Santa Maria				
Microrregião: Santa Maria				
UF: Rio Grande do Sul				
Setor: Todos				
Subsetor: Todos				
<b>Profissão: Assistente Social</b>				
Período	Salário Médio Adm.	Admissão	Desligamento	Saldo
jan. 2019 – dez. 2019	2.115,08	12	11	1
jan. 2010 – dez. 2019	1.489,42	180	163	17

Fonte: A autora (2021), com dados obtidos do Sistema de Informações CAGED (2021).

Ao ser demandado, tanto na esfera pública quanto na privada, o conservadorismo é presente nos requisitos e nas funções colocadas aos/às assistentes sociais. Segundo o mapeamento de Maciel (2019), sobre a oferta de vagas no território do Rio Grande do Sul no

ano de 2018 (jan. a set.), destacam-se: de 54 vagas, 34 eram de instituições públicas e 17 de instituições privadas; com 67% pertencendo à assistência social, seguida pela saúde (21%) e educação (12%), reafirmando a proximidade histórica do Serviço Social com a assistência social; e aparecimento de nomenclaturas diversificadas, como Analista ou Técnico Social (dando abertura para a candidatura de outras profissões). Outro ponto importante está relacionado à identidade do Serviço Social, pois o mercado, muitas vezes, quando não o vincula diretamente à Assistência Social, requisitando profissionais com formação em Assistência Social e não em Serviço Social, destinando ao/à assistente social funções direcionadas à outra profissão, a exemplo, à pedagogia (MACIEL, 2019). No aspecto da descrição da vaga, identificou-se

*[...] forte presença de concepções pragmáticas e conservadoras do trabalho profissional, bem como dos usuários e das políticas sociais que antecedem a própria Constituição de 1988. E, também, atividades relacionadas ao início da inserção do Serviço Social no mundo do trabalho, expressas nas terminologias: inquérito, diagnóstico, tratamento, intervenção psicossocial, atendimento terapêutico, entre outras [...]. (MACIEL, 2019, p. 9, grifo da autora).*

A mediação que deve ser feita com esse mercado, por participar da divisão social do trabalho (na condição de trabalhador/a assalariado/a), torna a profissão passível de constantes intromissões na construção e na manifestação de sua identidade. É uma constante luta contra a identidade imposta: a do profissional do controle (VERDÈS-LEROUX, 1986). Aos/às assistentes sociais cabe se “adequar”, fazendo concessões às exigências postas pelo mercado, tanto para ser recebido/a por ele, quanto para se manter nele, visto a ameaça do desemprego, comprometendo até mesmo sua capacidade mobilizadora e os laços de solidariedade interna e externa à profissão. A violência estrutural do desemprego acomete assistentes sociais desempregados/as, mas também os empregados/as:

Os desempregados e os trabalhadores destituídos de estabilidade não são passíveis de mobilização, pelo fato de terem sido atingidos em sua capacidade de se projetar no futuro, a condição indispensável de todas as condutas ditas racionais, a começar pelo cálculo econômico, ou, em uma ordem completamente diferente, pela organização política. [...]. Quando o desemprego [...] atinge taxas muito elevadas e a precariedade afeta uma parte muito importante da população, operários, empregados no comércio e na indústria, mas também jornalistas, professores, estudantes, o trabalho se torna uma coisa rara, desejável a qualquer preço, submetendo os trabalhadores aos empregadores e estes, como se pode ver todos os dias, usam e abusam do poder que assim lhes é dado. [...] Essa concorrência, às vezes tão selvagem quanto a praticada pelas empresas, está na raiz de uma verdadeira luta de todos

contra todos, destruidora de todos os valores de solidariedade e de humanidade, e, às vezes, de uma violência sem rodeios. (BOURDIEU, 1998, s.p.).

Nessas linhas, identificou-se a realidade do mercado que se apresenta ao/à assistente social, no pós- formação. Um mercado escasso e precarizado que mantém o profissional como instrumento (involuntário) na manutenção da ordem, ora como empregado/a submetido/a a péssimas condições e requisitado ao controle e docilização da classe trabalhadora, ora enquanto desempregado/a e excluído/a. De qualquer forma, a identidade formal da profissão (quanto ao aspecto interventivo, propositivo e investigativo/pesquisador), se vê atravessada, tanto no exercício quanto na não inserção, que se mostra como um espaço em branco no *habitus* construído na formação acadêmica, uma vez que é “[...] na dimensão da prática interventiva profissional, fundamentalmente, onde a questão da identidade se manifesta com a força da concretude dessa prática” (ABREU; LOPES, 2018, p. 3).

No próximo capítulo, procurar-se-á debater essas e outras questões a partir da análise de um *corpus* específico, um cosmos particular; porém, com muitas contribuições ao entendimento dos diversos *habitus* profissionais e as implicações do desemprego, como incompletude do ciclo formativo, o exercício profissional.

#### 4 PERCURSO EMPÍRICO: UMA ANÁLISE SOBRE AS PERCEPÇÕES DE IDENTIDADE E O MUNDO DO TRABALHO

Este capítulo se dedica a apresentar ao/à leitor/a a análise e interpretação dos dados coletados nas entrevistas realizadas com assistentes sociais desempregadas, residentes no Município de Santa Maria/RS. Como explicado no capítulo 1, quanto aos aspectos metodológicos do estudo, utilizou-se a Análise de Conteúdo (AC) em Roque Moraes (1999) para esta etapa. A partir dessa escolha e do cumprimento dos passos propostos pela AC, identificou-se a categoria final **identidade**, que será aprofundada no decorrer deste capítulo. O Quadro 7 dispõe o fluxo das categorias de modo decrescente, dando destaque às categorias iniciais. Tais categorias serão analisadas e interpretadas nos subtópicos seguintes.

Quadro 7 – Distribuição das categorias de análise

Categories iniciais	Categories intermediárias	Category final
Escolha profissional	Formação profissional	Identidade
Formação profissional		
Autoimagem profissional	Identities profissionais	
Exercício profissional		
Cotidiano		
Mercado de trabalho	Mundo do trabalho	
Desemprego		

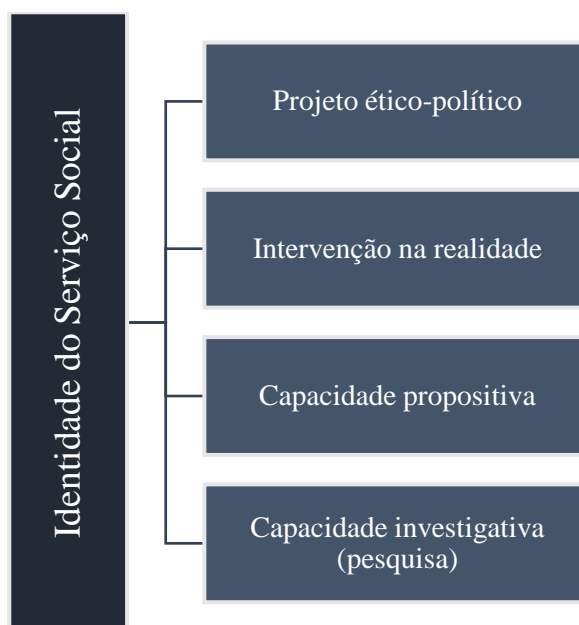
Fonte: A autora (2021).

Cabe lembrar o que foi trabalhado durante essas linhas, nas quais se trouxe o aspecto histórico e o contexto atual que se traduz na identidade hegemônica do Serviço Social, a importância do processo formativo para a incorporação do *habitus* da profissão, orientado por sua *doxa*. E, também, a relevância da efetivação de sua identidade, que se materializa no exercício profissional, compreendendo o elemento interventivo, e, ainda, o fato de o trabalho, no sistema capitalista, se instituir através do emprego. Abarcou-se, da mesma maneira, o entendimento desse sistema, do funcionamento do mundo do trabalho, das suas novas nuances através do neoliberalismo, que entrelaça e absorve a subjetividade do/a trabalhador/a. Investigando, ainda, o desemprego, a insegurança instaurada nas relações e trabalho e seus rebatimentos no Mercado de Trabalho do Serviço Social. Esse foi o pano de fundo traçado para

auxílio no olhar analítico às questões evidenciadas pelos sujeitos da pesquisa, as assistentes sociais em situação de desemprego, embaraçadas pela ausência de oportunidades de trabalho.

Para além, sinalizou-se a existência da pluralidade quando se fala em identidade – em que, mesmo que seja a identidade de uma profissão, ela é internalizada e externalizada por sujeitos com *habitus* anteriores, por percepções e bagagens pregressas. Porém, faz-se necessário se orientar pela identidade formal, pelo que é hegemônico ao Serviço Social, o que compõe a sua *doxa*. Mais especificamente, enquanto elementos: o projeto ético-político, o seu caráter interventivo e a sua capacidade propositiva e investigativa da realidade social. São esses elementos que servem de base para a análise da relação entre a identidade das assistentes sociais e sua condição de desemprego (como instância última da barragem do objetivo da profissão, a intervenção na realidade social).

Fluxograma 5 – Elementos da identidade formal do Serviço Social



Fonte: A autora (2021).

#### 4.1 FORMAÇÃO PROFISSIONAL: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE

Neste subtópico serão trabalhados os motes que perpassam o processo de formação acadêmica do Serviço Social com base nos subsídios trazidos pelas entrevistadas. Entende-se a formação profissional como etapa fundamental à construção do *habitus* do Serviço Social a ser inculcado pelas novas profissionais. A primeira categoria intermediária **formação profissional** engloba desde o processo da escolha da profissão e o período correspondente à formação

acadêmica. Essa caminhada é um nicho de uma realidade; no entanto, contribui para se entender a imagem da profissão no olhar dos leigos – período antecedente à inserção na graduação –, e analisar o processo formativo. A essa categoria intermediária pertencem as categorias iniciais – **escolha profissional e formação profissional**.

Quadro 8– Distribuição da categoria intermediária: formação profissional

Categories iniciais	Category intermediária	Category final
Escolha profissional	Formação profissional	Identidade
Formação profissional		

Fonte: A autora (2021).

Quanto à motivação para **escolha profissional**, as entrevistadas associaram o processo decisório à possibilidade de poderem “ajudar” pessoas, à vontade “mudar a realidade das pessoas em vulnerabilidade” (SJT3, 2020), à intencionalidade de “fazer uma diferença” (SJT2, 2020), à facilidade em lidar com pessoas e ao próprio assistencialismo. O uso do perfil pessoal como um dos fatores de escolha da profissão e, nesse caso, do Serviço Social, como afirmado por Ortiz (2010), tende a resgatar motivações históricas à profissão como “[...] o caráter vocacional, a perspectiva de que para ser assistente social tem que ter, acima de tudo, vocação” (ORTIZ, 2010, p. 206-207). As motivações para a escolha de uma profissão podem muito auxiliar na compreensão de sua imagem social, e aqui se vê a persistência da valoração caritativa herdada e arraigada ao Serviço Social ainda hoje.

Apenas para uma das entrevistadas, o Serviço Social se apresentava como primeira opção de curso. Para essa, sua aproximação com a profissão se deu por experiências negativas no acesso a direitos quanto à saúde para si e para familiares.

*E foram essas questões (familiares) que me levaram a ver a necessidade do profissional, do assistente social, em si, e dentro do Hospital. E aí por curiosidade, por outras coisas. Eu tive várias outras situações familiares que todas me levaram a fazer a mesma pergunta: “Onde está o assistente social e o seu, o instrumento de trabalho? O que ele pode fazer a mais dentro de uma sociedade carente como a nossa e ao mesmo tempo suprir as duas partes, as duas demandas?” (SJT2, 2020).*

A privação de direitos sociais a instigou a compreender a necessidade do Serviço Social no atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade e aqui não se limita o entendimento de vulnerabilidade à pobreza e à miséria. Esse exemplo mostra que, em algumas circunstâncias, a imagem social do Serviço Social pode se aproximar de sua autoimagem, ou seja, de sua

identidade atual, de seu projeto ético-político. Ao tratar sobre as escolhas dos agentes, Bourdieu (1983) afirma:

Cada agente, quer ele saiba ou não, quer ele queira ou não, é produtor e reprodutor de sentido objetivo: porque suas ações e suas obras são o produto de um *modus operandi* do qual ele não é o produtor e do qual não tem o domínio consciente, encerram uma “intenção objetiva”, como diz a escolástica, que ultrapassa sempre suas intenções conscientes. (BOURDIEU, 1983, p. 72, grifo do autor).

No capítulo anterior, ao se versar sobre a noção de *habitus*, tem-se a compreensão de que até mesmo as escolhas, nesse caso, o ato de optar por uma ou outra profissão, advêm não necessariamente de uma decisão consciente, mas de um *habitus*, de interiorizações experienciadas ao longo da vida. Seja ela alguma “identificação” ou “vivência” prévia com determinada profissão, seja por maiores chances de crescimento no mercado de trabalho, o percurso de vida dos sujeitos interfere nessas escolhas, como no caso da entrevistada SJT2.

No pós- formação, a situação de desemprego, de dificuldade de inserção no mercado de trabalho como assistente social e exercício na prática é uma circunstância que traz o questionamento sobre a escolha da profissão. Nem todas afirmam ter se arrependido; no entanto, não têm segurança ao afirmarem se fariam novamente o curso. Isso impacta até mesmo na possibilidade de indicação do curso a outras pessoas, na qual são colocadas recomendações para que alguém deva ou não iniciar o curso de Serviço Social:

*Olha, teu universo de possibilidade de atuação é concurso, se tu não estás disposta a se dedicar, não faça. Seja para docência, que vai ter que participar de algum tipo de seleção, ou para atuação em outro cargo público, prefeitura, secretaria. Se não tiver esse gás, não faz. (SJT4, 2020).*

Discurso similar fizeram as demais entrevistadas:

*Se a pessoa chegar para mim e dizer assim: “eu quero ganhar dinheiro”. Eu não recomendaria de maneira alguma. Agora se ela me dissesse assim “eu quero fazer a diferença na sociedade”, então vai que o curso é legal. O curso é o que tu esperas. (SJT2, 2020).*

*Se ela estivesse procurando uma graduação para sair logo trabalhando, logo recebendo, aí eu não recomendaria. Mas se ela fosse uma pessoa sonhadora, que nem eu, que quisesse participar daquela mudança, né? De tudo que a gente pode mudar, eu diria que sim. Porque seria, seria maravilhoso tu ver o quanto a gente pode fazer, podendo estar trabalhando. Eu creio, né? (SJT3, 2020).*



Assim, mesmo que as motivações iniciais tivessem um caráter mais pessoal e que haja uma admiração pela profissão – visto assegurarem que recomendariam a profissão a outros cujo desejo não esteja, em alguma medida, vinculado à ascensão profissional e social – existe uma frustração pela expectativa e a realidade encarada por essas e muitas assistentes sociais que se formam e não encontram espaço no mercado. Essa questão será mais desenvolvida na categoria intermediária **mundo do trabalho**.

A segunda categoria inicial elencada diz respeito à **formação profissional**, uma categoria fundamental ao se estudar a identidade de uma profissão, na compreensão de como o novo *habitus* (e pode-se questionar, qual *habitus*?), um *habitus* de cunho profissional, é interiorizado pelos sujeitos nos espaços formativos. As percepções sobre a formação acadêmica recebida variam entre a satisfação e o apontamento de deficiências. A satisfação diz respeito ao conhecimento adquirido sobre o que se trata a profissão num comparativo ao que era esperado do curso e, quanto às deficiências, as entrevistadas trazem os seguintes depoimentos: “*O que eu achei do curso, da formação? Eu gostei, né? Mas no fundo, assim, em relação a tu ter uma chance de trabalho, é meio frustrante. Eu fiquei meio decepcionada*” (SJT3, 2020).

*Se eu tivesse que dar uma nota entre 1 e 10, eu daria um 7.5. Eu acho que, que precisa muito mais prática, precisa ir muito mais afundo. [...] Realmente tu ires mais fundo nos estudos, tu seres mais cobrada, sabe? Tu ter mais... Tu como aluno, eu como aluna, eu senti falta de, assim, falta de interesse dos professores, dos coordenadores.* (SJT2, 2020).

Aqui há, mais uma vez, a insatisfação com relação à não inserção no mercado de trabalho. Ao estudar as consequências da derrocada do projeto neodesenvolvimentista e ascensão do conservadorismo brasileiro sobre o Serviço Social, Alves Keller (2019) aponta o alto incentivo no acesso ao Ensino Superior durante os governos petistas, com programas como ProUni (Programa Universidade para todos), FIES (Financiamento Estudantil) e Reuni – sendo esse último o único dos programas destinados à educação pública, uma expansão precária do Ensino Superior Público –, representando uma “democratização” do acesso e uma saída para a sonhada ascensão social da classe trabalhadora. O que ocorre é a mercantilização da educação, em nível superior, o aumento de profissionais disponíveis ao mercado sem que haja a capacidade para sua absorção; e, assim, permanece o exército “industrial” de reserva, alimentando a competitividade e a miséria, que são, ao mesmo tempo, combustível e resultado do capitalismo.

Essa expansão do acesso à graduação não garante a qualidade imperativa para a formação de profissionais críticos e conscientes da contradição inerente ao sistema capitalista

que uma vez demandou e ainda demanda as ações do Serviço Social. A diferença entre o ensino público e o privado (seja ele comunitário ou puramente lucrativo) é sentida pelas pesquisadas, tanto na afirmação já feita de ter a necessidade de um aprofundamento no conhecimento, quanto nos elementos políticos, no engajamento, na criticidade (aspecto primordial ao *habitus* da profissão). “*Essa diferença, até aquela, a fala técnica, a **diferença política** do aluno, de uma instituição pública, de uma instituição privada*” (SJT2, 2020, grifo nosso). Se a diferença de qualidade formativa quanto ao compromisso com o projeto profissional do Serviço Social é sentida em uma egressa de uma IES privada, porém de formação presencial, as diferenças se tornam mais perceptíveis na educação à distância (semipresencial ou 100% *online*). Duas das entrevistadas são egressas de IES à distância, no formato semipresencial, e, uma delas, mesmo que não tenha adentrado na questão do próprio Serviço Social, questiona a modalidade em si:

*[...] uma formação presencial eu acho que ela, com certeza, é melhor. Eu gostaria de ter feito presencial. Não fiz por condições financeiras. Eu comecei a fazer faculdade eu já me achava velha, entendeu? Então não ia dar tempo de prestar um vestibular estudar fazer um cursinho para poder tentar uma vaga na UFSM, então eu decidi “ou é agora ou nunca, né?”. (SJT1, 2020).*

A EAD aparece como uma saída para a classe trabalhadora, para a mulher que possui dupla jornada e está “fora da idade” esperada para o ingresso na Educação Superior. Maciel (2018), em seu artigo, apresenta o que chama de “a nova face da Educação Superior no Brasil”, sendo uma face privada, mercantil e à distância e que deixa suas marcas mais profundas na formação em Serviço Social e que é um desafio atual ao cumprimento do que deve compor as diretrizes curriculares. As médias no ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes), de 2018, ainda que seja uma forma avaliativa questionada pelo coletivo representativo da profissão, é uma base para se ver a diferença de desempenho entre as IES. Foram 330 instituições avaliadas, sendo 59 públicas e 171 privadas (24 EAD). Somente as presencias alcançaram as notas máximas 4 e 5, num total de 80 IES, mais da metade das notas pertencem à IES públicas; das 22 notas 5, 16 são pertencentes às públicas (INEP, 2019b). Tais informações comprovam as percepções sentidas quanto à diferença entre o ensino público e o privado e podem ser conferidas na Tabela 3. Por mais controversa que seja essa avaliação, pode-se reforçar a importância do ensino público e privado na garantia de uma formação de qualidade e consonante com o projeto profissional do Serviço Social.

Tabela 3 – Conceitos do ENADE 2018: Serviço Social

Grande Região	Conceito Enade	Categoria Administrativa			Modalidade de Ensino	
		Total	Pública	Privada	Educação Presencial	Educação a Distância
Brasil		330	67	263	306	24
	SC	11	0	11	9	2
	1	22	1	21	16	6
	2	89	5	84	77	12
	3	128	15	113	124	4
	4	58	30	28	58	0
NO	5	22	16	6	22	0
		31	6	25	30	1
	SC	0	0	0	0	0
	1	5	0	5	4	1
	2	12	1	11	12	0
	3	11	3	8	11	0
NE	4	3	2	1	3	0
	5	0	0	0	0	0
		107	18	89	103	4
	SC	1	0	1	1	0
	1	6	0	6	6	0
	2	39	0	39	36	3
SE	3	40	3	37	39	1
	4	12	7	5	12	0
	5	9	8	1	9	0
		129	25	104	118	11
	SC	8	0	8	7	1
	1	10	1	9	5	5
SUL	2	25	2	23	21	4
	3	56	5	51	55	1
	4	25	13	12	25	0
	5	5	4	1	5	0
		44	14	30	38	6
	SC	1	0	1	0	1
CO	1	1	0	1	1	0
	2	6	1	5	3	3
	3	15	4	11	13	2
	4	16	7	9	16	0
	5	5	2	3	5	0
		19	4	15	17	2
SC	1	0	1	1	0	
	1	0	0	0	0	0
	2	7	1	6	5	2
	3	6	0	6	6	0
	4	2	1	1	2	0
	5	3	2	1	3	0

Fonte: MEC/Inep/Daes – Enade/2018 – INEP (2019b).

Como já citado, o MEC não aderiu às diretrizes propostas pela, na época, ABESS. Ainda que tenha determinado uma Diretriz Curricular, essa dá margem para interpretações e para uma execução que não tem o objetivo final de abraçar o projeto ético-político da profissão. Dessa forma, não se tem uma garantia do profissional que está se formando. A adoção de outras diretrizes, mais aproximadas à lógica do capital, “[...] possibilita que o processo formativo do(a) assistente social forje outro *habitus* profissional, que não àquele aceito, balizado e impresso em seu estatuto profissional” (RODRIGUES, 2019, p. 220).

Em consulta ao Censo da Educação Superior de 2018, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2019b), são 390 IES que ofertam o curso de Serviço Social, sendo 58 públicas e 332 privadas, onde 50 delas são EAD, ou seja, 85% das Instituições são da iniciativa privada. Sendo que, das 279.893 vagas disponíveis, quase 98%

são privadas, e ainda com o número total como referência, 199.557 são EAD, correspondendo a 71% das vagas totais. É um número preocupante, que representa a proliferação do ensino à distância. Hoje, segundo o sítio da ABEPSS, são 90 Unidades de Formação Acadêmica (UFAS) filiadas, um índice baixo se comparado à quantidade de instituições que ofertam o curso, 23%. A própria ABEPSS ([2020?]) estipula o critério de filiação (que é opcional) que afasta as instituições na modalidade à distância, aceitando somente IES na modalidade presencial, e não é expressiva nem somente nos cursos presenciais. A EAD está posta há mais de uma década; é uma realidade inegável. Ainda que suas práticas educacionais sejam controversas e marcadas pela mercantilização da Educação Superior, a consequência desse distanciamento recai sobre os docentes, futuros profissionais que se formam aos montes anualmente. Converte-se com o pensamento de Iamamoto (2015) sobre a modalidade EAD:

[...] não se trata simplesmente de uma recusa ingênua da tecnologia do ensino à distância, mas de compreendê-la no conjunto das diretrizes norteadoras da reforma do ensino superior, capitaneada pela sua privatização e pela lógica da lucratividade que redireciona os rumos da universidade brasileira. (IAMAMOTO, 2015, p. 441).

O CFESS, desde a aprovação e instauração do EAD em Serviço Social, se posicionou contrário, elaborando documentos como o mais emblemático “Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social” junto à campanha “Educação não é fast food: diga não para a graduação à distância em Serviço Social”, em parceria com a ABEPSS e a ENESSO, que foi impedido de circular pela Justiça. Acontece que os/as estudantes das EAD não foram envolvidos/as, e, mesmo que se afirme a não culpabilização desses sujeitos, a continuidade do isolamento e o preconceito persistem, o que não contribui para uma maior mobilização política, mas para a perpetuação do conservadorismo interno ao Serviço Social.

Mais importante do que reforçar a dualidade aluna presencial versus aluna EaD, se faz necessário reconhecer as demandas das sujeitas integrantes dessa modalidade de ensino e transformá-las em aliados, juntamente a outros segmentos de estudantes e docentes, na luta contra a precarização, privatização e mercantilização do ensino. (ALVES KELLER, 2019, p. 180).

Com a mercadorização da Educação Superior e a falta dos critérios convergentes ao projeto profissional, a autoimagem da profissão por parte de suas agentes vem sendo fragilizada, abrindo espaço para o crescimento das manifestações mais conservadoras da profissão. A educação se transforma num produto a ser adquirido, o que, como visto, reverbera na formação de assistentes sociais, na ausência da iniciação científica e dos programas de

extensão; da mesma maneira, na ausência de espaços para discussão, reflexão e construção do conhecimento coletivo.

Todos esses fatores implicam a construção da identidade profissional, onde formação é o momento crucial, é a etapa de maior consistência, é a fase em que o novo *habitus* é introduzido. Falar de identidade é sempre algo complexo e subjetivo; no entanto, uma questão necessária no interior do Serviço Social. E é algo em segundo plano, que se confirma quando as entrevistadas encontram dificuldades em determinar disciplinas que tratassem sobre o tema durante sua formação. Nenhuma delas teve alguma disciplina específica que se debruçasse sobre o tema; todavia, relacionaram o debate em disciplinas como Ética, assim como em Pesquisa, nada que fosse tão enfático. Somente SJT4 sinalizou, de forma analítica, o entendimento de Estatutos da profissão e estudo da formação histórica da profissão no Brasil como momentos de compreensão e aprofundamento da identidade. Isso corrobora para a necessidade do devido tratamento da reflexão sobre identidade e sobre a identidade do Serviço Social. Um outro aspecto interessante levantado pela SJT4 é a questão do currículo generalista da profissão:

*[...] depois de concluída, eu me dei por conta que poderiam ter investido um pouco mais em algumas áreas do conhecimento, a saúde, por exemplo. Mas eu achei uma formação boa, não acho que deixou a desejar. Só poderia ter oferecido um pouco mais. (SJT4, 2020).*

Aponta a ausência de mais conteúdos voltados para políticas sociais e áreas específicas de atuação da profissão. As Diretrizes Curriculares da ABEPSS, ao apresentarem o perfil do bacharel em Serviço Social, o indicam como:

*[...] profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Profissional dotado de formação intelectual e cultural **generalista crítica**, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social. (ABEPSS, 1999, p. 01, grifo nosso).*

A característica de uma formação generalista no Serviço Social é relevante por se propor a viabilizar essa criticidade, uma base de sustentação teórico-crítica, um leque instrumental que permita à profissional, em seu campo de trabalho, desenvolver ações efetivas de enfrentamento às expressões da questão social (PRATES *et. al.*, 2012). Se limitadas a ramos, a técnicas,

retornar-se-á a um passado tecnicista e ausente em um olhar e investigativo e transformador da realidade social, na busca pela superação das desigualdades inerentes à sociedade capitalista.

O processo formativo é mais que diretrizes, mais que transferência e “formatação” de uma profissional, é um processo relacional. E essa relação é uma parte que também pode ter influência na construção da identidade. Uma das entrevistadas relatou mais de um episódio de conduta antiética por parte discente, o que a fez repensar e mudar o curso (o que acabou não indo para frente) e, ao final, fez com que a profissional criasse um trauma (momentâneo) da profissão: “[...] depois que eu terminei a graduação, acho que uns quatro meses assim, eu nunca mais olhei nada. [...] Eu peguei tudo (os materiais), eu peguei um saco enorme e eu larguei tudo no lixão” (SJT2, 2020). Foram situações nas quais se sugeriu-se uma formação complementar, como um curso de Cuidador de Idosos, ou intromissões de cunho pessoal em uma situação de adoecimento familiar. Há que se ressaltar que o Código de Ética da profissão está para todos os profissionais, e nele se inclui a docência.

O estágio supervisionado torna-se outra expressão importante para a identidade profissional. É o momento em que a teoria e a prática se entrelaçam para o/a assistente social em formação, espaço onde o estudante pode compreender se, de fato, mais do que constrói a sua identidade profissional, se se identifica com a profissão. Por essa razão, a supervisão direta é fundamental, tanto acadêmica quanto de campo. A supervisão de campo tem uma função pedagógica durante o estágio (ORTIZ, 2010). Porém, não se pode confundir o estágio como o espaço onde essa identidade será criada, correndo o risco, assim como no futuro trabalho, de substituir a identidade profissional por uma identidade institucional, da instituição, do programa onde for inserido: “*Eu acredito assim, olha, no estágio que a gente faz, ali tu já começa a criar um pouquinho a tua identidade*” (SJT3, 2020). Sim, você pode criar uma particularidade de atuação, mas não é o espaço de trabalho que o define e sim o projeto profissional adotado pelo Serviço Social.

Por fim, as marcas deixadas na formação acadêmica, no que se refere à convergência ou não com o projeto profissional – através dos estatutos da profissão (Código de Ética, Lei de Regulamentação, Lei do Estágio Supervisionado, Diretrizes Gerais da ABEPSS), às experiências vivenciadas, às expectativas nutridas –, são percebidas na análise da categoria intermediária a seguir, por meio das identidades profissionais expressas por suas agentes.

## 4.2 AS IDENTIDADES PROFISSIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL PELAS SUAS AGENTES

A segunda categoria intermediária é **identidades profissionais**, na própria identidade formal do Serviço Social externada pelas entrevistadas, quanto as suas manifestações explícitas e implícitas, o lugar do exercício da profissão, “grau” último da caminhada dentro de uma profissão e o vínculo da profissão no dia a dia das participantes. São componentes que amparam o entendimento sobre a identidade do Serviço Social enquanto profissão e a sua incorporação, enquanto *habitus*, pelos sujeitos que se especializam na profissão. Assim sendo, enquanto categorias iniciais tem-se **autoimagem profissional**, **exercício profissional** e **cotidiano**, que exprime o convívio com a profissão, fora do ambiente de trabalho.

Quadro 9 – Distribuição da categoria intermediária: identidades profissionais

Categories iniciais	Category intermediária	Category final
Autoimagem profissional	Identidades profissionais	Identidade
Exercício profissional		
Cotidiano		

Fonte: A autora (2021).

A **autoimagem profissional**, para Ortiz (2010), autora que se debruça a compreender o tema da autoimagem do Serviço Social, envolve a imagem social (usuários, empregadores, entre outros) e a sua autoimagem através de um movimento dialético. Ainda que se reconheça a existência da pluralidade na identidade do Serviço Social, a autoimagem da profissão (como identidade formal) é um norte para a compreensão de como ela vem aparecendo, ou não, em assistentes sociais, se baseando, assim, como em todo o processo de análise, no Fluxograma 5 trazido no início deste capítulo.

Nesse *corpus*, no cosmos dessa pesquisa, a imagem social esteve presente quando as entrevistadas optaram pelo curso de Serviço Social, na pré- formação. Agora, depois de formadas, tendo ou não passado pelo exercício profissional, o que formulam sobre a imagem do Serviço Social? Como percebem e definem a identidade da profissão? São muitos os elementos trazidos pelas assistentes sociais:

*[...] a nossa forma, ali, de trabalhar. As técnicas que a gente vai estar utilizando. A forma de metodologia que a gente vai estar utilizando. [...] A nossa escuta, o nosso olhar crítico, né?... A forma da gente, da gente*

*compreender o outro, né? Se colocar no lugar do outro.*” (SJT1, 2020, grifo nosso).

E continuam: “A busca por **direitos**. [...] A **ética** em primeiro lugar” (SJT2, 2020, grifo nosso); “Eu acredito os elementos fundamentais sejam: o **embasamento teórico**, né? Onde a gente vai abranger tudo o que o assistente social vai fazer na sua profissão, né? Tudo o que abrange ser um assistente social, né?” (SJT3, 2020, grifo nosso); e “Eu acho que ser assistente social é **nunca mais poder se calar diante do caos**. A gente não consegue mais deixar de perceber e de **fazer análises conjunturais**. [...] Ser **portador da voz** das pessoas que têm pouco acesso, sabe?” (SJT4, 2020, grifo nosso).

Ao estudar sobre a identidade do Serviço Social no Capítulo 2, determinou-se que os elementos que conformam a identidade são a sua historicidade, o aparato de documentos regulatórios, dando ênfase ao Código de Ética como manifestação máxima do projeto ético-político profissional. A compreensão expressada nas entrevistas, em primeiro momento, perpassa algumas das características que identificam o Serviço Social, a sua autoimagem, sobretudo na fala de SJT4, quanto à importância do posicionamento profissional diante dos conflitos, do olhar analítico e apurado para a realidade social. No entanto, em alguns momentos vê-se uma ausência de aprofundamento e reflexão ao se tratar sobre o assunto. Ao discorrer sobre essa identidade, aparenta-se uma preocupação na utilização dos “jargões” da profissão, como palavras esvaziadas de significado.

A incorporação no discurso de palavras-chaves, tais como projeto ético-político, dimensões técnico-operativas, éticas-políticas e teórico metodológicas, questão social e categorias do método nem sempre revelam entendimento real de seus significados. Muitas vezes utilizamos expressões como forma de esvaziar o discurso e manobra linguística como se pudéssemos responder a vários questionamentos utilizando estes artifícios prontos teóricos. (SOUZA, 2015, p. 144).

Ortiz (2010), em sua pesquisa com discentes do Serviço Social em uma universidade pública do Rio de Janeiro, constatou o quanto assistentes sociais sentiam dificuldade em explanar sobre a natureza da profissão, sobre sua autoimagem, tendendo à associação do que a profissão faz. Essa é uma situação que se repete nesta pesquisa. A dificuldade em se pensar a identidade é sentida pelas próprias entrevistadas ao relatarem ser um assunto no qual nunca refletiram. A formação generalista da profissão deveria servir, principalmente, para proporcionar a capacidade reflexiva, crítico-reflexiva. Porém, não havendo unicidade de projeto pedagógico, com o advento da educação à distância e a mercadorização da educação cada vez



maior, o conhecimento não é construído é repassado e se agrava por ser um conhecimento superficial. O projeto de uma profissão representa a sua autoimagem (PAULO NETTO, 2009), e, se não é absorvido, se o período formativo é insuficiente para a introjeção do *habitus* profissional, certamente ele perde sua força.

Esse projeto profissional é um projeto hegemônico, um projeto formal da profissão. A hegemonia não significa que seja adotada pela totalidade de integrantes, não significa que se manifeste em todas as práticas e em todas as identidades singulares. É atravessada pelo pensamento neoliberal, pelo conservadorismo, mas, também, pela necessidade de expansão e exploração de outras vertentes teóricas. Conhecer outras teorias e, por vezes, adotá-las muitas são ações não vistas como não bem quistas por essa hegemonia. Entretanto, a identidade é transitória, assim como a história e a sociedade também o são: “*Ela (a identidade) é pensada, ela é repensada*” (SJT1, 2020); “[...] *eu acho que o profissional tem que se transformar junto com a realidade*” (SJT2, 2020). Talvez seja esse endurecimento (claro, sem esquecer a ofensiva neoliberal) teórico, ou, até mesmo, um certo negacionismo da gênese do Serviço Social, que abra a brecha para que as ações e ideias do início da profissão permaneçam no que se pode chamar de autoimagem informal.

Na luta pelo distanciamento da imagem profissional/identidade profissional passada, tem-se a questão confessional, a vocação e o agir quase missionário das primeiras assistentes sociais. Há que se perguntar se essa situação, que ainda acontece ao se escolher o Serviço Social, não pode ser reforçada pelo atual projeto profissional. São profissionais comprometidas com a luta por direitos, pelo acesso e ampliação desses, pela busca de uma nova sociedade, tem-se um projeto societário e como bandeira a emancipação social. Não seria isso, mais que uma profissão, uma missão? Não seria esse o fator o qual solicita uma vocação, que, até mesmo, provoque o isolamento da profissão, a dificuldade em dialogar com as demais áreas, a sensação de responsabilidade exacerbada e o esquecimento de que também são classe trabalhadora? Muda-se de uma missão ideológica/religiosa para uma missão ideológica/laica? “*Um profissional que tem a capacidade técnica, dependendo da habilidade de cada um, evidentemente, de aproximar esses sujeitos que estão em vulnerabilidade, seja social, seja econômica, de poder acessar o que têm de direito*” (SJT4, 2020). Há que se ter o cuidado para não se assumir uma responsabilidade total e solitária do puro acesso ao direito, quando essa é uma questão que ultrapassa nossas forças.

Termos contrários à autoimagem formal insistem em se alojar no discurso dos profissionais, como “*casos*”, “*problema*”, “*investigação*”. O Serviço Social é visto como “[...] *uma profissão bonita*” (SJT1, 2020, grifo nosso), visto assim por uma profissional já formada.

A identidade da profissão, os anos de luta para uma mudança interna no direcionamento da profissão, parece sempre ofuscados pelas nuances de sua gênese. “*Porque a gente se transforma num instrumento, né? Que tu podes, só com o conhecimento que a gente tem no curso, tu já podes, ajudar, né?*” (SJT3, 2020, grifo nosso). Após a formação o profissional se transforma em um “*instrumento*”. O instrumento é uma ferramenta, uma ferramenta é utilizada por outrem. São vocábulos, por mais despreziosos que possam ser, que exprimem uma preocupação à profissão, ao continuar sendo inconsciência sobre sua funcionalidade ao capital. A cada dia, evidenciam-se que “[...] as estratégias empregadas pelo campo do Serviço Social [...] não foram suficientes para fazer valer a sua visão de mundo legitimada em seu próprio campo na versão final das Diretrizes aprovadas” (RODRIGUES, 2019, p. 216). Essas circunstâncias são resultado da perda do domínio sobre a formação.

Em razão de tudo isso, não se pode chegar à conclusão de que a identidade profissional não se manifeste porque o *habitus* não foi devidamente interiorizado, mas sim que, pela existência de uma liberdade de projetos pedagógicos (proporcionado pelo CNE/MEC), um outro *habitus* foi adquirido e é esse que se expressa na vida cotidiana desses sujeitos. Em nada adianta ter uma identidade profissional – formal – hegemônica se ela não for reafirmada no cotidiano (no campo acadêmico, no exercício). E essa é uma problemática não exclusiva a uma formação específica, tais fragilidades estão presentes tanto em formações presenciais públicas, quanto nas privadas. A correlação entre a teoria, representativa dessa identidade, e a prática devem ser retomadas com urgência, caso contrário, a identidade profissional estará fadada às intempéries do neoconservadorismo.

No que se refere ao **exercício profissional**, emergiram das entrevistas a sua essencial contribuição para a identidade profissional de assistente social. Para as três, que nunca experienciaram a inserção em processos de trabalho para além dos estágios, a prática é apontada como etapa fundamental à identidade e que, em razão de estarem afastadas do campo, sentem dificuldades de se enxergarem como assistentes sociais, ainda que se identificando com a profissão. Esse pensamento se expressa nos relatos: “*Se eu estivesse trabalhando, com certeza, essa identidade profissional ela ia estar ativa. Como estou parada assim, sem fazer nada, como eu posso exercer, agir, trabalhar essa minha identidade profissional?*” (SJT1, 2020, grifo nosso); “*Eu me identifico com a profissão, mas eu ainda não me vejo uma assistente social, porque eu não atuei ainda*” (SJT3, 2020). E a ausência do exercício é até uma causa, apontada pela entrevistada SJT2 (2020), para refletir e expor o que compreende da identidade profissional do Serviço Social: “*Mas assim eu não consigo ainda me ver num campo de trabalho. Eu não*

*consigo te responder, assim. Porque, eu acho que eu teria que ter um pouco de experiência”* (SJT2, 2020). A respeito da prática, Bourdieu (1983) sinaliza:

A prática é, ao mesmo tempo, necessária e relativamente autônoma em relação à situação considerada em sua imediatez pontual, porque **ela é o produto da relação dialética entre uma situação e um *habitus*** – entendido como um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas, que permitem resolver os problemas da mesma forma, e às correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidas por esses resultados. Princípio gerador duravelmente armado de improvisações regradas (*principium importans ordinem ad actum*, como diz a escolástica), o ***habitus* produz práticas que, na medida em que elas tendem a reproduzir as regularidades imanentes às condições objetivas da produção de seu princípio gerador**, mas, ajustando-se às exigências inscritas a título de potencialidades objetivas na situação diretamente afrontada, não se deixam deduzir diretamente nem das condições objetivas, pontualmente definidas como soma de estímulos que podem aparecer como tendo-as desencadeado diretamente, nem das condições que produziram o princípio durável de sua produção: só podemos, portanto, explicar essas práticas se colocarmos em relação a estrutura objetiva que define as condições sociais de produção do *habitus* (que engendrou essas práticas) com as condições do exercício desse *habitus*, isto é, com a conjuntura que, salvo transformação radical, representa um estado particular dessa estrutura. (BOURDIEU, 1983, p. 65, grifo nosso).

A prática não se reduz a uma execução formatada pelas vivências e esquemas de percepções, desse *habitus* produzido durante a academia (um *habitus* que, como fora dito, deve ser durável). Todavia, o autor não negligencia o poder desse *habitus* sobre a prática. A prática, então, é um somatório das circunstâncias onde profissionais são inseridos, do contexto que exige uma mediação. Pode-se relacionar essa concepção da prática ao que foi apontado por Gentili (1997, 2012) sobre as múltiplas representações que incorrem sobre a identidade profissional na prática, uma prática com variadas manifestações. Mesmo sendo um desafio, pela sociedade do capital, pela precarização do trabalho, o exercício da profissão, a sua prática, é rica para a continuidade da identidade, como bem afirmado, para que ela se mantenha “ativa” (SJT1, 2020), pulsante em suas agentes.

A atuação direta na profissão pode dar indícios do quanto a prática é manifestação desse *habitus*, até mesmo em circunstâncias que possam ser vistas como negativas. A exemplo, a participante SJT4 nos traz seu relato sobre uma de suas vivências durante a Residência Multiprofissional em Saúde Pública Hospitalar Materno-Infantil, na qual, em atendimento a uma recém-nascida indígena que teve que ser internada por distrofia muscular, deparou-se com um grande desafio para atender às necessidades da criança e da comunidade indígena a qual

pertencia: “[...] *as coisas me tocavam num grau que eu já não sabia que era a assistente social ou era a SJT4, ainda a gente saiba que é uma coisa só*” (SJT4, 2020, grifo nosso).

Identidade pessoal e profissional, como bem colocado pela participante, não são coisas distintas. Conforme Dubar (2009), as identidades profissionais “[...] são maneiras socialmente reconhecidas para os indivíduos se identificarem uns aos outros, no campo do trabalho e do emprego” (DUBAR, 2009, p. 118). Para tanto, são uma extensão da identidade pessoal. O tempo impresso em uma formação, seja ela para algo entendido como profissão socialmente reconhecida, ou uma ocupação, não diz respeito somente ao acúmulo de saberes inerentes à função, mas também ao somatório das significações sobre si próprio e sobre seu futuro (DUBAR, 2012). Ou seja, para o autor, a identidade profissional não está desvinculada da identidade pessoal do sujeito; ela se torna parte dessa última. A perda de determinada identidade social, como, por exemplo, a identidade profissional, terá repercussões em termos da concepção sobre si e os outros, impelindo os sujeitos a construir uma nova história de vida, novas relações sociais e influenciando a base ou matriz da própria individualidade.

O exercício profissional não é relevante somente para a continuidade do ciclo formativo e da identidade das profissionais, mas é, também, fundamental para o fortalecimento do Serviço Social, da sua imagem social da profissão por meio de suas agentes, como trazido pela SJT4:

*E é a atuação profissional que te permite se ocupar dos espaços, conquistá-los inclusive, e resgatar alguns. [...] Então, não tem outra maneira das pessoas conhecerem a tua atuação e a relevância da profissão se tu não exercê-la.* (SJT4, 2020).

É, assim, por meio da inserção de espaços sócio-ocupacionais, que se pode expandir a identidade formal do Serviço Social contra o que é demandado pelo mercado de trabalho, uma identidade muito similar ao seu passado:

Historicamente a imagem do(a) assistente social esteve associada a um *habitus* profissional, cuja materialização prática se dava pelo arbítrio e autoritarismo empregado no atendimento à população usuária, regulando e controlando seu modo de viver, e ditando arbitrariamente um “código de conduta” alinhado ao direcionamento social proveniente do pensamento tomista desde a gênese profissional. (RODRIGUES, 2019, p. 155).

Mesmo que seja validado o exercício da profissão como algo indispensável para a continuidade e manutenção da identidade, a prática sendo esse resultado do *habitus* profissional e a realidade, há um ponto muito debatido na literatura do Serviço Social que também surgiu

nessa pesquisa de campo, o debate equivocado entre a teoria e a prática trazido, muitas vezes, por assistentes sociais como se tais elementos estivessem em lados antagônicos.

*Que com os livros, a gente aprende, aprende muito, mas a prática, leva à perfeição, né? Pode acontecer de eu saber tudo o que está no livro e chegar na prática, eu não saber o que fazer, entendeu? E, da mesma forma, pode de eu saber mais ou menos do livro, chegar na prática, me tornar uma outra pessoa, saber desenvolver melhor do que aquela pessoa que sabe tudo dos livros, entendeu? (SJT1, 2020).*

Como bem explanado por Ortiz (2010), “[...] o caráter imediatista da ação profissional e sua inserção no cotidiano, engendram na autoimagem do profissional a falsa ideia de que o conhecimento teórico pouco adianta para sua atuação” (ORTIZ, 2010, p. 150). Por ser uma profissão interventiva na sociedade e, por, historicamente, ter sido destinada à execução e não ao planejamento e à construção de conhecimento científico, percebe-se a persistência na oposição entre teoria e prática, na máxima “na prática a teoria é outra”.

[...] por muito tempo a falaciosa perspectiva, de que não era necessária a apreensão teórica para atuar como assistente social, atravessou o Serviço Social, a visão de seus empregadores acerca da profissão e da opinião pública em geral [o que ainda se faz presente], ampliando e ratificando a máxima: “só se aprende na prática”; “na prática, a teoria é outra”; “não precisa estudar muito para ser assistente social”. (ORTIZ, 2010, p. 122, grifo da autora).

É ilusória a compreensão de que exista essa distinção, no que se refere à qualidade profissional, entre aquele que entende mais da prática e aquele que entende melhor da teoria, e vice-versa. O que se espera é que assistentes sociais em exercício utilizem a teoria para fundamentar e potencializar a sua prática, uma prática reflexiva; e de assistentes sociais da academia espera-se que baseiem seus estudos na realidade social para a formação de respostas efetivas. A proposta aqui proferida, sobre a importância do exercício profissional para a identidade profissional, não intenta opor a teoria e a prática, a academia e o “exercício” – aqui acrescentam-se as aspas, em respeito aos pesquisadores da área, que, à sua maneira, exercem a profissão – sem teoria a identidade de uma profissão fica submetida, pura e simplesmente (como já se salientou), à identidade institucional, ou vinculada somente como executores das políticas públicas.

E essa confusão, com relação à identidade profissional e à identidade institucional, transparece em uma outra circunstância que não a dualidade entre teoria e prática, revelando-se no seguinte depoimento: “*Eu não consigo, eu não consegui criar a minha identidade*

*profissional. Eu, por exemplo assim, eu sei qual é a área que eu quero atuar, né? Mas eu ainda não tenho a minha identidade profissional nessa área que eu quero atuar”* (SJT3, 2020).

A identidade advinda do exercício da profissão aqui é vista não como uma extensão do *habitus* incorporado no âmbito universitário, em seu período formativo, mas sim associada a um campo específico de atuação. Certamente, considera-se que, a partir das bases do Serviço Social (Formação, Regulamentação, Código de Ética), enquanto referência, é possível que assistentes sociais construam uma identidade singular (GENTILLI, 1997). Contudo, relacionar a identidade somente ao campo escolhido, ao campo de identificação, pode representar um risco à identidade primeira, já que se estará mais propício a assumir as “[...] demandas institucionais como suas, fazendo da proposta de seu empregador, seu projeto de trabalho.” (ORTIZ, 2010, p. 135), e não as expressões da questão social, que, por sinal, até o momento, esse objeto da profissão foi trazido durante as entrevistas.

A prática, assim, pode ser considerada como o processo extensivo da construção da identidade profissional por ser o espaço onde tal profissional irá adquirir sua identidade profissional singular na interação entre os aspectos formais e os informais da profissão (advindos do mercado de trabalho, da relação com os usuários), mas sem perder de vista a sua criticidade e seu projeto ético-político. Para isso, ressalta-se que, uma vez inserido em um espaço ocupacional, deva cumprir com o imperativo da Educação Permanente, não somente a respeito da matéria específica com a qual lida no cotidiano do trabalho, como, principalmente, em matéria própria do Serviço Social. Essa ferramenta e o contato com o coletivo da profissão são as estratégias, junto ao exercício, para a consolidação da identidade profissional, a qual, ainda que seja um processo contínuo, necessita de um enraizamento para combater a racionalidade neoliberal que está invadindo a profissão.

O **cotidiano** surge como uma categoria inicial, na qual o curso de Serviço Social possa ter alguma interferência nessa vida cotidiana, proporcionando espontaneidade às ações desses indivíduos. Reconhecem-se as dificuldades que somente a entrevista, como instrumento de coleta de dados, pode não ser capaz, por si só, de identificar as questões da cotidianidade, e o quanto o Serviço Social está incorporado na vida cotidiana das entrevistadas em situação de desemprego. Aqui, então, basear-se-á nossa análise somente no que foi trazido por elas.

O cotidiano é mais que uma expressão corriqueira, uma categoria que possui uma teoria própria dentro dos pensadores marxistas. Recorre-se a ela para dar sustentação à análise das categorias iniciais que serão trabalhadas a seguir. Para Heller (2014), o cotidiano, “[...] a vida cotidiana é a vida de todo homem” (HELLER, 2014, p. 31). Trata-se da vida de todos os dias, da produção e reprodução dos indivíduos que qual envolve toda sua individualidade, suas

potencialidades, considerando esse indivíduo ao mesmo tempo na sua particularidade e na sua genericidade; contudo, no cotidiano, o que aparece é o que é singular. A vida cotidiana representa as atividades rotineiras, ausentes de consciência. E o que ultrapassa a reprodução da vida, o atendimento às necessidades imediatas, não pode mais ser considerado como vida cotidiana; considera-se a suspensão do cotidiano. A espontaneidade é uma das características do cotidiano. “O ritmo fixo, a repetição, a rigorosa regularidade da vida cotidiana [que se rompem quando se produz a elevação acima da cotidianidade] não estão absolutamente em contradição com essa espontaneidade; ao contrário implicam-se mutuamente” (HELLER, 2014, p. 47). Essa espontaneidade se relaciona com as motivações em ultrapassar os papéis sociais colocados aos indivíduos.

As entrevistadas não trazem elementos suficientes para se conseguir vislumbrar a existência de uma análise, uma crítica a essa vida cotidiana. Porém, se for baseado em tudo o que se acompanhou até aqui, essa mudança na visão de mundo, nas relações, é atravessada por um processo formativo que formata para execução sem reflexão e proposição. A alteração no modo de olhar parece mais direcionado somente aos usuários, sem o questionamento do modo de produção e da origem das desigualdades. A ação profissional vazia do movimento dialético, mantém a desigualdade no campo da singularidade e o “tentar resolver” perpetua a responsabilização e o isolamento da profissão, já que:

[...] a vinculação da profissão aos direitos, e mais precisamente à sua garantia, pode gerar uma interpretação falaciosa dos reais limites da profissão, tendo em vista que a efetiva garantia de direitos sociais não se circunscreve a uma categoria profissional, mas a alteração do padrão político-econômico de determinada ordem societária. (ORTIZ, 2010, p. 210).

Se a identidade do Serviço Social (lembrando que se trata aqui da identidade hegemônica) atinge ou não a identidade pessoal, e vice-versa, ela não está totalmente clara para algumas das entrevistadas e, quanto mais falha a formação, quanto mais distante do coletivo da profissão e do exercício profissional, mais essa conexão se perde: “[...] *quando eu ainda estava na faculdade era mais **pulsante**, agora não*” (SJT3, 2020, grifo nosso). Tem-se um relato diferente trazido pela entrevistada STJ2 (2020), que aponta caminhos ativos a essa identidade quanto à sua relação comunitária:

*Eu nunca trabalhei, vamos dizer assim, como assistente social, exatamente, não, né? Mas eu me vejo. Eu me vejo em várias situações. Até eu tenho bastante procura aqui no bairro onde eu moro. Teve várias situações de várias pessoas que me procuram, porque sabem... Até mesmo no posto de*

*saúde, já fiz palestras, já falei sobre vários assuntos. Num outro bairro, também que é um bairro de classe baixa. Também, eu vou trabalhar com a Pastoral, em alguns sábados. [...] Assim, nessas situações que eu te disse que eu consigo fazer, consigo ver várias coisas. Buscar vários serviços, sabe? E, e passar, por exemplo, pra pessoas que estão... Eu já fiz isso desde que teve o acidente da Kiss, teve o incêndio da Kiss<sup>41</sup>. Eu ajudei várias pessoas a buscarem seus direitos. Vizinhos que perderam filhos. E tal, sabe? E que não tinham a mínima noção, e não estavam preparados para aquela situação. Eu já fui lá para dentro do Farrezão<sup>42</sup> aquela vez. Já trabalhei com pessoas desabrigadas, com incêndio. Tudo sempre, nunca trabalhando o assistencialismo, mas sempre a garantia dos direitos. Então, eu me vejo bastante, eu me vejo com bastante carga para isso. Sabe? Só é isso, assim, sabe? Só que falta aquela, ainda está faltando alguma coisa ainda... Nas próprias reuniões que a gente faz na Vila Cipriano, junto com a pastoral, também. As pessoas, as mulheres, tem reuniões de grávidas, de gestantes, de mães com crianças de até seis meses. E eu consigo sanar muitas dúvidas. Claro que eu faço em casa uma pesquisa, trabalho. (SJT2, 2020).*

O conhecimento adquirido pela entrevistada atravessa suas relações cotidianas, seu envolvimento comunitário, na busca pelo acesso a direitos dos que participam do seu dia a dia. Aqui não há a titulação de assistente social; no entanto, a proatividade, a criatividade, a criticidade são características desse *habitus* profissional profundamente interiorizado pela entrevistada SJT2. Destaca-se que, em alguma medida, preza pelos princípios fundamentais da profissão, na “[...] ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras” (BRASIL, 1993b, s.p.), ultrapassando um compromisso profissional para um compromisso pessoal. Não se pode classificar suas ações como um trabalho voluntário em Serviço Social, e sim, que os elementos da identidade profissional estão ativos no seu cotidiano, no seu envolvimento com a comunidade, na contribuição através do capital intelectual adquirido durante a formação, uma formação privada, perpassada por problemas em diferentes níveis, porém presencial, que foi permeada por projetos de extensão, pelo envolvimento estudantil e outras atividades fundamentais para que esse *habitus* fosse de fato incorporado por essa entrevistada. Em alguma medida isso se repete em SJT4, a qual percebe os atravessamentos do Serviço Social

<sup>41</sup> A entrevistada se refere a um incêndio ocorrido durante um show dentro da boate *Kiss*, na cidade de Santa Maria/RS, em 27 de janeiro de 2013. A boate era frequentada por jovens universitários, e, na ocasião, ocorria um evento destinado à arrecadação de verba para fins de formatura. 242 jovens vieram a óbito naquela madrugada. O caso envolveu a participação voluntária de muitos profissionais e estudantes para auxílio na assistência às famílias das vítimas. Ainda hoje o caso tramita na justiça.

<sup>42</sup> Farrezão é o nome popular para o Centro Desportivo Municipal Miguel Sevi Viero – CDM de Santa Maria/RS. O local foi utilizado para atendimento das famílias das vítimas. No espaço também ocorreu o reconhecimento dos corpos, bem como o velório das vítimas da tragédia.



*[...] em todos os aspectos da minha vida, nos distanciamentos que são feitos, porque são coisas que tu não toleras mais ouvir. Que tu desenvolves uma percepção crítica, que eu sempre tive, mas que foi potencializada pela formação, com toda a certeza. (SJT4, 2020).*

Não somente isso, mas, em suas atividades informais de trabalho (em setor mais administrativo), demonstra que sua identificação com o Serviço Social permanece viva, pois está em seu olhar, na sua escuta, na assimilação das relações sociais que se fazem presentes. Isso nos certifica da importância de ter tido contato com a prática profissional para intensificar essa identidade que acaba por se expandir até mesmo em atividades não relacionadas ao Serviço Social. Mantêm-se a análise crítica da sociedade e a defesa pelos direitos sociais.

Permeiam, ainda, nessa categoria inicial, os aspectos da vida ordinária que se destinam à relação com o coletivo profissional e à vida pública. Nenhuma das participantes é envolvida ativamente com as organizações da categoria e somente duas delas possuem o cadastro no CRESS (ativo), incluindo aqui a participante com experiência profissional. As demais alegaram dificuldades no contato com o CRESS da 10ª Região. O CRESS possui um núcleo (NUCRESS) em Santa Maria, que se reúne mensalmente para debater assuntos relacionados ao Serviço Social e o cotidiano profissional das assistentes sociais. A sua existência não era de conhecimento de três das entrevistadas.

Os motivos relacionados a esse distanciamento com os grupos representativos da profissão, conforme as entrevistadas, se dão pela ausência de interesse, ora sem quaisquer justificativa: “*Sei lá, eu acho que eu perdi o interesse, perdi o foco*” (SJT2, 2020); ora por não ver as reuniões como espaços potencializadores para a profissão, relatando sua experiência pessoal no período em que frequentava as reuniões: “*Quando eu ia nas reuniões eu não achava que era frutífera, eu achava as discussões repetidas, e não vejo o espaço como capaz de oferecer possibilidades, assim, de ingresso no mercado de trabalho*” (SJT4, 2020). O contato com profissionais da área usualmente se limita aos colegas do período da graduação e mais para divulgação de oportunidades, quando essas surgem. A baixa participação em lugares de debate da categoria indica um afastamento com o *ethos* militante dentro da própria organização da categoria. A pesquisa do CFESS de 2005 já apontava o débil índice de profissionais em atuação e o desemprego vem agravar mais ainda esse caráter tão caro ao projeto ético-político.

As ações do coletivo CFESS/CRESS foram questionadas pelas entrevistadas. Sentem a sua ausência para um direcionamento profissional, de uma proximidade maior com as profissionais, sobretudo as recém-formadas, dando um suporte quanto ao desemprego.

Contudo, percebeu-se um desconhecimento sobre as competências e ações do órgão. E esse desconhecimento se evidencia nas entrevistadas que tiveram sua formação na modalidade semipresencial:

*[...] eles poderiam até dar, nas próprias páginas deles, palestras, né, de motivação, de sugestão, de que caminho a gente tomar. Que a gente se forma assim, a gente dica meio perdida, né? “Que eu vou fazer? Para onde eu vou, sabe?” Para novos mesmo, graduados, assim. Acho que é isso, assim. Dar tipo assim, uma direção, assim, para gente, sabe? (SJT1, 2020).*

*Eu não sei se tem uma lógica. Mas por exemplo, assim. Como eu te falei, né? A gente teria que ter..., para tu conseguires disputar uma vaga tu tens que ter curso, tu tens que ter pós. Eu vou falar da minha parte. Pós-graduação, eu adoraria de fazer, mas... Eu adoraria fazer. Mas, no caso, eu não tenho condições financeiras no momento, né? Então, para essa, para essa turma que só tem a graduação, talvez viabilizar cursos que faz com que tu concorras igualmente num concurso, num processo seletivo. Não sei se isso é lógico, né, se eles poderiam fazer. Talvez uma capacitação. Não sei se compete aos Conselhos fazerem, né? (SJT3, 2020).*

Estudantes da educação à distância se encontram isolados do próprio ambiente do Serviço Social; além de terem uma deficiência com relação ao ensino, ficam afastadas dos circuitos onde perpassam os/as profissionais, como os eventos, os grupos de pesquisa, as reuniões, entre outros. Essa circunstância é advinda dessa massificação do acesso à universidade, a produção em larga escala de profissionais em resposta apenas à lucratividade e às demandas do mercado de trabalho, assim, seus

*[...] desdobramentos envolvem um processo de despolitização da categoria, decorrentes ainda, do isolamento do processo de ensino envolvido no EAD e falta de experiências estudantis coletivas na vida universitária. (IAMAMOTO, 2015, p. 441).*

O CRESS é um órgão que objetiva “[...] orientar, fiscalizar, disciplinar e defender o exercício da profissão do assistente social, em todo o território nacional, conforme os princípios e normas estabelecidos pelo Encontro Nacional CFESS/CRESS” (CFESS, 2005b). Diante do expressivo contingente profissional e, em situação de desemprego, essa deve ser, sim, uma pauta a ser trabalhada pelo Conselho. O desemprego afeta a vinculação ao CRESS e até a inadimplência. Outra questão é que uma maior proximidade com os/as bacharéis, os quais se formam em grande número no EAD, pode ser estratégia fundamental para a revogação da identidade profissional hegemônica.

Isso se faz urgente, pois, eventualmente, essas profissionais estarão no campo de trabalho. Porém, a despolitização e o isolamento é algo que não se resume ao EAD (IAMAMOTO, 2015). Esses sintomas afetam as formações presenciais. O Conjunto CFESS/CRESS deve estar sensível a essas demandas, estando o CRESS ativo ou não. Cursos de aperfeiçoamento são ofertados, anualmente, pelas regionais, em suas sedes, seccionais e núcleos, mas possuem como prioridade os ativos. Deve-se equilibrar a balança, auxiliando para que bacharéis transitem para o *status* de assistentes sociais. É fato que o aperfeiçoamento não se destina à empregabilidade, mas sim ao compromisso com a qualidade profissional do usuário; todavia, é uma forma de auxiliar no desemprego, proporcionando uma manutenção da identidade da profissão.

Avançando, as participantes da pesquisa se mostram distantes de qualquer tipo de envolvimento com a esfera política: “*Procuro não me envolver, sou bem neutra, assim*” (SJT1, 2020, grifo nosso); “*Nenhuma filiação. Só aversão ao cenário atual, de comando, de governo só*” (SJT4, 2020, grifo nosso). A segunda associou diretamente ao envolvimento com partidos políticos, o que não é uma cobrança ao Serviço Social. Ressalta-se que, independentemente de ser ou não assistente social, o engajamento político deveria ser uma pauta de todo ser humano, seja através da participação no controle social, na fiscalização, nos movimentos populares. Contudo, a sociabilidade neoliberal engendra uma conformidade, uma apatia alienante, limitadora da suspensão do cotidiano, até mesmo para um curso que se propõe a ser crítico ao sistema.

É assim que a vida cotidiana é também o espaço da mediocridade. Os gestos comuns, a uniformidade, a padronização dos desejos e necessidades reificados, fetichizados e controlados reproduzem, a todo momento, opressores e oprimidos, determinando, através da massificação comportamentos acrílicos e acrônicos. Alguns valores presentes no mundo moderno capitalista – individualismo, neutralidade, competição – reforçam a mediocridade, deixando as grandes decisões políticas, econômicas, culturais, existenciais e mesmo espirituais ao sabor dos agentes mandantes. É através da mediocridade que o cotidiano se normaliza ao gosto das classes dominantes. (CARVALHO, 2012, p. 41-42).

O atual projeto profissional do Serviço Social convida às agentes a se colocarem em um espectro político (não em um sentido partidário) e em uma visão de mundo que é incompatível com a ordem neoliberal. O compromisso esvaziado e superficial que muitas vezes se apresenta é, sim, fruto de um processo formativo descaracterizado, atacado pelo sistema bancário da educação (vista como uma mercadoria). Essa é uma discussão que deve ser feita pelo coletivo profissional, afastado de uma culpabilização dos indivíduos. No entanto, um dilema se

apresenta: não há como cobrar uma manutenção ativa da identidade profissional, em seu cotidiano, quanto esses são afligidos pelo desemprego. É um dilema, pois a educação permanente, a atualização de seus conhecimentos são exigências inquestionáveis; porém, é linha tênue entre a urgência da capacitação e a capacitação destinada à empregabilidade, à responsabilização dos indivíduos em se tornarem empregáveis. Assistentes sociais devem ser vistos como são, pertencentes à classe trabalhadora, que trabalham com as refrações da questão social, mas que também são afetados por elas. Como uma classe que ora vive por meio do trabalho, ora uma classe que vive a situação do desemprego.

#### 4.3 O MUNDO DO TRABALHO E AS ASSISTENTES SOCIAIS

Seguindo a ordem das categorias elencadas, dentro da categoria intermediária **mundo do trabalho** encontram-se as categorias iniciais **mercado de trabalho** e **desemprego**. O mundo do trabalho e sua organização são componentes que refletem na formação de uma identidade profissional e por essa razão estão presentes nesta análise. Quanto a essa categoria intermediária, as percepções das entrevistadas acerca da situação do desemprego perpassavam as condições postas pelo mercado de trabalho do Serviço Social – em particular pelas experiências vivenciadas em Santa Maria/RS – e as expectativas profissionais das assistentes sociais, no que tange às esperanças e frustrações encontradas após a formação. O mundo do trabalho e sua organização são componentes que refletem na formação de uma identidade profissional, por essa razão ela está presente nesta análise. Soma-se às decorrências do **desemprego**, o aspecto emocional, em que trouxeram suas concepções de trabalho, assim como o sofrimento causado pelas incertezas do desemprego e do desapontamento em não exercerem a profissão.

Quadro 10 – Distribuição da categoria intermediária: mundo do trabalho

Categorias iniciais	Categoria intermediária	Categoria final
Mercado de trabalho Desemprego	Mundo do trabalho	Identidade

Fonte: A autora (2021).

A categoria intermediária **mundo de trabalho** representa uma lupa sobre a realidade das profissionais entrevistadas no que diz respeito ao desemprego na cidade de Santa Maria/RS. Apresentando a formatação do mercado de trabalho, os sentimentos das profissionais quanto ao

contato com esse mercado, assim como as expectativas dessas profissionais antes e após a formação. O mercado de trabalho é um componente fundamental à compreensão da identidade de uma profissão, através da percepção do confronto entre a identidade demandada – muito relacionada à imagem da profissão – e a identidade formal. Sua organização, nesse caso, a base neoliberal, tem rebatimentos tanto nos requisitos de seleção, quanto nos espaços sócio-ocupacionais e, sobretudo, na formação acadêmica, que (visto a mercadorização da educação), cada vez mais, se adequa para atender suas solicitações.

Em primeiro, quanto à categoria inicial, **mercado de trabalho**, identificam-se dois aspectos destacados através dos depoimentos das entrevistadas, eles se referem a: formas de inserção no mercado de trabalho, sinalizando as particularidades do município em questão; as características desse mercado; e as expectativas alimentadas quanto ao seu ingresso. Quanto às formas de inserção, as entrevistadas SJT1, SJT3 e SJT4, fazem um “mapeamento” dos espaços que demandam profissionais de Serviço Social: “*Eu acho que mais assim é para nossa área mesmo assim, é só **concurso** mesmo. [...] Aí são poucas as oportunidades, assim, que eu vejo. A maioria dos lugares que precisam já tem um ou dois funcionários, né?*” (SJT1, 2020, grifo nosso).

*O que eu entendo para tu conseguires uma vaga ou são **clínicas particulares**, né? Que no caso aqui na minha cidade têm poucas. Ou **concurso público**, né? Se tu vais parar para pensar, se de repente no concurso público, nível regional ou nacional, tu saís da tua cidade, tu saís da tua zona de conforto. [...] só com uma graduação, tem também as provas de títulos, né? Porque, só com a graduação eu já estou lá para o final da fila também.* (SJT3, 2020, grifo nosso).

*[...] eu acho que, assim olha, o cenário é esse, ou concurso, ou indicação. O concurso depende, exclusivamente, do candidato. Sinto muito, a verdade é essa. Da sorte que você tenha uma situação econômica que te permita te dedicar aos estudos, ou que consigas trabalhar e estudar. Fazer as duas coisas junto. É teu esforço e desempenho pro processo de seleção.* (SJT4, 2020).

O sentimento de impotência diante de um ordenamento social difícil de romper leva à aceitação, por profissionais, das circunstâncias que lhes são impostas. A realidade que se coloca é cruel e inacessível a todos e todas as assistentes sociais que se formam e pretendem dar seguimento à profissão através do seu exercício. Em um estudo sobre a situação mercadológica do Serviço Social no Rio Grande do Sul, quanto ao perfil profissional requisitado, Maciel *et al.* (2019), através de um levantamento das vagas ofertadas no Estado, constata uma distinção entre as organizações demandantes desses profissionais. Enquanto, na região metropolitana de Porto

Alegre, as organizações privadas são as que mais ofertam vagas, no interior do Estado as organizações públicas permanecem como as mais demandantes (MACIEL *et al.*, 2019), como é o caso de Santa Maria/RS. O último concurso público realizado foi em 2017 (SANTA MARIA, 2019)<sup>43</sup> e terá validade até final de 2021. Como ainda recorrente, a carga horária estipulada é de 40 horas (incompatível com a Lei das 30 horas), com remuneração de 2.720,81, baixo, se comparado ao piso proposto pelo PL 2 693/2020 (BRASIL, 2020).

Além dos poucos espaços ocupacionais, uma outra dificuldade se apresenta ao “concurseiro” (como aquele que intenta seguir uma carreira pública): outras oportunidades podem surgir em outros municípios e a possibilidade de deslocamento não é algo viável a todos. Soma-se a isso a existência de editais que, para além das provas objetivas/discursivas, tem a prova de títulos. Três das quatro entrevistadas não possuem experiência na área e nem uma formação além da graduação. Qualificação profissional não é sinônimo de empregabilidade e, em um mercado competitivo, o diploma de graduação é insuficiente. Em Santa Maria/RS, através de uma consulta ao sítio da UFSM ([2020?]), único curso presencial, não existem especializações *lato sensu* em matéria de Serviço Social (somente a residência multiprofissional). Assim como, por se tratar de um curso novo, aproximadamente 10 anos, não há um PPG, nem com Mestrado e nem com Doutorado. Aquele/a profissional que queira uma educação permanente, deverá procurar em outras áreas (ou na Residência Multiprofissional) ou em especializações à distância, onde se recai na questão da qualidade da formação oferecida e no aspecto do investimento financeiro, custo significativo para uma pessoa desempregada.

O mercado de trabalho em Santa Maria é apontado como fechado e acessado por meio de indicações: “*Eu acho que é o tal do ‘meu peixe’.* *Eu acho que é muito a questão da **indicação** [...] olha **quantas assistentes sociais** tem aqui na cidade, né? É mais eu acho mais difícil para mim que não conheço ninguém do que ‘para você que é amiga de fulana de tal’” (SJT1, 2020, grifo nosso); “[...] porque Santa Maria é um lugar difícil para o emprego. Aqui concurso ou indicação” (SJT4, 2020). A entrevistada SJT4 traz, como exemplo, um processo seletivo no qual participou, em que considerou a possibilidade de ter havido “cartas marcadas” entre os/as candidatos/as, sentindo-se injustiçada pelo fato de ter a qualificação necessária:*

*[...] eu fui participar de uma seleção aqui do Hospital Regional de Santa Maria, onde duas pessoas já tinham Pós hospitalar, assistente social. E as duas pessoas que passaram, uma não tinha a especialização hospitalar e a outra não estava lá na seleção.* (SJT4, 2020).

---

<sup>43</sup> Ao final de 2019, o concurso teve sua validade prorrogada por mais dois anos, conforme Edital nº 162/2019-SMG.

A recorrência do “QI” (quem indica) é um entrave à publicização de vagas, sobretudo na esfera privada, sendo mais um obstáculo aos/às profissionais que não possuem uma ampla relação com pessoas influentes, da área ou não. Sabe-se, ainda, que há um crescente exponencial de assistentes sociais concluintes a cada ano, fruto da expansão dos cursos privados e, sobretudo, da Educação à Distância.

[...] no âmbito da política de educação superior, de massificação do acesso ao ensino na área, conjugado à oferta do mesmo de modo à distância, o que não só aligeirou a formação, como desqualificou o espaço do ensino, contribuindo para ampliar o contingente profissional, esvaziando a capacidade representativa da profissão junto ao órgão regulador da política de educação superior e, principalmente, colocando em xeque a hegemonia da profissão com a emergência de perfis, práticas e fundamentos distintos. (MACIEL *et al.*, 2019, p. 5).

Essa massificação do ensino, conseqüente massificação do contingente profissional, contribui para o aumento do desemprego, vista a disparidade entre demanda e oferta de espaços de trabalho. O Censo da Educação Superior de 2018 (INEP, 2019a) indica um total de 37.962 cursos de Serviço Social sendo ofertados no Brasil, com um total de 1.264.288 concluintes ao ano. Não há espaço para absorção de todos/as esses/as profissionais que se formam anualmente e essa demanda exacerbada contribui para a perpetuação da lógica neoliberal de individualismo, competitividade dentro de uma profissão que preza pelo coletivo. Dessa forma, “[...] as pessoas são, individualmente, responsabilizadas, por uma situação econômica adversa e injusta” (GUARESCHI, 2001, p. 150); e o real problema, gerado pelo sistema de produção capitalista, permanece oculto.

Como particularidade do município, tem-se a demanda por práticas conservadoras de caráter seletivas, de ajuda, na descaracterização de direitos, conforme apontado pela entrevistada: “*Eu acho que ela (a cidade) é mais... trabalha muito a questão do assistencialismo, sabe? E deixando às vezes, por muitas vezes, o que é direito de lado, trabalhando muito esse lado assistencialista*” (SJT2, 2020). Tal declaração é afirmada por outra produção acadêmica, proveniente dos estudos realizados pelo grupo de pesquisa da professora doutora Ana Lúcia Maciel (MACIEL *et al.*, 2019), do perfil profissional solicitado pelo mercado de trabalho (público e privado), destacando-se a ausência de conhecimento sobre a identidade da profissão, suas competências e atribuições privativas. Requisita-se do profissional, durante a etapa de seleção, funções relacionadas a outras profissões, ou, sobretudo, ações relativas ao início da profissão, “[...] expressas nas terminologias: inquérito, diagnóstico,

tratamento, intervenção psicossocial, atendimento terapêutico” (MACIEL *et al.*, 2019, p. 9). As confusões relacionadas à identidade da profissão não são resultantes apenas do conflito interno, mas também do contexto social que cria as condições ao retorno do conservadorismo.

Sabe-se, ainda, que o campo de trabalho com maior incidência ao Serviço Social é na atuação junto às políticas públicas, que teve sua época de maior investimento durante os governos petistas. Contudo, a partir do Governo Temer e a retomada das reformas de retração dos direitos, como os trabalhistas, e cortes nos investimentos públicos, os espaços de trabalho dos assistentes sociais vêm diminuindo na mesma medida em que a população em situação de vulnerabilidade vem aumentando. Enquanto as expressões da questão social se acirram, contraditoriamente, os espaços de trabalho dos assistentes sociais diminuem, tendo que procurar em outras áreas formas de proporcionarem sua sobrevivência: “[...] a **demanda do Assistente Social no mercado de trabalho é muito pequena. Muito pequena. A maioria do pessoal que estudou, que fez a graduação comigo está trabalhando em outras áreas**” (SJT2, 2020, grifo nosso).

A urgência e a necessidade em corresponder ao diploma e realizar o sonho da atuação profissional, do exercício profissional, deixam os profissionais sucessíveis a ingressarem no mercado na forma do voluntariado. A entrevistada SJT1 (2020) relatou, durante a pesquisa, uma “oportunidade” que se efetivará no pós-pandemia, onde atuará como assistente social em um projeto de criação de uma Casa Lar para crianças e adolescentes em situação de acolhimento, um projeto advindo de conhecidos da instituição religiosa que frequenta. A promessa é de, após a vinculação com a Prefeitura Municipal, ser contratada e remunerada: “*Aí no início é de voluntário, mas só de eu trabalhar de voluntário, eu já estou feliz, sabe?*” (SJT1, 2020, grifo nosso).

O voluntariado é prática recorrente no Terceiro Setor, espaço articulado pela sociedade civil que passa a “atender” às demandas da sociedade que são de responsabilidade do Estado (cada vez mais mínimo), em qualquer vertente da política social, seja ela saúde ou assistência social, a teoria deve ser a bússola para o enfrentamento da questão social e não o voluntariado (VASCONCELOS, 2009). O voluntariado resgata práticas iniciais do Serviço Social, práticas de cunho caritativo e filantrópico, comprometendo o direito dos usuários atendidos e contribuindo para a desvalorização da profissão (e desamparo ao profissional quanto aos direitos trabalhistas). E esse é um fator não questionado pela entrevistada. O mercado de trabalho, por meio da responsabilização da classe trabalhadora em se manter empregável – como um produto desejável –, oprime, aliena e torna as agentes de uma profissão que critica o



sistema, parte das engrenagens de funcionamento, entorpecidas por essa razão neoliberal que domina todos os espaços e se instaura em suas subjetividades.

Dentro da temática mercado de trabalho, o fator da expectativa profissional foi algo evidenciado pelas pesquisadas. Em seus relatos todas demonstraram a expectativa principal de inserção em um espaço ocupacional após a conclusão da graduação. São retratadas nos depoimentos: “*E tu se forma, tu queres trabalhar, né?*” (SJT1, 2020); “[...] *eu tive muita expectativa assim, em terminar o curso e já alcançar um, um, alcançar um trabalho*” (SJT2, 2020); “*Vou te dizer como é que era a minha visão: me formar e me encaixar em um lugar onde eu poderia ser útil, sabe?*” (SJT3, 2020).

A formação profissional, no sentido da qualificação da força de trabalho, denota uma ideia de aumento das condições de empregabilidade, aumento das chances de contratação, de melhores condições e remunerações. A origem desse pensamento parte da Teoria do Capital Humano, na década de 60, como uma teoria que relaciona a capacitação do trabalho humano ao aumento da produtividade, com ganhos ao empregador, e, por consequência, ao/a trabalhador/a. Essa teoria foi retomada com a entrada do neoliberalismo responsabilizando os sujeitos pelos níveis desiguais de salário e de oportunidades, contribuindo com a competitividade (CATTANI, 2012). Uma das críticas à teoria é que “[...] o sistema educacional apenas responde às demandas individuais, não tendo como atribuição promover a igualdade de oportunidades” (CATTANI, 2012, s.p.). Dessa forma, a entrada na Educação Superior não garante a inserção “natural” no mercado de trabalho, nem a conquista do reconhecimento do investimento educacional.

Ultrapassando a projeção de conquista de um espaço no mercado de trabalho, um outro ponto quanto às expectativas colocadas pelas entrevistadas foi trazido pela entrevistada SJT2 (2020), e diz respeito à condição desse espaço ocupacional e ao direcionamento e sentido desse trabalho:

*Eu quero fazer a diferença na sociedade, para a sociedade, e não só para mim. Se for para eu trabalhar atrás de um balcão, atrás de uma mesa, atrás de um computador, assinando papeis ou então participando de reuniões que não me levam a nada... Então, eu digo sempre assim ó que eu não quero, por exemplo, fazer um concurso e ter que entrar no sistema. (SJT2, 2020, grifo nosso).*

Para a entrevistada, a entrada no mercado de trabalho representa uma contribuição para a sociedade, legitimada pela sua motivação de escolha profissional, como já apresentado. Com base nas experiências vivenciadas nos campos de estágio, rejeita o *modus operandi* do mercado

de trabalho, que demanda um profissional que contribui para a manutenção do sistema capitalista, um sistema criador de desigualdades. Essa é uma realidade posta à profissional nos espaços ocupacionais, e a ela cabe, com o seu crivo crítico – amparado na apropriação teórico-metodológica, técnico-operativa e comprometido com o projeto ético-político – realizar a mediação entre as demandas institucionais e as demandas da classe trabalhadora. Entretanto, faz-se necessária uma leitura e uma compreensão da condição de assalariamento:

Ainda que os profissionais disponham, no mercado de trabalho, de uma relativa autonomia na condução de suas atividades, os empregadores articulam um conjunto de condições que informam o processamento da ação e condicionam a possibilidade de realização dos resultados projetados, estabelecendo as condições sociais em que ocorre a materialização do projeto profissional em espaços ocupacionais específicos. (IAMAMOTO, 2015, p. 219).

Por fim, essa realidade, que, no caso das entrevistadas, as afeta pela baixa incorporação de profissionais no mercado de trabalho, é um dos fatores que abalam a relação das profissionais com a sua profissão: “*Eu amo o Serviço Social, mas não adianta amar se tu não consegues trabalhar*” (SJT2, 2020, grifo nosso). A quebra dessa expectativa pode acarretar sentimentos como frustração, os quais podem comprometer a visão do sujeito quanto à sua profissão, sem, contudo, se ter o questionamento do tipo de sociedade que é a verdadeira responsável por essas frustrações. Essas e outras questões são trabalhadas na categoria inicial **desemprego**, verificável no decorrer do texto.

O **desemprego** se apresenta como a segunda categoria inicial do **mundo do trabalho**. Tanto essa, quanto a categoria anterior, tiveram um destaque teórico no Capítulo 3 deste estudo. Contudo, aqui, como nas demais categorias analisadas, dar-se-á ênfase às compreensões trazidas pelas entrevistadas. Diante da situação de desemprego torna-se relevante interpretar a importância e o significado da palavra “trabalho” para as entrevistadas, para, até mesmo, não se se prendendo ao simples binômio emprego/desemprego. Da mesma maneira, emerge do instrumento o sofrimento gerado por sua condição, não somente de desempregada, mas de uma diplomada que não consegue exercer a profissão.

A partir das concepções de trabalho trazidas pelas entrevistadas é possível perceber a relação feita com a independência, sobretudo financeira, sua ligação com os aspectos subjetivos quanto à participação do trabalho na identidade do sujeito, na sua autoestima. Até a sua importância para a manutenção da saúde mental, considerando a involuntária situação de desemprego. Tais significações aparecem nos relatos de SJT1 e de SJT3:

*Mas eu sinto falta de ganhar a **minha renda**, sabe? Ah, recebi, quero comprar aquela roupa eu compro, sabe? Sem, sem pedir para ninguém, entendeu? É independência, é **independência**. Liberdade. Liberdade, o trabalho. (SJT1, 2020, grifo nosso).*

*O trabalho, para mim ele significa a identidade da pessoa. [...] é a tua autoestima, entendeu? O trabalho ele te, ele mantém a tua saúde mental, né? Porque tu te sentes bem trabalhando, porque tu tens possibilidades, porque tu tens o teu dinheiro, né? (SJT3, 2020).*

Christophe Dejours (1992, 1999, 2004) é um autor que, ao conceituar trabalho, o relaciona à subjetividade daquele que trabalha, ultrapassando a mera ação de trabalhar, a mera repetição de atos (manuais ou intelectuais); o trabalho engloba a personalidade dos sujeitos. Como apontado pela entrevistada SJT3, o trabalho participa da construção da identidade individual, da relação com os demais dentro da sociedade, para além de trocas econômicas, trocas afetivas (HELOANI; LANCMAN, 2004). Para tanto:

O trabalho sempre coloca à prova a subjetividade, da qual esta última sai acrescentada, enaltecida, ou ao contrário, diminuída, mortificada. Trabalhar constitui, para a subjetividade, uma provação que a transforma. Trabalhar não é somente produzir; é, também, transformar a si mesmo e, no melhor dos casos, é uma ocasião oferecida à subjetividade para se testar, até mesmo para se realizar. (DEJOURS, 2004, p. 30).

Para além do mote subjetivo, fator financeiro, apontado pelas entrevistadas, é algo relevante se se recordar a posição da mulher na sociedade, na divisão sexual do trabalho, no qual as atividades femininas, de acordo com a tradição, estavam restritas à vida doméstica, ao cuidado, ao passo que as atividades relacionadas à produção social, referentes ao ambiente público, eram atividades destinadas aos homens (HOLZMANN, 2012). Para essas mulheres, a independência financeira, a possibilidades de traçar projetos futuros, de ter uma rotina fora do campo doméstico é algo fundamental e completamente interligado a sua significação sobre o que, para elas, representa trabalho. A participante SJT4 relaciona o trabalho com a utilidade, com a prestação de serviços ao próximo:

*Eu sou um pouco prática, né?! Então eu diria que estar trabalhando me faz sentir útil, mas é muito mais amplo que isso, né?! Porque é uma prestação de serviços, então, de habilidades, de intelectualidade, enfim, de dons que você oferece pra outra pessoa. (SJT4, 2020).*

Uma conceituação que se mostra próxima à transformação do trabalho dentro da sociedade capitalista, a força de trabalho como um serviço, pois, ainda que demonstre a intenção de contribuir com a sociedade, o trabalho só é visto como trabalho na relação mercadológica. E esse aspecto reverbera sobre a identidade de assistente social, uma identidade fundida com a identidade neoliberal.

Dentre os posicionamentos trazidos durante as entrevistas um relato sobre a importância do trabalho se destaca, ao apresentar similaridades com a definição de trabalho construída por Marx (2017). A entrevistada SJT2, enfatizou, veementemente, sua impossibilidade de trabalhar em qualquer atividade da qual não pudesse ter o controle da ação, quando diz que “[...] *não vou me sentir satisfeita de ir, de fazer um, de fazer somente um concurso, ou um processo e ficar lá e ter que fazer algumas coisas que não são elaboradas por mim, pensadas por mim*” (SJT2, 2020, grifo nosso). Expressa sua necessidade em ter no “produto” de sua atividade, parte de si mesma. Ultrapassa o sentido cultural e valorativo (econômico) do trabalho, porém, imprimindo um caráter político “[...] *eu vou trabalhar porque eu quero melhorar a sociedade*” (SJT2, 2020, grifo nosso). É um ponto fora da curva do que se tem sido trazido pelas entrevistadas; todavia, deve-se ter o cuidado de não cair na armadilha do messianismo, imputando à profissão e ao profissional a responsabilidade total pela transformação da sociedade. Ao contrário, tem-se que compreender a sociedade capitalista, assumindo a condição de relativa autonomia inerente à profissão, que está sujeita ao assalariamento, sendo classe trabalhadora assim como o público-alvo ao qual se destina o seu compromisso ético-político.

Ainda dentro do aspecto do desemprego, outra questão manifesta dentre os elementos trazidos pelas pesquisadas é o sofrimento, especialmente quanto à não atuação como assistente social. A frustração, gerada pela falta de oportunidades, provoca, por vezes, o questionamento quanto à escolha da profissão. Que pode ser percebida na incerteza apresentada na seguinte colocação: “*Mas, se eu pudesse voltar um tempo atrás, não sei se eu faria, novamente, o Serviço Social*” (SJT1, 2020, grifo nosso). Sobre sua condição de desemprego, a entrevistada SJT1 expressa sentimentos relacionados à estresse, inutilidade, aos aspectos negativos de não ter a rotina provocada pelo trabalho: “*Me assusta*” (SJT1, 2020, grifo nosso); “*É muito ruim você não trabalhar, você não ter uma ocupação, sabe? De você acordar todo dia, ter que se arrumar*” (SJT1, 2020, grifo nosso); “*A gente se sente inútil*” (SJT1, 2020, grifo nosso).

O sofrimento é uma categoria amplamente estudada pela Psicodinâmica do Trabalho<sup>44</sup>. Segundo Dejours (1999), o trabalho é elemento que provoca decorrências profundas no sofrimento, e pode, por vezes, agir de modo negativo, ou de modo positivo, transformando-o em prazer, afirmando que ter um trabalho pode contribuir mais para a saúde mental do que o não-trabalho. “Em certas condições, emerge um sofrimento que pode ser atribuído ao choque entre uma história individual, portadora de projeto, de esperanças e de desejos, e uma organização do trabalho que os ignora” (DEJOURS, 1992, p. 133). Neste caso, o choque se dá não dentro da situação de trabalho, mas sim pela ausência do trabalho.

Ao tratar sobre a banalização da injustiça, interligada ao sistema produtivo vigente, Dejours (1999) inclui às manifestações da injustiça o próprio desemprego, que não é reconhecido pela sociedade em geral, por não ser, muitas vezes, pauta de manifestação coletiva. “Quem não consegue empregar-se (desempregado primário) ou reempregar-se (desempregado crônico) e passa pelo processo de dessocialização progressivo, sofre. É sabido que esse processo leva à doença mental ou física, pois ataca os alicerces da identidade” (DEJOURS, 1999, p. 18). Como é banalizado, tanto o desemprego como os/as desempregados/as são invisibilizados/as em suas pautas e em seu sofrimento. Na literatura, surgem diversos estudos sobre a precarização do trabalho, a exemplo, o teletrabalho, questões, de fato, importantes; contudo, o desemprego, em si, e a população que é afetada diretamente por esse “mal” não têm o mesmo protagonismo. Isso pode ser visto dentro do Serviço Social, através do levantamento inicial das pesquisas acadêmicas sobre o tema identidade e desemprego.

Trabalho e sofrimento estão associados à noção de saúde. Dejours (1986) determina três aspectos a serem considerados para se pensar saúde: o aspecto fisiológico, o psicossomático e o psicopatológico do trabalho. Considera esse último, assim tanto o trabalho tem potencial fator de perigo, sendo promotor do sofrimento, como também o não-trabalho, visto poder ser catalizador de doenças decorrentes da ausência de atividades (DEJOURS, 1986). Chega à conclusão que a saúde envolve sim, o bem-estar físico, psíquico e social. No entanto, em uma compreensão mais ampla: o primeiro consiste na liberdade de suprir e guiar as necessidades do organismo (corpo); o segundo, relaciona-se à liberdade de dispor da própria vida; o terceiro, o

---

<sup>44</sup> É um método que deriva da Psicopatologia do Trabalho, unindo a intervenção à pesquisa. Por isso sendo considerada uma clínica do trabalho. Tem por objetivo “[...] compreender os aspectos psíquicos e subjetivos que são mobilizados a partir das relações e da organização do trabalho. Busca estudar os aspectos menos visíveis que são vivenciados/as pelos/as trabalhadores/as ao longo do processo produtivo, tais como: mecanismos de cooperação, reconhecimento, sofrimento, mobilização da inteligência, vontade e motivação e estratégias defensivas que se desenvolvem e se estabelecem a partir das situações de trabalho” (HELOANI; LANCMAN, 2004, p. 82), sendo Christophe Dejours o autor mais influente.

bem estar social, “[...] é a liberdade de se agir individual e coletivamente sobre a organização do trabalho, ou seja, sobre o conteúdo do trabalho, a divisão das tarefas, a divisão dos homens e as relações que mantêm entre si” (DEJOURS, 1986, p. 11). E, por que não dizer, a liberdade de se ter um trabalho?

O sofrimento psíquico é uma questão que se repete no relato da entrevistada SJT3: “*Me sinto muito triste, muito frustrada, sabe? E sem perspectiva*” (SJT3, 2020, grifo nosso). O sofrimento é uma dimensão subjetiva que não é reconhecida. As repercussões do desemprego, da impossibilidade de se exercer a profissão escolhida, expressas através dos sentimentos, são naturalizadas e tratadas com indiferença. Essa indiferença ocorre também com aqueles/as que trabalham e sofrem dentro da organização do trabalho, e a aceitação social sobre esse sofrimento no trabalho se apresenta como um fator impeditivo do reconhecimento àqueles/as que sofrem pelo não-trabalho (DEJOURS, 1999). Além do sofrimento psicológico expresso em emoções como inutilidade, frustração, receio, tem-se o sofrimento causado pela sensação de distanciamento da profissão, de esfacelamento do conhecimento adquirido:

*Mas assim, também eu fico pensando, que eu estou perdendo muita coisa, sabe? E querendo ou não, a gente vai se afastando, sabe? Vai se afastando. [...] Eu já perdi assim, até os termos técnicos de falar. [...] Então, eu sinto... estou perdendo muitas coisas, não em termos financeiros, mas em termos de aprendizado. (SJT2, 2020, grifo nosso).*

A entrevistada SJT2 (2020) chama atenção para a perda dos termos técnicos, ou seja, o que se pode considerar como a linguagem própria do Serviço Social. O que a participante traz como prejudicial é a desconexão com o Serviço Social, remetendo ao enfraquecimento do *habitus* profissional por não estar envolvida com aos eventos, com os espaços de discussão, com a rotina do trabalho como assistente social. Que, ainda que esteja condicionado às limitações do assalariamento, permite a reafirmação diária da profissão ao assistente social.

O sujeito afetado pelo sofrimento acaba, como forma de estratégia de defesa<sup>45</sup>, se alienando de sua situação para amenizar as dores da quebra do anseio em exercer sua profissão como identificado na sentença: “*Às vezes eu nem paro pra pensar muito porque eu fico triste*” (SJT3, 2020, grifo nosso). Essa alienação individual, e por que não, coletiva, é produto, além disso, do medo do desemprego, que acaba por impedir a união e mobilização dos/as

---

<sup>45</sup> Estratégia de defesa é um outro ponto abordado pela Psicodinâmica do Trabalho. Está voltada para as estratégias que buscam minimizar o sofrimento sentido no cotidiano do trabalho; contudo, existem estudos, como o realizado por Oliveira e Mendes (2014), que se destinam a identificar tais estratégias elaboradas pelos/as desempregados/as no enfrentamento ao sofrimento.

trabalhadores/as empregados/as e dos desempregados/as e a injustiça social permanece sendo naturalizada.

Trabalho, assim, perpassa: as condições mercadológicas postas por um sistema que provoca e sustenta a desigualdade; pelas expectativas criadas pelos/as profissionais e sua prova ao encarar a realidade desse mercado de trabalho; o próprio entendimento do que é trabalho, que, muitas vezes não é pensamento amplamente reflexivo e crítico sobre sua formação na sociedade sob moldes capitalistas; e, além disso, a saúde, os sentimentos, o isolamento e a identidade pessoal e profissional dos sujeitos afetados pelo desemprego.

Essa pesquisa buscou respeitar todas os direcionamentos propostos pelas escolhas metodológicas, cumprindo com os rigores e etapas do método de análise de conteúdo. Mesmo não sendo um desvio à proposta da Análise de Conteúdo em Moraes (1999), sentiu-se o ímpeto de trazer na íntegra a última questão qualitativa presente no roteiro de entrevista, sobretudo as respostas trazidas pelas entrevistadas. Trata-se da seguinte questão: “Como se sentiu ao falar sobre identidade profissional e desemprego na entrevista?”. O surgimento da questão partiu da entrevista piloto, onde foi percebida a dificuldade encontrada ao abordar o tema identidade, considerando, ainda, as implicações subjetivas ao tratar tanto sobre identidade, quanto sobre desemprego. Intentava-se abrir um espaço total para os sentimentos das entrevistadas, para externar e verificar, de fato, os riscos e benefícios explicitados no TCLE.

No decorrer da escrita/leitura, afirmou-se e reafirmou-se a complexidade do tema escolhido, uma complexidade que ultrapassa a literatura, pois é algo vivenciado diariamente por pessoas reais, independente dos percalços, do enviesamento encontrado no interior da identidade profissional, independente da consciência ou não de classe, é uma categoria profissional que é classe trabalhadora. As entrevistadas SJT1 e SJT2 trazem colocações que mostram a dualidade de emoções e demandas postas ao serem convidadas a pensarem sobre identidade profissional e, também, sobre o não exercício e desemprego:

*Eu me senti **confusa**. Me senti, **questionadora**. Tanto que teve bastante pergunta que eu não sabia te falar, sabe? Porque é **um assunto que eu nunca parei para refletir**. Assim, sabe? Nunca parei para refletir. E me se senti bem ao mesmo tempo, porque é uma coisa que **me despertou a um assunto a ser trabalhado**, a ser estudado, entendeu? Mas fiquei nervosa, fiquei confusa. Teve perguntas que você tem que parar e pensar você mesma. Deitar-se na cama e: “Caraca! Nunca pensei sobre isso. Nunca refleti sobre isso, sabe?” E com certeza vai ser muito bom, porque agora eu vou refletir sobre isso. Estudar, conhecer mais sobre isso. (SJT1, 2020, grifo nosso).*

*[...] eu vi que eu **me perdi muito**. E que eu vou precisar abrir uns artigos. **Vou precisar ler um pouco**. Porque eu vi que eu estou bem perdida, sabe? [...] Eu*

*vi que eu estou falando tecnicamente muito péssimo, muito. Então são coisas que tu vais perdendo, né? [...] Eu vi que tem várias falhas, sabe? São coisas que eu não estou conseguindo suprir. Isso me frustrou também. É até muito bom isso porque você vê o quanto tu estás afastada, sabe? De certos assuntos.* (SJT2, 2020, grifo nosso).

Essas, ainda que entristecidas e frustradas pelas suas condições, pela deficiência no conhecimento, demonstraram engajamento em buscar aprofundamento científico. Inclusive, a entrevistada SJT2 (2020), após se sentir estimulada pela pesquisa, deu a seguinte afirmação: “*Vou procurar várias formas de dar um seguimento à minha profissão*” (SJT2, 2020), renovando suas expectativas quanto à profissão. Mesmo com a lacuna colocada pelo mercado de trabalho, mesmo com o sofrimento, com a exclusão do desemprego, vê-se a latência da identificação com a profissão: “*Eu acho que eu tenho que voltar pra terapia. [...] Mas, fico feliz em me mobilizar, em falar algumas coisas. Sinal de que a assistente social só está adormecida aqui. [...] eu achei que tivesse mais conformada com a possibilidade de migrar para outros espaços*” (SJT4, 2020, grifo nosso). Essa fala é forte, é marcante e vem daquela que atuou como assistente social, reafirmando a importância do exercício para a identidade da profissão.

A pesquisa não pode se valer do uso das históricas de vida como se fossem somente dados, deve ser uma ação humanizada, capaz de ser potencializadora para os envolvidos diretamente nela. As participantes não podem ser vistas como cobaias e instrumentos vazios de sentido. São sentimentos e emoções que emergem quando se trabalha um assunto tão complexo. Além de propiciar a centralidade do sujeito na pesquisa.

[...] a relação que o Serviço Social deve estabelecer com o conhecimento do sujeito participante de sua investigação/intervenção deve sustentar-se no diálogo crítico, capaz de gerar conhecimentos novos e propiciar a elevação do nível de consciência deste sujeito. (BOURGUIGNON, 2008, p. 308).

Ainda mais quando esses sujeitos são também colegas de profissão. Esta é uma pesquisa que visa contribuir com a literatura da profissão, uma profissão que, sobretudo, age e não somente teoriza. A produção do conhecimento deve instigar tanto os sujeitos participantes quanto os/as leitores/as.

Destaca-se, assim, a potencialidade de espaços de discussão e reflexão, encontros onde pautas como a própria identidade da profissão podem ser trazidos para serem pensados e repensados. A situação do desemprego e do próprio isolamento, como se pode perceber na análise das categorias anteriores, traz consequências para o *habitus* profissional do Serviço Social. Da mesma forma, como devem ser discutidas as formatações da formação e qual *habitus*



vem sendo construído, já que é notada uma distinção nas percepções das profissionais formadas pelo presencial (SJT2 e SJT4) e das formadas pelo semipresencial (SJT1 e SJT3)? As primeiras demonstram uma aproximação maior com a autoimagem da profissão, enquanto as demais acabam por ter traços mais conservadores em seus *habitus* profissionais, o que não é algo limitado a elas. Em ambos os casos, a organização do trabalho e o próprio desemprego não são alvo de uma análise crítica esperada daquelas formadas em Serviço Social.

Momentos de proximidade, de debate, de reflexão, por mais que, às vezes, possam causar um desconforto (visto o tema ser delicado e abstrato), podem proporcionar o fortalecimento das bases de sustentação profissional; podem, até mesmo, incitar movimentos que questionem a ausência de oportunidades, ou, assim como das oportunidades que se mostram dissonantes às condições que valorizam o exercício da profissão. Dando visibilidade à discussão da identidade, tão atual e urgente quanto a discussão do desemprego e do próprio sofrimento que acompanha os que são acometidos por ele.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A chegada a esta etapa da pesquisa exige um retorno às questões que foram trabalhadas. Retoma-se o problema de pesquisa – Como o desemprego afeta as identidades profissionais de trabalhadores/as que possuem formação em nível superior em Serviço Social, considerando o exercício do trabalho profissional como parte fundamental dessa identidade? – e o objetivo geral – de analisar os impactos da não inserção no mercado de trabalho sobre as identidades profissionais de assistentes sociais – que atravessaram e conduziram as formulações aqui apresentadas. Com base nisso, são trazidas as seguintes considerações que, embora parciais, já dizem muito sobre o tema da identidade e do desemprego.

Falar sobre Serviço Social enquanto profissão e a identidade da profissão foi um tema que exigiu o resgate da sociologia do trabalho para sustentar a fundamentação e permitir uma análise mais aprofundada, assim como a adoção da teoria bourdieusiana para o uso dos seus conceitos de campo, *habitus* e capital. Percebeu-se a dificuldade em delimitar o que seria a identidade profissional do Serviço Social, sendo, então, necessário se voltar para a sua *doxa*, a fim de compreender no que consiste essa identidade formal e, dessa forma, servisse de norte durante a análise dos dados.

A identidade formal do Serviço Social é seu projeto ético-político, é a sua escolha teórico-metodológica, hoje, adotando o viés marxista, é uma práxis, não é somente uma ação, é uma intervenção na sociedade baseada em uma teoria. A identidade é resultado de uma história e de um movimento sempre transitório, e, por isso, a identidade, na verdade são identidades, algumas vezes literal, outras vezes interpretações do que é hegemônico, assim como, em outros momentos, uma corrente oposta (como no caso do novo/velho conservadorismo). Importante é o reconhecimento dessas múltiplas manifestações e saber identificar o que há de riqueza na pluralidade.

Antes de mais nada, o estudo da identidade mostrou elementos cruciais que não devem ser ignorados ao se debruçar sobre o tema, em principal, a identidade profissional do Serviço Social:

- a **gênese da profissão** no Brasil, na qual suas características – o aspecto vocacional, a caridade e suas protoformas – se manifestam atualmente, na tensão entre o “velho” e o “novo” ou até mesmo um “velho” travestido de “novo”;
- a **imagem social** é um componente que está atrelado à gênese da profissão que ainda permeia o imaginário social sobre o que é o Serviço Social. Que reflete, por vezes,

na escolha profissional, uma imagem que pode, ou não, vir a ser alterada durante o processo acadêmico-formativo;

- assim sendo, a própria **formação acadêmico-profissional** passa por heterogeneidade em sua organização e execução. Ainda que o Serviço Social seja uma profissão, percebe-se que a categoria profissional não possui total controle sobre como a formação se desenvolve, o que dá margem para diversos *habitus* que sejam construídos nesses distintos espaços de formação. Isso tudo muito em função da lógica mercadológica, da venda de um direito, a educação;
- o **mercado de trabalho**, ainda que seja afetado pela dimensão crítica da profissão, são, em algumas circunstâncias, encontra-se oposto em seus projetos societários e oposto quanto ao que se é esperado da profissão. É parte, pois é o ambiente onde ocorre essa mediação, essa disputa de visões de mundo; é o espaço de lutas e de afirmação e reafirmação da identidade. Ao mesmo tempo, é um lugar contraditório, onde a exploração da força de trabalho, a racionalidade neoliberal (que invade, também, a fase de formação) buscam capturar a subjetividade de assistentes sociais;
- o **exercício profissional** é essencial para a construção dessa identidade individual com base na identidade coletiva da profissão. É no espaço de atuação que ela aflora no contato com a realidade, na efetiva intervenção sobre essa realidade; sendo parte importante para a continuidade dessa identidade, não exclusiva, mas fundamental;
- todos esses pontos acabam por convergir e ecoar na **autoimagem** da profissão, no que o coletivo e o/a agente individual interpretam como a identidade do assistente social. Na identidade construída, hegemonicamente e formalmente, pela profissão, na sua autoidentificação. No qual o *habitus* introduzido é externado.

O que emergiu da pesquisa de campo fez perceber que a identidade envolve questões explícitas, como fase da formação profissional, assim como questões implícitas, que demandam do/a pesquisador/a uma observação e análise mais crítica e aguçada. O implícito está no resgate histórico, na vida cotidiana dos indivíduos. Na subjetividade, onde essa identidade profissional não se limita aos locais de praxe, mas tem o potencial de adentrar o dia a dia, as ações consideradas mais banais, em sua visão de mundo. Vê-se, assim, que o não exercício não é fator determinante para, sozinho, comprometer o *habitus* do Serviço Social. O ponto acaba sendo de qual *habitus* do Serviço Social se está falando.

Mesmo tendo compreendido que a não atuação, o desemprego, não é o fator principal, não se pode desconsiderar a contribuição do exercício profissional para a identidade

profissional. Recai sobre as profissionais e, por consequência, sobre a sua identidade, a situação de desemprego aglutinada pelas condições de mercado de trabalho – no crescente contingente profissional contra a escassa oferta de trabalho. O medo do desemprego e de permanecer dentro do exército industrial de reserva, mola propulsora desses abusos no que diz respeito aos direitos trabalhistas, submete a classe trabalhadora a circunstâncias cada vez mais degradantes, e aqui estão incluídos os assistentes sociais. A sociedade capitalista distorce as potencialidades do trabalho, proporciona a desumanização, insiste em se abster e culpabilizar os sujeitos, chamando-os a assumir a responsabilidade por sua situação de desemprego, tornando o ser humano empresário de si. Estar desempregado envolve a quebra da expectativa profissional, o sofrimento, o sentimento de inutilidade, de frustração e de culpa por não se manter suficientemente interessante ao mercado.

Por essa razão, estudos voltados ao mercado de trabalho do Serviço Social se tornam fundamentais, não somente sobre os espaços sócio-ocupacionais no quais os/as assistentes sociais estão inseridos. Mas, também, sobre os percalços do desemprego, a empregabilidade, a discrepância entre oferta – em alta pelo crescimento do EAD – e a demanda do mercado, as requisições e a identidade, que, nesse caso sim, é atribuída aos/às profissionais se aproximando cada vez mais do papel de controle atrelado a sua gênese. Como bem apontado por Maciel (2020), ao analisar sobre as transformações da formação em Serviço Social na atualidade, há que se investigar o que está por vir nessa profissão, e, ao indicar ações necessárias à categoria (dentre outras), sinaliza:

[...] a importância de monitorarmos o mercado de trabalho dos profissionais, de modo a captar o impacto que a ampliação do contingente de alunos e formados, na última década, passa a ter nas condições objetivas para o exercício profissional que, incipientemente, podemos afirmar já sinalizar para altos índices de desemprego, trabalho precário e baixos salários. (MACIEL, 2020, p. 252).

A realidade é desfavorável, com a constante diminuição de direitos sociais, dentre eles, o direito ao trabalho, percalços sobre a qualidade da educação ofertada, demandas postas pelo mercado de trabalho para assistente social, que é profissional em condição de assalariamento, muito mais que um profissional “liberal”. Circunstâncias que se apresentam como desafios a uma profissão que escolheu ter uma práxis ativa, compromissada com a transformação da sociedade, compromissada com a construção de um novo projeto societário, ainda que signifique a extinção de sua existência enquanto profissão.

Por todos esses aspectos e em virtude do percurso teórico e empírico realizado até o momento, de fato o não trabalho, a não atuação impactam sobre a saúde mental de assistentes sociais e promove, gradativamente, um maior afastamento do universo profissional, incidindo, em alguma medida, sobre a sua identidade profissional. Contudo, cabe dizer esse não é um fator limitante à identidade, uma vez que o contato com uma profissão deixa marcas sobre a identidade pessoal do indivíduo, o que pode acabar se manifestando em sua vida cotidiana. Talvez, por essa razão, encontre-se no levantamento do BDTD tantos trabalhos que relacionam a identidade profissional ao campo de trabalho, na necessidade de reafirmação dessa identidade fragilizada pelos infortúnios do capital.

Viu-se isso na única participante da pesquisa, SJT4, que passou por três espaços sócio-ocupacionais enquanto assistente social, antes do desemprego. A experiência profissional a empoderou para se afirmar assistente social, mesmo estando afastada da área, definindo sua identidade como adormecida, não por falta de identificação, mas, tão somente, por não estar ativa enquanto profissional atuante. Já as demais demonstravam certo receio ao se intitularem assistentes sociais, por nunca terem exercido a profissão. Mesmo que os processos de trabalho se apresentem como desafio, devido à correlação de forças existentes – na briga entre as demandas identitárias do/a empregador/a, dos/as usuários/as, da autoimagem do Serviço Social, e as interpretações identitárias de cada profissional –, ainda são eles os potencializadores dessa identidade, ou identidades de assistentes sociais, no cumprimento primeiro de sua característica: a intervenção profissional na realidade social. Assim sendo, o não-trabalho é como uma brecha, uma ausência de validação dessa identidade.

O que se encontra é: o enfraquecimento da categoria profissional pela não visibilidade dos/as desempregados/as; a sujeição, muitas vezes inevitável, às condições dadas pelo mercado de trabalho; a diminuição da criticidade; a culpabilização pela sua condição; a frustração com a profissão, em um sentimento dúbio entre a realização do trabalho – somado ao compromisso (algumas vezes um pesado e solitário) de superar a sociedade desigual – e o cenário real que o confronta diariamente. Considerando a incorporação dessa razão neoliberal na socialização e no *habitus* de muitas e muitos profissionais do Serviço Social, poder-se-ia afirmar com veemência que tais agentes são alienados/as ao não demonstrarem um *habitus* que corresponde à hegemonia da profissão? Afirmar isso seria desrespeitar a heterogeneidade que foi constantemente destacada nessas linhas, seria agir com arrogância acadêmica. Dentro dessa sociedade, todos/as os/as integrantes que nela estão, em alguma medida são afetados por essa racionalidade, por isso a importância da organização da categoria profissional, da troca, do debate, da construção e reconstrução coletiva.

Retomando, algumas indagações sobre a identidade do Serviço Social se fazem imperativas, pois o problema é a inexistência de um *habitus* (seja no desemprego ou não), e sim, qual *habitus* profissional foi e continua sendo construído. Dessa forma, o que é de fato a hegemonia em uma profissão? Não se desconsidera que, por existir uma hegemonia de um projeto profissional, não existe a heterogeneidade nas suas manifestações. Contudo, se essas manifestações ocorrem em demasia, sobretudo no exercício, ou na vida cotidiana, a hegemonia não seria a existência dessa heterogeneidade de visões da profissão?

Esta dissertação se direcionou para a importância do exercício profissional para a identidade profissional do Serviço Social, sempre considerando a identidade como um processo inconcluso. E não somente para agentes da profissão. Concorde-se com Ortiz (2010), ao afirmar que a identidade do Serviço Social brasileiro consiste em um processo inacabado, que ainda está em construção, e muito provavelmente sempre estará inacabado. Talvez pelo seu histórico apresentar tantas mudanças em um curto espaço de tempo, há mais de oitenta anos. Pode-se afirmar que o que caracteriza a identidade do Serviço Social é sua heterogeneidade, heterogeneidade essa que acompanha a sociedade plural como de fato é. Existe um perigo que ronda a profissão desde sua origem, que é a idealização de uma homogeneização, impossível de ser realizada uma vez que a realidade social é heterogênea. Todavia será que seu corpo, que os/as agentes que detêm o capital específico da profissão são capazes de assumir tal característica, e abraçá-la?

Deparou-se com um desafio muito maior, a concepção de identidade em si, a necessidade de reflexão da identidade do Serviço Social. Será a sua inconstância produto da insistência em se assumir uma hegemonia de pensamento, uma única identidade profissional (formal)? As repostas para essa e tantas outras perguntas feitas ao longo da dissertação são proposições feitas para futuras pesquisas que possam surgir, visto que estudos relacionados à identidade profissional do Serviço Social não se limitam a uma única pesquisa. Este estudo é deveras conflitante e instigante, questionar a própria identidade profissional, que merece um trabalho mais atual voltado somente para esse tema. O que não foi o objetivo, contudo, deixa aqui a proposição para a pesquisa acadêmica do Serviço Social. Olhar para si é desafiante, algumas vezes, desgastante pela complexidade e ausência de parcialidade. Dessa forma, este trabalho é tão somente uma contribuição ao tema e um convite para o diálogo que deve ser feito no coletivo.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Quem somos**. Brasília, [2020?]. Disponível em: <https://bit.ly/34437Q0>. Acesso em: 07 ago. 2020.

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes Curriculares elaboradas pela equipe de especialistas de 1999**. Brasília, 1999. Disponível em: [http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311140412406970.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311140412406970.pdf). Acesso em: 09 fev. 2021.

ABREU, Marina Maciel; LOPES, Josefa Batista. A questão da identidade profissional do assistente social: constituição histórica e a determinação do mercado de trabalho. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16, 2018, Vitória/ES. **Anais....** Vitória/ES: UFES, 2018, p. 1-20. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22103>. Acesso em: 05 jan. 2021.

ALVES KELLER, Suéllen Bezerra. **A ascensão do conservadorismo e o esgotamento do projeto neodesenvolvimentista**: implicações profissionais ao Serviço Social. 2019. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, PUCRS, Porto Alegre, 2019.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2. ed. Londrina: Praxis, 2007.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo :Cortez, 2006.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BDTD. **[Principal]**. Brasília, [2019]. Disponível em: <http://bdttd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 09 jan. 2020.

BINS, Milton. **Introdução à sociologia geral**. 2. ed. Porto Alegre: Mundo Jovem, 1985.

BOGO, Ademar. **Identidade e luta de classes**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BOLSONARO, Jair. **Plano de Governo**. 2018. Disponível em: [https://static.cdn.pleno.news/2018/08/Jair-Bolsonaro-proposta\\_PSC.pdf](https://static.cdn.pleno.news/2018/08/Jair-Bolsonaro-proposta_PSC.pdf). Acesso em: 23 jan. 2021.

BORGES, Keline da Silva. **Identidade às avessas**: os desafios do exercício profissional das assistentes sociais da Vale em Carajás. 2014. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UFPA, Belém, 2014.

BOURDIEU, Pierre. As três formas do capital cultural. *In*: NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio (org.). **Escritos da educação**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2007a. p. 71-80.

BOURDIEU, Pierre. Campo do poder, campo intelectual e habitus de classe. *In*: MICELI, Sérgio (org.). **A economia das trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007b. p. 183-202.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos**: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. *In*: ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu**: sociologia. Tradução Paula Montero *et al.* São Paulo: Ática, 1983. p. 46-81.

BOURDIEU, Pierre. O capital social: notas provisórias. *In*: NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio (org.). **Escritos da educação**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2007c. p. 65-70.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução Mariza Corrêa. 9. ed. Campinas: Papirus, 2008.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. A centralidade ocupada pelos sujeitos que participam das pesquisas do Serviço Social. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 302-312, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/fass/article/view/4830>. Acesso em: 08 set. 2020.

BRAGA, Ruy. Apresentação. *In*: BURAWOY, Michael. **O marxismo encontra Bourdieu**. Organização de Ruy Braga. Tradução, referências bibliográficas e notas de Fernando Rogério Jardim. Campinas, SP: Unicamp, 2010. p. 7-10.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452.htm). Acesso em: 18 jan. 2021.

BRASIL. **Lei 12.317, de 26 de agosto de 2010**. Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2DZjoe2>. Acesso em: 28 fev. 2020.

BRASIL. **Lei 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/31OvOO6>. Acesso em: 28 fev. 2020.

BRASIL. **Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras



providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L5764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5764.htm). Acesso: 18 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993**. 1993a. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: <https://bit.ly/2DTxcXE>. Acesso em: 05 out. 2019.

BRASIL. **Resolução CNE/CES 15, de 13 de março de 2002**. Brasília: Ministério da Educação, 2002. Disponível em: <https://bit.ly/3gRpxHP>. Acesso em: 01 jul. 2020.

BRASIL. **Resolução nº 273, de 13 de março de 1993**. 1993b. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 1993b. Disponível em: <https://bit.ly/3ajXrCy>. Acesso em: 29 jun. 2020.

BRASIL. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Brasília, DF: Ministério de Saúde, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2ENheiN>. Acesso em: 02 jul. 2018.

BRASIL. Senado Federal. **PLS nº 2693, de 2020**. Altera a Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para instituir o piso salarial nacional do Assistente Social. Autoria do Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). Disponível em: <https://bit.ly/3jj3dIc>. Acesso em: 26 ago. 2020.

BURAWOY, Michael. **O marxismo encontra Bourdieu**. Organização de Ruy Braga. Tradução, referências bibliográficas e notas de Fernando Rogério Jardim. Campinas, SP: Unicamp, 2010.

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. **Perfil dos municípios: Santa Maria-RS**. Disponível em: [https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged\\_perfil\\_municipio/index.php](https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php). Acesso em: 16 dez. 2020.

CARDOSO, Denise. **A sociologia das profissões de Eliot Freidson**: uma aplicação à análise do Serviço Social como profissão no Brasil contemporâneo. 2005. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UFSC, Florianópolis, 2005.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. O conhecimento da vida cotidiana: base necessária à prática social. *In*: PAULO NETTO, José; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 13-64.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

CATANI, Afrânio Mendes. As possibilidades analíticas da noção de campo social. **Educação Social**, Campinas, v. 32, n. 114, p. 189-202, jan./mar. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302011000100012>. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302011000100012](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302011000100012). Acesso em: 04 ago. 2020.

CATTANI, Antonio David. Teoria do capital humano. *In*: CATTANI, Antonio David; HOLZMANN, Lorena (org.). **Dicionário de trabalho e tecnologia**. 3. ed. Ebook. Porto Alegre: Zouk, 2012.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. **Assistentes Sociais no Brasil**: elementos para o estudo do perfil profissional. Brasília: CFESS, 2005a.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. **Atribuições privativas do/a assistente social em questão**. 1. ed. ampl. Brasília: CFESS, 2012.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. **Porque o conjunto CFESS-CRESS defende 30 horas de jornada semanal para assistentes sociais**. Brasília: CFESS, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2ECqlCD>. Acesso em: 29 ago. 2020.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. **Resolução CFESS nº 469, de 13 de maio de 2005b**. Regulamenta o Estatuto do Conjunto CFESS/CRESS, introduzindo as alterações e modificações aprovadas pela Plenária Ampliada realizada em Brasília em março de 2005. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3138Y6s>. Acesso em: 17 ago. 2020.

COSPITO, Giuseppe. Hegemonia. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (org.). **Dicionário gramsciano (1926-1937)**. Ebook. São Paulo: Boitempo, 2017.

CRESSRS – Conselho Regional de Serviço Social do Rio Grande do Sul. Pesquisa Interinstitucional investigará dados sobre o perfil, a formação e o trabalho dos/as assistentes sociais no estado. **CRESSRS Informa**, Porto Alegre: CRESS, n. 106, p. 3, maio 2019. Disponível em: [http://www.cressrs.org.br/arquivos/n\\_jornal/CRESSRS%20Informa%20edi%C3%A7%C3%A3o%20106.pdf](http://www.cressrs.org.br/arquivos/n_jornal/CRESSRS%20Informa%20edi%C3%A7%C3%A3o%20106.pdf). Acesso em: 25 jan. 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. Tradução de Ana Isabela Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

DEJOURS, Christophe. Por um novo conceito de saúde. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**. São Paulo, v. 14, n. 54, p. 7-11, abr./jun. 1986. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5751578/mod\\_resource/content/0/Por%20um%20novo%20conceito%20de%20saude%20DEJOURS.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5751578/mod_resource/content/0/Por%20um%20novo%20conceito%20de%20saude%20DEJOURS.pdf). Acesso em: 15 jun. 2020.

DEJOURS, Christophe. Subjetividade, trabalho e ação. **Revista Produção (ABEPRO)**. São Paulo, v. 14, n. 3, p. 27-34, set./dez. 2004. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-65132004000300004](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65132004000300004). Acesso em: 05 ago. 2020.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Sistema PED – Metodologia Utilizada**. São Paulo, [1985?]. Disponível em: <https://bit.ly/2En9D9I>. Acesso em: 20 ago. 2020.

DUBAR, Claude. A construção de si pela atividade do trabalho: a socialização profissional. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 42, n. 146, p. 351-367, maio/ago. 2012. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/21>. Acesso em: 29 mar. 2020.

DUBAR, Claude. **A crise das identidades**: a interpretação de uma mutação. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

DUBAR, Claude. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. Tradução Andréa Stahel M. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

EMEC. **Sistema e-mec**: Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC. Brasília, 2020. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br>. Acesso em: 06 jan. 2020.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Metodologia e ideologia do trabalho social**. São Paulo: Cortez, 1993.

FELIPPE, Jonis Manhães Sales. Contribuições da sociologia das profissões para a reflexão à autonomia e os monopólios interventivos do Serviço Social. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 21, n. 1, p. 09-32, maio 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. *In*: FAZENDA, Ivani. **Metodologia da Pesquisa Educacional**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 69-90.

FUTEMA, Fabiana. Um ano depois, reforma trabalhista não gera empregos esperados. **Veja**. 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/um-ano-depois-reforma-trabalhista-nao-gera-empregos-esperados/>. Acesso em: 22 fev. 2020.

GENTILLI, Raquel de M. L. **Representações e práticas**: identidade e processo de trabalho no Serviço Social. 3. ed. São Paulo: Veras, 2012.

GENTILLI, Raquel de M. L.. A prática como definidora da identidade profissional de Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 53, a. XVIII, p. 126-144, mar. 1997.

GERAB, William Jorge; ROSSI, Waldemar. **Indústria e trabalho no Brasil**: limites e desafios. São Paulo: Atual, 1997.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUARESCHI, Pedrinho A. Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. *In*: SAWAIA, Bader (org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 141-156.

GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. *In*: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila e GUERRA, Yolanda (org.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social**: desafios contemporâneos. Juiz de Fora: UFJF, 2012. p. 39-68.

HALL, Stuart. “Quem precisa da identidade?”. *In*: SILVA, Tomas Tadeu da (org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 103-133.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, David. A crise. *In*: \_\_\_\_\_. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 9-40.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e complicações. São Paulo: Loyola, 2008.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

HELOANI, Roberto; LANCMAN, Selma. Psicodinâmica do trabalho: o método clínico de intervenção e investigação. **Revista Produção (ABEPRO)**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 77-86, set./dez. 2004. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-65132004000300009](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65132004000300009). Acesso em: 10 ago. 2020.

HOLZMANN, Lorena. Divisão sexual do trabalho. *In*: CATTANI, Antonio David; HOLZMANN, Lorena (org.). **Dicionário de trabalho e tecnologia**. 3. ed. Ebook. Porto Alegre: Zouk, 2012.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**: do feudalismo ao século XXI. 16. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis**, Brasília, a. II, n. 3, p. 09-32, jan./jul. 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. **Serviço Social em tempos de capital fetiche**: trabalho e formação profissional. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Vilella; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Desafios do mercado de trabalho alimentam debate sobre direitos. **Agência IBGE Notícias**. Brasília: 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23325-desafios-do-mercado-de-trabalho-alimentam-debate-sobre-direitos>. Acesso em: 10 dez. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desemprego**. Brasília: 2020a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 12 jan. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama de Santa Maria/RS**. Brasília: 2020b. Disponível em: <https://bit.ly/2Fwxc0q>. Acesso em: 20 out. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Mensal de Emprego**. 2. ed. Rio de Janeiro, v. 23, 2007. (Série Relatórios Metodológicos).

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL BRASILEIRO. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**. Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>. Acesso em: 21 jan. 2021.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório síntese de área**: Serviço Social. Brasília: INEP, 2019a. Disponível em: <https://bit.ly/31Uflbx>. Acesso em: 13 ago. 2020.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2018**. Brasília: 2019b. Disponível em: <https://bit.ly/3gYDhAS>. Acesso em: 05 ago. 2020.

KREIN, José Dari. Neoliberalismo e Trabalho. *In*: CATTANI, Antonio David; HOLZMANN, Lorena (org.). **Dicionário de trabalho e tecnologia**. 3. ed. Ebook. Porto Alegre: Zouk, 2012.

LESSA, Sérgio. Indivíduo e individuação. **Katálysis**, Florianópolis, v. 7, n. 2, p. 147-157, jul./dez. 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/%25x>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/6843>. Acesso em: 15 mar. 2020.

LESSA, Sérgio. O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade. Módulo II. Reprodução social, trabalho e Serviço Social. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Brasília: CEAD, 1999. p. 20-32.

LESSA, Sérgio. Trabalho imaterial: Negri, Lazzarato e Hardt. **Estudos de Sociologia**, Araraquara: UNESP, v. 6, n. 11, p.119-143, 2001. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/414>. Acesso em: 19 jan. 2021.

MACIEL, Ana Lúcia Suárez *et al.* O trabalho dos assistentes sociais no Rio Grande do Sul: reflexões acerca do perfil requisitado pelo mercado de trabalho. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL, 3, 2019, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: UFSC, 2019. p. 1-12. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/203202>. Acesso em: 04 ago. 2020.

MACIEL, Ana Lúcia Suárez. As novas faces da formação em Serviço Social: análise do caso brasileiro. *In*: SEMINÁRIO REGIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, INTERSETORIALIDADE E FAMÍLIA E SEMINÁRIO NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, INTERSETORIALIDADE E FAMÍLIA. 4 e 2, 2018, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: PUCRS, 2018. p. 1-12. Disponível em: <https://ebooks.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/serpinf-senpinf/assets/edicoes/2018/comp-list-docs.html>. Acesso em: 03 ago. 2020.

MACIEL, Ana Lúcia Suárez. Crise, trabalho e Serviço Social: o território gaúcho em análise. *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL E NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 7 e 14, 2019, Vitória/ES. **Anais** [...]. Vitória/ES: UES, v. 1, n. 1, 2019, p. 1-12. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/25759>. Acesso em: 04 ago. 2020.

MACIEL, Ana Lúcia Suarez. Formação em Serviço Social no Brasil: problematizando os desafios do tempo presente. *In*: GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro; MACIEL, Ana Lúcia Suárez; GERSHENSON, Beatriz (org.). **Neoliberalismo e desigualdade social**: reflexões a partir do serviço social. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020. p. 235-254.

MAIA, Rubens Dias. **O conceito de identidade na filosofia e nos atos de linguagem**. 2008. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, UFSCar, São Carlos, 2008.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em serviço social. *In*: \_\_\_\_\_ (org.). **Pesquisa qualitativa um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 2012. p. 21-31.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social**: identidade e alienação. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Uma abordagem socioeducacional. *In*: \_\_\_\_\_ *et al.* (org.). **O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. São Paulo: Cortez, 1995. p. 139-151.

MARTINS, Lúcio Rocha. O pensamento de Jeannine Verdès-Leroux e o Serviço Social: um resgate crítico. **Serviço Social & Sociedade** (online), São Paulo, n. 127, p.514-532, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.083>. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282016000300514](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282016000300514). Acesso em: 30 out. 2020.

MARTINS, Ludson Rocha. Teoria das profissões e a análise dos fundamentos do serviço social. **Verinotio**, Rio de Janeiro, n. 20, a. X, p. 64-81, out. 2015.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. O processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017. Livro I.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MENEGHETTI, Gustavo. **Profissões e identidade profissionais**: um estudo sobre teorias e conceitos nas Ciências Sociais e no Serviço Social. 2009. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UFSC, Florianópolis, 2009.

MICHAELIS. **Moderno dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3iDquUy>. Acesso em: 27 mar. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: \_\_\_\_\_ *et al.* (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 9-30.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: HUCITEC, 2010.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MOTA, Ana Elizabete. Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista. In: CFESS/ABEPSS; CEAD/UNB (org.). **Direitos sociais e competências profissionais**. Unidade I. O significado sócio-histórico das transformações da sociedade contemporânea. Curso de Especialização em Serviço Social. Brasília: CEAD, 2010. p. 51-67.

MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. **Katálysis**, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 17-27, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802013000300003>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802013000300003>. Acesso em: 26 jun. 2020.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela Santana. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). **A nova fábrica de consensos**: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 23-44.

OLIVEIRA, Edson Marques. **23 teses pela reforma do Serviço Social brasileiro**: pelo resgate de sua identidade e de uma cultura profissionalizante. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2XTfMI0>. Acesso em: 01 jul. 2020.

OLIVEIRA, Juliana Nunes de; MENDES, Ana Magnólia. Sofrimento psíquico e estratégias defensivas utilizadas por desempregados: contribuições da Psicodinâmica do Trabalho. **Temas em Psicologia** (Sociedade Brasileira de Psicologia), Ribeirão Preto, v. 22, n. 2, p. 389-399, 2014. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2014000200011](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2014000200011). Acesso em: 10 ago. 2020.

ORTIZ, Fátima Grave **O serviço social no Brasil**: os fundamentos de sua imagem e da autoimagem de seus agentes. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

ORTIZ, Renato. A procura de uma sociologia da prática. In: \_\_\_\_\_ (org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. Tradução Paula Montero *et al.* São Paulo: Ática, 1983. p. 7-36.

OSHIRO, Felício; MARQUES, Rosa Maria. O conceito de desemprego e sua medição no século XX. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 293-307, ago./dez. 2016. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/fass/article/view/25347>. Acesso em: 08 jan. 2021.

PAULO NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Revista Temporalis**, Brasília: ABEPSS, Graflin, n. 3, a. II, p. 41-49, jan./jul. 2001.

PAULO NETTO, José. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTTA, Ana Elizabete [*et. al.*] (org.). **Serviço Social e saúde**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 141-160.

PAULO NETTO, José. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

PAULO NETTO, José. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil Pós-64. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PEREIRA, Potyara A. P. Questão social, Serviço Social e direitos da cidadania. **Revista Temporalis**, Brasília: ABEPSS, Graflin, n. 3, a. II, p. 51-61, jan./jul. 2001.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social**: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

PRADO, E. F. S.. (Neo)liberalismo: da ordem natural à ordem moral. **Outubro**, São Paulo, v. 18, p. 149-175, 2009.

PRATES, Jane Cruz *et al.* O objeto de trabalho e a formação generalista em Serviço Social: em debate atribuições e competências profissionais. **Revista Plaza Pública**, Buenos Aires, v.

4, p. 184-195, 2012. Disponível em:

[https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/9357/2/O\\_objeto\\_de\\_trabalho\\_e\\_a\\_formacao\\_generalista\\_em\\_Servico\\_Social.pdf](https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/9357/2/O_objeto_de_trabalho_e_a_formacao_generalista_em_Servico_Social.pdf). Acesso em: 09 fev. 2021.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul./set. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282011000300003>. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282011000300003](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000300003). Acesso em: 22 jun. 2020.

REIS, Marlene Barbosa de Freitas; FERNANDES, Maria Helena Silva. Educação infantil e formação de professores a partir dos conceitos de capital cultural e *habitus* em Bourdieu. **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 6, n. 3, p. 443-454, jul./set. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.18224/frag.v26i3.4661>. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/4661>. Acesso em: 13 jun. 2020.

REUNI. **O que é o REUNI**. Brasília, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3iYBvjs>. Acesso em: 28 dez. 2019.

RODRIGUES, Filipe Wingeter. **A autoimagem do Serviço Social brasileira construída a partir do seu estatuto profissional**: elementos para a compreensão dos seus mecanismos de produção. 2019. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UFSC, Florianópolis, 2019.

SANTA MARIA (RS). Prefeitura Municipal. Secretaria de Município de Gestão e Modernização Administrativa. **Edital n° 162**, de 23 de setembro de 2019. Santa Maria: 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3jblEhI>. Acesso em: 05 ago. 2020.

SANTOS, Josiane. **Questão social**: particularidades no Brasil. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, Wanderley G. dos. **Cidadania e justiça**: as políticas sociais na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo: Cortez, n. 20, p. 60-70, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000200005>. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782002000200005](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782002000200005). Acesso em: 14 jun. 2020.

SOUZA, Moema Amélia Serpa Lopes de *et al.* O mercado de trabalho profissional e os desafios frente à contrarreforma trabalhista. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16, 2018, Vitória/ES. **Anais...** Vitória/ES: UFES, 2018, p. 1-20. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22698>. Acesso em: 05 jan. 2021.

SOUZA, Rossana Lopes Pereira. **Formação profissional e identidade no Serviço Social**: um olhar através do estágio. 2015. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, PUCRS, Porto Alegre: 2015.

STEFANI, Jaqueline; SALVAGNI, Julice. Uma abordagem sociológica e filosófica do conceito de identidade. **Tempo da Ciência**, Cascavel, v. 1, n. 36, p. 21-34, 2011. DOI:



<https://doi.org/10.48075/rtc.v18i36.9040>. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/9040/0>. Acesso em: 31 maio 2020.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Revista de Administração Pública** (online), Rio de Janeiro: FGV, v. 40, n. 1, p. 27-53, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122006000100003>. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122006000100003](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122006000100003). Acesso em: 14 jun. 2020.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UFSM. **Especialização**. Santa Maria, RS: [2020?]. Disponível em: <https://www.ufsm.br/especializacao/>. Acesso em: 07 ago. 2020.

VASCONCELOS, Ana Maria de. Serviço Social e práticas democráticas na saúde. *In*: MOTTA, Ana Elizabete [et. al] (org.). **Serviço Social e saúde**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 242-272.

VERDÈS-LEROUX, Jeannine. **Trabalhador social: prática, hábitos, ethos, formas de intervenção**. Tradução Rene de Carvalho. São Paulo: Cortez, 1986.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, n. 22, p. 203-220, ago./dez. 2014.

WACQUANT, Loïc J. O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal. Tradução de Adriano Nervo Codato e Gustavo Biscaia de Lacerda. **Revista de Sociologia Política** (online), Curitiba, n. 19, p. 95-110, nov. 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782002000200007>. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782002000200007&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782002000200007&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 07 jan. 2021.

WIKIPÉDIA. **Localização de Santa Maria no Rio Grande do Sul** (imagem). 2006. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Santa\\_Maria\\_\(Rio\\_Grande\\_do\\_Sul\)#/media/Ficheiro:RioGrande doSul\\_Municip\\_SantaMaria.svg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Maria_(Rio_Grande_do_Sul)#/media/Ficheiro:RioGrande doSul_Municip_SantaMaria.svg). Acesso em: 21 jan. 2021.

### APÊNDICE A – Quadro de levantamento do BDTD

TÍTULO	AUTOR	PROFISSÃO	SUJEITOS/LÓCUS	INSTITUIÇÃO/PROGRAMA	TIPO DE PESQUISA (MÉTODO)	TÉCNICAS/ INSTRUMENTOS	TIPO DE DOCUMENTO	ANO
A construção da identidade profissional em serviço social e a contribuição do estágio supervisionado	Maicow Lucas Santos Walhers	Assistente Social	Supervisores de campo, acadêmicos e estagiários	Universidade Estadual Paulista/Programa de Pós-graduação em Serviço Social	Teoria social crítica marxiana, principalmente de Gramsci	-	Dissertação	2016
Identities às avessas: os desafios do exercício profissional das assistentes sociais da Vale em Carajás	Keline da Silva Borges	Assistente Social	Assistentes sociais da Vale, que atuam nas unidades localizadas na região de Carajás, sudeste paraense	Universidade Federal do Pará/Programa de Pós-graduação em Serviço Social	Teoria Marxista	Entrevista	Dissertação	2014
Formação profissional e identidade no serviço social:: um olhar através do estágio	Rossana Lopes Pereira de Souza	Assistente Social	Assistentes sociais recém-formados	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social	Pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e baseado no referencial teórico dialético- crítico.	Pesquisa documental, bibliográfica e entrevista semiestruturada. Análise de conteúdo em Bardin.	Dissertação	2015
A atuação profissional do assistente social no Tribunal de Justiça de São Paulo: identidade e competências em construção	Denise Jesuína Faria	Assistente Social	Assistentes Sociais que atuam junto à 39ª Circunscrição do Estado de São Paulo	Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Serviço Social	-	-	Dissertação	2010
O processo de terceirização do trabalho do assistente social nos serviços públicos.	Selma Maria de Assis	Assistente Social	Os assistentes sociais contratados pela Fundação Hélio Augusto de Souza cedidos para trabalhar na Secretaria de Desenvolvimento Social de São José dos Campos (SP) – a partir da déc. 1970	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social	-	-	Dissertação	2011
Serviço social no Ministério Público: um mundo a desvendar e identidade(s) a construir	Silvana Dóris Perin	Assistente Social	Assistentes sociais dos Ministérios Públicos estaduais da Região Sul do país.	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/Programa de Pós-graduação em Serviço Social	Abordagem qualitativa e fundamenta-se no materialismo histórico e dialético.	Questionário, análise documental de artigos de assistentes sociais no I e no II Encontro Nacional do Serviço Social no Ministério Público e documentos dos Ministérios Públicos estaduais da Região Sul que normatizam o cargo e as funções dos assistentes sociais.	Dissertação	2010
A imagem e identidade profissional do assistente social	André Luís da Silva	Assistente Social	Profissionais no Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA)	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do	Método dialético-crítico, com abordagem mista.	Técnica de análise documental para a coleta de dados que foram	Tese	2016

expressas no cotidiano: um estudo a partir da demanda de trabalho na alta complexidade em saúde				Sul/Programa de Pós-graduação em Serviço Social		interpretados à luz da análise de conteúdo em Bardin.		
“Eu nasci para ser assistente social”: o trabalho em serviço social, profissionalização, identidade e gênero	Débora de Paula Bolzan	Assistente Social	Assistentes sociais na região metropolitana de Goiânia.	Universidade Federal de Goiás/ Programa de Pós-graduação em História	Pesquisa qualitativa, viés sociológico.	Entrevista semiestruturada	Dissertação	2014
A identidade profissional dos assistentes sociais diante da judicialização da questão social: particularidades na Defensoria Pública do Estado de São Paulo	Lucia Aparecida de Barros	Não encontrado	Profissionais do Serviço Social e com profissionais que atuam na equipe multidisciplinar, psicólogos/as e defensores/as, e usuários do serviço.	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/ Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social	Teoria social de Karl Marx	Coleta de dados por entrevista centrada, bem como entrevistas semiestruturadas.	Dissertação	2017
Atribuições, competências, trabalho e identidade: uma aproximação aos significados produzidos pelos assistentes sociais no percurso do exercício profissional	Bianca Ribeiro de Souza	Assistente Social	Assistentes sociais de diversos espaços sócio-ocupacionais, com predominância daqueles que não estabelecem a relação face a face com o usuário.	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/ Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social	Abordagem qualitativa com perspectiva teórica marxista	Entrevista semiestruturada	Dissertação	2013
A formação profissional dos assistentes sociais na saúde e sua articulação com o projeto ético-político do Serviço Social: um debate necessário	Vivian de Almeida Costa	Assistente Social	Comparação entre a proposta de formação dos programas de Residência Multiprofissionais do Hospital Universitário da UFJF e o projeto de formação profissional do Serviço Social.	Universidade Federal de Juiz de Fora/ Programa de Pós-graduação em Serviço Social	Estudo qualitativo de natureza teórica, pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental	-	Dissertação	2016
Consultoria empresarial: o serviço social posto à prova	Fernanda Caldas de Azevedo	Assistente Social	Assistentes sociais de quatro consultorias empresariais no estado de São Paulo.	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/ Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social	Perspectiva crítica, abordagem qualitativa, constituída por pesquisa de campo exploratória.	Entrevista semiestruturada.	Dissertação	2013
Estágio Supervisionado e o processo de supervisão: aprendizagem e conhecimento	Mariane Costa Moreira	Assistente Social	Egressos de serviço social da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e Universidade Federal de Uberlândia.	Universidade Estadual Paulista/ Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Serviço Social	Análise qualitativa.	Pesquisa bibliográfica, documental e de campo.	Dissertação	2018
O estudo das novas legislações de estágio e o contexto no curso de serviço social da FCHS - UNESP- Campus de Franca	Raquel Renzo da Silva Pequiá	Assistente Social	Coordenadores do curso de Serviço Social, coordenadores do setor de estágio e supervisores do núcleo de estágio da UNESP - Campus Franca	Universidade Estadual Paulista/ Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Serviço Social	-	-	Dissertação	2015

## APÊNDICE B – Roteiro do Questionário *Online*



ESCOLA DE  
**HUMANIDADES**

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

### Eixo 1: Identificação

1.1 Código de Identificação: \_\_\_\_\_

1.2 Cidade de moradia: \_\_\_\_\_

1.3 Data de resposta a pesquisa: \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_\_\_

### Eixo 2: Formação e condição de trabalho

2.1 Em qual modalidade de Ensino Superior se formou?

( ) Presencial            ( ) EAD – Semipresencial            ( ) EAD – 100% online

2.2 Qual a natureza da IES de formação?

( ) Privada ( ) Pública

2.3 Qual seu ano de formação? \_\_\_\_\_

2.4 Possui outra formação (nível superior ou não)? Em caso positivo indique qual.

\_\_\_\_\_

2.5 Qual a sua condição de trabalho atualmente? Se estiver trabalhando (ou em ocupação), indicar em qual área/função profissional.

( ) empregado formal – servidor público

( ) empregado formal – CLT

( ) empregado formal – contrato temporário

( ) trabalho intermitente

( ) autônomo

( ) desempregado (ou trabalho informal)

( ) desalento (É considerado desalentado, ou desempregado oculto pelo desalento aquele que desistiu de procurar emprego, conforme a definição do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – DIEESE)

2.6 Se estiver trabalhando (ou ocupação), indicar em qual atividade/área/função profissional.

\_\_\_\_\_

2.7 Já trabalhou como assistente social?<sup>1</sup>

( ) Sim            ( ) Não

2.8 Se já trabalhou (ou está trabalhando) como assistente social, indique as informações abaixo considerando a atuação no último espaço sócio-ocupacional.

Informe o tipo de Instituição no qual trabalha/trabalhou: ( ) pública ( ) privada ( )  
Entidades filantrópicas ( ) ONGs ( ) outra

\_\_\_\_\_

<sup>1</sup> Em caso negativo, o pesquisado passa, automaticamente, para a questão 2.11.

Cidade onde ocorre/ocorria o trabalho: \_\_\_\_\_  
 Qual é/era natureza do vínculo: ( ) concursado/servidor público ( ) carteira assinada/CLT  
 ( ) contrato temporário ( ) voluntário ( ) outra: \_\_\_\_\_  
 Área de atuação: ( ) assistência social ( ) saúde ( ) previdência social ( ) empresa  
 privada ( ) sociojurídico ( ) Educação ( ) outra: \_\_\_\_\_  
 Tempo de atuação: \_\_\_\_\_  
 Carga Horária: \_\_\_\_\_  
 Salário/vencimento: ( ) de 01 a 02 salários mínimo (Considerando o atual valor do salário  
 mínimo de R\$ 1.045,00.) ( ) 02 a 03 SM ( ) 03 a 04 SM ( ) 04 a 05  
 SM ( ) acima de 05 SM ( ) sem remuneração

2.9 Quanto tempo demorou para ingressar no mercado de trabalho como assistente social após a conclusão do curso?

- ( ) Imediatamente após a formação  
 ( ) Aproximadamente 1 ano  
 ( ) De 2 a 3 anos  
 ( ) De 4 a 5 anos  
 ( ) Mais de 5 anos

2.10 Este é o seu trabalho atual?<sup>2</sup>

- ( ) Sim ( ) Não

2.11 Há quanto tempo está afastado da área?

- ( ) Há menos de um ano  
 ( ) Há mais de um ano  
 ( ) De 2 a 3 anos  
 ( ) De 4 a 5 anos  
 ( ) Há mais de 5 anos

2.12 Em caso de não estar trabalhando ou ainda não ter trabalhado como assistente social, há o desejo de atuar na área? Em caso negativo, indicar o motivo.

\_\_\_\_\_

2.13 Com o intuito de aprofundar os conhecimentos a respeito das implicações do desemprego no processo de construção da identidade profissional do Serviço Social, convido-o(a) a participar de uma entrevista pessoal, caso haja interesse.<sup>3</sup>

- ( ) Sim ( ) Não

2.14 Em caso de aceite à continuidade da participação na pesquisa informe seus contatos (lembrando de informar aqueles mais utilizados e de fácil acesso).

Telefones: \_\_\_\_\_

<sup>2</sup> Em caso positivo, o questionário é encerrado.

<sup>3</sup> Em caso negativo, o questionário é encerrado.

## APÊNDICE C – Roteiro do Formulário de Entrevista Remota



ESCOLA DE  
**HUMANIDADES**

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

### Identificação da entrevista

Entrevistadora: Vanessa de Oliveira Pereira

Data de realização: \_\_ / \_\_ / \_\_

### Eixo 1: Identificação do entrevistado(a)

1.1 Código de identificação:

1.2 Naturalidade:

1.3 Gênero:

1.4 Etnia/Raça (autodeclaração):

1.4 Idade:

1.5 Estado Civil: ( ) Casado (a) ( ) Solteiro (a) ( ) Outro: \_\_\_\_\_

1.6 Religião:

### Eixo 2: Questões a serem feitas aos entrevistados somente aos selecionados pela bola de neve:

Aplicam-se as questões pertencentes ao questionário online.

### Eixo 3: Questões Qualitativas

3.1 O que o motivou a cursar Serviço Social? Já conhecia o curso? Foi sua primeira opção?

3.2 Quais eram suas expectativas com relação ao curso? Elas foram atendidas?

3.3 Como avalia a formação recebida? Desenvolva.

3.4 Durante sua formação, houve alguma disciplina que tratasse direta ou indiretamente sobre a identidade profissional? Em caso positivo, indique qual e se era optativa ou obrigatória.

3.5 Em sua opinião, quais os elementos fundamentais para a definição/compreensão da identidade profissional do Serviço Social? Dê exemplos.

3.6 Sente que a identidade profissional impactou sua identidade pessoal? Se sim, indique de que maneira.

3.7 Qual a relevância do exercício profissional para o processo de continuidade da identidade profissional? Justifique.

3.8 Você considera que se identifica com a profissão? Ainda que não atuante, se considera assistente social? (Como se sente com relação à profissão?)

- 3.9 Como se sente estando afastado de sua profissão e em situação de desemprego, e quais as repercussões na sua vida?
- 3.10 O que significa o trabalho na sua vida, com relação até a constituição de sua identidade?
- 3.11 Como você percebe o mercado de trabalho do Serviço Social e as dificuldades encontradas para sua inserção enquanto assistente social, sobretudo em Santa Maria? (Ex.: critérios dos empregadores, formas de acesso às oportunidades)
- 3.12 Quais as tentativas realizadas para o seu retorno ao mercado de trabalho enquanto assistente social?
- 3.13 Alguma vez, já se arrependeu de ter escolhido o curso de Serviço Social? Se pudesse recomendar, o escolheria novamente? Recomendaria a profissão à outras pessoas? Se não, por quê?
- 3.14 Quais as estratégias adotadas para manter-se aproximado da área?
- 3.15 Tem relação com outros(as) assistentes sociais (rede de apoio)? Participa de entidades organizativas da categoria? Se não, por quê?
- 3.16 Possui envolvimento com a esfera política? (Ex.: militância, partido político, sindicato)
- 3.17 Possui registro no CRESS? Justifique a resposta.
- 3.18 Quais as sugestões que daria ao conjunto CFESS/CRESS para a contribuição ao assistente social que não exerce a profissão e se encontra em situação de desemprego?
- 3.19 A identidade da profissão de alguma maneira repercute na sua vida cotidiana (dia a dia, visão de mundo, trabalho)?
- 3.20 Na sua opinião, de que maneira o não exercício da profissão e o desemprego refletem na sua identidade enquanto assistente social?
- 3.21 Como se sentiu ao falar sobre identidade profissional e desemprego na entrevista?

## **APÊNDICE D – Modelo de Registro de Consentimento para Estudos *Online***

### **REGISTRO DE CONSENTIMENTO PARA ESTUDOS ONLINE**

#### **AS REPERCUSSÕES DO DESEMPREGO NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL AS REPERCUSSÕES DO DESEMPREGO NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL**

Por favor, leia e, se achar adequado, manifeste o seu consentimento para participar desta pesquisa antes de iniciar, selecionando a opção “Li os termos e esclarecimentos prestados por esse Registro de Conhecimento e estou de acordo em responder ao questionário online, ou seja, em participar da pesquisa.” apresentada ao final deste termo.

Por favor, se tiver qualquer dúvida antes, durante ou depois de sua participação, envie um e-mail para [vanessaop.seso@gmail.com](mailto:vanessaop.seso@gmail.com).

### **CONSENTIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA**

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa desenvolvida por Gleny Terezinha Duro Guimarães (pesquisadora principal) e Vanessa de Oliveira Pereira (pesquisadora auxiliar) denominada “As repercussões do desemprego no processo de construção da identidade profissional do assistente social” da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

O objetivo é analisar as repercussões da expressão da questão social desemprego, no processo contínuo da construção da identidade profissional do Assistente Social, no intuito de fortalecer o reconhecimento da profissão como parte integrante da classe trabalhadora.

Você deve ler as informações abaixo e se você não entender ou tiver mais alguma dúvida pode entrar em contato pelo e-mail [vanessaop.seso@gmail.com](mailto:vanessaop.seso@gmail.com), antes de decidir se irá ou não participar.

Esta pesquisa é voluntária e você tem o direito de não responder qualquer item e, também, de interromper sua participação a qualquer momento por qualquer razão. Você não receberá nenhuma recompensa por isso.

Você levará cerca de 05 minutos (tempo previsto para conclusão da pesquisa). O questionário online é composto por 21 questões ao total, separadas por eixos. O instrumento tem por objetivo identificar os potenciais participantes a serem convidados para uma entrevista pessoal a fim de aprofundar o tema proposto por esta pesquisa.

Nenhuma informação de identificação sobre você será incluída em publicações que possam resultar dessa pesquisa.

A coleta de informações para este projeto estará concluída em maio de 2020 e todas as informações obtidas serão armazenadas de forma segura por um período de 05 anos após esta data ou até a conclusão do trabalho escrito.

Ao dar continuidade a esta pesquisa, você concorda que qualquer dúvida que você tinha foi adequadamente esclarecida e que você concorda em participar deste estudo. Eu entendi os procedimentos acima descritos.

( ) Li os termos e esclarecimentos prestados por esse Registro de Conhecimento e estou de acordo em responder ao questionário online, ou seja, em participar da pesquisa.

( ) Li os termos e esclarecimentos prestados por esse Registro de Conhecimento e não concordo em responder ao questionário online, ou seja, em participar da pesquisa..



## APÊNDICE E – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



ESCOLA DE  
**HUMANIDADES**

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Eu, professora Gleny Terezinha Duro Guimarães e a mestrandia, Vanessa de Oliveira Pereira, responsáveis pela pesquisa **“As repercussões do desemprego no processo de construção da identidade profissional do Assistente Social”**, convidamos você a participar como voluntário(a) nesse estudo. Esta pesquisa pretende analisar as repercussões da expressão da questão social desemprego, no processo contínuo da construção da identidade profissional do Assistente Social, no intuito de fortalecer o reconhecimento da profissão como parte integrante da classe trabalhadora. Acreditamos que ela seja importante porque proporciona à categoria profissional a abrangência da literatura acerca da identidade profissional e dá visibilidade a condição de desemprego que, constantemente, afeta inúmeros assistentes sociais.

Para sua realização será feita uma entrevista online, que contribuirá para a coleta de dados qualitativos e mais aprofundados sobre a percepção dos bacharéis e assistentes sociais que passam pela circunstância do não exercício involuntário da profissão. A pesquisa é de abordagem qualitativa e utiliza como método o materialismo histórico e dialético ou método dialético crítico. A escolha por uma entrevista online se deu por, atualmente, estarmos passando por um período de isolamento social devido à pandemia do Covid-19 que acometeu o país. Esta foi a forma encontrada para garantia da segurança quanto à saúde do(a) entrevistado(a) e da pesquisadora.

Sua participação constará de forma voluntária em responder às questões que a pesquisadora, Vanessa Pereira, realizará durante a entrevista. Estima-se que a sua duração seja de uma hora. O convite está sendo realizado por ter atendido a um (ou mais) dos critérios de inclusão adotados na metodologia, sendo eles:

- Critérios gerais: interesse do sujeito em participar da pesquisa; que estes estejam residindo em Santa Maria/RS no momento da pesquisa; e a permanência do interesse em trabalhar na área.
- Critérios específicos: Bacharéis ou assistentes sociais que tenham ao menos um ano de formação, que tenham ou não atuado na área, e que estejam em situação de desemprego no momento da pesquisa.

É possível que aconteçam os seguintes desconfortos ou riscos: desconforto ao tocar em assuntos de cunho emocional e profissional advindo das perguntas contidas no roteiro da entrevista. No entanto, para evitar tais circunstâncias, a pesquisadora prezarão: pelo respeito aos limites e opiniões dos entrevistados; por uma escuta ativa à fala dos entrevistados; pela transparência nas informações; pelo comportamento ético e sigiloso; e pelo compartilhamento de dos resultados parciais e finais se assim for solicitado. Os benefícios que esperamos, como estudo, são trazer um maior conhecimento sobre a identidade profissional e dar visibilidade à própria categoria sobre os impactos da situação de desemprego, e/ou não exercício involuntário, nesta identidade.

Durante todo o período da pesquisa você tem o direito de esclarecer qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento, bastando para isso entrar em contato, com Gleny T. D. Guimarães pelos telefones (51) 98442-2888 e 3320.4178 e com Vanessa de Oliveira Pereira pelo telefone (55) 99160-2010 a qualquer hora. Em caso de algum problema relacionado com a pesquisa você poderá contatar-nos via telefone acima mencionados, bem como estaremos disponíveis para atendê-lo na sala 204 do núcleo de pesquisa, localizada no 2º andar, prédio 9 na PUCRS, as quartas-feiras das 14 às 17 horas. Você tem garantido o seu direito de não aceitar participar ou de retirar sua permissão, a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo ou

retaliação. Logo, é possível não prosseguir com a entrevista em qualquer momento, desistindo da mesma.

Não haverá quaisquer despesas a serem ressarcidas decorrentes da participação desta pesquisa, visto que a entrevista será realizada de modo remoto. As informações desta pesquisa serão confidenciais, e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas e durante encontro mensal do Núcleo da Região Central (NUCRESS) do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) da 10ª Região, não havendo identificação dos participantes, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação.

Caso você tenha qualquer dúvida quanto aos seus direitos como participante de pesquisa, entre em contato com Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (CEP-PUCRS) em (51) 33203345, Av. Ipiranga, 6681/prédio 50 sala 703, CEP: 90619-900, Bairro Partenon, Porto Alegre – RS, e-mail: cep@pucrs.br, de segunda a sexta-feira das 8h às 12h e das 13h30 às 17h. O Comitê de Ética é um órgão independente constituído de profissionais das diferentes áreas do conhecimento e membros da comunidade. Sua responsabilidade é garantir a proteção dos direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes por meio da revisão e da aprovação do estudo, entre outras ações.

Ao assinar este termo de consentimento, você não abre mão de nenhum direito legal que teria de outra forma. Não assine este termo de consentimento a menos que tenha tido a oportunidade de fazer perguntas e tenha recebido respostas satisfatórias para todas as suas dúvidas. Se você concordar em participar deste estudo, você rubricará todas as páginas e assinará ao final. Por se tratar de uma entrevista online a assinatura será digital. Você receberá uma das vias para seus registros e a outra será arquivada pelo responsável pelo estudo.

A entrevista, em seu decorrer, terá sua imagem e áudio gravados para fins de melhor aproveitamento e veracidade das informações coletadas proporcionando o enriquecimento de sua interpretação e análise.

Eu, \_\_\_\_\_, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar com a pesquisadora responsável e/ou auxiliar (mestranda), para esclarecer todas as minhas dúvidas, acredito estar suficientemente informado, ficando claro para mim que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar.

Diante do exposto expresso minha concordância de espontânea vontade em participar deste estudo.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) participante da pesquisa

## **DECLARAÇÃO DO PROFISSIONAL QUE OBTEVE O CONSENTIMENTO**

Expliquei integralmente esta pesquisa ao participante. Na minha opinião e na opinião do(a) participante, houve acesso suficiente às informações, incluindo riscos e benefícios, questões de confidencialidade e relevância da pesquisa, para que uma decisão consciente seja tomada.

Santa Maria/RS, \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) participante na pesquisa

\_\_\_\_\_  
Vanessa de Oliveira Pereira - Mestranda Pesquisadora

## ANEXO A – Lista de IES credenciadas pelo MEC

Ministério da Educação - Sistema e-MEC

Relatório da Consulta Avançada

Resultado da Consulta Por : Curso

Relatório Processado : 29/01/2020 - 08:59:17 Total de Registro(s) : 17

Código IES	Instituição(ES)	Sigla	Código Curso	Nome do Curso	Grau	Modalidade	CC	Ano CC	CPC	Ano CPC	ENADE	Ano ENADE	IDD	Ano IDD	Vagas Autorizadas	Data início funcionamento	Data Ato de Criação	Situação	Código Área OCDE Geral	Área OCDE Geral	Código Área OCDE Específica	Área OCDE Específica	Código Área OCDE Detalhada	Área OCDE Detalhada	Código Área OCDE Curso	Área OCDE Curso
1491	CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL	UNINTER	1340998	SERVIÇO SOCIAL	Bacharelado	A Distância	5	2019	-	-	-	-	-	-	3000	01/08/2015	10/06/2015	Em Atividade	7	Saúde e bem estar social	76	Serviço social	762	Serviço social e orientação	762501	Serviço social
3840	CENTRO UNIVERSITÁRIO FACVEST	UNIFACVEST	1375379	SERVIÇO SOCIAL	Bacharelado	A Distância	-	-	-	-	-	-	-	-	500	02/08/2017	31/10/2016	Em Atividade	7	Saúde e bem estar social	76	Serviço social	762	Serviço social e orientação	762501	Serviço social
298	UNIVERSIDADE PITÁGORAS UNOPAR	-	97990	SERVIÇO SOCIAL	Bacharelado	A Distância	4	2019	3	2016	2	2018	3	2018	7000	12/02/2007	25/09/2006	Em Atividade	7	Saúde e bem estar social	76	Serviço social	762	Serviço social e orientação	762501	Serviço social
1430	CENTRO UNIVERSITÁRIO INGÁ	-	1427740	SERVIÇO SOCIAL	Bacharelado	A Distância	-	-	-	-	-	-	-	-	1200	03/02/2018	23/10/2017	Em Atividade	7	Saúde e bem estar social	76	Serviço social	762	Serviço social e orientação	762501	Serviço social
449	UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL	ULBRA	117054	SERVIÇO SOCIAL	Bacharelado	A Distância	3	2016	3	2016	2	2018	3	2018	4000	31/03/2008	28/11/2007	Em Atividade	7	Saúde e bem estar social	76	Serviço social	762	Serviço social e orientação	762501	Serviço social
375	UNIVERSIDADE SANTO AMARO	UNISA	111388	SERVIÇO SOCIAL	Bacharelado	A Distância	3	2014	3	2016	1	2018	3	2018	2300	22/04/2008	11/04/2008	Em Atividade	7	Saúde e bem estar social	76	Serviço social	762	Serviço social e orientação	762501	Serviço social
641	UNIVERSIDADE LA SALLE	UNILASALLE	1457224	SERVIÇO SOCIAL	Bacharelado	A Distância	-	-	-	-	-	-	-	-	780	Não iniciado	21/09/2018	Em Atividade	7	Saúde e bem estar social	76	Serviço social	762	Serviço social e orientação	762501	Serviço social
1232	CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPOS DE ANDRADE	UNIANDRADE	1420411	SERVIÇO SOCIAL	Bacharelado	A Distância	-	-	-	-	-	-	-	-	5000	26/02/2018	20/06/2017	Em Atividade	7	Saúde e bem estar social	76	Serviço social	762	Serviço social e orientação	762501	Serviço social
167	UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO	UMESP	1458545	SERVIÇO SOCIAL	Licenciatura	A Distância	-	-	-	-	-	-	-	-	800	Não iniciado	18/10/2018	Em Atividade	7	Saúde e bem estar social	76	Serviço social	762	Serviço social e orientação	762501	Serviço social
1270	CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DE RIBEIRÃO PRETO	ESTÁCIO RIBEIRÃO PRE	1170114	SERVIÇO SOCIAL	Bacharelado	A Distância	-	3	2016	2	2018	3	2018	3	5000	20/07/2011	14/03/2011	Em Atividade	7	Saúde e bem estar social	76	Serviço social	762	Serviço social e orientação	762501	Serviço social
1472	CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI	UNIASSELVI	111730	SERVIÇO SOCIAL	Bacharelado	A Distância	4	2014	3	2018	2	2018	3	2018	4459	02/05/2008	19/03/2008	Em Atividade	7	Saúde e bem estar social	76	Serviço social	762	Serviço social e orientação	762501	Serviço social
322	UNIVERSIDADE PAULISTA	UNIP	121093	SERVIÇO SOCIAL	Bacharelado	A Distância	-	3	2018	-	-	-	-	-	47880	18/02/2008	10/11/2004	Em Atividade	7	Saúde e bem estar social	76	Serviço social	762	Serviço social e orientação	762501	Serviço social
1205	FACULDADE EDUCACIONAL DA LAPA	FAEL	1366147	SERVIÇO SOCIAL	Bacharelado	A Distância	5	2018	-	-	-	-	-	-	6000	01/03/2019	11/01/2019	Em Atividade	7	Saúde e bem estar social	76	Serviço social	762	Serviço social e orientação	762501	Serviço social
494	UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA	UNISUL	5001286	SERVIÇO SOCIAL	Bacharelado	A Distância	-	-	3	2018	3	2018	1	2018	200	07/04/2014	13/02/1976	Em Atividade	7	Saúde e bem estar social	76	Serviço social	762	Serviço social e orientação	762501	Serviço social
426	UNIVERSIDADE FRANCISCANA	UFN	21591	SERVIÇO SOCIAL	Bacharelado	Presencial	4	2008	3	2018	3	2018	3	2018	40	01/03/2000	11/10/1999	Em Atividade	7	Saúde e bem estar social	76	Serviço social	762	Serviço social e orientação	762501	Serviço social
582	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	UFSM	1107233	SERVIÇO SOCIAL	Bacharelado	Presencial	5	2014	4	2018	4	2018	3	2018	50	09/08/2010	31/07/2009	Em Atividade	7	Saúde e bem estar social	76	Serviço social	762	Serviço social e orientação	762501	Serviço social
1196	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ - UNICESUMAR	UNICESUMAR	1292571	SERVIÇO SOCIAL	Bacharelado	A Distância	5	2017	-	3	2018	3	2018	3	2500	03/02/2014	05/09/2013	Em Atividade	7	Saúde e bem estar social	76	Serviço social	762	Serviço social e orientação	762501	Serviço social

Fonte: MEC (2020).

## ANEXO B – Documento de Aprovação da Comissão Científica



**SIPESQ**  
Sistema de Pesquisas da PUCRS

---

Código SIPESQ: 9829

Porto Alegre, 7 de abril de 2020.

Prezado(a) Pesquisador(a),

A Comissão Científica da ESCOLA DE HUMANIDADES da PUCRS apreciou e aprovou o Projeto de Pesquisa "A As repercussões do desemprego no processo de construção da identidade profissional do Assistente Social". Este projeto necessita da apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Toda a documentação anexa deve ser idêntica à documentação enviada ao CEP, juntamente com o Documento Unificado gerado pelo SIPESQ.

Atenciosamente,

Comissão Científica da ESCOLA DE HUMANIDADES

---

## ANEXO C – Documento de Aprovação pelo Comitê de Ética

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE  
CATÓLICA DO RIO GRANDE  
DO SUL - PUC/RS



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** As repercussões do desemprego no processo de construção da identidade profissional do Assistente Social.

**Pesquisador:** Gleny Terezinha Duro Guimarães

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 30688120.9.0000.5336

**Instituição Proponente:** UNIAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E ASSISTENCIA

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 4.015.938

#### Apresentação do Projeto:

Trata-se de pesquisa de mestrado do PPGSS, orientado pela Profa. Gleny Guimarães, que se propõe a estudar as repercussões do desemprego no processo de construção e efetivação da identidade profissional Assistente Social na cidade de Santa Maria/RS, no contexto do neoliberalismo brasileiro. Pretende contribuir para fortalecer o reconhecimento da profissão como parte integrante da classe trabalhadora. Serão participante do estudo bacharéis em Serviço Social e assistentes sociais desempregados que se formaram e residem no Município de Santa Maria/RS. A pesquisa de campo contará com duas etapas. Na primeira, será aplicado um questionário online (Qualtrix) com questões fechadas e abertas, destinado a assistentes sociais (e/ou bacharéis) que se formaram em duas IES de Santa Maria/RS. Duas IES concordaram em participar do Estudo, fornecendo informações para o contato com seus egressos. Nesta etapa serão identificados os participantes da segunda etapa, quando serão realizadas entrevistas individuais semiestruturadas com aqueles assistentes sociais e bacharéis que, convidados, aceitem participar. O "N" previsto para as entrevistas é de oito participantes, sendo dois assistentes sociais com mais de dois anos de formados, dois bacharéis/assistentes sociais recém-formados e quatro assistentes sociais afastados da área do Serviço Social há mais de dois anos.

#### Objetivo da Pesquisa:

O objetivo principal da pesquisa é Analisar as repercussões da expressão da questão social

**Endereço:** Av.Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703  
**Bairro:** Partenon **CEP:** 90.619-900  
**UF:** RS **Município:** PORTO ALEGRE  
**Telefone:** (51)3320-3345 **Fax:** (51)3320-3345 **E-mail:** cep@puhrs.br

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE  
CATÓLICA DO RIO GRANDE  
DO SUL - PUC/RS



Continuação do Parecer: 4.015.938

desemprego, no processo contínuo da construção da identidade profissional do Assistente Social, no intuito de fortalecer o reconhecimento da profissão como parte integrante da classe trabalhadora. Já os objetivos secundários são: 1. Compreender como ocorre o processo de construção da identidade profissional do Serviço Social e o que a caracteriza; 2. Analisar as implicações da identidade profissional para a vida cotidiana dos sujeitos; e 3. Identificar os impactos da situação de desemprego na identidade profissional.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Os riscos são considerados mínimos, como o possível desconforto ao tocar em assuntos de cunho emocional e profissional advindo das perguntas contidas no roteiro da entrevista. Se tal ocorrer, a postura da pesquisadora em respeitar os limites e as opiniões dos entrevistados, através de uma escuta ativa às suas falas, bem como prezando pela transparência nas informações e pelo comportamento ético e sigiloso, propõe-se a mitigar tais desconfortos.

Os benefícios são indiretos, como aqueles relacionados à contribuição para a construção de conhecimentos sobre o tema do estudo.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

O estudo é relevante para a área, está bem desenhado e tem o escopo exequível no âmbito da formação e pesquisa de mestrado em Serviço Social. Todos os cuidados éticos foram assegurados nos termos da Resolução 510 de 2016 para pesquisas em ciências humanas e sociais.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Todos os termos foram apresentados - cartas de anuência e conhecimento das IES que irão participar do estudo e TCLEs - versão on-line para o questionário na Plataforma Qualtrix e versão física para as entrevistas.

**Recomendações:**

Não há recomendações.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Não há pendências.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Diante do exposto, o CEP-PUCRS, de acordo com suas atribuições definidas na Resolução CNS n° 466 de 2012, Resolução n° 510 de 2016 e da Norma Operacional n° 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa As repercussões do desemprego no processo de construção da identidade profissional do Assistente Social. proposto pela pesquisadora Gleny

**Endereço:** Av.Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703  
**Bairro:** Partenon **CEP:** 90.619-900  
**UF:** RS **Município:** PORTO ALEGRE  
**Telefone:** (51)3320-3345 **Fax:** (51)3320-3345 **E-mail:** cep@pucrs.br



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE  
CATÓLICA DO RIO GRANDE  
DO SUL - PUC/RS



Continuação do Parecer: 4.015.938

Terezinha Duro Guimarães com número de CAAE 30688120.9.0000.5336.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1538644.pdf	24/04/2020 17:02:10		Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1538644.pdf	24/04/2020 16:56:35		Aceito
Recurso Anexado pelo Pesquisador	Carta_resposta_pendencia_vanessa_pereira.pdf	24/04/2020 16:50:57	Gleny Terezinha Duro Guimarães	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto_vanessa_pereira.pdf	13/04/2020 12:02:11	Gleny Terezinha Duro Guimarães	Aceito
Outros	Registro_de_consentimento_para_estudos_online_vanessa_pereira.pdf	13/04/2020 11:17:55	Gleny Terezinha Duro Guimarães	Aceito
Orçamento	Orcamento_revisado_vanessa_pereira.pdf	13/04/2020 11:17:12	Gleny Terezinha Duro Guimarães	Aceito
Outros	Carta_de_apresentacao_comissao_cientifica_vanessa_pereira.pdf	11/04/2020 11:01:03	Gleny Terezinha Duro Guimarães	Aceito
Outros	Carta_Encaminhamento_vanessa_pereira.pdf	11/04/2020 11:00:40	Gleny Terezinha Duro Guimarães	Aceito
Outros	Curriculo_Lattes_vanessa_pereira.pdf	11/04/2020 10:59:53	Gleny Terezinha Duro Guimarães	Aceito
Outros	Curriculo_lattes_gleny_terezinha_duro_guimaraes.pdf	11/04/2020 10:59:32	Gleny Terezinha Duro Guimarães	Aceito
Outros	Carta_de_conhecimento_█_vanessa_pereira.pdf	11/04/2020 10:58:15	Gleny Terezinha Duro Guimarães	Aceito
Outros	Carta_de_anuencia_█_vanessa_pereira.pdf	11/04/2020 10:57:29	Gleny Terezinha Duro Guimarães	Aceito
Outros	ROTEIRO_DO_FORMULARIO_DE_ENTREVISTA_vanessa_pereira.pdf	11/04/2020 10:00:18	Gleny Terezinha Duro Guimarães	Aceito
Outros	ROTEIRO_DO_QUESTIONARIO_ONLINE_vanessa_pereira.pdf	11/04/2020 09:59:28	Gleny Terezinha Duro Guimarães	Aceito
Outros	Carta_de_conhecimento_█_vanessa_pereira.pdf	11/04/2020 09:42:44	Gleny Terezinha Duro Guimarães	Aceito
Outros	Carta_de_anuencia_█_vanessa_pereira.pdf	11/04/2020 09:42:03	Gleny Terezinha Duro Guimarães	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_NIVEL_DE_MESTRADO_vanessa_pereira.pdf	11/04/2020 09:39:04	Gleny Terezinha Duro Guimarães	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Documento_Unificado_Comissao_Cientifica_vanessa_pereira.pdf	11/04/2020 09:33:23	Gleny Terezinha Duro Guimarães	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de	TCLE_vanessa_pereira.pdf	11/04/2020 09:27:37	Gleny Terezinha Duro Guimarães	Aceito

**Endereço:** Av.Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703  
**Bairro:** Partenon **CEP:** 90.619-900  
**UF:** RS **Município:** PORTO ALEGRE  
**Telefone:** (51)3320-3345 **Fax:** (51)3320-3345 **E-mail:** cep@pucrs.br

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE  
CATÓLICA DO RIO GRANDE  
DO SUL - PUC/RS



Continuação do Parecer: 4.015.938

Ausência	TCLE_vanessa_pereira.pdf	11/04/2020 09:27:37	Gleny Terezinha Duro Guimarães	Aceito
----------	--------------------------	------------------------	-----------------------------------	--------

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

PORTO ALEGRE, 08 de Maio de 2020

---

**Assinado por:**  
**Paulo Vinicius Sporleder de Souza**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Av.Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703

**Bairro:** Partenon

**CEP:** 90.619-900

**UF:** RS

**Município:** PORTO ALEGRE

**Telefone:** (51)3320-3345

**Fax:** (51)3320-3345

**E-mail:** cep@pucrs.br





Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Pró-Reitoria Acadêmica  
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar  
Porto Alegre - RS - Brasil  
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564  
E-mail: [proacad@pucrs.br](mailto:proacad@pucrs.br)  
Site: [www.pucrs.br/proacad](http://www.pucrs.br/proacad)